

ENSAIOS

EM TEORIAS LINGUÍSTICAS

ORGANIZADORES

Ariel Novodvorski
Gisele Rosa
Lucas Chagas

EDUFU

ENSAIOS

EM TEORIAS LINGUÍSTICAS

ORGANIZADORES

Ariel Novodvorski
Gisele Rosa
Lucas Chagas

EDUFU



EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Av. João Naves de Ávila, 2121 - Campus Santa Mônica - Bloco 1S

CEP: 38408-100 - Uberlândia – MG | Tel.: 55 (34) 3239-4293

www.edufu.ufu.br

REITOR

Elmiro Santos Resende

VICE-REITOR

Eduardo Nunes Guimarães

DIRETORA DA EDUFU

Belchiolina Beatriz Fonseca

CONSELHO EDITORIAL

Adriana Pastorello Buim Arena

Carlos Eugênio Pereira

Emerson Luiz Gelamo

Fábio Figueiredo Camargo

Hamilton Kikuti

Marcos Seizo Kishi

Narciso Laranjeira Telles da Silva

Reginaldo dos Santos Pedroso

Sônia Maria dos Santos

EQUIPE DE REALIZAÇÃO EDUFU

Editora de Publicações

Assistente Editorial

Normatização

Revisão

Maria Amália Rocha

Leonardo Marcondes Alves

Joilsa F. Oliveira

Marina Araújo

Leonardo Remiggi Burgos

© Copyright Edefu 2016

Editora da Universidade Federal de Uberlândia

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução parcial ou total desta obra por qualquer meio sem permissão da editora.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

E59e Ensaio em teorias linguísticas / organizadores, Ariel Novodvorski,
Gisele Rosa, Lucas Chagas. Uberlândia : EDUFU, 2016.

276 p. : il.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-7078-422-3

1. Linguística. 2. Linguística - Ensaio. I. Novodvorski, Ariel. II. Rosa, Gisele. III. Chagas, Lucas. IV. Universidade Federal de Uberlândia. Agência Intelecto. V. Título.

CDU: 801

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Ariel NOVODVORSKI

Gisele ROSA

Lucas CHAGAS

DESIGN E ACABAMENTO

Gisele ROSA

Lucas CHAGAS

REVISÃO TÉCNICA

Ariel NOVODVORSKI

Gisele ROSA

Lucas CHAGAS

COLABORAÇÃO EDITORIAL

Ana Maria Fritz Herrera, Lúcia Ferraz da Silva, Teresa Cristina Nascimento, Micaela Pafume Coelho, Gisele da Cruz Rosa, Larissa de Sousa Silveira, Valéria Lopes de Aguiar Bacalá, Joaquina Aparecida Nobre da Silva, Jacqueline de Sousa Borges de Assis, Jéssica Teixeira de Mendonça, Lucas Araujo Chagas, Lucas Maciel Peixoto, Raphael Marco Oliveira Carneiro, Larissa Campoi Peluco, Olden Hugo Farias, Maria Virgínia Dias de Ávila, Vitor Bernardes Rufino Sousa, Mariana da Silva Marinho, Márcio Issamu Yamamoto, Daniela Faria Grama, Giselly de Oliveira Lima, Guilherme Antônio Silva, Flávia Santos da Silva, Neubiana Silva Veloso Beike, Amanda Modolão Nóbrega, Camila Belmonte Martinelli Gomes, Debliane Pavini de Melo Colmanetti, Ericka Fernanda Caixeta Moreira, Luísa Inocêncio Borges Proença, Danúbia Fábria de Souza, Quênia Côrtes dos Santos Sales, Adriano Henrique, Júlia Pereira Batista, Thyago Madeira França, Evelyn Cristine Vieira, Nathália Gontijo da Costa.

APOIO

Universidade Federal de Uberlândia - UFU

Instituto de Letras e Linguística – ILEEL

Programa de Pós Graduação em Estudos Linguísticos - PPGEL



ENSAIOS

EM TEORIAS LINGUÍSTICAS

SUMÁRIO

10 - APRESENTAÇÃO

Ensaíar: trilhando caminhos para o aprimoramento científico

Lucas Chagas / Gisele Rosa / Ariel Novodvorski

PRIMEIRA PARTE

15 – Como abordar a Linguística? Repensando a formação inicial

Ana Maria Fritz Herrera

19 – Um panorama dos objetos teóricos da Linguística e a busca por sua cientificidade

Lúcia Ferraz da Silva

28 – O universal e o particular na língua: dos primeiros estudos acerca da linguagem à Teoria de Princípios e Parâmetros

Teresa Cristina Nascimento

36 – A noção de *sistema* nos estudos da linguagem

Micaela Pafume Coelho

48 – Conceito de língua em diferentes perspectivas: reflexões acerca do Estruturalismo, do Gerativismo e da Complexidade

Gisele da Cruz Rosa / Larissa de Sousa Silveira

59 – Dois lados do mesmo objeto: da estrutura ao uso da língua

Valéria Lopes de Aguiar Bacalá

74 – A união de teorias linguísticas: rupturas e aproximações

Joaquina Aparecida Nobre da Silva

83 – Por uma compatibilização de teorias: a coerência da proposta

Jacqueline de Sousa Borges de Assis

91 – Teorias linguísticas e a aquisição de linguagem: o que defende cada teoria?

Jéssica Teixeira de Mendonça

102 – O processo de significação no âmbito cognitivo: traçando relações entre a competência de linguagem, o pensamento e o *ser humano*

Lucas Araujo Chagas

110 – Considerações sobre a Linguística Computacional e o Processamento de Linguagem Natural sob a luz da teoria linguística

Lucas Maciel Peixoto

116 – Linguística de *Corpus* e teorias linguísticas: princípios teóricos da pesquisa baseada em *Corpus*

Raphael Marco Oliveira Carneiro

SEGUNDA PARTE

122 – A pesquisa formal e funcional

Larissa Campoi Peluco

127 – A ciência da gramática tradicional

Olden Hugo Farias

136 – Funcionalismo e Gramática Funcional: um breve apontamento

Maria Virgínia Dias de Ávila

142 – Lexicografia e Funcionalismo

Vitor Bernardes Rufino Sousa

151 – Saussure e Benveniste: um olhar sobre o duplo funcionamento da linguagem

Mariana da Silva Marinho

158 – Filologia e Linguística Histórica: Jones, Darwin, analogia e anomalia

Márcio Issamu Yamamoto

163 – A Lexicografia e a abordagem estruturalista de Saussure

Daniela Faria Grama

172 – O Gerativismo e o Estruturalismo nos Estudos Linguísticos: teoria e objetos de estudo

Giselly de Oliveira Lima / Guilherme Antônio Silva

180 – Da relação e do atomismo no Estruturalismo

Flávia Santos da Silva

188 – A ciência da fala e a arbitrariedade perceptiva dos sons

Neubiana Silva Veloso Beike

199 – A visão de língua sob a ótica da Sociolinguística: um contraponto com as teorias formalistas

Amanda Modolão Nóbrega / Camila Belmonte Martinelli Gomes

206 – Um breve panorama sociolinguístico das variantes da língua falada no Brasil e a questão do preconceito linguístico

Debliane Pavini de Melo Colmanetti

214 – Saussure *versus* Labov: a abordagem social

Ericka Fernanda Caixeta Moreira

TERCEIRA PARTE

220 – Saussure e seus conceitos: um incentivo aos estudos de Pêcheux

Luísa Inocência Borges Proença

227 – Discursivizando sobre a Análise do Discurso Francesa (ADF)

Danúbia Fábria de Souza

234 – Análise do Discurso e Análise Crítica do Discurso: um olhar para a noção de discurso em Pêcheux e em Fairclough

Quênia Côrtes dos Santos Sales

240 – Análise do Discurso: por uma conceituação do *sujeito* discursivo

Adriano Henriques

245 – Os atravessamentos teóricos constitutivos da Análise do Discurso pelo viés de Michel Pêcheux

Júlia Pereira Batista

253 – Bakhtin: o signo ideológico e os enfrentamentos da Filosofia Dialógico-política

Thyago Madeira França

262 – Dialogismo e interação verbal na arquitetônica bakhtiniana

Evelyn Cristine Vieira / Nathália Gontijo da Costa

ENSAIAR: TRILHANDO CAMINHOS PARA O APRIMORAMENTO CIENTÍFICO

Ensaíar talvez seja uma das mais dolorosas ações de um acadêmico, haja vista que é por meio desse labor que ele pode praticar ciência, ou mesmo reinventá-la, tirando-a de um possível concretismo das coisas e do mundo. É por meio de um ensaio que um acadêmico avalia, testa e experimenta criticamente as propriedades, as qualidades ou as maneiras de se usar, entender e praticar um conjunto de realizações, sejam elas científicas, artísticas ou humanas. É também pelo ensaio que um estudioso pode propor novas soluções e novas epistemes para os mais variados funcionamentos, questionamentos, paradigmas e fundamentos da ciência.

O livro *Ensaaios em teorias linguísticas* foi escrito por uma ação complexa, mas ao mesmo tempo necessária: ensaiar. Durante o primeiro semestre do ano de 2014, os alunos do curso de pós-graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Uberlândia tiveram a oportunidade de cursar a disciplina Teorias Linguísticas e rever com profundidade a história geral das epistemes e das teorias da ciência linguística e suas derivadas. Não bastava, entretanto, rever, estudar, memorizar e conhecer intensamente o que cada linguista havia feito, criado ou pensado sobre a língua e a linguagem. Para além disso, era necessário ensaiar, exatamente porque ali estavam futuros cientistas da linguagem, profissionais que serão responsáveis pelos rumos que a Linguística pode tomar.

Tem-nos parecido que, de um modo geral, a academia brasileira ainda está imbuída de tradicionalismos e academicismos oriundos de um sectarismo e de uma escolástica pseudoeuropeia e pseudoamericana que, para empreitarem novos estudos sobre a língua no campo da Linguística, não fogem de Chomsky ou Saussure e suas teorias. É necessário considerarmos que muitas pesquisas com teor linguístico e uma genuinidade fantástica têm sido produzidas em nosso país; contudo, a falta de *empoderamento* e apoio por parte das instituições acadêmicas e associações científicas faz com que esses trabalhos acabem engavetados, provocando assim um rombo nos índices de produção científica brasileira e de *poder* que os

nossos trabalhos podem ter para aqueles que carecem de possíveis respostas para suas indagações.

Almejando *empoderar* os futuros mestres e doutores em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Uberlândia, este livro foi criado com o intuito de dar voz aos alunos da disciplina Teorias Linguísticas, para que eles registrassem suas indagações, seus pensamentos e ensaios sobre onde estamos e para onde podemos ir no campo da Ciência Linguística.

Algumas considerações sobre a disciplina Teorias Linguísticas

O lugar da disciplina Teorias Linguísticas nos cursos de pós-graduação em Estudos Linguísticos justifica-se pela necessidade de propiciar oportunidades aos estudantes de ampliar seus conhecimentos gerais acerca das teorias e correntes linguísticas que perfazem a ciência da linguagem, um campo de estudos interdisciplinar que se vem constituindo ao longo da história. Desse modo, o intuito dessa disciplina é ampliar o conhecimento dos pós-graduandos em torno do percurso dos estudos linguísticos nas diferentes épocas e culturas. Para esse fim, ao estudarmos essa disciplina, é necessário direcionar as leituras e discussões realizadas às diferentes visões de linguagem, sem perder de vista o alcance da percepção dos fatos linguísticos, fundamental na formação dos estudantes tanto no âmbito da pesquisa como no do ensino.

Resumidamente, podemos considerar que os objetivos mais específicos da disciplina são os seguintes: 1) propiciar ao estudante uma formação básica em Linguística Geral por meio do conhecimento das bases epistemológicas das diferentes teorias linguísticas, a qual se constituiu tanto em programas de investigação científica, como em orientações teórico-metodológicas da ciência da linguagem; 2) reconhecer o papel que cada um desses programas de investigação e cada orientação teórico-metodológica desempenhou na construção de um conjunto de conhecimentos sobre o fenômeno linguístico; 3) e, por último, promover a compreensão dos movimentos que norteiam a eleição de um determinado programa como paradigma científico dominante.

O programa do curso que propiciou as reflexões presentes na elaboração desse livro abarcou desde a Linguística Histórica até a Teoria da Valoração e noções de Linguística de *Corpus*, percorrendo os denominados estudos pré-saussurianos e passando pelas diversas correntes do Estruturalismo, Gerativismo, Funcionalismo e Cognitivismo, contempladas em quatro colóquios oferecidos aos estudantes. Também integraram o programa discussões sobre

Pragmatismo, a Teoria da Relevância, a Filosofia da Linguagem e as abordagens discursivas tanto na perspectiva da Análise do Discurso Francesa (ADF) como da Análise Crítica do Discurso (ACD). Essa amplitude temática poderá ser apreciada pelos leitores na diversidade circunscrita nos ensaios que integram este livro.

Em particular, no primeiro semestre de 2014, a disciplina Teorias Linguísticas contou com 38 estudantes de pós-graduação, sendo nove doutorandos e 29 mestrands, que se debruçaram nas leituras, discussões e na realização de atividades. Além da escrita dos ensaios, que se configurou como o trabalho final do curso, desenvolvemos uma atividade coletiva, que consistiu na elaboração de um glossário da terminologia trabalhada com base nas leituras realizadas na disciplina. Propusemos que cada estudante postasse na plataforma do *Moodle* – utilizada como um recurso paralelo ao curso presencial – um mínimo de 20 termos, com as definições correspondentes extraídas do próprio material de leitura.

Os critérios para a postagem dos termos foram claramente definidos, incluindo referência à autoria, ano de publicação e página correspondente à definição citada. Certamente, muitos dos termos se repetiram, como, por exemplo, *língua*, que foi postado 27 vezes. Contudo, a variabilidade de definições encontradas, tanto em um mesmo autor como em outros, superou amplamente as expectativas de todos. Os resultados dessa atividade compuseram um arquivo em PDF de 173 páginas, com quase 900 termos e suas correspondentes definições, que ficou para os estudantes como um excelente material de consulta e com remissão específica a todos os trabalhos consultados.

Outra atividade desenvolvida foram os registros de leituras, concentrados em cinco tópicos específicos: História da Linguística, Estruturalismo, Gerativismo, Funcionalismo e Cognitivismo. De duas em duas semanas, cada estudante precisava registrar as observações de suas leituras sobre os temas definidos. O resultado desses registros, somados a uma produção grupal, gerou cinco *subcorpora* temáticos, que ficaram para usufruto dos próprios estudantes como material de estudo.

Notas para o leitor

Os ensaios que apresentamos nas páginas a seguir foram produzidos como trabalho final da disciplina Teorias Linguísticas, ministrada no primeiro semestre de 2014 pelo Prof. Dr. Ariel Novodvorski. Durante o processo de elaboração dos textos, os alunos tiveram como fonte de consulta todo o material que produzimos colaborativamente ao longo do curso e os



textos teóricos que foram estudados, o que possivelmente tornou a escrita bem mais fácil, já que os autores tiveram fontes de consulta rápida para a definição dos termos utilizados no trabalho. A qualidade dos trabalhos despertou a atenção do professor da disciplina, por isso, em atividade colaborativa com os alunos Lucas Araujo Chagas e Gisele da Cruz Rosa, decidiu propor esta obra.

Com essas palavras iniciais, buscamos, por um lado, contextualizar o espaço e as condições em que esta coletânea de ensaios foi gestada e, por outro lado, mostrar a importância de ações que promovem e valorizam a produção científica de nossos estudantes sob a perspectiva do trabalho coletivo e da socialização de conhecimentos e saberes. Esperamos que nosso leitor tenha condições de perceber, ao longo do processo de leitura dos textos, as experimentações dos alunos da disciplina, assim como pensar sobre elas, já que de nada adiantaria propormos um livro de *ensaios* sem leitores que estejam dispostos a dialogar e (re)pensar as coisas e o mundo.

Uberlândia, fevereiro de 2016

Os organizadores

NOTA

*Todos os textos a seguir são de
responsabilidade de seus respectivos autores*

ORGANIZADORES

Ariel Novodvorski
Gisele Rosa
Lucas Chagas

ENSAIOS
EM TEORIAS LINGÜÍSTICAS



**Ana Maria Fritz
Herrera**

Mestranda do Programa de Pós Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Uberlândia.

ORIENTADOR

Prof. Dr. Ariel Novodvorski
E-MAIL
anafritz@gmail.com

COMO ABORDAR A LINGÜÍSTICA? REPENSANDO A FORMAÇÃO INICIAL

Ana María Fritz Herrera

Geralmente, nos cursos e disciplinas de Letras, Línguas e Linguística, os professores começam suas lições com o signo linguístico, a língua e a fala, como foi proposto pelo chamado “pai da Linguística”, Ferdinand de Saussure, utilizando o *Curso de Linguística Geral* como o maior referente e aprofundando nele quase como o fizeram Charles Bally e Albert Sechehaye.¹

Até a atualidade o *Curso de Linguística Geral* tem muitos adeptos: há pesquisadores que dedicam cem por cento da sua pesquisa à análise desse curso e dos manuscritos de Saussure² e professores e catedráticos que nem sempre adotaram essa abordagem formalista nas suas linhas de pesquisa, mas que ainda se baseiam muito nela para desenvolver as disciplinas linguísticas. O tempo decorrido desde a sua criação até hoje já é longo; passaram-se 101 anos desde o surgimento da obra póstuma do “pai da Linguística”. Mas será que é mesmo preciso aprofundar tanto no Estruturalismo, se os estudos atuais afastam-se cada vez mais dessa visão formal, inclusive arcaica, e que se baseia no imanentismo?³

¹ “Albert Sechehaye (1870-1946) e Charles Bally (1865-1947) – recolheram as anotações tomadas pelos alunos dos cursos para, a partir delas, reunir um material que fosse síntese dos três anos de curso.” (Fiorin et al., 2013, p.10)

² Por exemplo, a Dra. Eliane Mara Silveira, que atua na UFU como líder do Grupo de Pesquisa Ferdinand de Saussure e vice-líder do GT da ANPOLL Estudos Saussurianos.

³ “Configura a ideia de que os fatos linguísticos são condicionados só e apenas por fatos linguísticos.” (Faraco, 2004, p. 31).

Vejamos, no presente, como o Estruturalismo pode ser um alvo fácil de críticas a partir de muitos pontos de vista, seja pela visão que se estabelece na atualidade, por ser uma abordagem arcaica, seja, por exemplo, pelo seu caráter imanentista, como afirma (Fiorin et al., 2013, p. 9):

Em relação aos discursos científicos precedentes, Saussure opõe o princípio da imanência, o do sistema e o da forma. Por causa disso, foi acusado de esvaziar a linguagem de sua dimensão histórica, de não levar em conta o sujeito na linguagem.

Mas, ao mesmo tempo, podemos identificar o reconhecimento do aporte que Saussure deu à Linguística, e que o faz vigente ainda, destacado em (Fiorin et al., 2013, p. 19):

Em primeiro lugar permite reconhecer que o mestre genebrino, seguindo as concepções científicas de seu tempo, ao discutir teoricamente a questão do objeto da Linguística, cria a ciência da linguagem. Nessa época cada ciência procurava estabelecer seu objeto de maneira muito precisa. Esses objetos eram puros, eram autônomos, não se misturavam. Quando Saussure estabelece que o objeto da Linguística é a *langue* e mostra que esse objeto não se contamina da Física, da Fisiologia, da Psicologia, etc., ele inventa a Linguística moderna. Não nos esqueçamos de que o primeiro sentido de *inventio* é “ação de encontrar, de descobrir”. Foi o que fez Saussure: encontrou um objeto para a Linguística, colocando-a no patamar de outras ciências da primeira metade do século XX.

Em segundo lugar, permite prospectar um saber sobre a língua que deriva de um ponto de vista muito singular. Com isso, Saussure, pelo mesmo ato que delimita um objeto, o da sua Linguística, resguarda a legitimidade de outros pontos de vista (Fiorin et al., 2013, p. 19).

O reconhecimento de Ferdinand de Saussure como pai da Linguística é compreensível e, em parte, justifica o estudo do pensamento saussuriano até hoje. Foi ele quem delimitou o objeto de estudo da Linguística e esforçou-se para que ela fosse finalmente considerada uma ciência. Descreveu também as características principais do signo linguístico, da língua e da fala e fez contribuições importantíssimas no nascimento da Linguística. A relevância do conhecimento produzido por Saussure é muito grande, indiscutível e justificável; trata-se de um material de estudo indispensável para quem aspira a se converter em um linguista. Mas adianta continuar estudando profundamente o saber estruturalista hoje em dia? Quais as vantagens? Quais as desvantagens?

Estudiosos do campo da Linguística, seja na graduação ou na pós-graduação, devem conhecer o pensamento e as contribuições de Saussure; quem quer ser um experto nas Letras e, mais especificamente, na Linguística, deve adquirir conhecimento acerca das contribuições necessárias à criação dessa ciência. Contudo, levando em consideração o decorrer do tempo e a evolução da Linguística, é preciso também olhar para a ciência da linguagem de um modo mais

abrangente, considerando as demais abordagens existentes, e não apenas o conhecimento inicial na linha cronológica da linguística – que começa com estudos anteriores, pré-saussurianos. O Estruturalismo, como uma das primeiras abordagens, oferece um olhar de certo modo restrito, que analisa a língua apenas como forma, e não como uma substância. Para Pêcheux, essa era uma fraqueza da abordagem estruturalista (Pêcheux, 1969, p. 1-2):

Até [...] o *Curso de Linguística Geral*, estudar uma língua era, no mais das vezes, estudar textos [...] a ciência linguística clássica propunha-se a ser simultaneamente ciência da expressão e ciência dos meios dessa expressão, e o estudo gramatical e semântico estava a serviço de um fim, a saber, a compreensão do texto, da mesma forma que, no próprio texto, os “meios de expressão” estavam a serviço do fim visado pelo produtor do texto (a saber: fazer-se compreender). Nessas condições, se o homem compreende o que diz seu semelhante, é porque ambos são, em alguma medida, “gramáticos”, enquanto o especialista em linguagem só pode fazer ciência porque, como qualquer um, é capaz de expressar-se. Ora, o deslocamento conceitual introduzido por F. de Saussure consiste precisamente em quebrar essa homogeneidade cúmplice entre a prática e a teoria da língua: a partir do momento em que a língua deve ser pensada como um sistema, ela deixa de ser compreendida como tendo a função de expressar um sentido; torna-se um objeto de que uma ciência pode descrever o funcionamento. [...] A consequência desse deslocamento é, como se sabe, a seguinte: o “texto” não pode de maneira alguma ser objeto pertinente para a linguística, porque ele não funciona – o que funciona é a língua, isto é, um conjunto de sistemas que autorizam combinações e substituições regradas com base em elementos definidos, e os mecanismos mobilizados têm dimensões inferiores ao texto: a língua como objeto de ciência, se opõe à fala, resíduo não científico da análise.

As críticas à abordagem estruturalista foram muitas, já que trata do surgimento da ciência e, portanto, está sujeita a críticas dos diversos caminhos que a Linguística tem proposto na sua evolução através da história. Como aprofundar num só tema leva muito tempo, em uma disciplina introdutória parece-me mais adequado ter uma visão geral da ciência, com textos que ajudem a entender os conceitos fundamentais de cada abordagem e que contribuam para a formação de profissionais com um olhar mais amplo, dando a opção de aprofundamento nas linhas de interesse de cada um.

Um dos textos que me pareceu um ótimo material de recopilação foi *História concisa da Linguística*, já que ele apresenta os conceitos gerais de cada uma das abordagens linguísticas de forma clara e ainda faz uma revisão dos fatos ligados à Linguística antes de esta se constituir como uma ciência propriamente dita. A obra expõe o passo a passo da história da Linguística, e, ao tratar do Estruturalismo, são expostas as principais ideias da teoria (Weedwood, 2012, p. 134):

As propostas de Chomsky visavam descobrir as realidades mentais subjacentes ao modo como as pessoas usam a língua(gem): a competência é vista como um aspecto de nossa

capacidade psicológica geral. Assim, a linguística foi encarada como uma disciplina mentalista – uma visão que contrastava com o viés behaviorista da linguística feita na primeira metade do século XX..

Weedwood (2012, p. 136-137) descreve escolas rivais do Gerativismo ao abordar a história da evolução linguística:

Entre as escolas rivais do Gerativismo estão a tagmêmica, a gramática estratificacional e a Escola de Praga [...] A teoria de Halliday recebe a designação de linguística sistêmica e vem sendo desenvolvida desde os anos 1960. Nela, a gramática é vista como uma rede de “sistemas” de contrastes inter-relacionados; dá-se particular atenção aos aspectos semânticos e pragmáticos da análise, e também ao modo como a entonação é usada na expressão do significado.

Outras abordagens adotam uma perspectiva muito mais ampla. A mais ampla de todas vê a pragmática como estudo dos princípios e práticas que subjazem a todo o desempenho linguístico interativo, incluindo aí todos os aspectos do uso da língua, da compreensão e da adequação.

É mesmo importante que um aluno de graduação possa conhecer as abordagens como a funcionalista ou a cognitivista? Ou é melhor aprofundar-se somente na primeira, que deu início à Linguística? Do meu ponto de vista, é essencial ter ao menos uma ideia do que tratam as demais linhas, ou seja, aproveitar as disciplinas de introdução à Linguística para permitir um olhar, talvez não tão profundo, sobre cada abordagem ou uma visão abrangente, para que o aluno seja capaz de entender a evolução da ciência até a atualidade.

REFERÊNCIAS

- FARACO, C. A. Estudos pré-saussurianos. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Org.). *Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011. v. 3. p. 27-52.
- FIORIN, J. L. et al. *Por que ainda ler Saussure?* In: _____. *Saussure: a invenção da linguística*. São Paulo: Contexto, 2013.
- PÊCHEUX, M. *Analyse automatique du discours*. Paris: Dunod, 1969.
- SAUSSURE, F. de. *Curso de linguística geral*. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.
- WEEDWOOD, B. *História concisa da linguística*. São Paulo: Parábola, 2012.

ORGANIZADORES

Ariel Novodvorski
Gisele Rosa
Lucas Chagas

ENSAIOS
EM TEORIAS LINGÜÍSTICAS



**Lúcia Ferraz da
Silva**

Mestranda do Programa de
Pós-Graduação em Estudos
Linguísticos da Universidade
Federal de Uberlândia.

ORIENTADOR

Profa. Dra. Carla Nunes Vieira
Tavares

E-MAIL

lucferraz@uol.com.br

UM PANORAMA DOS OBJETOS TEÓRICOS DA LINGÜÍSTICA E A BUSCA POR SUA CIENTIFICIDADE

Lúcia Ferraz da Silva

Definir qual é o objeto da Linguística é uma dificuldade bastante conhecida entre pesquisadores e estudiosos, embora cada um de nós deva sabê-lo dentro da área em que atua. Em outras ciências, Saussure (2006) explica que os objetos são apontados e, após isso, analisados sob diversos pontos de vista. Na Linguística, o que acontece é o inverso, melhor dizendo, nas palavras do autor: “Bem longe de dizer que o objeto precede o ponto de vista, diríamos que o ponto de vista cria o objeto” (Saussure, 2006, p. 15). Portanto, um objeto é definido diferentemente em áreas científicas distintas, e, na Linguística, isso ocorre mesmo entre as diversas perspectivas teóricas. Esse fato fez parte da problemática que envolveu a busca pela cientificidade da Linguística.

Para este ensaio, pretendemos trazer discussões sobre os objetos teóricos da Linguística Histórica e do Estruturalismo de base saussuriana e relacioná-los às concepções de língua assumidas em cada uma dessas perspectivas teóricas, analisando a problemática da busca pela cientificidade da Linguística. Como base inicial para essa discussão, buscaremos no *Curso de Linguística Geral* (Saussure, 2006) suporte teórico para dialogar com outros autores, como Weedwood (2002), Borges Neto (2004), Mussalim (2008, 2011), Faraco (2009), Martelotta (2012), Fiorin (2013), entre outros, pois, compartilhamos de Mussalim (2008) que a

problemática da cientificidade é uma questão que passa, diretamente ou não, por todo o *Curso de Linguística Geral*, pois

construir um domínio específico para a Linguística, diferente do domínio de outras áreas que estudam a linguagem humana, e definir um objeto próprio eram questões importantes para Saussure (Mussalim, 2008, p. 41).

Porém, a autora ressalta que, apesar da importância da teoria de Saussure, ela não é suficiente para entender como se deu a constituição da Linguística. A obra apresenta os pensamentos de Saussure com destaque às clássicas concepções que ele desenvolveu.

Se Saussure é o nome do Estruturalismo europeu, no Estruturalismo americano esse nome é Bloomfield. De acordo com esse autor, Mussalim (2008, p. 58) expõe que

a língua possuía uma “estrutura” entendida como a conjugação de níveis estruturais, dos quais os mais importantes eram o nível *fonológico*, em que as unidades eram os fonemas, e o nível *morfológico*, em que as unidades eram os morfemas.

Com base nisso, pretendemos, inicialmente, falar sobre objeto e discutir sobre as diversas concepções de língua; em seguida, relacionaremos esses conceitos com a busca pela cientificidade da Linguística e com a problemática sobre a definição do objeto da área.

O objeto

Borges Neto (2004) nos apresenta uma espécie de divisão do objeto: o objeto teórico e o objeto observacional. Iniciaremos este texto expondo as três conclusões apresentadas pelo autor a respeito da criação do objeto teórico. A primeira delas é a de que o ponto de vista cria o objeto, pois, conforme o modo com que a linguagem é enfocada por outras ciências, tais como a Filosofia, a Literatura, a Linguística, a Psicologia e o Jornalismo, ela será variável e, em cada uma dessas áreas, terá uma utilidade diferente.

A segunda conclusão a que Borges Neto (2004) chega é a de que é preciso considerar qual é o objeto da Linguística, uma vez que, conforme o próprio autor, ela não é capaz de captar a essência da linguagem em sua totalidade. Por isso, há outras áreas que complementam os estudos da Linguística, como, por exemplo, a Psicolinguística, a Antropologia Linguística e a Neurolinguística, e cada uma dessas ciências analisa a linguagem de acordo com seus objetivos e com seu objeto.

Assim, Borges Neto (2004) afirma que não haveria um único objeto para a Linguística, e sim um “feixe” de fenômenos que se relacionam entre si, que podem ser estudados de diferentes pontos de vista e que não dependem uns dos outros. Contudo, a pergunta “Qual é o objeto da Linguística?” continua sendo a questão normativa central da Linguística, visto que é praticamente impossível encontrar uma resposta que sirva para todas as subáreas da ciência da linguagem.

A terceira conclusão de Borges Neto (2004, p. 35) é a de que “toda teoria delimita uma certa ‘região’ da realidade como seu objeto de estudos”. O problema é que nem sempre essa delimitação é bem definida, “de forma que há áreas em disputa, porções da realidade que são reclamadas por mais de uma disciplina científica” (Borges Neto, 2004, p. 35). Como exemplo, o autor utiliza as substâncias simples, como o hidrogênio, pois elas podem ser consideradas objetos tanto da Química, como da Biologia ou da Física. Saussure destaca que na Linguística não é diferente, uma vez que a separação dela em outras ciências nem sempre é aparente.

Além do objeto teórico, que está relacionado à teoria e ao nível descritivo, há também o objeto observacional, que, segundo Borges Neto (2004), é constituído por um conjunto de fenômenos que podem ser observados. Ainda conforme o autor, assim que o objeto observacional for delimitado,

a teoria vai identificar *entidades* básicas, a partir das quais vai atribuir propriedades aos fenômenos pertencentes ao campo e vai estabelecer relações entre eles, transformando o objeto observacional em *objeto teórico* (Borges Neto, 2004, p. 36)

Ou seja, partindo-se de uma entidade teórica, cria-se o objeto teórico. Por isso, lançamos a atenção para o fato de que a definição do objeto teórico faz com que a teoria tenha um mundo particular, um mundo teórico, em que convivem os fatos observáveis e as entidades teóricas, que nos é fundamental. A Fonologia estruturalista, por exemplo, é povoada por sons e fonemas: os sons são observáveis, pois podem ser gravados e captados pelos sentidos, e os fonemas são entidades teóricas, pois existem apenas na mente dos falantes (Borges Neto, 2004).

Referimos às entidades teóricas a problemática: existem coisas que correspondem a conceitos teóricos, ou são esses conceitos que se relacionam com os objetos existentes? (Feyerabend, 2005). Em virtude do problema de definir a natureza dessas entidades, de acordo com Borges Neto (2004, p. 39), “modernamente, o debate ressurgiu com respeito à natureza do referente dos termos teóricos presentes nas teorias científicas”. Então, diante da indefinição da natureza das entidades teóricas e do objeto da Linguística, os estudiosos da área tiveram pontos de vista diferentes sobre o objeto e sobre a língua, como é o caso de Bloomfield e Sapir.

Bloomfield, por exemplo, era nominalista e foi o representante do Estruturalismo norte-americano. A postura nominalista foi adotada por ele no que se refere aos termos teóricos da Linguística; em outras palavras, é como se os nomes identificassem um dado observável. Portanto, o que interessa para a Linguística bloomfieldiana são os ruídos que o falante produz, posto que, para Bloomfield, o objeto teórico resume-se apenas a fenômenos observáveis, ou seja, aos sons da fala.

Para Bloomfield (1935), os termos teóricos, como o fonema, apenas abreviam o comportamento apresentado pelos sons, que são a única fonte de existência (Borges Neto, 2004). Já Sapir (1933), que era conceptualista, afirma que:

a realidade objetiva das diferenças fonéticas é sempre reinterpretada pela “intuição fonológica” do falante. Por isso, “o fonema [...] deve ser entendido como uma espécie de ‘forma’, psicologicamente real, por meio da qual os falantes percebem a ‘realidade objetiva’ dos sons (Borges Neto, 2004, p. 40).

Borges Neto (2004) exemplifica a diferença de pensamento entre Bloomfield e Sapir por meio de um debate sobre a natureza da Psicologia, que ocorreu na primeira metade do século XX. Nessa discussão, Bloomfield, com a intenção de tornar a Psicologia uma ciência importante, retirou completamente de seu vocabulário teórico toda e qualquer palavra que se referisse ao mental, como desejo, ideia etc. Já Sapir, que era mentalista, não viu a necessidade de fazer o que Bloomfield havia feito com os termos teóricos referentes à mente.

A língua

Os conceitos importantes para Saussure são o de linguagem, língua e fala. Segundo ele, a linguagem⁴ é a soma da língua mais a fala (Saussure, 2006). A língua, para Saussure, é a parte principal da linguagem e, por seu caráter social, ela é um bem coletivo e de natureza psíquica. A fala é entendida por Saussure como sendo de natureza individual e como uma parte variável e heterogênea da língua.

Outra definição de língua que aparece no *Curso de Linguística Geral* é a seguinte: “um sistema de signos que exprimem ideias” (Saussure, 2006, p. 24). Frente a essa definição, é

⁴ Chomsky (2002) afirma que, apesar de o estudo da linguagem ser um dos “ramos mais antigos da pesquisa sistemática”, os trabalhos nessa área ainda são bem recentes. As pesquisas em torno da linguagem têm-se mostrado muito produtivas, mas o interesse que ela vem exercendo não é um dado essencial. Para o autor (2002, p. 29), a faculdade humana da linguagem assemelha-se a “uma verdadeira ‘propriedade da espécie’, variando muito pouco entre os seres humanos e sem um análogo significativo em outro domínio”.

preciso observar dois conceitos: o de sistema e o de signo. Ambos devem ser considerados levando-se em conta a natureza social e psíquica da língua.

Para Saussure, o signo linguístico é uma entidade psíquica de duas faces: o conceito (chamado de significado) e a imagem acústica (chamada de significante). Segundo Mussalim (2008, p. 43),

a imagem acústica (designada por *significante*) não é o som material (físico), mas é [...] aquilo que nos evoca um conceito (designado de *significado*). Assim, o *significante* e o *significado* são entidades mentais independentes de qualquer objeto externo.

Por isso, Saussure afirma que o signo une um significado a um significante, e não uma palavra a uma coisa, ficando, assim, o significado secundário em relação ao significante. Diante disso, temos duas principais características do signo linguístico: o caráter arbitrário e o princípio de linearidade do significante. Para Saussure, a primeira característica “representa uma extensão, e essa extensão é mensurável em apenas uma dimensão – é uma linha que constitui a extensão na cadeia falada” (Mussalim, 2008, p. 44). No que concerne à arbitrariedade do signo, Saussure entende que:

o laço que une o *significante* ao *significado* é arbitrário, no sentido imotivado, isto é, no sentido de não haver nenhum tipo de relação intrínseca de causalidade entre o *significante* e o *significado* (Mussalim, 2008, p. 44).

Saussure também definiu dois eixos para estudar os fatos da língua: o eixo das sucessividades, ou eixo diacrônico, e o eixo das simultaneidades, ou eixo sincrônico. O eixo diacrônico, que se localiza em uma linha evolutiva do tempo, considera a mudança que um elemento perpassou ao longo dessa linha. Nesse eixo, apenas um elemento pode ser considerado por vez. O eixo sincrônico, por sua vez, interessa-se pela descrição e pela análise das relações entre os fatos existentes em uma mesma língua e em como essas relações apresentam-se em um intervalo de tempo. Saussure optou pela Linguística sincrônica. Desse modo, foi ele quem postulou a dicotomia diacronia/sincronia, que, segundo Mussalim (2008, p. 46), “estabelece uma disjunção entre a evolução de uma língua, passível de ser analisada no eixo diacrônico, e o seu estado, verificável a partir do recorte sincrônico”.

Outro conceito saussuriano fundamental é a teoria do valor. Essa teoria, segundo o linguista genebrino, pode ser entendida, em linhas gerais, como a relação entre os elementos de um sistema linguístico. Assim, o valor de um elemento está na sua relação com outro dentro desse sistema. Nas palavras de Faraco (2011, p. 28),

A língua poderia (e deveria) ser tratada exclusivamente como uma forma (livre das suas substâncias), mas principalmente como esta forma se constituía, isto é, pelo jogo sistêmico de relações de oposição – funcionando este jogo de tal modo que nada é um sistema linguístico senão por uma teia de relações de oposição.

Ou seja, para o autor, as relações de oposição dariam o valor e o significado ao significante, e foram as concepções de Saussure que deram condições efetivas para se construir uma ciência do campo da linguagem, considerando a língua por si mesma.

A cientificidade

Uma questão que preocupava os linguistas era a busca pela cientificidade. Segundo Faraco (2009), foi o trabalho empírico de William Jones, em 1786, que marcou o início da Linguística como ciência. Para Borges Neto (2004), antes do século XIX, havia duas opções no estudo da linguagem. A opção nocional, que concebe a linguagem como uma representação (do mundo, do pensamento), ignora todo e qualquer tipo de variação linguística e ocupa-se da relação som/sentido da linguagem, e a opção filológica, que tem uma perspectiva normativo-prescritiva e pretende preservar as formas da língua tidas como clássicas. Essa opção não ignora a variação linguística, mas a vê como uma forma de desvio. Tanto a opção nocional quanto a opção filológica subordinam os estudos da linguagem a outro saber.

Entretanto, no século XIX, em vez de se estudar a linguagem voltando-se para a Filosofia ou para a Literatura, os estudos linguísticos passaram a observar a linguagem pensando em fazer ciência. Logo, esse novo objetivo levou os linguistas a definirem um novo objeto para a Linguística: comparar as línguas e sua história de desenvolvimento. Esse é o objeto teórico da opção histórica, que surge nesse contexto como uma nova alternativa para os estudos da linguagem.

Essa opção pretendia tornar a Linguística uma ciência e descrever os fatos – e não tentar explicá-los –, na busca de leis gerais que evidenciassem regularidades. Ao contrário do que ocorreu na opção nocional e na opção filológica, a variação linguística tornou-se o objeto de estudo. É nessa concepção que se abandona a ideia de que o linguista precisa descobrir a essência da língua e passa-se a reconhecer que as línguas, assim como quase tudo no mundo, também mudam com o tempo. Por isso, a tarefa de quem estudava a linguagem era descrever as mudanças e identificar as leis que colaboravam para que isso acontecesse na língua.

Diante disso, para Câmara Jr. (1975), o fato de a linguagem ser algo tão comum em nossa vida e de a fala ser tão natural quanto o ato de andar pode justificar a inexistência de um estudo sobre a linguagem. Entretanto, com a criação da escrita, nós percebemos que as formas linguísticas existem, logo, passamos a observar o modo como falamos. Então, como a linguagem passou a receber maior atenção, seus estudos puderam se desenvolver em meio a fatores sociais e culturais.

É o que Labov (1972), já no século XX, faz em suas análises, uma vez que ele estuda uma comunidade de fala aliando o contexto linguístico ao social. Para esse autor, o objeto da Linguística é a gramática da comunidade de fala. Desse modo, Labov, que é o pai da Sociolinguística, propôs um estudo do uso da língua no sentido de verificar o que ela revela sobre a estrutura linguística (*langue*).

Até a Segunda Guerra Mundial, a Linguística continuou sendo uma disciplina histórica nas universidades, mas, de acordo com Faraco (2009, p. 28), as concepções de Ferdinand de Saussure “deram condições efetivas para se construir uma ciência sincrônica da linguagem”.

Saussure, que é considerado por muitos estudiosos o pai da Linguística moderna, procurou delimitar um objeto homogêneo para a Linguística. Para ele, apenas o estudo que tem a *langue* por objeto pode ser considerado Linguística, uma vez que ele vê a *langue* como a parte essencial da linguagem. Saussure não era contrário à variação, pois ele não nega que as línguas mudem, mas esse não era seu objeto. Na verdade, o objetivo de Saussure era tornar a Linguística uma ciência.

Faraco (2009) explica que a constituição da Linguística como ciência ocorreu, como já citamos anteriormente, ainda no século XVIII, com o trabalho do inglês William Jones. Esse estudioso entrou em contato com o sânscrito e percebeu que havia semelhanças entre essa língua, o grego e o latim. Daí em diante, começaram a surgir os estudos comparativos e históricos na Europa, que resultaram em um vasto banco de dados e no entendimento de que as línguas de fato mudam com o tempo e de que é possível relacionar grupos de línguas com uma origem comum.

De acordo com Faraco (2009, p. 30), o estudo histórico-comparativo “conseguiu estabelecer uma série de blocos de correspondências, principalmente de natureza fonético-fonológica e de morfologia gramatical, entre línguas e subfamílias de línguas”.

Considerações finais

As correspondências entre língua, objeto e cientificidade da Linguística relacionadas neste trabalho foram interpretadas como indicadores dos caminhos que a História percorreu. Por isso, Faraco (2009) afirma que foi por meio da Linguística Histórica e comparativa que a linguagem passou a ser tratada em si mesma e por si mesma.

Sendo assim, é importante ressaltar que a Linguística não tem um objeto definido, mas cada área ou teoria tem seu objeto (Borges Neto, 2004). Portanto, não há um ponto de vista melhor do que o outro, só há diferenças de pensamento de acordo com a teoria que se estuda.

Mesmo com todos os avanços alcançados pela Linguística, sabemos que os estudiosos dessa área ainda enfrentam dificuldades para mostrar que ela também é uma ciência, tal como a Matemática, e que merece a nossa atenção, uma vez que a linguagem está presente em todas as áreas do conhecimento.

REFERÊNCIAS

- BLOOMFIELD, L. *Language or ideas?* In: _____. *Language*. New York: H. Holt, 1935, p. 89-95.
- BORGES NETO, J. *Ensaio da filosofia linguística*. São Paulo: Parábola, 2004.
- CÂMARA JUNIOR, J. M. *História da linguística*. Petrópolis: Vozes, 1975. p. 15-20.
- CHOMSKY, N. Novos horizontes no estudo da linguagem. In: _____. *Novos horizontes no estudo da linguagem e da mente*. Tradução de Marco Antônio Sant'Anna. São Paulo: Editora UNESP, 2002. p. 29-52.
- FARACO, C. A. Características da mudança. In: _____. *Linguística histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005. p. 44-90.
- _____. Estudos pré-saussurianos. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. *Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos*. São Paulo: Cortez, 2009. p. 27-52.
- FEYERABEND, P. El problema de la existencia de las entidades teóricas. São Paulo: *Scientiae Zudia*, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 277-312, 2005. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ss/article/view/11038/12806>>. Acesso em: 23 jun. 2014.
- FIORIN, J. L. Por que ainda ler Saussure? In: _____. *Saussure: a invenção da linguística*. São Paulo: Contexto, 2013. p. 7-20.
- LABOV, W. *Sociolinguistic patterns*. Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 1972.

MATELOTTA, M. E. *Manual de linguística*. São Paulo: Contexto, 2012.

MUSSALIN, F. *O estruturalismo linguístico: alguns caminhos*. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. Ferdinand de Saussure e a fundação da linguística sincrônica. In: _____. *Linguística I*. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2008. p. 41-50.

_____. A operacionalidade da teoria saussuriana do valor. In: _____. *Linguística I*. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2008. p. 51-62.

SAPIR, E. La réalité psychologique des phonèmes. *Journal de psychologie normale et pathologique*, Paris, FR, v. 2, p. 247-265, 1933.

SAUSSURE, F. de. *Curso de linguística geral*. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

WEEDWOOD, B. *História concisa da linguística*. São Paulo: Parábola, 2002.

ORGANIZADORES

Ariel Novodvorski
Gisele Rosa
Lucas Chagas

O UNIVERSAL E O PARTICULAR NA LÍNGUA: DOS PRIMEIROS ESTUDOS ACERCA DA LINGUAGEM À TEORIA DE PRINCÍPIOS E PARÂMETROS

Teresa Cristina Nascimento

O interesse por compreender a linguagem específica da espécie humana remonta à Antiguidade e configura um longo processo de estudos, escolas e abordagens que se firmou como ciência no século XIX, mantendo-se, até os dias atuais, como profícuo campo de investigações científicas (Weedwood, 2012). Nesse sentido, é consensual a assertiva de que os estudos que antecederam o advento da Linguística como ciência compreendem o estudo gramatical da Antiguidade Clássica (Grécia e Roma), o período Medieval, a Renascença, a Gramática Comparada e a Neogramática.

Todas as etapas da história da Linguística no Ocidente são permeadas pelas perspectivas de língua como um sistema universal e de línguas como formas particulares; a partir de 1500, essas perspectivas passam a se alternar “em intervalos de aproximadamente um século e meio” (Weedwood, 2012). Essa alternância ocorre em termos de predominância e aceitação entre os que constituem a elite intelectual de um momento; assim, ao longo dos tempos, ambas as perspectivas coexistem, porém com *status* opostos e excludentes.

A tradição anterior à Linguística Comparativa e Histórica, segundo Faraco (2011, p. 29), “havia tratado a linguagem em projetos que a relacionavam com outros interesses (em especial, à lógica, à retórica, à

ENSAIOS
EM TEORIAS LINGÜÍSTICAS



Teresa Cristina Nascimento

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Uberlândia.

ORIENTADORA

Profa. Dra. Fernanda Costa Ribas

E-MAIL

te.cristina.nascimento@gmail.com

poética e ao bom uso)”, de modo que uma das perspectivas supracitadas predominava em detrimento da outra. Nota-se essa oposição também durante o século XIX: o método comparativo, por um lado, enfatizou a análise de línguas particulares, comparadas entre si, a fim de reconstituir a língua da qual se originaram as demais – a protolíngua; entretanto, por outro lado, estabeleceu a controversa ideia da universalidade de leis fonéticas que deveriam atuar nas mudanças linguísticas.

No século seguinte, como atesta Weedwood (2012, p. 125), mantém-se “a tensão das épocas anteriores entre o foco ‘universalista’ e o foco ‘particularista’ na abordagem dos fenômenos da língua e da linguagem [...]; o objeto da linguística é definido pelo viés do elemento ‘abstrato’, ‘universalista’, ‘sistêmico’, ‘formal’”. Ainda assim, ao estabelecer a língua como artefato social, Saussure torna o objeto de estudo centrado na particularidade de cada língua, e, ao privilegiar os estudos sincrônicos, os estruturalistas, de modo geral, concentram-se na descrição de línguas particulares, sem a preocupação de evidenciar possíveis aspectos universais que as interliguem.

Nesse processo, o Modelo de Princípios e Parâmetros, proposto por Chomsky (1981), aborda, explora e explica a relação entre os aspectos particulares e universais das línguas naturais, diferindo dos estudos linguísticos desenvolvidos até o advento da Gramática Gerativa, ou seja, aqueles empreendidos desde o século IV a. C.

Da Antiguidade Clássica à Renascença

As especulações acerca da linguagem durante o período que vai desde o século IV a. C. até o final do século XVIII revelam que o interesse pela língua subordinava-se a outro maior, relativo à indagação geral sobre a natureza do mundo que cercava o homem e suas instituições sociais, pautado, portanto, na Filosofia e na Lógica. Outrossim, buscava-se preservar as línguas cultas, fosse para manter o acesso à leitura das obras clássicas ou para garantir a forma “correta” de se expressar.

As primeiras controvérsias entre os estudiosos estabelecem-se na Grécia e referem-se à concepção de língua como reflexo do pensamento, originada de princípios eternos e imutáveis, fora do próprio homem; assim, estabelecer a origem de uma palavra e seu “verdadeiro” significado corresponderia a revelar uma das verdades da natureza. Os que concordavam com esse pressuposto eram chamados naturalistas, e os que se opunham, convencionalistas. Essa

questão estendeu-se para as regularidades ou não da língua, dividindo os estudiosos em analogistas e anomalistas (Lobato, 1986).

Nesse período, o aspecto universal é discutido sob a ótica de uma única língua, concebida em seu aspecto de sistema abstrato e de sua materialização, pois não se conheciam outras línguas. A explicação dada ao caráter convencional ou à anomalia da língua repousava em bases universais, como relata Weedwood (2012, p. 27) o nomoteta apreendera imperfeitamente o conhecimento a que tivera acesso direto, ou seja, “embora a língua, na origem, tenha estado ligada diretamente à realidade – e vestígios dessa conexão ainda possam ser encontrados –, agora ela já seria um caminho mais tortuoso para o conhecimento da realidade”.

O mesmo ocorre quanto à pressuposição de que as diferenças existentes na língua (falada ou escrita) são fruto da interpretação – individual – das impressões que as coisas verdadeiras – iguais para todos – provocam na alma. A ênfase no aspecto semântico do discurso e a preponderância do significado em detrimento da forma também ratificam o destaque conferido à perspectiva universal da língua, como a dedicação de Apolônio Díscolo em “mostrar os princípios racionais, a regularidade inerente, que subjazem à sintaxe da frase grega” (Weedwood, 2012, p. 33).

No período seguinte da Antiguidade Clássica, a elite intelectual é representada pelos romanos, que herdaram a tradição gramatical grega, tomando-a como modelo; a semelhança estrutural entre o latim e o grego levou os romanos a tomarem como universais as categorias gramaticais elaboradas pelos gregos. As bases conceituais estoicas e pitagóricas permaneceram nos estudos dos gramáticos e, portanto, a perspectiva universal, ainda que nesse período as reflexões incluíssem duas línguas. Notam-se as mesmas explicações para a origem das palavras, para a relação entre elas e seus referentes, bem como a ênfase ao aspecto semântico e à busca pelo significado original e pela compreensão dos “aspectos superiores à ordem do mundo” (Weedwood, 2012, p. 45).

Durante a Idade Média, várias regiões são conquistadas pelo Império Romano, e o latim clássico configura-se como a língua da erudição, do ensino, da diplomacia e da Igreja. A necessidade de se ensinar latim, tanto para a compreensão dos textos bíblicos quanto para manter o prestígio político, social e econômico vinculado a tal língua, impulsionou a produção de gramáticas, manuais e tratados. Assim, surgiram “as primeiras gramáticas do Ocidente elaboradas para estudantes de uma língua estrangeira” (Weedwood, 2012, p. 45)

Para os falantes não nativos aprenderem o latim, a base semântica e taxonômica da tradição romana mostrou-se ineficiente e foi substituída por uma base descritiva, voltada para

a forma, com tendência crescente de ser escrita e exemplificada pelos vernáculos. Gradualmente, o interesse pelos aspectos particulares das línguas desenvolveu-se, sobretudo, em função das diferenças que surgiram à medida que uma língua materna era usada nas gramáticas para ensinar latim.

À estabilização da aprendizagem do latim na Europa, na África e na Ásia, segue-se o florescimento de obras literárias e gramaticais escritas nos vernáculos. A tendência de enfatizar o viés particular das línguas surge mais em função das necessidades e do objetivo de mostrar que não apenas o latim poderia ser sistematizado do que com o intuito de estabelecer reflexões filosóficas ou linguísticas; então, as gramáticas positivas ganham espaço cada vez maior.

Entretanto, a integração da filosofia aristotélica ao pensamento cristão – a Escolástica – fez ressurgir o interesse pelos aspectos universais, os quais deveriam ser identificados e explicados pelos estudiosos da linguagem. Os pressupostos relativos às partes do discurso, dos conceitos e das significações, postos pelos gregos e herdados pelos romanos, foram considerados universais, e as diferenças, acidentais. Consequentemente, a ênfase aos fatos particulares das línguas foi sendo suplantada pela intenção de mostrar não só as regularidades das diversas línguas, mas uma regularidade igual à do latim. Os estudiosos se propuseram a identificar os princípios universais dos quais derivariam as categorias da gramática, da lógica, da epistemologia e da metafísica.

Concebendo a língua como um reflexo do pensamento – um espelho (*speculum*) –, os gramáticos dessa época ficaram conhecidos como especulativos, cujos maiores representantes são os modistas, assim denominados por enfatizarem os modos de significar, que seriam, necessariamente, correspondentes aos modos de ser e compreender, o que justifica a publicação de várias obras com o nome *De modis significandi*.

Porém, como relata Weedwood (2012, p. 95), com o Renascimento, “as preocupações universalistas dos modistas [...] foram suplantadas, no campo filosófico, pelo nominalismo e, no campo gramatical, pelo humanismo”, pois a valorização da tradição clássica, uma cultura não cristã e abundante em conhecimentos, permitiu que autores antigos fossem conhecidos e que se desenvolvesse o antropocentrismo. A erudição trouxe também o interesse pela literatura e pelo *conhecimento prático dos usos gerais dos poetas e escritores de prosa*,⁵ de modo que a gramática positiva, bem como os aspectos particulares das línguas, volta a predominar nos estudos desenvolvidos, influenciada também pelo interesse em muitas línguas recém-descobertas com a Reforma, principalmente o hebraico, o aramaico, o armênio e o siríaco.

⁵ Definição dada à gramática pelo erudito alexandrino Dionísio de Trácio (século II a. C.), conforme Lobato (1986).

O conhecimento passa a ser produzido e difundido por meio de diversos vernáculos, e não mais apenas pelo latim. Fora da Europa Ocidental, a referida língua não apresentava importância alguma, portanto a crença na universalidade do latim não fazia sentido no contexto exposto. Desse modo, a perspectiva de uma fragmentação linguística de proporções inimagináveis provocou uma reação por parte dos intelectuais e do público, os quais retomaram o interesse pelos aspectos universais. Esses aspectos e os ideais da gramática especulativa são expressos pelos mestres de *Port-Royal*, na *Grammaire Générale et raisonnée*. (Weedwood, 2012).

O século XIX

Os estudos histórico-comparativos, que ocorreram durante o século XIX, foram permeados ora pela ênfase nos aspectos particulares da linguagem, ora pelos universais. Lobato (1986) explica que o estabelecimento de princípios e métodos para classificação de famílias linguísticas e de uma teoria geral das transformações das línguas, a influência do Evolucionismo de Darwin, o quantitativo de estudos já realizados sobre inúmeros vernáculos da Europa e a tendência advinda de se investigarem as línguas como reflexo da nacionalidade, por causa dos ideais do Romantismo, levaram à ênfase nos aspectos particulares da linguagem. Entretanto, a descoberta do sânscrito e das semelhanças entre essa língua, o latim e o grego trouxe a proposição das protolínguas; a formulação das leis fonéticas, válidas para todas as línguas, e a perspectiva dos neogramáticos em considerar as alterações das línguas como sujeitas a leis fixas mudaram outra vez o foco das investigações, buscando as propriedades universais nas línguas.

Também durante o século XIX, o caráter de cientificidade foi atribuído aos estudos acerca da linguagem, quando Saussure delimita o objeto de estudo da Linguística e propõe um método de análise e uma metalinguagem para a nova ciência; nesse momento, então, desenvolve-se a linha de pesquisa estruturalista. O foco dos estudos saussurianos está na língua (em oposição à fala), no sistema linguístico abstrato, de caráter social, convencional e psíquico. Porém, esse caráter abstrato não pressupõe a existência de universais linguísticos; ainda que Saussure não negue a existência de forças que atuam de modo universal e permanente nas línguas, mesmo considerando os estudos diacrônicos, ele estabelece a primazia da sincronia. Ademais, os estruturalistas se ocupam da descrição de cada língua em particular e consideram ser impossível existir uma gramática universal.

A Sintaxe Gerativa

A Sintaxe Gerativa, proposta por Noam Chomsky no início de 1950, ao longo de sua trajetória histórica, passou por diversas adequações teóricas, à medida que dados científicos emergiam das pesquisas desenvolvidas em variadas línguas. Nesse cenário, a Teoria de Princípios e Parâmetros corresponde ao terceiro e atual estágio dessa vertente linguística (Raposo, 1998).⁶ O objetivo principal de Chomsky (1998) e de seus seguidores é claramente expresso na proposição relativa à principal tarefa da Linguística: explicitar, objetiva e cientificamente, o conhecimento linguístico dos falantes e compreender e explicar a *faculdade da linguagem* – a capacidade inata de todos os seres humanos desenvolverem uma dada língua por meio de um módulo mental independente, biológico e comum aos usuários de todas as línguas naturais, a gramática universal (GU).

Delineia-se, portanto, um arcabouço teórico de caráter mentalista e racionalista, cujo foco são os aspectos universais da língua. Assume-se a existência de uma estrutura de regras universal subjacente à realização morfológica e fonológica da língua, responsável por atribuir às entidades linguísticas os caracteres necessários para a formação de uma sentença aceitável e gramatical. Desse modo, com um número finito de regras, graças à GU, o falante é capaz de gerar um número infinito de enunciados. Ainda assim, contrariamente ao que ocorreu no campo de estudos da linguagem até então, a ênfase no universal não exclui o particular, sendo este, inclusive, relevante para corroborar aquele.

Mesmo antes de Princípios e Parâmetros, a descrição de diversas línguas já se constituía profícuo campo de pesquisa, dentre outros motivos, pela abordagem dedutiva do Gerativismo, isto é, pela proposição inicial de um axioma referente a um dado aspecto universal da língua, que é, posteriormente, verificado por meio das estruturas descritas do maior número possível de diferentes línguas.

Nessa perspectiva, entende-se o interesse pelas particularidades das línguas, pois as semelhanças confirmam certas hipóteses, enquanto as diferenças apontam novos questionamentos a serem respondidos. Por conseguinte, as regras de formação dos enunciados linguísticos – que são finitas – multiplicaram-se de modo a contemplar as diferenças entre as línguas ou entre estruturas de uma mesma língua. Para o objetivo central da teoria, a expansão da

⁶ Teoria Padrão e Teoria Padrão Estendida correspondem, respectivamente, à primeira e à segunda fase. Considera-se o programa minimalista parte da Teoria de Princípios e Parâmetros (Chomsky, 1997).

capacidade gerativa das línguas é proporcionalmente inversa à adequação explicativa da gramática universal.

Com o intuito de limitar a capacidade gerativa das línguas, as inúmeras regras então formuladas pelas pesquisas desenvolvidas em diversas línguas foram significativamente reduzidas, considerando-se princípios comuns a que estavam subordinadas variadas regras, até então derivadas de princípios diferentes. As diferenças entre as línguas foram adequadamente explicadas com base na Teoria de Princípios e Parâmetros. Segundo Kennedy (2013, p. 91),

os gerativistas assumem que a GU é composta por dois conjuntos de elementos. O primeiro deles são os *Princípios* universais, comuns a todas as línguas humanas, e o segundo são os *Parâmetros* particulares, que serão formatados conforme a experiência linguística dos indivíduos.

Chomsky (1998) afirma que a GU apresenta princípios universais e parâmetros particulares, sendo estes portadores de opções, em número limitado, responsáveis pelas diferenças existentes entre as línguas. Essas opções condicionam-se aos princípios e são realizadas morfológica e fonologicamente, obedecendo à sintaxe universal e em conformidade com as possibilidades existentes nos parâmetros. Para explicitar esse pressuposto, apresentam-se as noções de língua-I e língua-E: todos os indivíduos nascem com a GU, em que os princípios subjacentes a todas as línguas e os parâmetros encontram-se de forma potencial e latente.

A criança exposta a uma língua-E (usada pela comunidade linguística em que se encontra) recebe os estímulos necessários para que os parâmetros sejam acionados de uma ou outra forma. Ressalta-se o fato de que a ativação de dado parâmetro não pressupõe a inexistência de outro, mas, sim, que, naquela língua, ele não foi acionado, ou ligado, e encontra-se em estado latente, tanto que é possível ao ser humano aprender mais de uma língua.

Essa parametrização advinda da exposição à língua-E e o desenvolvimento da GU até que a aquisição de uma dada língua aconteça, constituindo o conhecimento acerca dessa língua, é o que se chama de língua-I, “um conjunto de conhecimentos especializados e relativamente independentes entre si” (Kennedy, 2013, p. 41). A língua-E, conforme o autor citado, designa um código linguístico específico a uma sociedade, investido, pois, de caráter cultural, político e histórico. O desenvolvimento das pesquisas norteado pelas concepções apresentadas explora inúmeros aspectos de línguas-E – como ordem canônica, ausência/presença de traços linguísticos, flexões etc. –, ratificando a assunção da GU.

Os axiomas são empregados no estudo de línguas orientais, ocidentais, línguas de sinais, línguas em extinção, *crioulos*, *pidgins*, interlínguas, variáveis e variantes de uma mesma língua,

dentre os quais se incluem estudos diacrônicos e sincrônicos. Outras áreas de estudo, como Aquisição de Linguagem, Morfologia, Fonologia, entre outros, utilizam o aparato teórico do Gerativismo como uma das vertentes da Sociolinguística, a Variação Paramétrica.

Considerações finais

Conforme o exposto, nota-se que o interesse pelos aspectos universais e particulares da língua alternou-se ao longo dos estudos acerca da linguagem de modo excludente, ou seja, a ênfase conferida a um aspecto pressupõe o descrédito do outro, ainda que um determinado grupo continuasse as investigações sob a ótica desprestigiada. Essa oposição entre a adoção de uma ou outra perspectiva justifica-se por diversos motivos, próprios ao momento histórico de cada período: questões de ordem filosófica, política, cultural, delimitação do objeto de estudo, perspectiva teórica, crenças e metodologia.

Considerando-se os momentos referentes aos estudos da linguagem abordados neste trabalho, a Teoria de Princípios e Parâmetros, de modo diferente dos demais, contempla e explica tanto as particularidades como os aspectos universais da língua, pois ambos são relevantes para que seja alcançado o objetivo central da teoria. Além disso, apesar de inseridos no arcabouço dessa linha de estudo, tais aspectos revelam-se importantes ferramentas para outros campos, inclusive não linguísticos.

REFERÊNCIAS

- CHOMSKY, N. *Knowledge of language: its nature, origins, and use*. New York: Praeger, 1986.
- CHOMSKY, N. Novos horizontes no estudo da linguagem. *Delta: documentação de estudos em linguística teórica e aplicada*, São Paulo, v. 13, 1997. Número especial. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-44501997000300002&script=sci_arttext#titulo>. Acesso em: 10 mar. 2014.
- FARACO, C. A. Estudos pré-saussurianos. In: MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. (Org.). *Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 27-51. v. 3.
- KENNEDY, E. *Curso básico de linguística gerativa*. São Paulo: Contexto, 2013.
- LOBATO, L. M. P. *Sintaxe gerativa do português: da teoria padrão à teoria da regência e ligação*. Belo Horizonte: Vigília, 1986.
- RAPOSO, E. *Teoria da gramática: a faculdade da linguagem*. Lisboa: Caminho, 1998.

WEEDWOOD, B. *História concisa da linguística*. São Paulo: Parábola, 2012.

ORGANIZADORES

Ariel Novodvorski
Gisele Rosa
Lucas Chagas

ENSAIOS
EM TEORIAS LINGÜÍSTICAS

**Micaela Pafume
Coelho**

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Uberlândia.

ORIENTADORA

Profa. Dra. Eliane Mara Silveira
E-MAIL
michaelapafume@yahoo.com.br

A NOÇÃO DE SISTEMA NOS ESTUDOS DA LINGUAGEM

Micaela Pafume Coelho

A noção de sistema está presente nos estudos da linguagem desde os primeiros trabalhos de que se tem registro: já nas gramáticas gregas, esse preceito mostrou-se importante na elaboração do sistema das partes do discurso⁷. Séculos mais tarde, a noção de sistema na linguagem foi relevante, principalmente nos estudos da sinonímia efetuados pelos gramáticos do século XVIII; em seguida, essa noção modificou-se, sendo também utilizada pelos estudiosos da Gramática Comparada do século XIX, de forma a indicar uma estrutura de organização das línguas estudadas.

Entre o final do século XIX e o início do século XX, a noção de sistema foi utilizada por Ferdinand de Saussure em seus estudos acerca da língua. Essa noção ocupa um lugar central na teorização do linguista, visto que compõe a própria definição de língua por ele proposta: um sistema de signos. Assim, uma vez que os estudos de Saussure se mostraram relevantes por delinearem o objeto de estudo próprio da Linguística, outorgando a ela um lugar entre as ciências modernas, e, tendo em vista que a noção de sistema é constituinte desse projeto epistemológico, consideramos pertinente analisar como essa noção era considerada nos estudos da linguagem anteriores ao início do século XX.

⁷ cf. Weedwood, 2012.

Para tanto, efetuaremos um percurso que se inicia nos estudos gregos, desde a criação do sistema de escrita fonético-representativo até a elaboração dos sistemas das partes do discurso, que aparecem nas primeiras gramáticas desenvolvidas na Grécia Antiga. Depois, buscaremos mostrar de que modo as noções de sistema, valor, relação e significação a ela subjacentes compõem os estudos dos gramáticos no século XVIII. Por fim, analisaremos a concepção de sistema adotada pelos estudiosos da linguagem do século XIX, os quais se dedicavam, sobretudo, às investigações concernentes à Gramática Comparada. Por serem contemporâneos de Saussure, conhecer o modo como esses autores utilizam a noção de sistema em suas elaborações pode evidenciar como essa mesma noção saussuriana de sistema estabelece uma relação de continuidade e ruptura com os estudos da linguagem desenvolvidos naquela época.

Essa análise justifica-se pelo fato de que a noção de sistema já compunha as teorizações acerca da linguagem anteriores às elaborações saussurianas. No entanto, apesar disso, o corte epistemológico efetuado por Saussure trouxe a noção de sistema⁸ de um modo que permitiu a delimitação do objeto de estudo ao qual a Linguística deveria se dedicar.

Os estudos gregos

Assim como se deu com o sistema numérico, o sistema de escrita foi essencial para o desenvolvimento da sociedade na passagem da Pré-história para a Idade Antiga. De acordo com Cagliari (2004, p. 1), os primeiros registros escritos foram feitos por meio da escrita ideográfica, com os pictogramas, que consistiam na representação gráfica da impressão visual das coisas. Esse tipo de escrita, mais tarde, deu lugar ao uso dos silabários, os quais, segundo Cagliari (2004, p. 1), representavam os sons das sílabas, o que possibilitou o surgimento do sistema de escrita silábico.

Com isso, diferentes povos valeram-se tanto dos sistemas de escrita mais antigos, tais como a escrita cuneiforme da Mesopotâmia, como também de criações próprias para formularem seus alfabetos. Desse modo, já no século XI a. C., há registros de que o sistema de escrita fenícia, por exemplo, havia se estabilizado, após diversas modificações, com um alfabeto composto por 22 letras. Cagliari (2004, p. 3) afirma que esse sistema era puramente fonético, sendo ele a origem do alfabeto grego, o qual fundamentou o desenvolvimento do alfabeto

⁸ Não foi apenas a noção de sistema que passou por esse deslocamento teórico, permitindo que Saussure estabelecesse seus princípios linguísticos do modo como o fez. As noções de valor, arbitrário e signo, entre outras, também foram de fundamental importância para o estatuto da Linguística enquanto ciência moderna.

romano. Os gregos, por sua vez, são considerados precursores no desenvolvimento de um alfabeto cujas letras representam consoantes e vogais, que, dispostas umas ao lado das outras, compõem as sílabas (Cagliari, 1997, p. 4).

Assim, após uma adaptação do alfabeto fenício para as necessidades fonéticas da língua grega, no século IV a. C., o alfabeto grego estabilizou-se em 24 letras, com a ortografia que deu origem ao sistema de escrita do grego clássico. Dessa forma, com base na história do sistema de escrita grego, é possível perceber que, mesmo que a escrita seja tomada apenas como uma representação da língua,⁹ no período da História Antiga, a noção de sistema já estava relacionada aos estudos da linguagem, ainda que de maneira indireta.

Uma vez estabelecidos o alfabeto e o sistema de escrita, os gregos puderam registrar seus estudos acerca da linguagem propriamente dita. Os primeiros estudos da linguagem conhecidos são datados, aproximadamente, do século V a. C. De acordo com Weedwood (2002, p. 21), “a história registrada da linguística ocidental começa em Atenas: Platão foi o primeiro pensador europeu a refletir sobre os problemas fundamentais da linguagem”. Nesses estudos iniciais dos gregos, de acordo com Neves (1987, p. 21), havia uma quantidade pequena de noções teóricas, as quais contrastavam com um “condicionamento linguístico significativo”, constituindo, assim, “um fundo para a organização dessas noções”.

Apesar de as reflexões serem pautadas em poucos preceitos teóricos, é notável que a noção de sistema consistia em um elemento componente desse pequeno grupo. Weedwood (2002, p. 33) afirma que foram os gregos que elaboraram o “sistema das partes do discurso” e desenvolveram alguns dos conceitos a ele relacionados, os quais até hoje apresentam um caráter essencial nos estudos linguísticos. No entanto, o que as gramáticas propunham como novo, na verdade, não era a quantidade de fatos que buscavam apresentar, mas o modo como a análise dos elementos, muitos dos quais já tratados na Filosofia, deveria ser efetuada. Nesse sentido, Neves (1987, p. 122) afirma que

a faixa que maior semelhança apresenta no tratamento dos filósofos e dos gramáticos é o exame dos elementos, embora a motivação desse exame seja totalmente diferente [...] e a gramática exiba um quadro explícito e organizado como não poderia haver na filosofia. (grifo nosso).

Assim, vemos que, embora a palavra sistema não seja mencionada no trecho acima, a noção de sistema encontra-se presente na abordagem gramatical dos conceitos. Isso pode ser

⁹ Partimos do posicionamento de Saussure (2006, p. 34) de que “língua e escrita são dois sistemas distintos de signos; a única razão de ser do segundo é representar o primeiro”.

evidenciado pelas noções de organização e explicação, que se apresentam de forma relacionada aos elementos-alvo da análise das gramáticas gregas.

A primeira gramática do Ocidente foi elaborada por Dionísio, o Trácio, e, segundo Neves (1987, p. 115), consistiu em “um tratado breve e metódico de doutrina gramatical”. Nele, Dionísio apresenta oito partes do discurso, as quais formavam um esquema bastante semelhante àquele apresentado nas gramáticas atuais: o nome, o verbo, o particípio (que é apresentado de forma separada do verbo, aspecto que não se mantém nas gramáticas contemporâneas), o artigo, o pronome, a preposição, o advérbio e a conjunção.

De forma semelhante, a gramática de Apolônio Díscolo – que foi considerada a de maior projeção durante o período dos imperadores romanos – apresentava também essas mesmas oito partes do discurso. Todavia, além da tarefa de classificação, Apolônio se dispôs a tratar também da sintaxe das partes do discurso, colocando-as em uma “ordem que imita a posição completa” (Neves, 1987, p. 157). Há, dessa forma, uma noção de hierarquia envolvendo a sintaxe das partes do discurso, visto que, para Apolônio, os elementos mais importantes do sistema são o nome e o verbo, sendo os outros elementos menos essenciais ou até mesmo acessórios:

Essa classificação distingue, pois, palavras essenciais e palavras acessórias, as primeiras indispensáveis à existência de uma proposição, as últimas correspondentes a ideias e relações secundárias (Neves, 1978, p. 158).

Dessa forma, é possível notar que a noção de sistema que fundamenta o estudo dos gregos acerca das partes do discurso, por se vincular ao trabalho de categorização gramatical e possuir um caráter hierárquico, parece estar relacionada a uma ideia de organização linguística. Em outras palavras, naquela época, a noção de sistema nos estudos da linguagem era utilizada como forma de designar uma classificação dos elementos linguísticos: “A gramática, procurando examinar *atos de língua*, faz a história virada: trata as partes do discurso como classes de palavras” (Neves, 1987, p. 122, grifo da autora).

Nesse sentido, essa concepção de sistema assemelha-se àquela tomada no âmbito da Sistemática (ou Taxonomia) da Biologia, porque a noção de classificação apresenta-se como um elemento adjacente central nas concepções de sistema adotadas nesses dois campos. O principal aspecto de distinção entre elas é o objeto de estudo ao qual estão relacionadas: na Taxonomia, visa-se à classificação e à descrição dos seres vivos, enquanto, na gramática grega, visava-se à classificação das partes do discurso, ou seja, o objeto de estudo era a linguagem humana.

Assim, uma vez mostrado o modo como a noção de sistema apresentara-se nas primeiras manifestações dos estudos da linguagem registradas, cabe conhecer como essa noção concebeu-

se em outro momento importante da teorização acerca da língua: os estudos da gramática no século XVIII. Apesar de a tradição desses estudos manter-se na abordagem gramatical, ela passou por alterações, que permitiram, mais tarde, uma mudança de perspectiva nos estudos das diversas línguas.

Os estudos da gramática do século XVIII

Durante os séculos XVII e XVIII, os estudos das línguas passaram a ser realizados, sobretudo, por gramáticos e visavam a, principalmente, explicar o funcionamento dos elementos das línguas estudadas. Contudo, para além disso, segundo Arnauld e Lancelot (2001, p. 5) – um dos autores da *Gramática de Port-Royal* –, trabalhar com diversas línguas levou a “buscar as razões de várias coisas que são ou comuns a todas as línguas ou particulares a cada uma delas”. Essa busca pelos aspectos gerais e particulares das línguas deu lugar à elaboração da gramática em questão, a qual, segundo Culler (1979, p. 46), “toma a linguagem como um quadro ou uma imagem do pensamento e, por isso, procura descobrir, através do estudo da linguagem, uma lógica universal, as leis da razão”.

De fato, para Arnauld e Lancelot (2001, p. 32), um dos principais aspectos que colocam o homem em posição de vantagem em relação aos outros animais

é o uso que dela [a palavra] fazemos para *expressar* nossos pensamentos, e essa invenção maravilhosa de compor, com vinte e cinco ou trinta sons, essa variedade infinita de palavras que, nada tendo em si mesmas de semelhante ao que se passa em nosso espírito, não deixam de revelar aos outros todo seu segredo e de fazer com que aqueles que nele não podem penetrar compreendam tudo quanto concebemos e todos os diversos momentos de nossa alma. (grifos nossos).

Ou seja, a busca dos gramáticos pelas generalidades e particularidades das línguas era fundamentada por uma concepção que tomava a língua como instrumento do pensamento. Por isso, a língua era passível de uma classificação em partes, tal como foi feito pelos primeiros gramáticos da Grécia Antiga. A *Gramática de Port-Royal* apresenta uma classificação da língua que se assemelha àquela proposta pelos gregos nos “sistemas das partes dos discursos”; para Arnauld e Lancelot (2001), a língua é composta por nomes, artigos, pronomes, preposições, advérbios, verbos, conjunções e interjeições.

Como se pode ver, assim como a classificação desenvolvida nas primeiras gramáticas, a proposta dessa gramática do século XVII baseia-se em oito partes do discurso. Não obstante, ela apresenta subclassificações e características em cada uma dessas partes e, além disso, apresenta a

interjeição como elemento constituinte do sistema proposto. Assim, os nomes, por exemplo, são subclassificados como substantivos, adjetivos, nomes próprios, apelativos, além de apresentarem variações de gênero e número. Da mesma forma, nessa classificação, os verbos apresentam diversidade de número, pessoa, tempo e modo, e também podem tomar as formas ativa, passiva e neutra. Ademais, o particípio, que, para as gramáticas gregas, consistia em um dos oito componentes fundamentais das partes do discurso, passa a compor as características possíveis dos verbos, junto com o gerúndio e o supino.

Vemos, então, que há, em torno dos estudos gramaticais do século XVII, uma noção de sistema que se assemelha àquela que sustentavam os estudos dos gregos ao elaborarem os “sistemas das partes do discurso”. No entanto, a produção dos séculos XVII e XVIII não se restringiu às classificações gramaticais que visavam a explicar o funcionamento da manifestação do “espírito” por meio da linguagem.

O abade G. Girard, para além disso, destacou-se por tratar dos sinônimos da língua francesa, publicando, em 1718, a obra *La justesse de la langue française, ou les différentes significations des mots qui passent pour synonymes*. Quase um século depois, em 1810, suas definições dos sinônimos do francês foram publicadas no *Dictionnaire universel des synonymes de la langue française*, em conjunto com as definições de outros estudiosos da linguagem do século XVIII, como Diderot e Dalember. No *Avertissement sur cette édition* do dicionário, é possível identificar que algumas noções, como as de valor, ideia e significação, mostravam-se importantes para o estudo dos sinônimos de uma determinada língua. Mais do que isso, naquela época, essas noções pareciam justificar a relevância do estudo da sinonímia:

Assim, uma língua é verdadeiramente tão rica quanto haja *valores e ideias* encerrados em todas as suas palavras. Essa verdade comum, mas sensível, pode nos fazer perceber como é importante o estudo dos SINÔNIMOS para a língua francesa. Pouco rica pelo número de palavras, ela assim se torna pela realidade de suas *significações*. Pode-se, portanto, chegar a suprir sua indigência determinando, por meio de *distinções* sutis, porém sempre verdadeiras, a *diferença* que oferecem as palavras na Sinonímia. (DICTIONNAIRE..., 1810, p. i, grifo em caixa alta original, grifos em itálico nossos).¹⁰

Assim, vemos que, no início do século XIX, os estudiosos da linguagem consideravam ricas as línguas cujas palavras apresentavam valores e ideias encerrados em si mesmos. Então, já

¹⁰ Tradução nossa de: “Ainsi une Langue n’est véritablement riche qu’autant qu’il y aura de valeurs et d’idées renfermées dans le nombre de ses mots. Cette vérité commune, mais sensible, peut nous faire sentir combien est important l’étude des SYNONIMES pour la Langue française. Peu riche par le nombre de ses mots, elle le devient par la vérité de leurs significations. On peut donc parvenir à suppléer à son indigence, en déterminant par des distinctions fines, mais toujours vraies, la différence qu’offrent ses mots dans leur Synonymie”.

nesse momento, havia uma noção de valor vinculada à significação das palavras, cuja importância mostrava-se clara para os estudos da sinonímia.

Além disso, é possível notar que a noção de diferença apresenta-se como um aspecto que deve ser considerado na relação entre as palavras sinônimas, mesmo que suas significações já estejam estabelecidas. Ou seja, segundo o raciocínio apresentado no trecho acima, ainda que dois termos diferentes sejam tratados como sinônimos, há, entre eles, distinções, de modo que não apresentam exatamente o mesmo significado; eles apenas compartilham a faculdade de designarem ideias semelhantes. Dito de outro modo, para essa concepção de sinonímia do século XIX, não há palavras que possuem a mesma significação, isto é, não existem sinônimos exatos.

Ademais, esse caráter distintivo dos sinônimos apresenta-se em conjunto com a noção de língua enquanto *sistema*. Ao que parece, esses dois aspectos – distinção e sistema – estabelecem uma relação, de forma a requisitarem-se reciprocamente nos estudos da linguagem:

Eles [os sinônimos] parecem tornar fecunda a observação de um gênio secreto que soubesse generalizar observações particulares e espalhar por todo o *sistema da Língua* uma luz, cujos raios teriam acabado de anunciar a aurora. O abade Girard então apareceu e estabeleceu uma maneira de ver e de desvendar as *nuances distintivas* dos SINÔNIMOS (DICTIONNAIRE..., 1810, p. iv, grifo em caixa alta original, grifos em itálico nossos).¹¹

Embora não seja estabelecido que tipo de sistema é a língua para esses estudiosos do final do século XVIII, pensá-la como tal tornava possível o estudo dos sinônimos não como palavras de ideias equivalentes, mas, sim, como palavras cujas significações são particulares, mesmo que pareçam designar a mesma ideia. A noção de sistema no trabalho desses autores acerca da linguagem guarda, portanto, uma semelhança com o que viríamos a conhecer como Linguística Moderna no século XX. Trata-se da inter-relação entre as noções de sistema, diferença e significação, numa reflexão que, a priori, pautava-se principalmente na sinonímia e que, mais tarde, foi levada para o estudo da língua em geral, principalmente nas elaborações de Ferdinand de Saussure.

Assim, consideramos pertinente conhecer também de que modo essa mesma noção era utilizada nos estudos da Gramática Comparada no século XIX. Esses estudos foram desenvolvidos contemporaneamente ao processo de elaboração da teorização saussuriana, a qual, como já afirmamos, apresenta uma noção de sistema que permitiu que a Linguística se estabelecesse como uma ciência independente. No entanto, apesar de fazer parte do meio de

¹¹ Tradução nossa de: “Ils semblaient attendre pour devenir féconds le coup-d’œil d’un génie pénétrant qui sût généraliser des remarques particulières, et répandre dans le système entier de la Langue une lumière dont quelques rayons avoient à peine annoncé l’aurore. L’abbé Girard parut; et, se faisant à lui-même une manière de voir et de démêler les nuances distinctives des SYNONYMES”.

pesquisa em Gramática Comparada, as reflexões do linguista não se ativeram às análises comparativas desenvolvidas naquela época. Tendo isso em vista, consideramos importante expor como a noção de sistema era vista pelos contemporâneos de Saussure, cuja abordagem era de caráter unicamente comparativo.

Os frutos da Gramática Comparada

Ao longo do século XIX, os estudos da Gramática Comparada visavam a encontrar as semelhanças existentes entre as diversas línguas, com a hipótese de que, com base nas similaridades encontradas, seria possível reconstituir a “língua-mãe”.

Esses sistemas, para Schlegel, por exemplo – a quem a introdução do termo Gramática Comparada¹² é atribuída –, estavam relacionados à *estrutura* interna da língua, a qual consistia no fator-chave para se esclarecerem as semelhanças encontradas entre as línguas comparativamente analisadas¹³. De forma similar, Humboldt defendia que a língua possui, além de uma forma externa – ligada à matéria bruta (os sons) –, também uma forma interna, que seriam o “padrão, ou *estrutura*, de gramática e [o] significado que é imposto sobre essa matéria bruta” (Weedwood, 2002, p. 108, grifo nosso). Além disso, de acordo com Faraco (2011, p. 42),

O senso de sistema (a língua como uma organização) [...], estava também presente em Humboldt quando este afirmava que nenhum elemento poderia ser estudado fora da *forma* da língua (no sentido que ele dava à palavra forma – isto é, “o elemento constante e uniforme no trabalho mental de elevar o som articulado a uma expressão do pensamento, quando percebido em sua mais completa compreensão e sistematicamente apresentado” (grifo original).

Assim, vemos que, tanto para Schlegel como para Humboldt, a noção de sistema relaciona-se à organização interna da língua, ou seja, à sua estrutura, a qual consiste em um aspecto de caráter essencial no desenvolvimento dos estudos comparatistas. Esse caráter pode ser mais diretamente observado na ressalva feita por Humboldt, em que a noção de estrutura não consiste simplesmente numa característica da forma interna da língua; mais do que isso, ela é também um aspecto fundamental para que o estudo das línguas possa ser efetuado, visto que este só ocorre por meio do desmembramento de suas estruturas:

¹² Cf. Paveau, Sarfati, 2006, p. 12.

¹³ Cf. Culler, 1979, p. 52, grifo nosso.

O desmembramento de suas *estruturas* [das línguas], indispensáveis ao seu estudo, força-nos inclusive a considerar as línguas como um processo que avança com a ajuda de certos meios rumo a certos fins, e, desse modo, a *vê-las realmente como processo de formação das nações* (Humboldt, 2006, p. 101, grifos nossos).

Assim, fica evidente que Humboldt toma a noção de estrutura (sistema) não só como modo de organização *da língua*, mas também como um fator que possibilita a análise das *diversas línguas*. Apesar disso, por mais que o linguista considere a existência de um sistema interno da língua, ele nega a existência de uma ordem própria desse objeto, pelo fato de relacioná-lo diretamente ao processo de formação das nações. Afirmamos isso, pois, a nosso ver, caracterizar a língua como um processo de formação dos povos significa tomá-la como uma ferramenta que se encontra a serviço e sob o comando da sociedade, sendo, portanto, um aspecto cultural semelhante a todos os outros.

Nesse sentido, consideramos pertinente ressaltar, ainda, a teorização de outro estudioso da linguagem do século XIX: o americano Whitney. A noção de sistema na teorização do autor se encontra, assim como nas reflexões de Saussure, na própria definição do objeto de estudo proposto. Isso pode ser percebido de forma indireta quando Whitney define a linguagem como um conjunto de signos: “A linguagem propriamente dita é um *conjunto* de signos pelos quais o homem exprime consciente e intencionalmente seu pensamento a seus semelhantes” (Whitney, 2010, p. 17, grifo nosso).

A nosso ver, existe uma relação entre as noções de sistema e de conjunto que se justifica conforme as concepções de sistema tomadas na Filosofia e na Biologia, expostas nos itens anteriores deste capítulo: são elas, respectivamente, um “conjunto de princípios que formam uma ordem” e “um conjunto de órgãos cujos funcionamentos conjuntos permitem a existência dos sistemas biológicos”. Dessa forma, tomar a linguagem (uma grandeza maior) como um conjunto de signos (grandezas menores) de modo a formar um todo evidencia uma relação entre a noção de conjunto e sistema nas reflexões de Whitney. Essa relação fica mais evidente quando o autor, ao tratar do processo de aquisição da linguagem, ressalta que

A tese de que a semelhança geral de constituição intelectual entre os membros de uma sociedade os conduz a formular *sistemas de signos* semelhantes não poderia se apoiar nos fatos de observação; porque a distribuição das línguas e dos dialetos não tem nenhuma relação com as capacidades naturais, as inclinações e a forma física dos falantes desse dialeto (Whitney, 2010, p. 24, grifo nosso).

Uma vez que o excerto acima consiste em uma consideração acerca do processo de aquisição da linguagem, dizer que os membros de uma sociedade são conduzidos, nesse

processo, a formular “sistemas de signos semelhantes” entre si leva-nos a entender, então, que são esses sistemas que constituem a própria linguagem.

Além disso, ao negar que a linguagem de um povo está relacionada às capacidades naturais e às características físicas de seus falantes, Whitney recusa qualquer vínculo biológico entre a língua e o próprio povo. Com essa negação, o autor a classifica, então, como uma instituição de caráter social: “Não é absurdo, à primeira vista, que a linguagem, *considerada como uma instituição de invenção humana*, esteja submetida à mudança” (Whitney, 2010, p. 45, grifo nosso).

No entanto, assim como ocorre com Humboldt, escapa a Whitney a percepção de uma ordem própria da língua. Isso pode ser notado justamente pelo modo como o autor justifica a ocorrência de mudanças nessa instituição. Para ele, o indivíduo pode atuar como seu modificador, principalmente durante o período de aquisição da linguagem:

As instituições humanas em geral se transmitem pela tradição, como a linguagem, e são modificadas ao longo dessa transmissão. [...] a criança comete toda sorte de erro durante seus primeiros esforços para falar; se ela for atenta, e sua educação cuidadosa, ela aprende a corrigi-lo mais tarde; mas frequentemente é desatenta e não é instruída, de modo que, ao aprender sua língua materna, o indivíduo está sujeita a alterá-la (Whitney, 2010, p. 45).

Nesse sentido, tendo em vista que a definição de língua para Whitney apresenta-a como um sistema de signos, afirmar que ela é passível de ser alterada pelo indivíduo, ao que nos parece, significa considerar seus signos como elementos cuja convenção é unicamente social. Whitney, 2010, p. 32) não nega o princípio da arbitrariedade dos signos, pois afirma que “toda palavra transmitida é um signo arbitrário e convencional”. No entanto, o fato de que, para o autor, o indivíduo tem o poder de modificar a língua restringe o caráter arbitrário do signo para uma convenção que independe das relações estabelecidas no interior do sistema linguístico, as quais são explicadas pela Teoria do Valor de Ferdinand de Saussure.

Assim, vemos que há, de fato, entre os trabalhos dos linguistas do século XIX, a utilização da noção de sistema em suas teorizações. No que tange a Schlegel e Humboldt, representantes notáveis dos estudos da linguagem desenvolvidos na época, a noção de sistema parece se relacionar diretamente à noção de estrutura, enquanto *modo de organização interno das línguas estudadas*.

Além disso, essa noção de sistema como estrutura interna da língua afasta-se da noção que permeia tanto os trabalhos dos gramáticos dos séculos XVII e XVIII como os dos gregos. Segundo Humboldt (2006, p. 109), a “forma da língua não se limita absolutamente à assim

chamada forma gramatical. [...] O conceito de formas das línguas estende-se para muito além das regras de sintaxe e, inclusive, das de formação de palavras”. Ou seja, a noção de sistema presente nos estudos linguísticos do século XIX ia além da classificação gramatical e relacionava-se, principalmente, aos “aspectos do trabalho mental contínuo da construção da expressão” (Faraco, 2011, p. 43).

A respeito das reflexões de Humboldt e de Whitney, vemos que, apesar de a noção de sistema ser constituinte de suas teorizações, nenhum dos dois autores parece chegar à reflexão acerca da existência de “uma ordem própria da língua”, tal como faz Saussure (2006, p. 31).

Considerações finais

Neste ensaio buscamos analisar as concepções de sistema tomadas por estudiosos da linguagem em três diferentes momentos: i) durante o desenvolvimento das gramáticas gregas, ii) nos estudos da linguagem desenvolvidos ao longo dos séculos XVII e XVIII iii) e nas pesquisas acerca da Gramática Comparada, ocorridas majoritariamente durante o século XIX.

Nas gramáticas elaboradas no período da Grécia antiga, a noção de sistema estava relacionada à identificação das partes do discurso e à categorização gramatical, e esse aspecto manteve-se, de certa forma, nos estudos gramaticais desenvolvidos no século XVII. Por outro lado, os estudiosos que se dedicavam à sinonímia nesse mesmo período adotavam uma concepção de sistema que se vinculava à noção de relação dos elementos sinônimos da língua, fato que evidencia uma descontinuidade da noção de sistema, quando considerada nesses dois primeiros momentos de análise.

A respeito dos estudos da Gramática Comparada, vimos que Humboldt e Whitney se afastam de uma noção de sistema vinculada à gramática, uma vez que, para eles, o sistema da língua parece consistir um aspecto interno. Apesar disso, ou seja, desse caráter interno do sistema na teorização de cada autor, em nenhuma delas se alcança uma reflexão a respeito da ordem própria da língua, o que as distancia do alcance da natureza do objeto próprio da Linguística.

REFERÊNCIAS

ARNAULD, A.; LANCELOT, C. *Gramática de Port-Royal*. Tradução de Bruno Fregni Basseto, Henrique Graciano Murachco. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

CAGLIARI, L. C. *Alfabetização & linguística*. 10. ed. São Paulo: Scipione, 2004.

_____. *Análise fonológica: introdução à teoria e à prática com especial destaque para o modelo fonêmico*. Campinas, SP: L. C. Cagliari, 1997.

CULLER, J. *As ideias de Saussure*. Tradução de Carlos Alberto da Fonseca. São Paulo: Cultrix, 1979.

DAVIES, A. M. Saussure and Indo-European linguistics. In: SANDERS, C. (Org.). *The Cambridge Companion to Saussure*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006. p. 9-29.

DICTIONNAIRE universel des synonymes de la langue française. Paris: Imprimerie Stéréotype de Mame, 1810. Disponível em: <<https://archive.org/details/dictionnaireuniv01guiz>>. Acesso em: 12 mar. 2014.

DUCROT, O. *Estruturalismo e linguística*. Tradução de José Paulo Paes. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1968.

FARACO, C. A. Estudos pré-saussurianos. In: BENTES, A. C.; MUSSALIM, F. (Org.) *Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

HABLER, G. *La notion de valeur saussurienne: continuité ou innovation?* 2007. Disponível em: <<http://www.uni-potsdam.de/romanistik/hassler/pdf/Saussure.pdf>>. Acesso em: 24 maio 2016.

HUMBOLDT, W. V. Forma das línguas. In: HUMBOLDT, W. HEIDERMANN, W.; WEININGER, M. (Org.). *Wilhelm von Humboldt: linguagem, literatura e bildung*. Florianópolis, UFSC, 2006. p. 94-119.

NEVES, M. H. M. *A vertente grega da gramática tradicional*. São Paulo: Hucitec, 1987.

PAVEAU, A. M; SARFATI, G. E. *As grandes teorias da linguística: da gramática comparada à pragmática*. Tradução de Rosário Gregolin. São Carlos, SP: Clara Cruz, 2006.

SAUSSURE, F. *Cours de linguistique générale*. Édition critique préparé par Tulio de Mauro. Paris: Payot, 1967.

_____. *Cours de linguistique générale*. Édition critique par Rudolf Engler. Wiesbaden: Harrassowitz, 1968.

_____. *Curso de linguística geral*. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes, Izidoro. Blikstein. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

WEEDWOOD, B. *História concisa da linguística*. Tradução de Marcos Bagno. 5. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

WHITNEY, W. D. *A vida da linguagem*. Tradução de Márcio Alexandre Cruz. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

ORGANIZADORES

Ariel Novodvorski
Gisele Rosa
Lucas Chagas

**O CONCEITO DE LÍNGUA EM DIFERENTES
PERSPECTIVAS: REFLEXÕES ACERCA DO
ESTRUTURALISMO, DO GERATIVISMO
E DA COMPLEXIDADE**

Gisele da Cruz Rosa

Larissa de Sousa Silveira

A Linguística é tradicionalmente conceituada como o “estudo científico da língua(gem)” (Weedwood, 2002, p. 9). Para entendermos melhor esse conceito, é importante que saibamos a diferença entre linguagem e língua. Segundo Martelotta (2009, p. 16), os linguistas definem linguagem como a “capacidade que apenas os seres humanos possuem de se comunicar por meio das línguas” e língua como um “sistema de signos vocais utilizados como meio de comunicação entre os membros de um grupo social ou de uma comunidade linguística”.

Quando dizemos que a Linguística estuda a linguagem, o foco não está somente na estrutura particular das línguas, mas, sim, nos processos que constituem a base de utilização dessas línguas como instrumentos de comunicação. Ou seja, o linguista é um “estudioso dos processos através dos quais essas várias línguas refletem, em sua estrutura, aspectos universais essencialmente humanos” (Martelotta, 2009, p. 16).

ENSAIOS
EM TEORIAS LINGÜÍSTICAS

*Gisele da Cruz Rosa
& Larissa de Souza
Silveira*

Mestrandas do Programa de
Pós-Graduação em Estudos
Linguísticos da Universidade
Federal de Uberlândia.

ORIENTADORA

Profa. Dra. Valeska Virgínia
Soares Souza

E-MAILS

giseledacruzrosa@gmail.com
larasilveira_16@hotmail.com

A Linguística, tal como a conhecemos hoje em dia, estabeleceu-se somente há algumas décadas, mas o estudo da linguagem começou a ser desenvolvido muito antes da invenção da escrita. No livro *História Concisa da Linguística*, de Barbara Weedwood (2002), é possível conhecer toda a história da área, desde a tradição ocidental, passando pelo século XIX, até a Linguística do século XX.

Não entraremos em detalhes sobre esse histórico, pois o foco do ensaio está nos conceitos de língua elaborados desde o Estruturalismo de Ferdinand de Saussure. Vale ressaltar, no entanto, que a Linguística constituiu-se como ciência a partir dos últimos anos do século XVIII, quando William Jones entrou em contato com o sânscrito e deu início aos estudos comparativos desta com outras línguas, como o grego e o latim (Faraco, 2011).

Saussure é considerado o pai da Linguística moderna, que teve início com os estudos do século XX. A história da Linguística demonstra que muitos outros estudiosos contribuíram de maneira bastante significativa para os estudos da linguagem, mas o recorte realizado por Saussure e os longos anos de estudo foram levados em consideração, conferindo-lhe esse *status* tão importante. Após Saussure, devemos destacar os estudos de Noam Chomsky, do Gerativismo, que muito contribuíram para a evolução da Linguística moderna e, conseqüentemente, para os estudos posteriores.

No presente ensaio, interessam-nos os diferentes conceitos de língua elaborados por esses estudiosos. O conceito sofreu muitas mudanças de uma época para outra, e, apesar disso, nenhuma abordagem pode ser descartada, já que cada uma reflete a ideologia de sua linha de pesquisa.

Partindo-se dessa consideração, hoje em dia temos muitas concepções de língua, que inclusive vão além das postuladas no início do século XX. Para enriquecer nossa argumentação, tomaremos como base teórica o livro de Ellis e Larsen-Freeman (2009), *Language as a Complex Adaptive System* e o texto *Por uma abordagem complexa de ensino de línguas*, de Borges e Paiva (2011), para explorar o conceito de língua como um sistema complexo e demonstrar qual a importância desses estudos contemporâneos para a Linguística como um todo.

O objetivo deste ensaio é, portanto, dissertar sobre os principais pressupostos do Estruturalismo e do Gerativismo relacionados ao conceito de língua e apresentar reflexões acerca da abordagem de língua como sistema adaptativo complexo, estabelecendo uma comparação entre essas diferentes concepções. Para tanto, o texto foi estruturado em quatro seções: O conceito de língua nas perspectivas estruturalista e gerativista; Língua como sistema adaptativo

complexo; Conceito comparativo de língua sob a ótica do Estruturalismo, do Gerativismo e da Complexidade; e Considerações finais.

O conceito de língua nas perspectivas estruturalista e gerativista

O Estruturalismo de Saussure defende que a língua é a parte essencial da linguagem. Por esse motivo, ela é o objeto de estudo da Linguística estrutural. De acordo com Martelotta (2009, p. 115), um dos princípios estruturalista é:

a língua deve ser estudada em si mesma e por si mesma. É o que chamamos estudo imanente da língua, o que significa dizer que toda preocupação extralinguística precisa ser abandonada, uma vez que a estrutura da língua deve ser descrita apenas a partir de suas relações internas (grifos no original).

Isso não significa que Saussure desconsiderava a existência da fala. Pelo contrário, o estudioso reconhecia que a linguagem possui um lado social (*langue*) e um lado individual (*parole*) e que é impossível conceber um sem o outro. Ele entendia que não era possível estudar a língua independentemente da fala, pois uma se estabelece na outra. A questão é que o foco dos estudos estruturalistas está na língua, pois é nela “que se encontra a essência da atividade comunicativa, e não aquilo que é específico de cada um” (Martelotta, 2009, p. 116). A fala, na concepção saussuriana, constitui o uso individual do sistema, a utilização concreta de um código de língua, por isso é caracterizada como parte individual da linguagem.

Ainda de acordo com esse mesmo autor,

O entendimento saussuriano é o de que a língua corresponde à parte essencial da linguagem e constitui um *tesouro* – um sistema gramatical – depositado virtualmente nos cérebros de um conjunto de indivíduos pertencentes a uma mesma comunidade linguística. Sua existência decorre de uma espécie de contrato implícito que é estabelecido entre os membros dessa comunidade. Daí seu caráter social (Martelotta, 2009, p. 116).

Para reforçar esse conceito, extraído do livro *Manual de Linguística*, tomemos algumas considerações presentes na obra *Curso de Linguística Geral*, escrita com base nas anotações de Saussure e de seus alunos e organizada por Charles Bally e Albert Sechehaye (1972). Nesse livro, a língua é a parte essencial da linguagem e “é, ao mesmo tempo, um produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos” (Bally; Sechehaye, 1972, p. 17).

Concluimos, portanto, que na visão estruturalista a língua é de natureza convencional, social, externa e independente do indivíduo.

O Gerativismo de Chomsky já apresenta uma visão diferente em relação a todos esses conceitos. Primeiramente, é importante ressaltar que, no entendimento de Chomsky,

A capacidade humana de falar e entender uma língua (pelo menos), isto é, o comportamento linguístico dos indivíduos, deve ser compreendida como o resultado de um dispositivo inato, uma capacidade genética e, portanto, interna ao organismo humano (e não completamente determinada pelo mundo exterior, como diziam os behavioristas), a qual deve estar fincada na biologia do cérebro/mente da espécie e é destinada a constituir a competência linguística de um falante (Martelotta, 2009, p. 129).

Essa disposição inata descrita por Chomsky ficou conhecida como faculdade da linguagem, que é o objeto de estudo do Gerativismo. De acordo com essa ideia, as línguas passam a ser interpretadas como uma faculdade mental natural, e não somente como um comportamento socialmente condicionado. Com esse pressuposto, Chomsky também caracterizou a criatividade como sendo peculiar a todos os falantes, uma vez que são capazes de produzir frases inéditas a todo momento.

Segundo Kenedy (2013), o conceito de língua é problemático, pois pode assumir diferentes significados. Ele postula que pelo menos dois significados podem ser claramente expostos: língua como faculdade cognitiva, ou seja, presente na mente humana, e língua como algo que está fora da mente humana, existente no código linguístico de uma determinada comunidade. Nesse sentido, o autor traz algumas considerações de Chomsky, que procurou solucionar esse problema de conceitos. Segundo ele, Chomsky “propôs o uso do termo ‘língua-I’ para fazermos referência à língua em sua acepção cognitiva. Para nos referirmos à língua como fenômeno sociocultural, Chomsky propôs o termo ‘língua-E’” (Kenedy, 2013, p. 28).

Seguindo esse raciocínio, língua-E seria, então, o fenômeno compartilhado pelos indivíduos de uma mesma comunidade, que adotam uma mesma cultura. Por exemplo, a língua-E do brasileiro é o português, do americano é o inglês e assim por diante. Já a língua-I é o conhecimento linguístico presente na mente de uma pessoa, uma habilidade mental de produzir e compreender frases. A língua-I seria então o que chamamos de faculdade da linguagem, sendo, portanto, o interesse principal de pesquisa do Gerativismo.

De acordo com Kenedy (2013, p. 31), “para um gerativista, uma língua-E é simplesmente um código linguístico, um léxico com seus inúmeros componentes”. A língua-E é considerada, portanto, somente em relação à descrição das informações codificadas no léxico das línguas, pois “o interesse particular do gerativista recai sobre o fato de a mente humana ser capaz de adquirir

essas informações, sejam quais forem, para, a partir delas, produzir e compreender expressões linguísticas no uso cotidiano da língua-I” (Kenedy, 2013, p. 31). Concluímos então que, para o Gerativismo, a língua é uma faculdade cognitiva presente na mente dos falantes, e não somente algo externo ao indivíduo.

Percebemos que as duas abordagens tratadas nesta seção apresentam diferenças em suas concepções de língua, mas, ao mesmo tempo, trazem argumentos que sustentam suas linhas de pesquisa. Na próxima seção, veremos uma concepção ainda mais inovadora e que está mais presente nos estudos modernos.

Língua como sistema adaptativo complexo

Ellis e Larsen-Freeman (2009), e muitos outros autores que se baseiam na Teoria da Complexidade, classificam a língua como um sistema adaptativo complexo. É complexo por envolver a participação de diferentes agentes, como os falantes de uma determinada comunidade, e adaptativo por sofrer variações e mudanças dependendo das necessidades da comunidade de fala e dos falantes.

Existe uma justificativa para o emprego do termo sistema adaptativo complexo, e não somente sistema complexo. Borges e Paiva (2011, p. 341, grifos no original) destacam que, “na LA [Linguística Aplicada], apesar do emprego constante do vocábulo *sistema complexo*, optamos pelo uso do termo *sistema adaptativo complexo* (SAC) devido à ênfase nos processos de *adaptação e aprendizagem*”. Isso ocorre porque sistemas complexos são robustos e podem ser denominados como sistemas adaptativos complexos em virtude da sua capacidade de auto-organização e de manutenção da sua essência e da sua identidade.

Demo (2002) também adota esse termo, comparando seu conceito ao de “caos estruturado”. Em sua perspectiva, sistemas adaptativos complexos abrangem fenômenos simultaneamente caóticos e estruturados. Ele explica que “é caótico no sentido de que seu ser apresenta-se dotado de propriedades não lineares ou de dinâmica também ambígua/ambivalente. É estruturado porque, na maior desordem, sempre é possível divisar alguma ordem” (Demo, 2002, p. 13).

Transpondo essas ideias para o conceito de língua, temos que a língua é um sistema adaptativo complexo, pois é estruturada conforme regras preestabelecidas e, ao mesmo tempo, é caótica, no sentido de que é um sistema vivo e dinâmico e está aberta a constantes mudanças e evoluções: “Como todo sistema complexo, a língua(gem) é um sistema aberto, e novos

componentes vão se agregando, fazendo com que o sistema mude e se auto-organize constantemente, pois nada é fixo” (Borges; Paiva, 2011, p. 342).

No livro *Language is a Complex Adaptive System*, Ellis e Larsen-Freeman apresentam sete características de língua como um sistema adaptativo complexo, que podem ser assim traduzidas: controle distribuído e emergência coletiva; diversidade intrínseca; dinamicidade; adaptação através de competição de fatores; não linearidade e transição de fases; sensibilidade e dependência de uma rede de estruturas; e mudança local.

Falemos um pouco de cada uma delas. A primeira característica significa que a língua existe nos níveis individual e social. Segundo os autores, a língua é emergente nesses dois níveis, que são interdependentes: “Um idioleto é emergente de interações sociais de um indivíduo que utiliza a língua comum para se comunicar com outros indivíduos, enquanto a língua comum é emergente do resultado da interação dos idioletos”¹⁴ (Ellis; Larsen-Freeman, 2009, p. 15).

A segunda característica preconiza a existência de uma diversidade intrínseca à língua, ou seja, não existe um falante ideal ou um representante ideal da língua. Cada idioleto é o produto do uso que cada indivíduo faz da língua. Tal concepção remete-nos à terceira característica, que aborda a língua como um sistema dinâmico, ou seja, que está em constante evolução e reorganização, conforme já dissertamos nos parágrafos anteriores.

A quarta característica demonstra que a língua, assim como todos os sistemas complexos, existe pela interação de diversos fatores. Essa interação faz com que a língua sofra mudanças de acordo com as estruturas estabelecidas. A adaptação emergirá por meio da competição de fatores, por exemplo, em um conflito de interesses entre determinados falantes e ouvintes: a adaptação acontecerá de acordo com o posicionamento mais forte e mais aceito pela comunidade. Isso acontece muito quando um novo termo é incorporado a uma língua, pois a adaptação desse termo depende do uso em massa pelo resto da comunidade. Na língua portuguesa, temos alguns exemplos: em 2011, o *Dicionário Aurélio* incorporou novos termos em sua edição, como “tuitar”, “spam”, “blogar”, “chocólatra”, “mochileiro”¹⁵ etc., que são de uso constante na fala cotidiana, mas que, até então, não haviam sido reconhecidos como termos da língua.

A quinta característica remete-nos a uma das principais peculiaridades dos sistemas complexos, a não linearidade, que impede a previsão das mudanças que possam vir a ocorrer. Como o sistema é aberto, ele está suscetível à interferência de fatores externos, os quais são

¹⁴ Nossa tradução para: “An idiolect is emergent from an individual’s language use through social interactions with other individuals in the communal language, whereas a communal language is emergent as the result of the interaction of the idiolects.”

¹⁵ Para mais informações, acessar: <http://revistalingua.uol.com.br/textos/62/artigo248997-1.asp>

imprevisíveis, e pode sofrer mudanças aleatórias, ou seja, em que uma causa não apresenta, necessariamente, a consequência esperada. Mesmo que um termo seja amplamente utilizado por uma comunidade linguística, isso não significa que ele será incorporado à língua. Ao mesmo tempo, temos a sexta característica, que adverte da existência de uma sensibilidade e da dependência a uma rede de estruturas. Mesmo que o sistema seja não linear, a estrutura linguística exerce uma influência muito grande na evolução da língua, e esse fator não deve ser desconsiderado.

A última característica, mudança local, já foi bastante discutida nos parágrafos anteriores e explora a questão das particularidades de cada comunidade. A língua emerge das interações sociais entre os indivíduos de uma dada sociedade; como consequência, as mudanças deverão ser baseadas, primeiramente, nos recursos e fatores predominantes nessa sociedade, para, talvez, depois, atingir a língua como um todo.

Concluimos, então, que, na visão da Teoria da Complexidade, a língua é um sistema complexo, adaptativo, aberto, não linear e dinâmico. Na próxima seção, estabeleceremos uma breve relação entre as visões apresentadas até agora, para, em seguida, elaborar uma conclusão mais substanciada neste ensaio.

Conceito comparativo de língua sob a ótica do Estruturalismo, do Gerativismo e da Complexidade

Vimos, nas seções anteriores, uma descrição das principais abordagens do conceito de língua sob as óticas estruturalista, gerativista e complexa. Cada perspectiva reflete uma visão de língua: na primeira, a língua é interpretada como um comportamento socialmente condicionado; na segunda, é vista como uma faculdade mental natural; e, na terceira, como um sistema complexo, adaptativo, aberto, não linear e dinâmico.

Com o propósito de fazer uma retrospectiva e analisar de forma contrastiva as abordagens do conceito de língua descritas ao longo deste ensaio (estruturalista, gerativista e complexa), apresentamos o quadro a seguir, que oferece um resumo das principais características dessas três perspectivas.

QUADRO 1 - Principais características dos conceitos de língua sob as perspectivas estruturalista, gerativista e complexa

	Estruturalismo	Gerativismo	Complexidade
Teóricos destacados	Saussure	Chomsky; Kenedy	Ellis; Larsen-Freeman
Definição	Língua é, ao mesmo tempo, um produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos.	Língua pode assumir dois significados: 1) faculdade cognitiva, ou seja, presente na mente humana; e 2) algo que está fora da mente humana, existente no código linguístico de uma determinada comunidade.	Língua é um sistema adaptativo complexo, estruturado conforme regras preestabelecidas, e, ao mesmo tempo, caótico, no sentido de que é um sistema vivo e dinâmico que está aberto a constantes mudanças e evoluções.
Característica principal	Língua estudada em si mesma e por si mesma.	Língua interpretada como uma faculdade mental natural.	Sistema complexo, adaptativo, aberto, não linear e dinâmico.
Visão geral	A estrutura da língua deve ser descrita apenas de acordo com suas relações internas.	Chomsky propôs o uso do termo língua-I para fazermos referência à língua em sua acepção cognitiva. Para nos referirmos à língua como fenômeno sociocultural, Chomsky propôs o termo língua-E.	Como todo sistema complexo, a língua(gem) é um sistema aberto; novos componentes vão se agregando a ela, fazendo com que o sistema mude e se auto-organize constantemente, pois nada é fixo.
Natureza	Convencional, social, externa e independente do indivíduo.	Mentalista (independe de propriedades linguísticas externas à mente)	A língua é um sistema adaptativo (sofre variações e mudanças dependendo das necessidades da comunidade de fala e dos falantes) e complexo (sua existência envolve a participação de diferentes agentes, como os falantes de uma determinada comunidade).
Foco dos estudos	Língua como essência da atividade comunicativa.	Língua como faculdade cognitiva, presente na mente dos falantes, e não somente algo externo ao indivíduo.	Língua como um sistema adaptativo complexo, simultaneamente caótico e estruturado.

Fonte: As autoras.

Desenvolvidas as explanações necessárias, pode-se inferir que, sob a ótica do Estruturalismo, do Gerativismo e da Complexidade, o conceito de língua apresenta diferenças e

semelhanças. Para estruturalistas e gerativistas, língua constitui um sistema abstrato e homogêneo de relações ou regras estáveis. Contudo, ficou claro que, enquanto os estruturalistas tratam a língua como um produto social da faculdade da linguagem, que é a essência da atividade comunicativa, os gerativistas, diferentemente, conceituam a língua como uma faculdade mental natural, presente na mente dos falantes, e não somente como algo externo ao indivíduo.

No que tange à visão de língua como um sistema adaptativo complexo, ambas as linhas têm suas perspectivas retratadas, e inovações são apresentadas. Na seção seguinte, as diferenças e semelhanças entre as perspectivas em tela serão melhor elucidadas.

Considerações finais

Após a explanação das concepções de língua nas perspectivas estruturalista, gerativista e complexa, percebemos que existem diferenças e semelhanças entre elas. As diferenças estão, principalmente, no Estruturalismo e no Gerativismo, pois o primeiro campo de estudo considera a língua somente como produto do meio social, enquanto o segundo admite a existência de uma língua-I, que é inata na mente humana. Por outro lado, Chomsky também postula a existência de uma língua-E, que traz exatamente o conceito de língua apresentado por Saussure. Essas diferenças não rebaixam ou supervalorizam uma teoria ou outra, pois cada uma adota uma concepção para suas pesquisas e análises. São teorias existentes há muito tempo, e ainda hoje encontramos pesquisadores estruturalistas e gerativistas, assim como de outros campos de estudo.

A ideia de língua como sistema adaptativo complexo abarca as perspectivas estruturalista e gerativista e ainda apresenta novas considerações. De acordo com Borges e Paiva (2011, p. 342),

a língua(gem) na perspectiva dos SACs nos permite conciliar as várias visões de língua(gem) – comportamento adquirido, conjunto de estruturas, sistema de signos, faculdade inata, função cerebral, sistema social de comunicação, discurso, e instrumento de pensamento e de ação.

Em outra publicação, Paiva também ressalta que a visão complexa de língua pode admitir a ideia gerativista de estruturas mentais inatas e, ao mesmo tempo, “sustentar a noção de que parte da linguagem é adquirida por meio da repetição e da criação automática de hábitos linguísticos, como explicado pelos estruturalistas” (Paiva, 2011, p. 75).

Tais considerações revelam que, assim como em um sistema complexo, tudo está inter-relacionado. Todas as teorias, mesmo tendo surgido em épocas distintas e apresentarem concepções diferentes, estão ligadas em algum ponto. De certa forma, entendemos que uma teoria é a evolução da outra: o que Saussure não teve tempo de observar, Chomsky o fez; o que ninguém, até então, havia investigado, a Teoria da Complexidade tentou entender e sistematizar.

Em uma passagem de Borges e Paiva (2011, p. 342), temos que “Saussure, de certa forma, já preconizava a complexidade do fenômeno quando dizia que a língua(gem) é multiforme e que pertence a diferentes domínios”. Esses diferentes domínios seriam o individual e o social, e os campos físico, fisiológico e psíquico.

Com essa passagem, conseguimos concluir melhor o que foi exposto anteriormente: as teorias não se excluem, elas se complementam. Saussure já percebia a complexidade do fenômeno linguístico, mas isso somente foi sistematizado pela Teoria da Complexidade. Da mesma forma, Chomsky desenvolveu a ideia estruturalista de língua como fenômeno sociocultural e acrescentou a ideia de língua como capacidade cognitiva. A Teoria da Complexidade, então, considerou essas perspectivas anteriores para desenvolver suas próprias concepções.

REFERÊNCIAS

BORGES, E. F. V; PAIVA, V. L. M. O. Por uma abordagem complexa de ensino de línguas. *Linguagem e ensino*, Pelotas, v. 14, n. 2, p. 337-356, ago./dez. 2011. Disponível em: <http://www.veramenezes.com/Borges_Paiva.pdf>. Acesso em: 5 out. 2013.

DEMO, P. *Complexidade e aprendizagem: a dinâmica não linear do conhecimento*. São Paulo: Atlas, 2002.

ELLIS, N. C; LARSEN-FREEMAN, D. *Language as a complex adaptive system*. Hoboken, New Jersey: Wiley-Blackwell, 2009.

FARACO, C. A. Estudos Pré-Saussurianos. In: MUSSALIM, F; BENTES, A. C. *Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos*. São Paulo: Cortez, 2011, p. 27-51.

KENEDY, E. *Curso básico de linguística gerativa*. São Paulo: Contexto, 2013.

MARTELOTTA, M. E. (Org.). *Manual de linguística*. São Paulo: Contexto, 2009.

PAIVA, V. L. M . O. Linguagem e aquisição de segunda língua na perspectiva dos sistemas complexos . In: BURGO, V. H.; FERREIRA, E. F.; STORTO, L. J. *Análise de textos falados e escritos: aplicando teorias*. Curitiba: CRV, 2011. p. 71-86.

SAUSSURE, F. *Curso de linguística geral*. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1969.

WEEDWOOD, B. *História concisa da linguística*. São Paulo: Parábola, 2002.

ORGANIZADORES

Ariel Novodvorski
Gisele Rosa
Lucas Chagas

ENSAIOS
EM TEORIAS LINGÜÍSTICAS



*Valéria Lopes de
Aguiar Bacalá*

Doutoranda do Programa de
Pós-Graduação em Estudos
Linguísticos da Universidade
Federal de Uberlândia.

ORIENTADOR

Prof. Dr. Waldenor Barros de
Moraes Filho

E-MAIL

valeriabacala@prove.ufu.br

DOIS LADOS DO MESMO OBJETO: DA ESTRUTURA AO USO DA LÍNGUA

Valéria Lopes de Aguiar Bacalá

A Linguística é definida como ciência da linguagem ou como estudo científico da linguagem, distinguindo-se da gramática tradicional, que não tem o valor científico ao qual a Linguística se propõe. A linguagem, entendida como ferramenta de estudo para compreensão da realidade, iniciou-se na Grécia e em Roma, com o confronto entre duas visões opostas de língua(gem): ora como fonte de conhecimento, ora como meio de comunicação (Weedwood, 2012, p. 23-24).

A ciência linguística passou por três fases antes de definir o seu verdadeiro objeto de estudo. A primeira foi a herança grega da Gramática, que se baseava na lógica, sem utilizar qualquer visão científica e desinteressada da própria língua. Em seguida, surgiu a Filologia, que também falhou, por se ater primordialmente à língua escrita, esquecendo-se da falada. Por último, houve a fase da Gramática Comparada, na qual uma língua era explicada por meio de outra. Esse modelo de Linguística não se preocupou em estabelecer um objeto de estudo e, assim sendo, não estabeleceu um método de estudo (Saussure, 1995).

Após as tentativas iniciais de estudos da língua(gem), surge, no início do século XX, a Linguística moderna. Na chamada Linguística moderna, que tem a língua como seu objeto de estudo, há muitas discussões sobre qual paradigma melhor explica os fenômenos da linguagem. Questões

ligadas à aquisição de língua(gem) são, ainda hoje, permeadas de controvérsias que pendulam entre dois importantes polos, aos quais muitos pesquisadores da linguagem se dedicam: de um lado, situa-se a corrente behaviorista, e de outro, a inatista.

O presente ensaio tem como objetivo discutir a importância de Saussure para o desenvolvimento da Linguística moderna, passando pelas principais correntes teóricas que se estabeleceram após os apontamentos de Saussure nas primeiras décadas do século XX. Pontuarei que o paradigma formal e o funcional são lados diferentes de um mesmo objeto e que as diversas correntes teóricas originadas desses dois paradigmas não são excludentes, mas complementares. Minha discussão visa também ressaltar que as alternâncias epistemológicas não representam uma evolução na seara dos estudos linguísticos, pois, na verdade, são formas distintas de abordar, analisar, definir e interpretar conceitos com vistas a um mesmo objeto, que é a língua(gem).

A aceitação de uma abordagem, análise, definição ou conceito implica distanciar-se de outras não menos importantes para a compreensão do objeto língua(gem). Ao se escolher apagar a importância de discussões teóricas em detrimento de outras, como, por exemplo, os apontamentos de Saussure que não representam um único lado do objeto língua, está-se, em certa maneira, considerando, talvez de forma leviana, que Saussure assim também pensava. Em suas anotações e em seu livro póstumo, *Curso de Linguística Geral* (CLG), o mestre suíço deixa clara a existência de dois lados do objeto língua; o que Saussure fez foi escolher um para limitar o escopo de seus estudos e desenvolver sua teoria conforme menciona:

O estudo da linguagem comporta, portanto, duas partes: uma, essencial, tem por objeto a língua, que é social em sua essência e independente do indivíduo; esse estudo é unicamente psíquico; outra, secundária, tem por objeto a parte individual da linguagem, vale dizer, a fala, inclusive a fonação e é psico-física. [...] esses dois objetos estão estreitamente ligados e se implicam mutuamente; a língua é necessária para que a fala seja inteligível e produza todos os seus efeitos; mas esta é necessária para que a língua se estabeleça; historicamente, o fato da fala vem sempre antes (Saussure, 1995, p. 27).

Outra questão que se faz pertinente esclarecer neste texto é o amplo debate ao qual os linguistas se dedicam sobre a importância do Formalismo e do Funcionalismo para os estudos da língua. Enquanto alguns linguistas, que se intitulam pertencentes a um dos lados dentre esses dois grupos, esforçam-se para provar que suas teorias são as melhores para o campo da Linguística, outros, como os linguistas aplicados, grupo de pesquisadores no qual me incluo – os analistas críticos de discurso, os pragmáticos, os sociolinguistas, entre outros –, já perceberam que a comparação é inviável, porque um paradigma não exclui o outro. Ambos são importantes e fundamentais para a compreensão dos fenômenos linguísticos.

Conforme apontado por Faraco (2011), foi Saussure quem realizou um corte nos estudos linguísticos que deu condições efetivas para se construir uma verdadeira ciência da linguagem, não só por mostrar que a língua poderia ser tratada como uma forma (livre de substância), mas principalmente como essa forma constituía-se no jogo sistêmico de relações de oposição. Nas palavras desse autor, “nada é num sistema linguístico senão por uma teia de relações de oposição, [...] nada interessa numa tal perspectiva sistêmica salvo o puramente imanente” (Faraco, 2011, p. 28).

Como Faraco afirma, o surgimento da Linguística moderna deve-se, essencialmente, à publicação póstuma do *Curso de Linguística Geral*, editado por Charles Bally e Albert Sechehaye, no ano de 1916. Para essa publicação, Bally e Sechehaye se serviram de suas próprias anotações e das de outros estudantes, que também tiveram a oportunidade de seguir um dos três cursos que Saussure lecionou, entre 1907 e 1911, na Universidade de Genebra.

A obra sintetiza os ensinamentos de Ferdinand de Saussure. Graças a essa iniciativa dos editores do *Cours de Linguistique Générale*, as ideias do linguista de Genebra chegaram até nossos dias. De fato, devemos reconhecer que Saussure possibilitou um verdadeiro corte epistemológico em termos de teoria e metodologia linguísticas. As ideias saussurianas, tal como aparecem no CLG, foram extremamente abrangentes, destacando-se pela influência que exerceram nas escolas de Genebra (Bally, Sechehaye, Burger, Frei, Godel etc.), Praga (em Troubetzkoy, Jakobson etc.) e Copenhague (Hjelmslev, Brondal etc.) e no pensamento de outros linguistas importantes, como Meillet, Martinet, Emile Benveniste e Leonard Bloomfield. Desse modo, fica atestada a importância de Ferdinand de Saussure no desenvolvimento da Linguística, especialmente por ter transformado a Linguística em ciência, uma vez que foi ele quem primeiro procurou definir o objeto de estudo dessa área. Contudo, redigido por seus discípulos (Bally, Riedlinger e Sechehaye), o CLG ainda promove polêmicas de ordem teórica e autoral.

Para cumprir o objetivo deste ensaio, é importante buscar desde as primeiras influências até as que norteiam a Linguística moderna hoje. Abordo em meu texto algumas correntes teóricas centrais do Formalismo e do Funcionalismo linguístico, as quais caracterizo a seguir.

1. Linguística moderna e os fundamentos de Saussure

Os estudos linguísticos modernos apresentam, de forma geral, abordagens que buscam a melhor compreensão dos fenômenos que envolvem a linguagem e o seu uso. Tais abordagens apresentam discussões situadas em dois paradigmas importantes, o Formalismo e o Funcionalismo. Nesse sentido, a fragmentação entre forma e função sugere um corte que divide as correntes teóricas dos estudos linguísticos.

Sabe-se que o pensamento saussuriano suscita a atenção de pesquisadores em Linguística. Entretanto, à tradição dos séculos que precederam o mestre de Genebra, pouca atenção tem sido dada. Geralmente os manuais de Linguística não abordam os estudos acumulados anteriormente à publicação do CLG, entre os quais se encontram os estudos de Whitney – autor lido por Saussure –, que merecem destaque.

Segundo Faraco (2011), o pensamento de Whitney já previa o ideário muitas vezes associado por alguns críticos, mas de forma equivocada, com as investigações linguísticas de Saussure, como, por exemplo: “a língua como conjunto de signos”; “a linguagem humana distingue-se da comunicação animal no sentido de que os signos são arbitrários”; “a linguagem, como corpo orgânico, não é um agregado de partículas semelhantes, mas um conjunto de partes unidas umas às outras”; “uma língua é um grande sistema de estrutura complexa e simétrica”.

As asserções acima encerram ideias anteriores a Saussure. Este as refinou e as aperfeiçoou de forma sistêmica. É verdade que não se podem equiparar, de forma indistinta, as asserções de Whitney às de Saussure, mas se devem reconhecer as similaridades entre elas. Como pontua Faraco, Saussure tinha discordâncias em relação a Whitney; contudo, ele não escondia suas muitas concordâncias com esse autor, em especial quanto à ideia de que os signos linguísticos são arbitrários e convencionais e quanto à concepção de língua como uma instituição social, em oposição à concepção de língua como um organismo natural (Faraco, 2011, p. 41).

Seria, portanto, tendencioso atribuir a Saussure, assim como a Chomsky, Givón, Dik e outros expoentes da ciência linguística, a marca do ineditismo total. Entretanto, é comum, nas ciências em geral, partir de ideias anteriores para a expansão e propagação de outras mais recentes e modernas. Assim, apresento, na sequência, as ideias de Saussure que permitiram o desenvolvimento da ciência linguística moderna.

2. Formalismo linguístico

Os paradigmas do Formalismo e do Funcionalismo têm objetivos diferentes. A Sintaxe Gerativa é um modelo de conhecimento linguístico, enquanto a funcional é um modelo de processamento verbal (Nascimento, 1990 apud Castilho, 2012, p. 18): “os dois modelos de análise podem contribuir um para o progresso do outro”, pois focalizam o fenômeno linguístico sob ângulos distintos (Nascimento, 1990 apud Castilho, 2012, p. 18).

O Formalismo refere-se ao estudo da forma linguística. Nesse sentido, a língua é vista como um sistema autônomo, e seus estudos focam, especificamente, na Fonética, na Fonologia, na Morfologia e na Sintaxe, ou seja, priorizam as características internas da língua, seus constituintes e as relações entre eles. Portanto, a língua é observada nas relações entre suas partes e os princípios que orientam sua organização, gerando explicações que partem da própria estrutura.

Saussure, ao apresentar uma ruptura com a tradição histórica dos estudos linguísticos em seu CLG, inaugura um dos marcos da Linguística moderna (Mussalim; Bentes, 2011), como já apresentado no início de meu texto, denominado, posteriormente, de Estruturalismo. Apesar de o termo Estruturalismo não ter sido usado por Saussure, o ponto central de suas discussões reside no fato de que, para estabelecer um estudo sério do fenômeno linguístico, é necessário que se admita a língua como uma estrutura, cujas propriedades essenciais são também propriedades estruturais.

Harris (1989) destaca que a característica crucial do pensamento saussuriano é que a própria estrutura da língua cria as unidades e as relações entre elas; portanto, a estrutura existe como um todo, e não em partes. Vejamos o que é o Estruturalismo de Saussure.

2.1. Estruturalismo de Saussure

Saussure (1995, p. 17) afirma que língua e linguagem não são a mesma coisa. A língua é parte da linguagem; ela é, “ao mesmo tempo, um produto social da faculdade de linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos”. Para o autor, a linguagem é heterogênea, ao passo que a língua é um sistema de signos de natureza homogênea, coletiva e exterior ao indivíduo, que por si só não pode criá-la nem a modificar. Dessa forma, Saussure estabelece a língua como objeto da Linguística e faz uma distinção entre língua (*langue*), um sistema social, e fala (*parole*), que

permite a evolução da língua, mas cujas “manifestações são individuais e momentâneas” (Saussure, 1995, p. 27).

O CLG apresenta uma série de pressupostos acerca do objeto de estudo da Linguística, dentre os quais temos o conceito de signo linguístico. O signo linguístico é uma entidade psíquica que representa a união entre um conceito (significado) e uma imagem acústica (significante). O signo linguístico é, de forma geral, arbitrário, pois a relação que une o significante ao significado é imotivada. Ao caráter arbitrário do signo linguístico, acrescenta-se a linearidade, isto é, o significante, que “desenvolve-se no tempo, unicamente [...] representa uma extensão[, e] essa extensão é mensurável numa só direção: é uma linha” (Saussure, 1995, p. 79).

Para Saussure, o pensamento é uma massa amorfa e indistinta, a qual não se molda à massa fônica por esta não possuir rigidez ou oferecer fixação. Já a língua é responsável por atravessar o plano das ideias e dos sons e fornece ao pensamento os significantes de que precisa. Nesse sentido, ela é considerada uma forma, e não uma substância.

A língua é, também, um sistema de valores, e cada elemento dela pode ser definido por suas relações com outros elementos do sistema, e não por seu conteúdo. As relações são sintagmáticas quando os termos estabelecem relações lineares e consecutivas entre si; são associativas quando preveem combinações em qualquer ponto do paradigma, sendo essas relações mnemônicas e virtuais.

Outro ponto importante no CLG é a distinção que Saussure faz entre a sincronia e a diacronia. Por sincronia, ele entende que é “tudo quanto se relacione com o aspecto estático da nossa ciência” e, por diacronia, “tudo que diz respeito às evoluções” (Saussure, 1995, p. 96). Nesse sentido, a sincronia diz respeito ao eixo de simultaneidades, “um estado de língua”, e a diacronia, refere-se ao eixo de sucessividades, “fase de evolução”.

O que apresento acima resume, brevemente, o pensamento de Saussure, ou o que chamam de Estruturalismo saussuriano, que deu a Chomsky subsídios para o desenvolvimento de sua teoria, a qual integra o conjunto de correntes formalistas. Entretanto, a teoria de Saussure que está contida na obra póstuma CLG talvez não represente o que o autor pensava, muito menos o que ele quisesse realmente dizer. É possível observar em alguns pontos do CLG afirmações que podem ser contestadas em relação à teoria de Saussure, uma vez que foram interpretações feitas por seus discípulos com base nas aulas do mestre suíço e no valor que a elas foi por eles atribuído.

Passemos a seguir para a teoria de Chomsky.

2.2. Linguística gerativa

Os estudos gerativistas, na figura de seu principal representante, Chomsky, surgem como reação à abordagem behaviorista da linguagem. Esses estudos apresentam uma rejeição à visão da linguagem como condicionada socialmente por hábitos e pela relação estímulo/resposta – considerados exteriores ao indivíduo –, conforme apresentada pelo Estruturalismo, especialmente no de Bloomfield, um dos representantes da corrente nos Estados Unidos.

Kenedy (2013) afirma que a abordagem de Chomsky foi inovadora, porque a Linguística, até 1950, ocupava-se de uma dimensão social e histórica da linguagem humana, tal como apontava o Estruturalismo linguístico. Foi após Chomsky que os linguistas passaram não só a descrever a estrutura das línguas, mas também a procurar explicações para como a mente humana é capaz de adquirir e processar essas estruturas: “A linguagem e as línguas naturais passam a ter na mente humana sua morada” (Kenedy, 2013, p. 18).

Para Chomsky, a criatividade humana é a capacidade de criar novas frases a todo momento, distinguindo-se da comunicação animal e opondo-se à noção behaviorista de previsibilidade de respostas a um dado estímulo (Kenedy, 2013). Assim como Saussure, Chomsky estabelece outra dicotomia nos estudos da linguagem, as noções de competência e desempenho. A primeira é o conhecimento potencial internalizado que o indivíduo possui da língua e que lhe permite avaliar as sentenças produzidas; a segunda diz respeito ao uso efetivo da língua(gem) em situações concretas. Dessa forma, Chomsky estabelece a competência como objeto de estudo da Linguística, pois, para ele, o desempenho não pode refletir a competência, uma vez que a língua em uso apresenta uma série de mudanças e desvios do sistema de regras que o indivíduo domina.

O Gerativismo nasce como um programa de investigação científica e apresenta uma concepção da linguagem como um “sistema de conhecimentos interiorizado na mente humana” (Raposo, 1992, p. 27). As questões centrais dessa corrente dizem respeito ao conteúdo do sistema de conhecimentos linguísticos de um falante de uma dada língua, à forma como esse sistema desenvolve-se na mente do falante, como ele é utilizado em situações comunicativas e às áreas físicas do cérebro que estão na base desse sistema de conhecimentos (Raposo, 1992).

É possível observar uma aproximação entre Saussure e Chomsky na distinção *langue/parole* e competência/desempenho. Entretanto, Saussure apresenta uma visão de língua como estrutura, um inventário sistemático de itens, e Chomsky, como um fato social, ou seja, ele concebe a língua como um sistema de representação mental e ainda destaca a natureza criativa da

competência. Outro ponto em que esses dois pesquisadores se distinguem é o fato de que Saussure observava a Linguística como parte da Semiologia, relacionada às questões psicossociais, ao passo que Chomsky, ao abordar os aspectos cognitivos da linguagem, baseava-se na Psicologia cognitiva.

Após discorrer brevemente sobre o Formalismo linguístico, abordo o paradigma funcionalista, que se coloca no lado oposto ao Formalismo.

3. Funcionalismo linguístico

Como apresentado na seção anterior, o Formalismo, segundo Castilho (2012), contextualiza a língua em si mesma, isto é, nas suas propriedades internas, selecionando a gramática como seu componente central. Tanto a corrente estruturalista quanto a gerativista integram a tradição formalista.

De maneira oposta ao Estruturalismo, o “Funcionalismo contextualiza a língua na situação social em que se dá a interação verbal, cujas representações estruturais são então estudadas” (Castilho, 2012, p. 20). De forma semelhante ao que se chama de Estruturalismo, o que os teóricos nomeiam de Funcionalismo não se consolida como uma corrente monolítica de pensamento linguístico. Aliás, deve ser definida, com maior propriedade, como uma teoria heteróclita e multifacetada. Segundo Neves, (2004, p. 1)

caracterizar o funcionalismo é uma tarefa difícil, já que os rótulos que se conferem aos estudos ditos “funcionalistas” mais representativos geralmente se ligam diretamente aos nomes de estudiosos que os desenvolveram, não a características definidoras da corrente teórica em que eles se colocam.

O Funcionalismo define a língua como um instrumento de interação social e, segundo Dillinger (1991), refere-se ao estudo do significado e do uso da linguagem em interações comunicativas. Assim, o estudo do sistema linguístico está subordinado ao uso da língua, cuja “forma se adapta às funções que exerce” (Mussalim; Bentes, 2011, p. 165). A linguagem, portanto, não possui um fim em si mesma, e a estrutura é considerada motivada pelo contexto, pela situação comunicativa.

São características que pertencem ao Funcionalismo: a concepção de linguagem como um instrumento de comunicação e interação social, o estabelecimento de um objeto de estudo baseado no uso real e a impossível separação entre sistema e uso, uma vez que o uso funciona como o gerador do sistema. A ideia de que a estrutura linguística é moldada pelo uso antecede a

segunda metade do século XX. Desde a Antiguidade grega, de acordo com Cunha et al (2003), já havia uma polêmica em torno da motivação da expressão e do conteúdo da língua. Essa questão dividiu as ideias helênicas entre convencionalistas e naturalistas.

Os convencionalistas e naturalistas atentavam-se para as relações entre as coisas do mundo e suas designações; os anomalistas e analogistas, para as relações das regularidades do sistema linguístico. As discussões a respeito da iconicidade ou arbitrariedade do signo baseiam-se nesses pressupostos teóricos da Antiguidade.

Para o Funcionalismo, que reforça o uso da língua como fator de mudanças, o estudo linguístico deve partir especificamente do uso baseado nos falantes reais, e não em abstrações e/ou em modelos idealizados. O Funcionalismo surge, então, como uma (re)atualização de antigos princípios. O Círculo Linguístico de Praga representa essas ideias iniciais dos funcionalistas europeus, que a próxima seção abordará.

3.1. Funcionalismo europeu: Círculo Linguístico de Praga

O Círculo Linguístico de Praga (CLP) surgiu, convencionalmente, em 1926, e um dos principais nomes que se destaca nesse movimento é o de Roman Jakobson. Apesar de o CLP ser considerado como pertencente à corrente estruturalista pós-saussuriana, seus representantes apresentam a língua como um sistema funcional, isto é, um sistema de meios de expressão que se destina a um fim. Assim, a língua é compreendida como uma relação entre forma e função de caráter teleológico, mas também como um produto da atividade humana.

A principal contribuição de Jakobson (2007) à Linguística foi a divisão das funções da linguagem: a) referencial (denotativa ou cognitiva), que diz respeito ao referente, ao contexto; b) emotiva (expressiva), que é centrada no remetente e evidencia a atitude do falante sobre o que está falando; c) conativa, cuja orientação é o destinatário; d) fática, que é direcionada ao contato; e) metalinguística, que salienta o código; e f) poética, que destaca a mensagem. Nesse sentido, o CLP afasta-se do Estruturalismo saussuriano ao apresentar uma visão funcional da língua.

A arbitrariedade e a linearidade do signo são colocadas em destaque, uma vez que, para o CLP, a relação entre significante e significado é mais icônica do que imotivada, e as combinações de diferentes características não ocorrem apenas sucessivamente (eixo sintagmático), mas também de forma simultânea (eixo paradigmático) (Jakobson, 1980).

Outra questão central para os estudiosos do CLP refere-se à crítica à concepção de língua como um sistema homogêneo, pois, segundo Jakobson (1980), a língua é um sistema de sistemas, um código mais amplo que inclui vários subcódigos.

Destaco a seguir outra corrente funcionalista, conhecida como sistêmico-funcional.

3.2. Linguística Sistêmico-funcional

A Linguística Sistêmico-funcional (LSF) compreende a linguagem como um sistema sociosemiótico (Cunha, 2003; Souza, 2007; Halliday, 1994), cujo foco reside na análise de produtos autênticos da interação social, considerando suas relações com a cultura e o contexto social nos quais esses produtos são negociados.

A LSF postula que todas as línguas são organizadas em componentes de significados, nomeados de metafunções. As metafunções são interpretadas como partes funcionais da linguagem na relação com o sistema completo da língua, e os níveis de análise destacam uma determinada função, mas não representam hierarquia na organização linguística. As metafunções são divididas em três níveis: o ideacional – que diz respeito à forma como o mundo é representado pela experiência humana –, o interpessoal – que se refere às interações, à oração como troca e negociação –, e o textual – que representa o modo como o conteúdo é organizado em forma de texto (Halliday; Hassan, 1989).

A LSF de Halliday entende que os componentes fundamentais produtores de significado na língua são essencialmente funcionais (Halliday, 1994) e compreendem uma organização léxico-gramatical da linguagem sempre em relação ao contexto de uso. A linguagem é entendida como mediadora da experiência, intérprete e representante do mundo. Dessa forma, o modo como as categorias gramaticais são organizadas difere na maneira como cada indivíduo expressa sua experiência de mundo, e a gramática apresenta-se como decorrência das escolhas realizadas no paradigma de cada língua. Para cada escolha feita dentro do paradigma organizacional da linguagem, novos significados são construídos, e a relação entre significado e fraseado não é, como afirma o autor, arbitrária, mas sempre motivada.

Em relação ao funcionamento da língua, a LSF pressupõe o sistema linguístico realizado por instanciações contínuas, que expandem o sistema e são controladas pela geração e pelo abandono de estruturas novas e antigas. Tal noção opõe-se ao Gerativismo, que prevê um sistema finito de regras.

Outro ponto que distancia a LSF do Gerativismo diz respeito às noções de sentenças gramaticais ou agramaticais, cujas percepções de competência e arquitetura da linguagem seriam responsáveis por determinar essas sentenças. Para a LSF, as sentenças são originadas pela relativa frequência na escolha de determinadas estruturas, e é essa frequência que reflete as probabilidades de escolha de determinadas formas e não de outras.

Encerro esta seção destacando que a LSF associada aos estudos linguísticos de Halliday aborda assuntos relacionados a questões sociológicas, distintamente dos estudos de Chomsky (1969), que se basearam na Psicologia cognitiva.

Outra corrente relevante para nossa proposta de ensaio é a Linguística Cognitiva, que abordaremos na sequência.

3.3. Linguística Cognitiva

A Linguística Cognitiva constituiu-se nos anos 1980, nos trabalhos dos linguistas norte-americanos Lackoff, Langacker e Talmy sobre a metáfora conceitual, a gramática cognitiva e a semântica cognitiva. Suas origens deram-se pelo interesse no significado e pela crítica à Gramática Gerativa.

Ferrari (2011, p. 21) destaca que “a Linguística Cognitiva adota uma perspectiva empirista, alinhando-se a tradições psicológicas e filosóficas que enfatizam a experiência humana e a centralidade do corpo humano nessa experiência”, ou seja, a investigação da mente não pode ser separada do corpo, pois a experiência, a cognição e a realidade são concebidas pelo corpo.

A Linguística Cognitiva é definida em uma análise da linguagem natural que prioriza a língua como instrumento de organização, processamento e transmissão de informações. A linguagem passa a ser considerada como um sistema de categorias. As estruturas formais da linguagem não são estudadas de forma autônoma, mas como um reflexo de uma organização conceitual geral, com princípios de categorização¹⁶ e mecanismos processuais, experimentais e influenciáveis pelo ambiente. A linguagem, ao ser abordada como parte das capacidades cognitivas gerais do ser humano, apresenta alguns tópicos relevantes, como características estruturais de categorização da linguagem natural; a interface conceitual entre a sintaxe e a semântica; a base experiencial e pragmática da linguagem em uso; e a relação entre língua e pensamento, incluindo questões sobre o relativismo e os universais conceituais.

¹⁶ Processo integral de organização da experiência humana em conceitos gerais e sua respectiva estrutura linguística.

Categorização, para Ferrari (2011, p. 31), “é o processo através do qual agrupamos entidades semelhantes (objetos, pessoas, lugares, etc.) em classes específicas”. Na abordagem cognitiva, a língua é vista como um repositório do conhecimento de mundo, uma coleção estruturada de categorias significativas que pode nos ajudar a lidar com novas experiências e armazenar as anteriores.

A categorização geral apresenta alguns traços fundamentais da Linguística Cognitiva: a primazia da semântica para a análise linguística e as naturezas enciclopédica e perspectiva do significado linguístico. A primeira característica mostra que a função básica da linguagem é o significado, e a outra especifica a natureza do fenômeno semântico.

A categorização é um processo mental de identificação, classificação e nomeação de diferentes seres como membros de uma mesma categoria e constitui uma das capacidades cognitivas fundamentais dos seres humanos.

Para Ferrari (2011, p. 41),

a organização categorial envolve desde representantes mais centrais, com suficiente similaridade ao protótipo, até representantes muito periféricos que constituem efeitos do protótipo e apresentam poucos traços em comum com o núcleo categorial.

Como pode ser observado, a Linguística Cognitiva também não é uma teoria da linguagem única, mas um conjunto de enfoques compatíveis e amplos, assim como as demais teorias linguísticas abordadas nas seções anteriores. Como Saussure (1995, p. 29) destaca nos apontamentos materializados por seus discípulos,

ao se definir a língua supõe que eliminemos tudo que lhe seja estranho ao organismo, ao seu sistema, numa palavra: tudo quanto se designa pelo termo “Linguística externa” [...] que se ocupa, todavia, de coisas importantes, e é sobretudo nelas que se pensa quando se aborda o estudo da linguagem.

Ao apresentar algumas teorias importantes, fiz um breve percurso para um amplo debate que não se esgota aqui. Meu objetivo foi destacar que as teorias apresentadas, ao focarem seus estudos em determinados pontos, fazem escolhas e descartes, que, no entanto, pertencem ao mesmo objeto, a língua(gem).

Considerações finais

Busquei discutir neste ensaio a importância de Saussure para o desenvolvimento da Linguística moderna, transitando pelas principais correntes teóricas que se estabeleceram após os apontamentos de Saussure nas primeiras décadas do século XX.

Apresentei as premissas mais importantes dos paradigmas formalista e funcionalista, perpassando por correntes e nomes representativos dessas abordagens. Assumo que tanto o paradigma formal quanto o funcional são lados diferentes de um mesmo objeto e que as diversas correntes teóricas que surgiram com base nesses dois paradigmas não são excludentes, mas complementares.

Como objetivo deste ensaio, propus destacar que, embora o objeto de estudo, a língua(gem), seja o mesmo para todas as correntes, o fenômeno e o foco das discussões apresentam distinções que podem configurar pontos de divergência ou de contato entre os paradigmas e as correntes de estudo apresentadas neste trabalho. No entanto, a discussão demonstra que as alternâncias epistemológicas não representam uma evolução para o campo dos estudos linguísticos, pois o que representam, na realidade, são formas distintas de abordar, analisar, definir e interpretar conceitos observando o mesmo objeto, que é a língua(gem).

Por exemplo, a questão da forma não é completamente abandonada nos estudos funcionalistas, pois estes admitem diálogos com estudos realizados nas correntes formalistas. Além disso, apesar de este trabalho não ter aprofundado nessas discussões, o Gerativismo distingue-se das abordagens estruturalistas por focar nos processos mentais da linguagem, embora seja considerado como pertencente ao mesmo paradigma, o formalista.

Considerando o fato de os estudos linguísticos tenderem para uma ou outra perspectiva, isto é, para o ponto de vista formal ou funcional, demonstro que uma corrente teórica não exclui integralmente outra. A aceitação de uma abordagem implica, sim, no distanciamento de outras – não menos importantes – para a compreensão do objeto língua(gem), mas isso não significa o seu total apagamento. Como demonstrado neste ensaio, há momentos em que o mestre Saussure (1995) deixa claro que há os dois lados do objeto língua(gem); o que ele fez foi escolher um para limitar o escopo de seus estudos e desenvolver sua teoria, conforme se observa. É incontestável e imprescindível a contribuição de Saussure para os avanços nas teorias da língua(gem), sem a qual poderíamos, ainda, estar fazendo estudos comparativos entre as línguas e formulando regras para o uso da linguagem.

Conforme Kato (1998) e Castilho (1997) também destacam, a língua é significante e significado, ou seja, dois lados da mesma moeda. O ponto de partida teórico ou metodológico não é o mais importante; estes se estabelecem ao apreço de cada um. É fato que a consonância entre as diversas abordagens que incluem a formalista e a funcionalista torna possível descobertas mais abrangentes e interessantes.

O intuito deste trabalho foi contribuir com as discussões que cercam algumas correntes linguísticas situadas nos paradigmas formal ou funcional, demonstrando que há pontos de divergência e aproximação, excludentes e complementares, entre as diferentes abordagens de estudos da língua(gem).

REFERÊNCIAS

CASTILHO, A. T. de. Funcionalismo e gramáticas do português brasileiro. In. SOUZA, E. R. *Funcionalismo linguístico: novas tendências teóricas*. São Paulo: Contexto, 2012. p. 17-42.

_____. A gramaticalização. *Estudos linguísticos e literários*. Salvador, v. 19, p. 25-63, mar. 1997.

CHOMSKY, N. *Aspects of theory of syntax*. Harvard: Mit Press, 1969.

CUNHA, M. A. F. da et al. *Linguística funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.

DILLINGER, M. Forma e função na linguística. *Delta*, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 397-407, 1991.

FARACO, C. A. Estudos pré-saussurianos. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Org.). *Introdução à linguística: volume 3: fundamentos epistemológicos*. São Paulo: Cortez, 2011. p. 27-52.

FERRARI, L. *Introdução à linguística cognitiva*. São Paulo: Contexto, 2011.

HALLIDAY, M. A. K. Introduction. In. _____. *An introduction to functional grammar*. London: Edward Arnold, 1994, p. 9-25.

HALLIDAY, M. A. K.; HASSAN, R. Context of situation. In. _____. *Language, context and text: aspects of language in a social-semiotic perspective*. Oxford: Oxford University Press, 1989, p. 3-14.

HARRIS, R. Saussure on Language and Thought. In. HARRIS, R.; TALBOT, J. T. *Landmarks in linguistic thought: the western tradition from Socrates to Saussure*. London: Routledge, 1989, p. 209-224.

JAKOBSON, R. *Linguística e comunicação*. São Paulo: Cultrix, 2007.

_____. Sign and system of language: a reassessment of Saussures doctrine. *Poetics today*, Tel Aviv, IL, v. 2, p. 33-38, 1980.

KATO, M. A. Formas de funcionalismo na sintaxe. *Delta*, São Paulo, v. 14, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44501998000300011>. Acesso em: 5 maio 2014.

KENEDY, E. *Curso básico de linguística gerativa*. São Paulo: Contexto, 2013.

MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Org.). *Introdução à linguística: volume 3: fundamentos epistemológicos*. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. *Introdução à linguística: volume 3: fundamentos epistemológicos*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NEVES, M. H. M. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

RAPOSO, E. A língua como sistema de representação mental. In: _____. *Teoria da gramática: a faculdade da linguagem*. Lisboa: Caminho, 1992, p. 25-63.

SAUSSURE, F. de. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 1995.

WEEDWOOD, B. *História concisa da linguística*. São Paulo: Parábola, 2012.

ORGANIZADORES

Ariel Novodvorski
Gisele Rosa
Lucas Chagas

ENSAIOS
EM TEORIAS LINGUÍSTICAS



*Joaquina Aparecida
Nobre da Silva*

Doutoranda do Programa de
Pós-Graduação em Estudos
Linguísticos da Universidade
Federal de Uberlândia.

ORIENTADORA

Profa. Dra. Maura Alves de
Freitas Rocha

E-MAIL

joaquina.nobre@ifnmg.edu.br

A UNIÃO DE TEORIAS LINGUÍSTICAS: RUPTURAS E APROXIMAÇÕES

Joaquina Aparecida Nobre da Silva

Os estudos linguísticos têm no século XX seu berço de estabelecimento como ciência autônoma, principalmente após as dicotomias saussurianas, que fazem emergir um novo olhar sobre esse campo de investigação. Já a segunda metade desse mesmo século, com uma ciência linguística mais amadurecida, presencia uma batalha de grandes na imposição de um objeto de estudo: basicamente a luta fica entre o formal (língua por si) e o funcional (língua no seu contexto social).

O embate é necessário, e quem ganha é o conhecimento linguístico, que ao mesmo tempo expande-se e aprofunda-se. Para exemplificar, citaremos Chomsky, com sua ousadia de expor e lutar contra o Estruturalismo com traços de Behaviorismo, e, de outro lado, Halliday e seus seguidores, que vão em busca de uma compreensão mais abrangente do fenômeno linguístico, vendo a língua em sua função comunicativa e interacional.

Diante dessa aparente polarização, o objetivo deste trabalho é apresentar a aproximação de teorias antagonistas que ousam fazer uma quebra nesses paradigmas em prol de uma análise com maior poder explanatório, tendo em vista o entendimento do objeto, e não somente a subserviência a uma teoria. Apresentaremos aqui a Sociolinguística Paramétrica, assim denominada pelo grupo liderado por Mary Kato e

Fernando Tarallo, que é a harmonização da teoria Sociolinguística Variacionista (doravante SV) e da Teoria de Princípios e Parâmetros (doravante P&P), como proposta por Tarallo e Kato (1989). Para efeito de exposição, primeiramente serão contrapostos o Formalismo e o Funcionalismo e, em seguida, o Gerativismo e a Sociolinguística Variacionista. Na sequência, serão mostradas as aproximações teóricas na proposta da Sociolinguística Paramétrica e as considerações finais.

Diferentes paradigmas teóricos

Muita tinta já correu em defesa da distinção entre as teorias linguísticas funcionalistas e as formalistas. Partindo dos estudos linguísticos do século XX em diante, apresentamos aqui o quadro de Dik (1978 apud Castilho, 2012, p. 4), que representa bem a polaridade entre esses dois paradigmas.

QUADRO 1 - Distinção entre Formalismo e Funcionalismo

PARADIGMA FORMAL	PARADIGMA FUNCIONAL
1. A língua é um conjunto de sentenças.	1. A língua é um instrumento de interação social.
2. A função primária da língua é a expressão dos pensamentos.	2. A função primária da língua é a comunicação.
3. O correlato psicológico da língua é a competência: capacidade de produzir, interpretar e julgar sentenças.	3. O correlato psicológico da língua é a competência comunicativa: habilidade de conduzir a interação social por meio da língua.
4. A competência tem prioridade lógica e metodológica sobre desempenho.	4. O estudo do sistema linguístico deve ter lugar no interior do sistema de usos linguísticos.
5. Independe do contexto.	5. Depende do contexto.

6. A aquisição da língua é inata; os <i>inputs</i> são restritos e não estruturados, e os estímulos, pobres.	6. A criança descobre o sistema que subjaz à língua e ao uso linguístico ajudada por <i>inputs</i> de dados linguísticos extensos e altamente estruturados, presentes em contextos naturais.
--	--

Continua na p. 77

Continuação da p. 76

PARADIGMA FORMAL	PARADIGMA FUNCIONAL
7. Universais linguísticos: propriedades inatas do organismo biológico e psicológico dos homens.	7. Universais linguísticos: especificações inerentes às finalidades da comunicação, à constituição dos usuários da língua e aos contextos em que a língua é usada.
8. Sintaxe autônoma.	8. Pragmática predomina.

Fonte: adaptado de Dik (1978 apud Castilho, 2012, p. 4)

Guardadas as devidas proporções da data de elaboração desse quadro comparativo, é possível notar a incompatibilidade entre as duas vertentes: uma caminha rumo à imanência da língua, e a outra, rumo à *performance*, ao uso cotidiano da língua no contexto. Mesmo aceitando que cada uma dessas vertentes engloba teorias e subteorias diferentes, neste estudo elegemos, como alvo do paradigma formal, o Gerativismo, e, como alvo do paradigma funcional, a Sociolinguística Variacionista.

Castilho (2012) reconhece que “neste começo de século Formalismo e Funcionalismo passaram por muitas transformações, verificando-se hoje uma diminuição dessas distâncias”. Isso quer dizer que a separação já não é tão forte e que há possibilidade de superação desse aparente antagonismo. É nesse contexto que apresentamos a Sociolinguística Paramétrica como exemplo de aproximação entre esses paradigmas. Para tanto, descreveremos, de forma breve, os pressupostos do Gerativismo e os da Sociolinguística e como eles se aproximam e distanciam-se.

Gerativismo e Sociolinguística: breve paralelo

A Sintaxe Gerativa, tal como proposta por Chomsky (a partir de 1950), nasce em oposição ao Estruturalismo bloomfieldiano e atribui a si a tarefa de explicitar a natureza do

conhecimento linguístico inscrito na mente dos seres humanos. Nessa perspectiva, o papel fundamental da Linguística é descrever, com objetividade científica, o conhecimento linguístico dos falantes, inserindo-se dessa maneira nos estudos cognitivos.

Não é alvo de investigação dessa proposta a língua-E, que é externa, proveniente da sociedade e compartilhada por seus membros e entendida com os aspectos históricos e socioculturais. O foco da pesquisa gerativista está na língua-I, que trata do conjunto de capacidades e habilidades mentais que capacita um indivíduo particular a produzir e compreender um número potencialmente infinito de expressões linguísticas na língua de seu ambiente (Kenedy, 2013).

A Sociolinguística Variacionista, por sua vez, opõe-se a esse modelo inicial da teoria gerativa. A SV nasce com os trabalhos de Weireinch, Labov e Herzog (1968) e Labov (1972), que se posicionam contra, entre outros aspectos, a homogeneidade da língua e a análise linguística que não considera o contexto de uso, o fator social. O seu alvo é a língua falada no dia a dia, buscando regularidades dentro da variação.

A SV trata da variação e da mudança linguística. Enquanto o Gerativismo pressupõe homogeneidade, o foco da Sociolinguística é exatamente o contrário, a heterogeneidade. Outro ponto de divergência é o fato de a SV preocupar-se com a língua E, a *performance*, que é externa e social, e não com a competência, nos termos chomskianos.

Chomsky se posiciona diante do problema lógico da aquisição da linguagem e da pobreza de estímulo. Segundo ele, há um aparato mental que dá conta do conhecimento linguístico. A teoria gerativa defende que temos uma faculdade da linguagem, inata e biológica, para aquisição e uso de pelo menos uma língua natural. Esse aparato biológico mental é responsável pela competência linguística. Ele apresenta módulos que se atualizam pela interação, como o fonológico, o morfológico, o lexical, o sintático, o semântico e o pragmático. Esses módulos da linguagem são adquiridos/preenchidos na infância pela exposição à língua-E.

A SV entende que é pela exposição que as crianças adquirem formas inovadoras ou resistem a mudanças linguísticas, o que está diretamente ligado à proporção de realização do fenômeno linguístico. A forma mais usada pelos falantes mais novos será transmitida para a próxima geração de falantes. Esse pode ser um ponto de aproximação entre as duas teorias.

Como refinamento teórico, Chomsky (1981) propõe a Teoria de Princípios e Parâmetros (P&P), remodelando e ampliando muito do conhecimento construído sobre a sintaxe das línguas humanas na primeira fase da teoria gerativa, como programa de pesquisa de regras transformacionais. No contexto dos estudos a partir de 1981, é defendido que a faculdade da linguagem apresenta uma GU (gramática universal) que seria o estágio inicial da aquisição da linguagem. Essa GU seria formada por

princípios universais a todas as línguas e por parâmetros que podem variar de uma língua para outra. Os parâmetros seriam fixados pelo falante por meio da exposição à língua-E.

O Gerativismo constitui-se como um programa de pesquisa – cuja última atualização foi o programa minimalista –, que revê alguns pontos propostos anteriormente pela teoria e busca otimizar e economizar as fases e interfaces no entendimento de como a mente atua no uso e na aquisição de línguas. A perspectiva maior é explicitar como a faculdade da linguagem funciona.

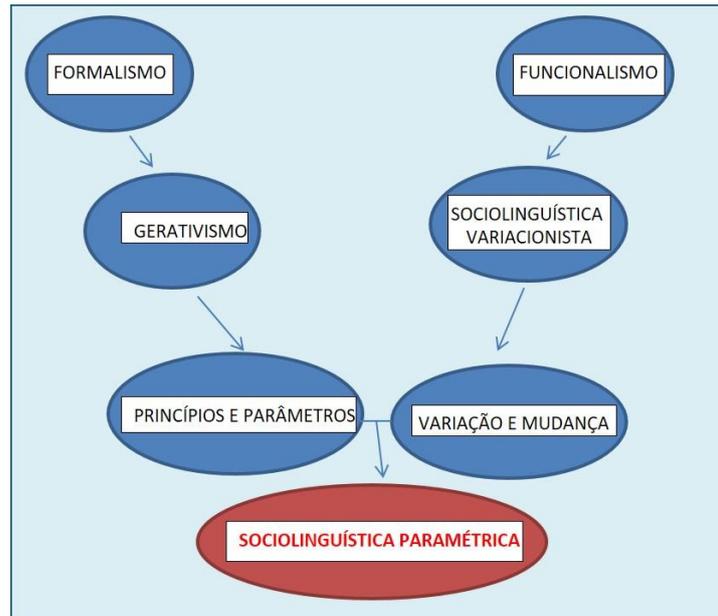
Ao incluir a variação como possibilidade na análise linguística da teoria gerativa, o terreno fica preparado para Tarallo e Kato (1989) implementarem a harmonia entre a Teoria P&P e a SV.

A união de teorias: P&P e SV formando a Sociolinguística Paramétrica

Tarallo e Kato (1989) propõem o uso de pressupostos da teoria P&P e da SV para ampliar as explicações linguísticas em relação à mudança e à variação. Segundo os autores, essa aproximação só se torna possível com o estágio da teoria gerativa, que propõe um modelo com princípios universais e parâmetros de variação entre as línguas. Uma vez explicada a existência da variação, foi possível propor a harmonização entre as duas teorias, tendo em vista o alcance explanatório maior. Para Tarallo e Kato (1989, p.5), uma teoria não é inferiorizada em relação a outra; o que se tem é espelhamento, reflexo e realinhamento de modelos num direcionamento mútuo. A proposta é ilustrada na Figura 1, na próxima página.

A harmonia entre as teorias busca alinhar as análises da língua-E com as da língua-I para descrever os mecanismos subjacentes responsáveis pelos dados analisados. Assim, dados da língua-E desvendam e explicam a língua-I ao mesmo tempo em que os postulados da língua-I auxiliam na explicação das propriedades da língua-E, com as possíveis previsões e generalizações em relação à variação e à mudança linguística.

FIGURA 1 - Junção teórica



Fonte: A autora

O ponto de encontro aqui está no fato de a SV aceitar que “as línguas podem convergir em determinadas partes de sua gramática, revelando movimentos sincronizados e espelhados” (Tarallo; Kato, 1989, p. 8). Esses movimentos, para a Teoria de P&P, são chamados de propriedades paramétricas. Dessa forma, os autores consideram que a variação e a mudança linguística ocorrem em consonância com alterações paramétricas na gramática da língua, e processos semelhantes de variação e mudança linguística podem ser encontrados em outras línguas.

Abordando de modo mais específico o parâmetro do sujeito nulo, os autores mostram que a análise das propriedades paramétricas na perspectiva da SV poderá apresentar dados sobre a produtividade do fenômeno em cada língua estudada e, assim, indicar, além da ocorrência qualitativa, a ocorrência quantitativa. Esse tipo de análise permite aproximar ou distanciar línguas em relação às propriedades que apresentam e entender o estágio em que o parâmetro encontra-se no que diz respeito à mudança linguística. Além disso, possibilita um maior refinamento dos fatores linguísticos condicionadores da ocorrência do fenômeno sintático em estudo.

A Sociolinguística Paramétrica, nos moldes apresentados por Tarallo e Kato (1989), possibilita explicar as variações concomitantes em uma língua ou prever as possíveis alterações no sistema linguístico com base na análise do parâmetro sintático em conjunto com os resultados probabilísticos. É possível também estabelecer relações entre os traços de um determinado parâmetro e os fenômenos variáveis presentes na gramática da língua. Para tanto, Tarallo e Kato sinalizam estudos futuros em que resultados obtidos no estudo de línguas particulares, via

probabilidades, sejam parametricamente realinhados, a fim de propiciar um conhecimento mais robusto para a Linguística.

Na verdade, a proposta desses linguistas constitui uma solução teórica para o estudo do fenômeno linguístico no que diz respeito à variação e à mudança sintática. Mostram, mesmo que de forma implícita, a necessidade de buscar uma teoria linguística forte para maior sustentação das análises e, principalmente, das predições necessárias. A união com a Teoria de P&P surge como possibilidade de ampliar o alcance das explicações teóricas, tanto o da própria teoria quanto o do que já vinha sendo feito na área da SV.

Entre os parâmetros mais estudados, destacam-se as investigações a respeito do parâmetro do sujeito nulo. Chomsky (1981) aponta que uma língua, marcada positivamente para esse parâmetro, apresentaria um feixe de propriedades, tais como possibilidade de omissão fonética do sujeito em orações finitas, paradigma flexional rico, inversão livre do sujeito em orações principais, possibilidade de apresentar movimento QU “longo” do sujeito e pronome lembrete nulo em orações encaixadas, e possibilidade de violar aparentemente o filtro *that-trace*.

Assim, conforme a descrição sintática de cada língua, há a possibilidade de classificá-la tipologicamente em língua de sujeito nulo ou língua de sujeito não nulo. No entanto, esse agrupamento é alvo de muitos questionamentos. No estudo de Huang (1984), por exemplo, a relação entre flexão rica e omissão de sujeitos pode não ser tão direta, uma vez que línguas como o chinês, o coreano e o japonês não apresentam um sistema de concordância e, mesmo assim, legitimam sujeitos nulos. Rizzi (1982), nesse sentido, parece indicar que uma língua totalmente desprovida de concordância não apresentaria sujeito nulo.

Os estudos desenvolvidos na abordagem teórica proposta por Kato e Tarallo têm demonstrado que o processo de mudança pelo qual o português brasileiro está passando pode ser visto como alteração na marcação do parâmetro do sujeito nulo. Isso indica que o PB está passando de uma língua marcada positivamente para o parâmetro do sujeito nulo para uma língua marcada negativamente para esse aspecto, ou seja, realizando alterações no feixe de propriedades que uma língua de sujeito nulo pode apresentar. Esse processo de mudança é constatado na variação, conforme inicialmente apontado por Tarallo (1993, p. 70):

1. a reorganização do sistema pronominal que teve como consequências mais importantes a implementação de objetos nulos no sistema brasileiro de um lado, e sujeitos lexicais mais frequentes de outro [...];
2. a mudança sintática ocorrida nas estratégias de relativização como consequência direta da mudança no sistema pronominal [...];
3. a reorganização dos padrões sentenciais básicos [...] e, diretamente relacionado a esta ordem SVO rígida em estado de emergência à época, o enrijecimento do princípio de adjacência na marcação do acusativo [...];
4. e, finalmente, uma quarta mudança no sistema brasileiro, diretamente ligada às três

anteriores, será apresentada como evidência cabal de que os dois sistemas continuam a distanciar-se um do outro: os padrões sentenciais em perguntas diretas e indiretas.

Lobato (2000) destaca a importância da proposta de Tarallo e Kato para o desenvolvimento dos estudos linguísticos brasileiros. Essa proposta de pesquisa foi ampliada e, após o falecimento precoce do pesquisador Fernando Tarallo, a professora Mary Kato prosseguiu com os estudos, formando novos pesquisadores na SV, no Gerativismo e na união dessas propostas, como Sônia Cyrino, Ilza Ribeiro, Jânia Ramos, Maura Rocha, Eugênia Duarte, entre outros, que, por sua vez, também já estão formando outros pesquisadores.

A harmonia entre as teorias representa uma ruptura de paradigmas (Formalismo e Funcionalismo) que transformou o olhar linguístico da teoria para os dados na busca por um poder explicativo maior em relação aos fenômenos sintáticos. Kato e Tarallo (1989) usam a técnica variacionista como um adicional ao arcabouço gerativista.

Considerações finais

Neste estudo foram apresentadas, primeiramente, a polarização entre Funcionalismo e Formalismo e a aproximação de teorias que quebram esse antagonismo com base na proposta de Tarallo e Kato (1989), que consiste em compatibilizar a teoria Sociolinguística Variacionista e a Teoria de Princípios e Parâmetros.

Esse contexto favorece o amadurecimento dos estudos linguísticos, permitindo a ampliação e o aprofundamento das análises. A harmonização entre essas teorias é adequada pelos motivos apresentados e, principalmente, porque, tendo em vista a contribuição para a construção do saber científico, a fonte dos dados de ambas as teorias é, de modo geral, a mesma. O falante que possui a gramática interna, o aparato mental e biológico e a competência é o mesmo que, em sua *performance*, fornece os dados para a análise da língua-E. Assim, o sistema em que os dados estão inseridos é único tanto para a língua-E (Sociolinguística) quanto para a língua-I (Gerativismo).

REFERÊNCIAS

CASTILHO, A.T. Funcionalismo e gramáticas do português brasileiro. In: SOUZA, E. R. (Org). *Funcionalismo linguístico: novas tendências teóricas*. São Paulo: Contexto, 2012. p. 17-42.

CHOMSKY, N. *Lectures on government and binding*. Dordrecht: Foris, 1981.

_____. *Syntactic structures*. Berlin: Mouton de Gruyter, 1957.

HUANG, C. T. J. *On the distribution and reference of the empty categories*. Linguistic Inquiry, Cambridge, Mass., v. 15, p. 531-574, 1984.

KATO, M. A. Teoria sintática: de uma perspectiva de “-ismos” para uma perspectiva de “programas”. *Delta*, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 1-16, ago.1997.

KENEDY, E. *Curso básico de linguística gerativa*. São Paulo: Contexto, 2013.

LABOV, W. *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

LOBATO, L. P. Entrevista. *Fórum linguístico*, Florianópolis, n. 2, p. 129-148, out./dez. 2000.

RIZZI, L. *Issues in Italian syntax*. Dordrecht: Foris, 1982.

TARALLO. F. Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d’aquém e d’além-mar ao final do século XIX. In: ROBERTS, I.; KATO, M. A. (Ed.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1996. p. 35-68.

TARALLO. F; KATO, M. A. Harmonia trans-sistêmica: variação inter e intra –linguísticas. *Predição 5*, Campinas, SP, p. 315-353, 1989.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. Empirical foundations for a theory of language change. In: LEHMANN, W.; MALKIEL, Y. *Directions for historical linguistics*. Austin, University of Texas Press, 1968. p. 97-195.

ORGANIZADORES

Ariel Novodvorski
Gisele Rosa
Lucas Chagas

ENSAIOS
EM TEORIAS LINGÜÍSTICAS

*Jacqueline de Sousa
Borges de Assis*

Doutoranda do Programa de
Pós-Graduação em Estudos
Linguísticos da Universidade
Federal de Uberlândia.

ORIENTADORA: Profa. Dra.
Maura Alves de Freitas Rocha
E-MAIL:
jac@araxa.cefetmg.com.br

POR UMA COMPATIBILIZAÇÃO DE TEORIAS: A COERÊNCIA DA PROPOSTA

Jacqueline de Sousa Borges de Assis

Este ensaio pretende mostrar os ganhos para os estudos linguísticos advindos de uma proposta de compatibilização de teorias. Nos dizeres de Mary Kato (1997), ao falar-se em tendências nessa área, falamos de diferentes *-ismos*, que são estágios de um mesmo programa. Para o físico (Yngve, 1986 apud Kato, 1997, p. 1), citado por Kato, a referência a *-ismos* é uma característica inerente às ciências humanas, ao que o físico contrapõe: “*Science is not an ism. It is a program*”. Nesse estudo, Kato (1997) mostra algumas correlações entre Estruturalismo e Gerativismo, dentre as quais a de que “dados brutos externos de produção para os estruturalistas e forma do conhecimento linguístico interno para os gerativistas – a rigor, o que realmente ocorreu foi a assepsia de dados sintáticos pelos estruturalistas e a de descrições já feitas no estruturalismo pelos gerativistas”.

Assim, apesar de as teorias que se sucedem surgirem da necessidade de se postular um novo paradigma na ciência linguística em virtude de críticas ou “falhas” apontadas, ou ainda, para suprir lacunas dos precedentes, é possível evidenciar que, sob alguns aspectos, há mais compatibilidade do que incomensurabilidade entre elas.

Como exemplo, pode-se citar o recorte saussuriano, cujas bases, no que tange à ideia de imanência, de que fatos linguísticos são condicionados somente por fatos linguísticos, foram preparadas na tradição histórica do

século XIX. É, portanto, a Linguística Histórica e comparada que trata pela primeira vez da linguagem em si e por si, no sentido de dar sustentação empírica à tese de que correlações sistemáticas apontam para uma origem comum. Coube a Saussure, pois, dar consistência formal e epistemológica à antiga intuição de que as línguas são totalidades organizadas. Nesse sentido, pode-se atribuir ao seu trabalho um gesto de continuidade¹⁷.

O fato de os estudos variacionistas demonstrarem que muitos dos fatores condicionadores no uso das variantes não são explicativos, mas distribucionais e organizadores no universo da gramática, levou Tarallo e Kato (1989) a reconhecerem a necessidade do aparato de uma teoria gramatical para a análise formal de variantes linguísticas. Essa necessidade, de um lado, e o entendimento de que os resultados da Linguística de probabilidades podem ser úteis ao realinhamento das propriedades paramétricas, de outro, motivaram os linguistas a proporem a compatibilização entre as teorias gerativa e sociolinguística. Tarallo e Kato postularam, assim, em 1989, o estabelecimento de um elo entre as variações intra e interlinguísticas: a harmonia trans-sistêmica.

Ao proporem essa compatibilização, Tarallo e Kato (1989) defendem que os pressupostos do modelo paramétrico da teoria sintática gerativa, a Teoria de Princípios e Parâmetros, que atua à base de princípios, e não mais de regras, e procura resgatar a variação interlinguística, aproximam-se dos pressupostos da Teoria da Variação, posto que “também o variacionista está interessado em projetar, antecipar e afiançar resultados cujo valor exceda os limites do intralinguístico para o universo do interlinguístico” (Tarallo; Kato, 1989, p. 7).

Na realidade, o que a Sintaxe Gerativa busca com a parametrização é a diferença entre as línguas. Como as diferenças entre as línguas manifestam-se em estudos realizados sobre a variação nas línguas, a harmonia trans-sistêmica vale-se da variação dentro da língua para mostrar a variação entre as línguas.

Tanto no Gerativismo quanto na Sociolinguística, é possível evidenciar o reconhecimento de que as línguas podem convergir em determinadas partes de suas gramáticas, revelando movimentos sincronizados e espelhados, ou seja, de que variações sintáticas observadas entre estágios diferentes de uma mesma língua são da mesma natureza daquelas variações observadas entre línguas diferentes num mesmo período dado.

A esses momentos de generalização trans-linguística, os gerativistas denominam de propriedades paramétricas, e a Teoria da Variação, de parâmetros sociolinguísticos. Daí a denominação da proposta passar a ser Sociolinguística Paramétrica ou Variação Paramétrica.

¹⁷ cf. Mussalim; Bentes, 2011.

Embora a questão da mudança não esteja entre as preocupações centrais da Gramática Gerativa, o modelo de Princípios e Parâmetros propiciou nova luz para o fenômeno e para a análise de questões como a aquisição da linguagem. A aquisição passa a ser vista como um processo de fixação dos valores de parâmetro, e a mudança, como alteração do valor de um ou mais parâmetros.

Em estudos recentes sobre a Variação Paramétrica, informações relativas à frequência de uma forma aparecem como um dos argumentos a favor da ocorrência de alteração de valor de parâmetro. A alta produtividade de uma forma num determinado período de tempo e sua baixa ou nula produtividade em períodos subsequentes são tomadas como evidência de alteração gramatical. Desse modo, tem-se um fenômeno de variação que interessa igualmente à Sociolinguística e à teoria gerativa, sendo que o instrumento de análise é a avaliação da produtividade de duas formas sintáticas definidas previamente.

Na prática, o modelo da Variação Paramétrica propõe uma reavaliação dos estudos linguísticos de propriedades paramétricas que agem no sentido do “tudo ou nada”, sem levar em conta a heterogeneidade dentro de uma língua. O objetivo é realinhar as propriedades paramétricas ou mesmo explicar por que uma mesma língua tem periferia marcada em um parâmetro e não marcada em outro.

O modelo visa, assim, um estudo empírico mais interessante das línguas, que servirá de subsídio para uma Linguística trans-sistêmica com base no fenômeno estudado, além de prover dados a respeito da produtividade do fenômeno em cada língua.

Um alcance da proposta

São muitas as contribuições da Sintaxe Gerativa para os estudos gramaticais das línguas em geral. A Teoria de Princípios e Parâmetros, por exemplo, postula que há princípios rígidos comuns a todos os parâmetros e línguas que fazem com que as línguas distingam-se umas das outras; é na marcação dos parâmetros que se evidencia a diferença entre as línguas. Dentre os parâmetros postulados pela teoria está o do sujeito nulo – PSN, que indica se uma língua tem a propriedade de licenciar sujeito nulo ou não. Os estudos gerativistas têm contribuído para o delineamento das propriedades paramétricas relativas a esse parâmetro. Por meio deles, derrubaram-se pressupostos e formularam-se outros desde o estabelecimento do PSN, em 1982, por Chomsky.

Em meio aos pressupostos reformulados, está o de que o português do Brasil – PB, dentre outras línguas, não constitui língua *pro-drop* no sentido clássico, mas semi *pro-drop* ou *pro-drop* parcial. Essa hipótese fundamenta-se em características que distanciam o PB das propriedades de línguas *pro-drop*, como o espanhol e o italiano, e aproxima-o de línguas não *pro-drop*, como o francês e o inglês, o que leva pesquisadores gerativistas a parametrizarem o parâmetro e até postularem que o PB não está passando por processo de mudança paramétrica, em virtude das diferenças com as línguas não *pro-drop*, como a ausência do expletivo lexicalizado, por exemplo.

Deve-se levar em conta, entretanto, que tais estudos não partem de uma concepção de língua em movimento; ao contrário, a análise é feita em recortes sincrônicos, sem correlação com outros estágios da língua. Nessa perspectiva, percebe-se a importância dos estudos labovianos para dar uma nova luz a essas discussões.

Um alcance dessa proposta de compatibilização seria, portanto, o realinhamento de uma propriedade de um componente da gramática com base nos resultados probabilísticos sobre outro fenômeno variável, presente em outra parte da mesma gramática. No caso da reformulação do *status* do PB em relação ao parâmetro *pro-drop*, é interessante ponderar se realmente estaríamos diante de um realinhamento de parâmetro, ou se o atual estágio da língua seria sintoma das alterações que vêm sendo processadas no sistema rumo à mudança paramétrica.

Numa abordagem sociolinguística, é possível inferir que o PB esteja passando por um processo de mudança paramétrica de + para – *pro-drop*. Sob esse ponto de vista, nos contextos nos quais a língua não permite sujeito nulo, pode ser que já o tenha permitido. Já com relação ao expletivo lexicalizado, pode ser que este venha a ser realizado em estágios mais avançados da mudança. Uma análise dos fenômenos imbricados nesse processo pode confirmar essa hipótese. Pesquisas sobre o emprego da língua em estágios diferentes e sobre fenômenos sintáticos interligados ao apagamento/preenchimento do sujeito podem contribuir para clarificar essa questão e para o estatuto do PSN na gramática, assim como outros fenômenos sobre os quais os pesquisadores gerativistas se desdobram na tentativa de realinhar parâmetros sintáticos para sustentar os princípios da teoria.

Não se trata de subestimar a contribuição dos estudos gerativistas para a análise de fenômenos sintáticos, mas de defender a compatibilização de teorias, nesse caso, da gerativa com a sociolinguística, no sentido de uma reavaliação dos estudos linguísticos de propriedades paramétricas que agem no sentido do “tudo ou nada”, sem levar em conta a heterogeneidade

dentro da língua, com o objetivo de realinhar tais propriedades. Nessa perspectiva, o PB pode estar passando por estágios para alteração paramétrica.

Dessa forma, essa abordagem demonstrará que descrições linguísticas deveriam considerar o fato de que a mudança paramétrica implica um longo período de variação/transição, antes que uma nova opção paramétrica seja estabelecida.

Incomensurabilidade das teorias? Em defesa da proposta

Críticas a essa proposta, como a de Borges Neto (2004), afirmam que a Gramática Gerativa e a Sociolinguística são incompatíveis, sendo impossível a aproximação chamada de Sociolinguística Paramétrica. Segundo esse autor, a incompatibilidade é causada, principalmente, pelo fato de as duas teorias terem objetos de estudo distintos: a gramática universal e a gramática de uma comunidade de fala, respectivamente.

No trecho seguinte, Borges Neto (2004, p. 208) confirma seu ponto de vista: “Não se pode exigir que a Gramática Gerativa dê conta da variação e da mudança linguística ou que a Sociolinguística dê conta da gramática universal presente na mente/cérebro dos falantes como herança genética”. O linguista crítico Tarallo (1987 apud Borges Neto, 2004, p. 210) diante do argumento de que a complementaridade entre as duas teorias torna-se uma realidade “se desconsiderarmos [...] o componente social da linguagem”. Segundo Borges Neto (2004), isso seria reduzir a teoria da Sociolinguística a uma metodologia.

Diante da proposta apresentada por Tarallo e Kato (1989) em seus estudos, em que as análises intra e interlinguística complementam-se no sentido de realinhar os parâmetros sintáticos para um refinamento da análise linguística, constata-se a coerência do caminho por eles empreendido: atenuar o velho debate entre empiristas e racionalistas que impediu a Linguística de ampliar seu alcance, com pesquisas e resultados mais produtivos. As pesquisas empreendidas com base nessa proposta evidenciam, assim, o benefício de se recuperar a força e o poder explanatório dos dois modelos.

Contrapomos, com isso, a crítica de Borges Neto (2004) à compatibilização dessas duas teorias proposta por Tarallo e Kato, conhecida por Sociolinguística Paramétrica. Acreditamos que muito se teria avançado nas pesquisas linguísticas se se admitisse um direcionamento mútuo entre as variações intra e interlinguística, ou seja, se esses estudos adotassem um modelo de compatibilização dos resultados encontrados em ambas as teorias.

A empreitada de Borges para combater a “ferro e fogo” a proposta de compatibilização de Tarallo e Kato apresenta tanto argumentos bem fundamentados como argumentos totalmente infundados. Buscar respaldo em Thomas Kuhn para se posicionar contrariamente à aproximação de teorias é uma estratégia bem articulada, considerando-se que a noção de incomensurabilidade aparece no livro de Kuhn ligada às mudanças que acompanharam as revoluções científicas. Entretanto, o que Kuhn (1998) referencia ao mencionar a incomensurabilidade diz respeito ao meio ambiente, ao mundo das pesquisas, e não aos paradigmas propriamente, conforme se pode observar neste trecho:

Contudo, este mundo no qual o estudante penetra não está fixado de uma vez por todas, seja pela natureza do meio ambiente, seja pela ciência. Em vez disso, ele é determinado conjuntamente pelo meio ambiente e pela tradição específica de ciência normal na qual o estudante foi treinado. Conseqüentemente, em períodos de revolução, quando a tradição científica normal muda, a percepção que o cientista tem de seu meio ambiente deve ser reeducada – deve aprender a ver uma nova forma (Gestalt) em algumas situações com as quais já está familiarizado. Depois de fazê-lo, o mundo de suas pesquisas parecerá, aqui e ali, incomensurável com o que habitava anteriormente. Esta é uma outra razão pela qual escolas guiadas por paradigmas diferentes estão sempre em ligeiro desacordo. (Kuhn, 1998, p. 146)

A crítica de Borges Neto (2004) é construída com base na noção de incomensurabilidade de teorias – tendo em vista a motivação ideológica que subjaz a elas – e passa por um trabalho prévio de exegese da proposta da Sociolinguística Paramétrica para, no final, apresentar o construto teórico da proposta.

Nesse percurso, Borges Neto (2004) antecipa algumas inferências sobre as expressões empregadas no texto de Tarallo e Kato, tomadas de forma descontextualizada e desconectadas da proposta, para depois refutá-las. Como exemplo, pode-se citar a pressuposição de que alegar a compatibilidade entre teorias significa dizer que as motivações ideológicas e os procedimentos metodológicos são os mesmos, que é possível reduzir uma teoria à outra e que seus objetivos são complementares. Considerando-se que logo à frente ele recusaria suas próprias inferências, a intenção do autor ao apresentá-las foi a de chamar atenção para as possíveis fragilidades ou incoerências da proposta. Nessa perspectiva, Borges sugere que a afirmação de Tarallo e Kato de que a proposta trata de “ênfatar a complementaridade entre os modelos” induz ao entendimento de que “o pretendido no texto é demonstrar que as duas teorias são complementares” (Borges Neto, 2004, p. 199).

Ao usar o termo complementar para significar compatibilização, Borges Neto (2004) recorre, em sua argumentação, à estratégia de inferência não autorizada, uma vez que o termo não condiz com a proposta de Tarallo e Kato (1989). Borges Neto (2004) faz uma descrição

coerente da proposta, mas não sem deixar de apresentar graves críticas ao modelo laboviano; ele afirma que há “falhas” na Sociolinguística, cuja eliminação requer descrições estruturais, e que “é mais fácil e econômico usar as descrições já existentes”. Ora, cada modelo teórico tem seus pressupostos e propósitos, não sendo escopo da Sociolinguística, uma teoria social, a criação de um aparato descritivo, assim como não se espera de um paradigma formal, como o Gerativismo, que considere em sua teoria aspectos sociais.

A teoria gerativa não se ocupa da variação dentro da língua, mas entre as línguas, daí os parâmetros. Como a variação na língua e os fatores condicionadores da variação indicam a possível alteração de um parâmetro, esses resultados podem ser úteis para o realinhamento do parâmetro. Em outras palavras, para se entender por que uma ou mais propriedades de determinado parâmetro em uma língua não condizem com as de outra língua que compartilha o mesmo parâmetro, deve-se valer do poder explanatório do quadro teórico da Gramática Gerativa na análise dos resultados probabilísticos da abordagem sociolinguística. É nesse sentido que se deve entender a compatibilização, entre resultados, sem tocar em conceitos e ideologias inerentes a cada vertente teórica. Não é o caso de, conforme sugerido por Borges Neto (2004), “preencher lacunas”, até porque cada teoria tem o seu referencial, o seu modelo de abordagem e seus métodos próprios.

A incomensurabilidade, a meu ver, seria contundente se se tratasse de proposta de compatibilização entre duas teorias formais, ou ainda, duas sociais, com vertentes distintas. Mas nada mais plausível do que lançar mão do aparato descritivo de uma teoria gramatical formalista forte, nos dizeres de Kuhn, da ciência normal, para uma análise formal de fenômenos quantificados na perspectiva de um modelo teórico social.

Borges Neto (2004, p. 203) se equivoca ao inferir que Almeida (1989 apud Borges Neto, 2004) entende que “a gramática gerativa também apresenta lacunas (ou falhas): falta-lhe um tratamento para a variação e a mudança e falta-lhe o encaixamento linguístico no social”, e, por essa razão, “a sociolinguística tem condições de ‘completar’ a gramática gerativa” (Almeida, 1989 apud Borges Neto, 2004, p. 203). Ora, no trecho de Almeida apresentado por Borges, o que se percebe é a defesa da contribuição da ciência linguística social para o acervo do conhecimento sobre a linguagem. Não se percebe exatamente uma crítica de Almeida aos trabalhos chomskianos, mas a observação de que o estudo dos fenômenos linguísticos não se poderia resumir à descrição da competência. Dessa forma, nesse trecho de Almeida não está subentendida a ideia de falha da teoria gerativa, antes a ênfase da importância de cada uma das ciências para os estudos linguísticos.

Cada teoria pertence a um paradigma distinto e, por isso mesmo, elas podem, sim, ser compatibilizadas. Além disso, propor a compatibilização dos resultados não tem o objetivo de “complementar” as teorias nem “aproximá-las”, mas de utilizar os resultados de uma para o realinhamento dos resultados de outra. Daí ser inconcebível articular sobre a incomensurabilidade das teorias, posto que Tarallo e Kato (1989) não sugeriram que elas seriam comensuráveis. Ao propor a compatibilização entre as propriedades paramétricas do modelo gerativo e as probabilidades do modelo variacionista, eles acreditaram num direcionamento mútuo entre a variação intra e interlinguística, ou seja, num modelo de compatibilização dos resultados de pesquisas empreendidas em ambas as teorias.

REFERÊNCIAS

- BORGES NETO, J. A incomensurabilidade e a “compatibilização” de teorias. In: _____. *Ensaio de filosofia da linguística*. São Paulo: Parábola, 2004.
- CHOMSKY, N. *Lectures on government and binding*. Dordrecht: Foris, 1982.
- KATO, M. Teoria sintática: de uma perspectiva de “-ismos” para uma perspectiva de “programas”. *Delta*, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 275-299, 1997.
- KENEDY, E. *Curso básico de linguística gerativa*. São Paulo: Contexto, 2013.
- KUHN, T. *A estrutura das revoluções científicas*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.
- MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. *Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- TARALLO, F.; KATO, Mary A. Harmonia trans-sistêmica: variação inter e intralinguística. In: *Preedição 5*, Campinas, SP, p. 315-353, 1989.

ORGANIZADORES

Ariel Novodvorski
Gisele Rosa
Lucas Chagas

ENSAIOS
EM TEORIAS LINGUÍSTICAS

*Jéssica Teixeira de
Mendonça*

Mestranda do Programa de
Pós-Graduação em Estudos
Linguísticos da Universidade
Federal de Uberlândia.

ORIENTADORA

Profa. Dra. Valeska Vírginia
Soares Souza

E-MAIL

jessicaufu@hotmail.com

TEORIAS LINGUÍSTICAS E AQUISIÇÃO DE LINGUAGEM: O QUE DEFENDE CADA TEORIA?

Jéssica Teixeira de Mendonça

A Linguística é uma grande área que se dedica a estudar a linguagem. Essa ciência é desenvolvida por estudiosos que se debruçam na investigação dos desdobramentos e aspectos da linguagem, especificamente a humana; sendo assim, seu principal objeto de estudo é a LÍNGUA.

Assim como nas outras áreas do saber, temos ramificações dentro da própria Linguística, e cada uma delas se preocupa com algum aspecto da língua de forma mais específica. Podemos citar como divisões da Linguística as seguintes áreas:

- Fonética: preocupa-se com o estudo dos sons (natureza física da produção e da percepção dos sons da fala);
- Fonologia: estuda os sons e a forma como eles se organizam dentro de um idioma;
- Morfologia: dedica-se a estudar a estrutura interna das palavras;
- Sintaxe: preocupa-se com o estudo da disposição das palavras na frase e destas no discurso;
- Lexicologia: estuda o conjunto de palavras que forma determinada língua;
- Terminologia: debruça-se sobre o estudo do léxico de uma língua;

- Estilística: estuda a língua em suas situações de variação;
- Pragmática: dedica-se a estudar a língua dentro de seu âmbito social; e
- Filologia: preocupa-se em estudar a língua com base em registros escritos.

No entanto, dentro desse amplo estudo da língua, temos também uma diferença de posição e de pontos de vista de cada estudioso sobre o que seria o nosso objeto de estudo, ou seja, sobre o que seria a língua. Assim sendo, têm-se na Linguística teorias que abordam e explicam esse objeto de estudo de formas diferentes, conforme a posição que cada linguista toma perante a língua.

Vale citar um importante estudioso da área da Linguística: “Bem longe de dizer que o objeto precede o ponto de vista, [...] é o ponto de vista que cria o objeto” (Saussure, 1977, p. 15). Cada teoria, então, adota uma determinada perspectiva para se estudar a língua, de acordo com os diferentes pontos de vista de todos os estudiosos na área da Linguística. As teorias linguísticas que aqui serão tratadas são o Estruturalismo, o Gerativismo, o Funcionalismo e o Cognitivismo.

Cada teoria será brevemente apresentada neste ensaio (seção 1), e, em seguida, (seção 2) recortaremos um aspecto dentre os vários estudados por essas teorias. Escolhemos a aquisição da linguagem como nosso tema de discussão e apontaremos como cada corrente linguística explica essa interessante capacidade humana.

TEORIAS LINGUÍSTICAS

Estruturalismo

O Estruturalismo tem como um de seus maiores nomes o estudioso da linguagem Ferdinand de Saussure, autor das ideias encontradas na obra *Curso de Linguística Geral*, em que encontramos os conceitos fundamentais dessa corrente linguística. Para Saussure, o precursor do Estruturalismo, a língua é um sistema, um conjunto de unidades que obedecem a regras predefinidas e autônomas:

O estruturalismo [...] compreende que a língua, uma vez formada por elementos coesos, inter-relacionados, que funcionam a partir de um conjunto de regras, constitui uma organização, um sistema, uma estrutura. Essa organização dos elementos se estrutura seguindo leis internas, ou seja, estabelecidas dentro do próprio sistema (Costa, 2008, p. 114).

Nessa teoria, a língua deve ser estudada em si mesma e por si mesma, que seria o estado imanente da língua. Tudo o que é fora da língua não deve ser considerado, como, por exemplo, a língua e sua relação com a sociedade, língua e cultura, língua e disposição geográfica e a própria fala, que, para Saussure, seria um objeto secundário.

Temos aí a primeira dicotomia saussuriana: língua/fala. Segundo esse autor, a linguagem deve ser vista como algo dual: de um lado temos o lado social = língua, e de outro temos um lado individual = fala, sendo que um não pode ser concebido sem o outro.

Saussure, então, preocupa-se apenas com uma parte da linguagem – a língua –, pois para ele é na língua que se encontra a essência da linguagem: “sua existência decorre de uma espécie de contrato implícito que é estabelecido entre os membros da comunidade. Daí o seu caráter social” (Costa, 2008, p. 116). Já a fala seria a realização de uma vontade individual do falante, ou seja, a concretização em sons desse sistema de regras que o falante possui em sua mente, que seria a língua.

Gerativismo

Nessa corrente linguística, temos Noam Chomsky como um dos seus principais estudiosos. Essa linha teórica surgiu no final da década de 1950 em oposição à teoria defendida pelos behavioristas da época, como Bloomfield, que defendiam que a língua era um fenômeno externo ao indivíduo, ou seja, “uma resposta que o organismo humano produzia mediante os estímulos que recebia da interação social” (Kenedy, 2008, p. 128). Para os behavioristas, a repetição constante dos sons seria convertida em hábitos, que caracterizariam o comportamento linguístico do falante.

Chomsky se opôs a essa visão de língua como resposta a estímulos do meio, apresentando a criatividade que existe entre os falantes, ou seja, os seres humanos são capazes de produzir frases que nunca ouviram antes e de entenderem frases inéditas que lhes são ditas nos mais variados contextos. A criatividade seria o “principal aspecto caracterizador do comportamento linguístico humano, aquilo que mais fundamentalmente distingue a linguagem humana dos sistemas de comunicação animal” (Kenedy, 2008, p. 128).

O que explicaria a capacidade de desenvolver uma língua nos seres humanos, segundo a teoria gerativa, seria a existência de um dispositivo inato na mente de cada falante, que o capacitaria na aquisição e no uso da língua. Chomsky justifica o seu dispositivo inato com a afirmação de que

nenhuma criança precisa aprender que existem frases com três palavras e frases com quatro palavras mas não com três palavras e meia, e que esse número pode ir aumentando sem ter fim; é sempre possível construir uma frase mais complexa, com uma forma e um sentido definidos (Chomsky, 1997, p. 2).

A linguagem é entendida como um “conhecimento tácito, ou seja, do qual não possuímos consciência, e implícito da cognição humana” (Kenedy, 2013, p. 14), compreensão bem diferente da apresentada até então pelos behavioristas.

Especificamente no Brasil, o Estruturalismo deixou rastros que contribuíram para uma visão mais positiva e científica da linguagem, embora sejam reconhecidas muitas “falhas” nessa escola, como seu caráter anti-humanista (por priorizar o sistema em relação ao homem), anti-idealista (por sua intensa objetividade) e anti-historicista (por valorizar a sincronia em detrimento da diacronia). Entretanto, apesar de os estudos saussurianos negarem as condições extralinguísticas de funcionamento da língua, não há dúvidas quanto aos méritos e às contribuições imensuráveis que o Estruturalismo trouxe à Linguística moderna, uma vez que as teorias mais recentes, embora refutem as anteriores, precisam destas para se firmarem e terem autonomia, já que, geralmente, toda descoberta pauta-se na negação ou na releitura da anterior. Além disso, para os propósitos da época, o Estruturalismo bastou, pois conseguiu propor uma nova visão sobre a língua, diferente da visão historicista, fazendo surgir a Linguística enquanto teoria científica autônoma – fato do qual desfrutamos até hoje.

Em suma, o Estruturalismo firmou-se sobre as ideias de Saussure, consolidando uma visão sobre a linguagem que se opunha à da Linguística Histórica, por propor um estudo imanentista da linguagem. Nessa visão, a língua é tomada como objeto de estudo científico, deixando em segundo plano os estudos histórico-descritivos que fazem parte da vasta literatura do século XIX.

Gerativismo

Saussure teve um papel fundamental nos estudos linguísticos ao cortar a linha do tempo, criando a sincronia. Do mesmo modo, no modelo gerativo, Noam Chomsky teve sua importância, pois trouxe para os estudos da linguagem um objeto de estudo psicológico/mental. A Linguística gerativa surgiu nos Estados Unidos, na década de 1950, mais especificamente em 1957, com a publicação da primeira obra de Chomsky, *Estruturas sintáticas*.

Inicialmente, o Gerativismo era entendido como uma forma de resposta ao modelo behaviorista. Nesse modelo, a linguagem humana era entendida como uma forma de

condicionamento social, ou seja, uma resposta produzida pelo organismo humano aos estímulos recebidos pela interação social. Chomsky (1997) criticou essa visão comportamentalista da linguagem. Para ele, o ser humano é criativo no uso da linguagem, produzindo, a cada momento, frases novas e inéditas.

O objetivo da corrente gerativista é propor um modelo teórico que descreva e explique o papel da faculdade da linguagem, isto é, da característica mental que separa os seres humanos dos demais animais. Chomsky (1980, p. 9) assevera que

Uma das razões para estudar a linguagem (exatamente a razão gerativista) – e para mim, pessoalmente, a mais premente delas – é a possibilidade instigante de ver a linguagem como um “espelho do espírito”, como diz a expressão tradicional.

Partindo da ideia de que existia uma faculdade da linguagem, era necessário aos gerativistas explicar como essa faculdade funcionava. Para isso, foi elaborada a hipótese da gramática universal (GU), que seria

o conjunto das propriedades gramaticais comuns compartilhadas por todas as línguas naturais [...]. A faculdade da linguagem é o dispositivo inato, presente em todos os seres humanos como herança biológica, que nos fornece um algoritmo, isto é, um sistema gerativo, um conjunto de instruções passo a passo – como as inscritas num programa de computador – o qual nos torna aptos para desenvolver (ou adquirir) a gramática de uma língua. Esse algoritmo é a GU. (Kenedy, 2008, p. 135)

Esse conhecimento implícito e natural que todo falante possui de uma língua em virtude da existência da GU é diferente do conhecimento normativo, que é aprendido na escola, e foi denominado pelos gerativistas de *competência linguística*. No Gerativismo, a competência linguística opõe-se ao desempenho do falante na sua própria língua, ou seja, não importa a forma como o falante manifesta a sua língua, o uso concreto dessa língua, mas, sim, o que ele tem inserido em sua mente, que é a GU.

O desempenho, também nomeado de *performance* ou atuação, não deve ser o foco do estudo da linguagem, pois ele está marcado por fatores extralinguísticos que podem alterá-lo, como nível de estresse, memória, conhecimento de mundo, emoção e outros.

Para os gerativistas, é apenas por meio do estudo da competência, e não do desempenho, que se pode elaborar uma teoria que explique de forma efetiva a faculdade da linguagem humana; no entanto, é pelo desempenho que temos um reflexo dessa competência, tornando-se, então, um desafio para os estudiosos da teoria gerativa a elaboração de teorias coerentes que se sustentem.

Funcionalismo

Essa teoria linguística, juntamente com a última que será apresentada – o Cognitivismo –, deixa de focar exclusivamente na língua e em sua estrutura interna para observar os fatores extralinguísticos e sociais que influenciam e são influenciados pela língua. O Funcionalismo estuda “a relação entre a estrutura gramatical das línguas e os diferentes contextos comunicativos em que elas são usadas” (Cunha, 2008, p. 157); assim, a língua é tida como uma forma de interação social. O interesse, então, expande-se para além da investigação puramente gramatical: para a análise da situação comunicativa como um todo, envolvendo os falantes, o contexto, a motivação para a interação via linguagem, dentre vários outros aspectos relevantes para o estudo dessa forma de linguagem.

Essa teoria, então, distingue-se das teorias até então apresentadas – Estruturalismo e Gerativismo –, pois não concebe a língua como autônoma, independente e autossuficiente; ao contrário, a língua é concebida como algo ao dispor do falante nas mais diversas situações comunicativas, sendo “um conjunto complexo de atividades comunicativas, sociais e cognitivas integradas ao resto da psicologia humana” (Cunha, 2008, p. 158).

Neves (2004) destaca que a gramática funcional preocupa-se com a competência comunicativa, ou seja, com a capacidade que os falantes têm de não apenas decodificar as palavras, mas de entender e usar expressões que, mesmo inadequadas do ponto de vista da gramática normativa, atingem o seu objetivo comunicativo, que pode ser transmitir uma informação, fazer uma piada, lançar um questionamento, usar da ironia, dentre outros.

Portanto, a concepção de língua nessa corrente linguística trata de

um instrumento de interação social. Não existe, em si e por si, como uma estrutura arbitrária de alguma espécie, mas existe em virtude de seu uso para o propósito de interação entre seres humanos (Neves, 2004, p. 43).

Tem-se, então, com o Funcionalismo, uma evolução nos estudos da linguagem, pois agora se começa a levar em consideração aspectos outros que não apenas a estrutura e o funcionamento interno da língua. A língua é usada por seres humanos nas suas interações, e estas são compostas por vários elementos que se influenciam e modificam o sistema e o próprio processo de comunicação e interação que se manifesta pela língua.

Cognitivismo

Para a Linguística Cognitiva, os usuários da língua devem estar no centro da construção do significado; não é possível excluir o falante da análise linguística, já que ele é aqui considerado um produtor de significados em contextos reais e com interlocutores reais.

A gramática de uma língua, para os cognitivistas, é um conjunto de princípios flexíveis e moldados pelo uso. Não só a gramática é dinâmica, como também a própria comunicação é vista como

uma atividade compartilhada, ou seja, implica uma série de movimentos feitos em conjunto pelos interlocutores em direção à compreensão mútua. [...] a significação é negociada pelos interlocutores em situações contextuais específicas, o que torna possível que os elementos linguísticos se adaptem às diferentes intenções comunicativas, apresentando flutuações de sentido (Martelotta; Palomanes, 2008, p. 181).

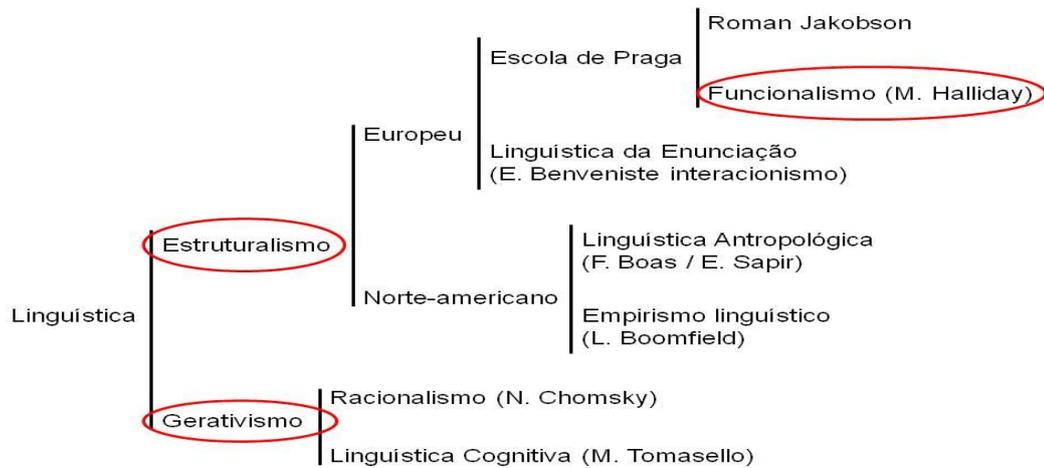
Dessa forma, o significado de uma palavra não é posto por regras da própria língua, mas entendido pelo falante por meio de sua cognição: “as palavras não contêm significados, mas orientam a construção do sentido” (Ferrari, 2011, p. 14). Há uma preocupação com o contexto nos processos de significação, e assume-se que há neles uma negociação de sentido entre todos os falantes da língua e participantes da interação comunicativa.

Por fim, tem-se no Cognitivismo o conceito do *pensamento corporificado*. Segundo esse conceito, construímos conhecimento com base no mundo físico que nos cerca, ou seja, a fonte do conhecimento está na relação física entre o nosso corpo e o ambiente. O pensamento, então, seria corporificado, “no sentido de que a sua estrutura e sua organização estão diretamente associadas à estrutura de nosso corpo” (Martelotta; Palomanes, 2008, p. 181). A forma como organizamos o nosso pensamento relaciona-se com a visão que temos do mundo ao nosso redor e com a forma com que iremos expressá-lo por meio da linguagem.

Vale ressaltar que não nos cabe discutir qual teoria é melhor ou correta, pois foram elaboradas em momentos e contextos diferentes. Cada uma delas apresenta sua colaboração para a Linguística de forma a iniciar os estudos sobre a língua, que é o objeto de estudo dessa ciência, e suscitar questões que, com o desenvolvimento da teoria, podem ser eliminadas ou retomadas posteriormente para uma nova reflexão, análise e estudo.

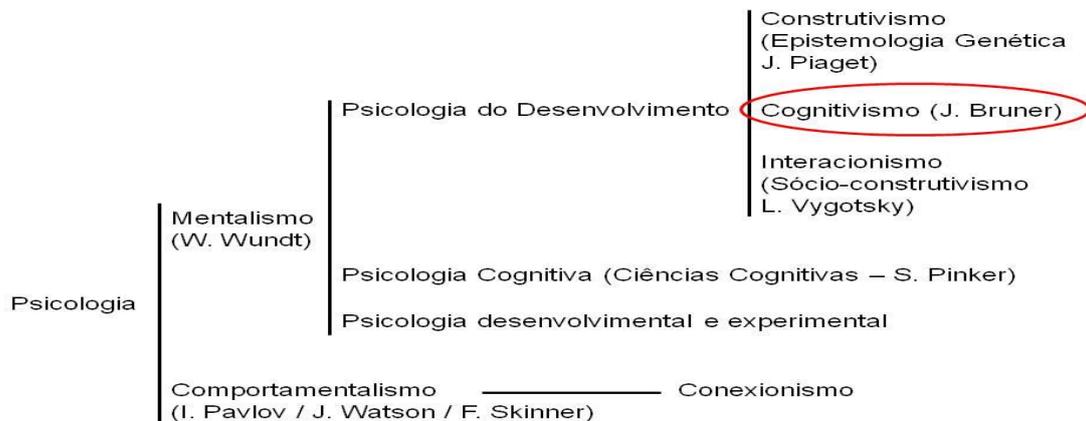
Para finalizar a primeira parte de nosso ensaio, apresentamos dois esquemas que situam, dentro da Linguística ou da Psicologia, cada teoria trabalhada anteriormente.

FIGURA 1- Teorias linguísticas situadas na linguística



Fonte: A autora

FIGURA 2- Teorias linguísticas situadas na psicologia



Fonte: A autora

AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM

Nas quatro teorias linguísticas apresentadas, são realizados vários estudos que se relacionam com a língua. Para finalizarmos este ensaio, retomaremos a concepção que cada teoria adota para explicar a aquisição da linguagem, considerando ser este um tema de muita relevância para todos os linguistas.

Começando pelo Estruturalismo, que considera a língua como um sistema auto-organizado, com estruturas que constituem um todo coeso, temos que a aquisição de uma língua – a parte essencial da linguagem para Saussure – ocorre pela aquisição de seu sistema gramatical, que é

depositado virtualmente nos cérebros de um conjunto de indivíduos pertencentes a uma mesma comunidade linguística. Sua existência decorre de uma espécie de contrato implícito que é estabelecido entre os membros dessa comunidade. Daí o seu caráter social. (Costa, 2008, p. 116).

No entanto, Saussure não se dedica a explicar como essa gramática é internalizada na mente do falante e não apresenta, como fazem os gerativistas, uma proposta inata para a aquisição da linguagem.

No Gerativismo, então, considera-se que a capacidade do homem em adquirir uma língua surge por meio de um dispositivo que todos os seres humanos já possuem, ou seja, é inato a todos os homens; é uma capacidade genética interna e específica do organismo humano. Para os gerativistas, essa capacidade inata torna o falante competente linguisticamente, e a isso se deu o nome de faculdade da linguagem: “a característica mental mais marcante que separa os humanos dos demais primatas superiores e do resto do mundo” (Costa, 2008, p. 129). A língua, então, passa a ser vista como situada na mente humana, não devendo ser interpretada como um comportamento moldado e propiciado pelo social, como defendiam os behavioristas.

Com o advento do Funcionalismo, temos o lado social sendo considerado na aquisição da linguagem. Nessa teoria, a linguagem desenvolve-se com a própria comunicação, ou seja, por meio da interação que a criança possui com o social e com o ambiente. A criança é exposta a um *input* de dados linguísticos em contextos autênticos, os quais são adaptados para o desenvolvimento da competência linguística do indivíduo (Neves, 2004).

Os funcionalistas explicam a aquisição da linguagem

em termos do desenvolvimento das necessidades e habilidades comunicativas da criança na sociedade. A criança é dotada de uma capacidade cognitiva rica que torna possível a aprendizagem da linguagem, assim como outros tipos de aprendizagem. É com base nos dados linguísticos a que é exposta em situação de interação com os membros de sua comunidade de fala que a criança constrói a gramática da sua língua (Cunha, 2012, p. 158).

A linguagem, para os funcionalistas, seria um conjunto de atividades comunicativas, cognitivas e sociais integradas que possibilitam à criança a aquisição da linguagem e proporcionam a competência linguística.

Por fim, temos, no Cognitivismo, a importância do contato sensorial com o mundo externo no processo de aquisição da linguagem: “nosso primeiro contato com o mundo se dá através dos nossos sentidos corporais, e a partir daí algumas extensões de sentido são estabelecidas” (Martelotta; Palomanes, 2008, p. 181).

Piaget, um dos nomes dessa teoria linguística, propõe que o desenvolvimento cognitivo é composto pelas seguintes etapas (Fiorin, 2005):

- sensório-motora (0 a 18 meses);
- pré-operatória (2 a 7 anos);
- de operações concretas (7 a 12 anos); e
- de operações formais.

Em todas essas etapas, a estrutura corporal da criança, segundo os cognitivistas,

é extremamente importante, já que a percepção que temos do mundo é limitada por nossas características físicas. A mente, portanto, não é separada do corpo (Martelotta; Palomanes, 2012, p. 181).

Daí, tem-se o pensamento corporificado, que é apresentado pelo Cognitivismo para justificar a importância do aspecto sensorial na aquisição da linguagem.

Considerações finais

Neste ensaio, apresentamos de forma breve alguns conceitos das teorias linguísticas Estruturalismo, Gerativismo, Funcionalismo e Cognitivismo, dando destaque à concepção que cada teoria apresenta em relação ao processo de aquisição da linguagem.

O ponto de vista de cada estudioso dessas teorias faz com que o objeto de estudo da Linguística, a língua, seja analisado de diferentes perspectivas, culminando, então, com a elaboração de diferentes teorias sobre um mesmo aspecto. No entanto, não podemos deixar de considerar que essas teorias influenciam-se mutuamente e que as teorias formuladas em um momento anterior servem como um ponto inicial para outros questionamentos e, até mesmo, outras teorias. Daí a importância que todas elas possuem na elaboração de um aparato teórico coeso e conciso para a Linguística, a fim de confirmar os estudos como parte de uma real ciência da linguagem.

REFERÊNCIAS

- CHOMSKY, N. Novos horizontes no estudo da linguagem. *Delta*, São Paulo, v. 13, p. 75-76, 1997. Número especial.
- COSTA, M. A. Estruturalismo. In: MARTELOTTA, M. E. (Org.). *Manual de linguística*. São Paulo: Contexto, 2008.
- CUNHA, A. F. da. Funcionalismo. In: MARTELOTTA, M. . (Org.). *Manual de Linguística*. São Paulo: Contexto, 2008.
- FERRARI, L. V. *Introdução à linguística cognitiva*. São Paulo: Contexto, 2011.
- FIORIN, José Luiz. *Introdução à linguística*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2005.
- KENEDY, E. Gerativismo. In: MARTELOTTA, M. E. (Org.). *Manual de linguística*. São Paulo: Contexto, 2008.
- MARTELOTTA, M. E.; PALOMANES, R. Linguística cognitiva. In: MARTELOTTA, M. E. (Org.). *Manual de linguística*. São Paulo: Contexto, 2008.
- NEVES, M. H. M. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes. 2004.
- SAUSSURE, F. de. *Curso de linguística geral*. 20. ed. São Paulo, Cultrix, 1997.

ORGANIZADORES

Ariel Novodvorski
Gisele Rosa
Lucas Chagas

ENSAIOS
EM TEORIAS LINGÜÍSTICAS



**Lucas Araujo
Chagas**

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Uberlândia.

ORIENTADORA

Profa. Dra. Carla Nunes Vieira
Tavares

E-MAIL

chagas.luca@gmail.com

**O PROCESSO DE SIGNIFICAÇÃO NO ÂMBITO
COGNITIVO: TRAÇANDO RELAÇÕES
ENTRE A COMPETÊNCIA DE LINGUAGEM,
O PENSAMENTO E O SER HUMANO**

Lucas Araujo Chagas

A Linguística Cognitiva surgiu com base na Gramática Gerativa, proposta por Noam Chomsky por volta dos anos 1980. Seu advento provocou uma série de especulações nos âmbitos de estudo da Linguística, sobretudo no que tange à aproximação da ciência da linguagem à Psicologia e à Tecnologia da Informação (Ferrari, 2011).

Partindo da linguagem como uma habilidade cognitiva, a Linguística Cognitiva preocupa-se com a interação entre os módulos da linguagem relacionados às estruturas linguísticas e o conteúdo conceitual dessa estrutura. Isso talvez implique na possibilidade de abordarmos a língua para além de um elemento planificado e concretizado por meio de estruturas significantes, o que nos leva a procurar explicações para os fenômenos da linguagem em uma amplitude maior, ou seja, naquilo que está no plano do significado da dicotomia linguística saussuriana.

A língua entendida por esse âmbito deve envolver, como elemento de sua realização, o aparelho da linguagem, que não se restringe ao aparelho fonador e engloba todo o complexo emaranhado de estruturas cognitivas traçadas pelo sistema nervoso ao longo de nosso corpo, regendo

a nossa máquina humana. Essa definição, embora muito bem estabelecida no estrangeiro, ainda repercute estranheza no fazer linguístico brasileiro.

Tomando a liberdade para me colocar numa perspectiva da Linguística Cognitiva mais ampla e não centrada somente na relativização dos fenômenos linguísticos no plano da língua tomada como sistema fechado, neste ensaio pretendo problematizar a língua(gem) na relação com o sistema nervoso, na medida em que eles se interdependem na construção do *humano*.

Língua *linguageira* e competência linguística

Embora compartilhem momentos e/ou rotinas iguais com outras pessoas, cada um de nós assimila e tem experiências diferentes e imprescindíveis relacionadas ao tempo e aos fatos ocorridos no momento compartilhado. Mesmo que passemos horas compartilhando tudo o que sabemos sobre algo com outra pessoa, jamais conseguiremos transmitir adequadamente toda a nossa experiência sobre esse algo. Palavras, metáforas e analogias nem sempre refletem ou transmitem precisamente os significados que nos constituem. Elas são, no melhor dos casos, tênues aproximações dos significados que perpassam a nossa mente.

Uma das maiores dificuldades encontradas ao precisarmos o real significado e os reais efeitos das palavras sobre nós está justamente em conseguir compreender e sistematizar a complexidade das relações existentes entre elas e a nossa constituição identitária. Mesmo com a mais alta tecnologia, ainda estamos longe de conseguirmos matematizar como nosso sistema nervoso transforma significantes em significados e como o produto dessa equação constitui a nossa identidade.

A maioria das teorias linguísticas que abordam o processo da significação ainda retrata de forma muito abstrata e pouco palpável a codificação e a decodificação de signos linguísticos. Acredito que filosofar sobre a linguagem sem conhecer de fato os elementos biológicos que nos compõem e a relação existente entre os órgãos do sentido e a produção de linguagem tem deixado a Linguística muito atrás de correntes científicas que se ocupam dessas relações, como, por exemplo, a Neurociência. A falta de quebra de paradigmas nos estudos linguísticos parece tirar a autonomia do campo da ciência linguística para falar sobre a linguagem e as suas mais variadas manifestações, sejam elas no homem ou no âmbito social.

As inúmeras controvérsias entre os estudos da linguagem e o seu relacionamento com nosso sistema linguístico – de acordo com uma perspectiva biológica e física, e não apenas filológica – colocam grandes barreiras na formulação de uma teoria geral para

traduzir significados em signos e vice-versa. Se analisarmos as teorias linguísticas produzidas nos últimos séculos referentes à linguagem, veremos que diversos paradigmas foram construídos, e, ano após ano, a ciência constrói novas teorias que tendem a se ligar ou se romper com as anteriores.

Embora haja atualmente inúmeras teorias linguísticas que se ocupam do processo de significação, praticamente todas elas ainda se mantêm em um plano dedutivo e abstrato, ou seja, elas ainda estão em um plano teórico geral não passível de instrumentos de intervenção e aplicabilidade individual na vida cotidiana, de forma a cooperar, endireitar ou facilitar o desenvolvimento linguístico-cognitivo de um determinado sujeito.

De acordo com Saussure, um dos precursores da Linguística, o signo linguístico constitui-se da relação entre significante e significado. O significante estaria diretamente ligado a uma imagem acústica, ou seja, ao plano de expressão linguística, ao passo que o significado é entendido como uma imagem interna ao sujeito, em outras palavras, ideias e conceitos que são passíveis de expressão.

Se, do ponto de vista saussuriano, o significado – um dos principais elementos constitutivos do sujeito – é entendido como uma imagem interna ao sujeito, ou como ideias e conceitos passíveis de expressão, como podemos explicar o processo de significação de deficientes visuais, auditivos e fônicos, e como estes conseguem se comunicar por meio de signos aos não deficientes?

De acordo com Chomsky, a linguagem é uma habilidade inata do ser humano, a qual desenvolvemos por meio do desempenho. Estando a linguagem diretamente relacionada à racionalidade humana, como entender, então, por essa perspectiva, a relação entre linguagem e pensamento? Embora Saussure tenha proposto a dicotomia que estabelece a linguagem como a união entre língua e fala, seriam os nossos significados representáveis apenas por aquilo que ele chama de signo linguístico?

O signo linguístico e suas relações com o corpo humano

Costuma-se dizer que os italianos se comunicam não apenas pela fala, mas também pelas mãos. Prova disso é o ditado popular italiano: “Quer deixar um italiano *mudo*? Basta amarrar suas *mãos*”. Isso nos dá um exemplo simples de que muitas vezes as expressões corporais exercem papéis importantes na construção da linguagem e na transmissão de significados. Além dos italianos, os orientais também têm formas bastante particulares de se comunicarem usando o

corpo e têm ciência de que a linguagem e a comunicação humana se dão não só pela fala, mas também pelo corpo e por tudo aquilo que o constitui.

De acordo com Hilger (1995), nossa postura corporal e a gesticulação de nossos membros estão diretamente relacionadas ao que pensamos e à nossa constituição identitária. As expressões corporais vão além da fala e são capazes de revelar verdades instintivas e inconscientes. Para Hilger (1995), o corpo reflete fielmente o estado espiritual e mental do ser, pois ele não se utiliza da linguagem maquiada e enrolada da fala.

Quando compreendemos que de fato há uma relação entre nosso corpo, nossa identidade e a construção dos nossos significados, é possível dizer que a linguagem está além da língua e da fala. Podemos inferir, então, que o nosso corpo exerce um papel fundamental na transmissão de significados e na constituição dos signos linguísticos que utilizamos para transmiti-los.

A relação entre corpo e fala pode não parecer interessante para a codificação e decodificação de signos linguísticos na perspectiva saussuriana; entretanto, sabemos que ambos trabalham juntos na tradução de significados em signos e vice-versa. Se analisarmos o contexto linguístico de uma relação sexual, os signos linguísticos que comunicamos, na maioria das vezes, são onomatopeias, que não têm um significado lógico fora desse contexto.

Embora a fala esteja envolvida nesse contexto comunicacional, o corpo e os demais órgãos do sentido, principalmente o tato, exercem um papel muito mais efetivo na transmissão dos significados que estão embutidos nessas onomatopeias do que o aparelho fonador, o qual emite signos linguísticos. Portanto, podemos dizer que a linguagem e a construção de signos, assim como a decodificação destes, depende não só da fala, mas de todos os elementos envolvidos na constituição de um signo, os quais, neste ensaio, são considerados como fruto do complexo funcionamento do corpo humano, e não apenas da estrutura da linguagem.

A linguagem e o sistema nervoso

Por detrás da linguagem, existem diversos mecanismos biológicos humanos responsáveis por traduzir as ondas sonoras da fala em correntes eletroquímicas, as quais, processadas, são conduzidas até nossa massa encefálica, que pode emitir como resposta diversas ações. O que denominamos de massa encefálica nada mais é do que um enorme conjunto de neurônios que, interligados, constituem o nosso cérebro, o qual é responsável por controlar praticamente todas as atividades e os processos químicos do corpo humano.

De acordo com as ciências médicas, o cérebro exerce um papel fundamental na constituição do ser humano enquanto ser racional, pois é ele que dá vida ao homem e torna-o capaz de desenvolver e programar de forma autônoma o seu corpo diante dos ambientes e situações em que se encontra (McCrone, 2006). Quando um feto nasce desprovido de cérebro, ele pode até sobreviver durante algum tempo, mas, com o passar das horas, todo o seu organismo para, o que qualifica o seu óbito. Dessa forma, um homem, mesmo que tenha corpo e forma de homem, sem possuir seu principal elemento biológico constitutivo, perde a capacidade de interagir com a natureza e de se comunicar com ela e com outros homens.

Para Noam Chomsky a linguagem humana está relacionada a algo superior à linguagem proposta por Saussure, como sendo a união entre língua e fala. Chomsky denominou esse algo superior de competência do sujeito, que para ele é inata. É a capacidade de desenvolver essa competência que nos diferencia como humanos.

Embora saibamos que algo superior torna-nos capazes de estabelecer relações com o mundo e com os demais seres humanos e trocar ou construir significados nessas relações, isso só acontece em virtude de diversas capacidades cognitivas de que dispõe o nosso corpo humano, e não apenas da linguagem constituída de língua e fala. Portanto, o que Chomsky chama de competência do sujeito ou competência linguística está diretamente associado ao plano biológico da natureza humana, e não exclusivamente ao plano da linguagem.

A Biologia considera o homem como um ser vivo capaz de raciocinar e produzir conhecimento sobre o seu raciocínio, de forma a desenvolver suas relações com a natureza. Sabemos que o homem não é capaz de sobreviver na natureza sem o cérebro, pois este determina a capacidade de raciocinar. Sendo assim, o que Chomsky denomina de competência seria, no plano das ciências cognitivas, entre outras coisas, a nossa massa encefálica e a complexidade ativa de seu funcionamento, a qual controla todos os processos de cognição do corpo humano, dentre eles a nossa capacidade de desenvolver a linguagem.

O funcionamento do cérebro e o processo de significação

Nos últimos anos, as pesquisas no domínio da Neurociência comprovaram especificidades do sistema nervoso humano em relação ao das demais espécies. A assimetria funcional, a alta e refinada especialização de funções desenvolvidas pela conjunção dos dois hemisférios cerebrais, a necessidade de tempos diferentes para o amadurecimento das várias áreas que os constituem e o processamento intermediado por signos, em vez da contiguidade de

estímulo-resposta, são características que cooperam para reforçar a nossa superioridade sobre as demais espécies (Scliar-Cabral, 1991).

De acordo com a Neurolinguística, existe uma conjunção de operações para que um signo seja codificado e decodificado. O mais interessante nesse processo é que os hemisférios direito e esquerdo do cérebro trabalham separadamente no processamento e na decomposição de signos. Liberman (1983) postulou que o hemisfério esquerdo é especializado em processar e desenvolver funções sequenciais lógicas. No que diz respeito à linguagem, esse hemisfério seria responsável por funções como a combinação e a ordenação serial das unidades destituídas de significados (fonemas e seus traços) e das unidades de significado.

Para Studdert-Kennedy (1983), o hemisfério esquerdo pode ter-se ocupado da sistematização da linguagem verbal porque ele já possuía o circuito neural para coordenar dedos, pulsos e mãos no uso de instrumentos, que era precisamente o tipo de circuito requerido para a coordenação unilateral da laringe, do véu palatino, da língua, do maxilar inferior e dos lábios. Oposto à parte esquerda do cérebro, cabe ao hemisfério direito o processamento holístico das informações, como as necessárias à identificação de faces, vozes conhecidas, imagens pictóricas e a composição espacial e química de objetos e símbolos.

Moscovitch (1983), após estudar pacientes com afasia, comprovou que, sem o hemisfério direito, a comunicação no seu sentido mais amplo não parece ocorrer normalmente, pois, mesmo que haja uma sequência lógica em aspectos linguísticos (como uma frase gramaticalmente correta), quando esses pacientes codificam alguma mensagem, não há uma sequência lógica discursiva e semântica nos signos que eles emitem.

As relações que o cérebro estabelece entre mãos, língua, paladar e maxilares e as demais partes do corpo, as quais são coordenadas pelo nosso sistema nervoso, reforçam a decodificação e a codificação de signos como algo além da fala. Dessa forma, “o corpo como material de linguagem social e simbólico produz sentidos e é significado em processos complexos de memória que dizem respeito à subjetividade, à história, à sua espacialização” e à construção de significados (Hashiguti, 2008, p. 56):

As evidências fornecidas pelas pesquisas sobre as bases biológicas da linguagem confirmam ou desconfirmam teorias sobre a aquisição da linguagem tanto oral como escrita: fornecem elementos para se compreender por que a produção de enunciados verbais é mais tardia do que sua compreensão e por que a apropriação do sistema escrito se dá ainda muito mais tardiamente, uma vez que a junção temporo-parieto-occipital é a última a amadurecer (Geschwind, 1968, p. 63)

Ao entendermos como o cérebro processa os signos envolvidos na comunicação, podemos dizer, portanto, que a parte direita exerce uma função superior no que diz respeito à elaboração de significados. Isso ocorre porque ela é responsável pelo processamento holístico das informações, ou seja, pelas projeções espaciais, químicas e metafísicas nas quais a comunicação oral acontece; elas surgem antes mesmo do desenvolvimento oral da língua no homem, tomado enquanto sujeito comunicacional. É essa região também que trabalha para que, quando lemos uma história, sejamos capazes de recriar o contexto e o cenário onde os roteiros das histórias ocorrem, o que possibilita trabalharmos a articulação dos nossos significados e construirmos novas associações entre eles.

A capacidade que temos de relacionar o que Saussure chamou de eixos sintagmático e paradigmático para construir a linguagem está diretamente associada à maneira como nos posicionamos ou somos posicionados diante de um objeto que se constitui significado, que por sua vez pode ou não ter um significante. Por exemplo, uma obra de arte pode conduzir, por meio de uma linguagem silenciosa, a assimilação e a emissão de diversos significados de uma ordem não significante. Dessa forma, como vimos anteriormente, mesmo que o nosso cérebro seja composto de um hemisfério capaz de processar sequências lógicas na língua oral e na escrita, o que pesa na decodificação e no sentido de um discurso são justamente os sinais decodificados pelos nossos órgãos do sentido, os quais são majoritariamente silentes.

O significante, como elaborado por Saussure, composto apenas por uma imagem acústica do significado, deixa de ser assim considerado justamente por entendermos que ele não é apenas fonemas ou unidades de significados, mas uma conjunção de sinais emitidos e decodificados pelo corpo, os quais transmitem significados: “Na linguagem, o corpo é espessura material significante, é o sujeito inscrito no/pelo discurso a partir do seu corpo, corpo que significa para si e para outro na relação com o olhar. O corpo formula gestos passíveis em sua memória discursiva e em sua sintaxe biofísica e que são determinados por condições de produção” (Hashiguti, 2008, p.87).

A linguagem vai além da codificação e da decodificação de signos; ela é perpassada pela fenomenologia física, química e biológica da natureza universal que, por meio da matéria, constitui corpos. Esses corpos ganham vida e autonomia a partir do momento em que desenvolvem sua competência, a qual está associada à autonomia de um corpo em desenvolver seu próprio metabolismo e sentido onde está.

Considerações finais

Embora o estudo das relações entre língua(gem) e fisiologia humana tenha sido circunscrito às ciências médicas nas últimas décadas, percebe-se uma aproximação da Linguística à neuropsicofísica do homem, sobretudo no campo da Neurolinguística. Muitos estudos têm sido desenvolvidos nesse campo nas universidades de Leipzig, na Alemanha, de Liverpool, na Inglaterra, e de Massachusetts, nos Estados Unidos, no intuito de expandir o pensamento da linguagem para além do seu *mito de fundação*, já que pouco se conhece sobre a sua origem.

Percebe-se, no atual campo da ciência linguística, um amplo espaço de expansão da Linguística Cognitiva. Esta, por sua vez, tem remapeado as mais diferentes formas de se conceber a língua enquanto objeto de estudo científico.

Cabe a nós, linguistas, entendermos que, independentemente da amplitude da Linguística, enquanto ciência, considerada em nossas pesquisas, dificilmente haverá uma base sólida, cindida e concreta de sua episteme. Isso implica em, antes de refugar o que é linguístico ou não, retomar ao constante labor dos estudos, que têm como fim entender a linguagem humana, seja ela qual for. Espera-se que este ensaio tenha contribuído para a exploração de mais uma das diferentes visões da linguagem e de sua relação com aquele que a comporta: o homem.

REFERÊNCIAS

FERRARI, L. *Introdução a linguística cognitiva*. São Paulo: Contexto, 2011.

GESCHWIND, N. *Human Brain: left-right asymmetries in temporal speech region*. Boston: Science, 1968.

HASHIGUTI, S. T. *Corpo e memória*. 2008. 59f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade estadual de Campinas, Campinas, SP, 2008.

HILGERT, A. *A bíblia da sedução*. Porto Alegre, RS: Poethanum, 1995.

LIBERMAN, A. M. *Duplex perception and integration of cues: evidence that speech is different from nonspeech and similar to language*. Copenhagen: University of Copenhagen Press, 1983.

MCCRONE, J. *Como o cérebro funciona: uma análise da mente e da consciência*. São Paulo: Publifolha, 2006.

ORGANIZADORES

Ariel Novodvorski
Gisele Rosa
Lucas Chagas

MOSCOVITCH, M. *The linguistic and emotional functions of the normal right hemisphere*. Nova York: Perelman, 1983.

SCLIAR-CABRAL, L. *Introdução à psicolinguística*. São Paulo: Ática, 1991.

STUDDERT-KENNEDY, M. *Psychobiology of language*. Cambridge: MIT Press, 1983.

**CONSIDERAÇÕES SOBRE A LINGUÍSTICA
COMPUTACIONAL E O PROCESSAMENTO DE
LINGUAGEM NATURAL SOB A LUZ
DA TEORIA LINGUÍSTICA**

Lucas Maciel Peixoto

A Linguística moderna dispõe de avanços tecnológicos que tornam possível a adoção, pelos linguistas, de novas perspectivas em relação ao seu objeto de estudo: a língua. Torna-se cada vez mais comum o uso de ferramentas computadorizadas para análise, descrição e ensino de línguas, como os programas de análise lexical adotados pela abordagem da Linguística de *Corpus* (doravante, LC) e também de tradutores automáticos, sistemas de reconhecimento de fala, etiquetagem automática de textos e bancos de dados linguísticos, que possibilitam a construção de dicionários *on-line*, entre várias outras utilidades. É nesse âmbito que surgem áreas de estudo multidisciplinares como a Linguística Computacional (doravante, LCO) e o Processamento de Linguagem Natural (doravante, PLN), que fazem uso de conhecimentos provindos tanto da Ciência da Computação quanto da Linguística para a construção de sistemas informatizados para manuseio da língua humana.

ENSAIOS
EM TEORIAS LINGUÍSTICAS



**Lucas Maciel
Peixoto**

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Uberlândia.

ORIENTADOR

Prof. Dr. Guilherme Fromm

E-MAIL

lucasletrasufu@gmail.com

Visando explorar as possibilidades de estudo da língua trazidas por essas áreas, este ensaio propõe-se a delimitar o escopo de estudo da LCO e do PLN, buscando explicitar as semelhanças e diferenças entre as duas, e demonstrar como essas áreas fazem uso de algumas teorias linguísticas para embasar seus procedimentos e metodologias.

Biemann (2007) explica que as duas áreas são responsáveis pelo manuseio da língua humana por sistemas de computador e possuem objetivos ligeiramente diferentes: a LCO é uma área que utiliza sistemas computacionais para buscar conclusões sobre a língua e está fortemente embasada no pensamento linguístico, implementando teorias linguísticas juntamente com recursos da informática para a resolução de problemas linguísticos; já o PLN está menos preocupado com a obtenção de informações linguísticas e mais focado no processamento da língua propriamente dito, usando o conhecimento sobre a estrutura da língua para se dedicar ao desenvolvimento de sistemas e visando boa *performance* e eficiência de processamento de dados, e não necessariamente a representação da língua para seres humanos. Em outras palavras, pode-se dizer que, embora as duas áreas necessitem tanto dos conhecimentos advindos da Linguística quanto da Ciência da Computação, a LCO está um pouco mais próxima da primeira, e o PLN, mais atrelado à segunda. No entanto, não é fácil (nem necessário) separar minuciosamente as duas disciplinas, uma vez que se influenciam mutuamente e avançam em conjunto.

O que a LCO e o PLN possibilitam aos linguistas é uma nova forma de analisar e descrever a língua. Supõe-se que a análise linguística via sistemas de computador poderá ajudar a alcançar uma descrição completa da estrutura das línguas, ou seja, um entendimento da construção das línguas humanas em geral, independentemente do conhecimento específico sobre determinada língua:

Vários linguistas demonstraram o ideal de produzir um método de descrição da língua que exclua o significado de unidades linguísticas significativas. [...] Isso resultaria em uma descrição completa da língua e possibilitaria a compilação de uma gramática e um léxico que careceriam apenas das definições das palavras na forma em que estão presentes em nossos léxicos atuais. Na realidade, nenhum linguista chegou à ideia de analisar e descrever uma língua da qual não possui conhecimento algum dessa maneira. Essa tarefa dispenderia tanto tempo e energia que desencorajou até aqueles que consideram essa abordagem como a única teoricamente aceitável. (Martinet, 1969, apud Bordag, 2007, p. 1, tradução minha)¹⁸

¹⁸ No original: Several linguists have stated the ideal to produce a description method [of language] that excludes the meaning of meaningful [language] units. [...] This would result in a complete description of the language and it would be possible to compile a grammar and a lexicon that would lack only the definitions [of the words] in the way they are present in our current lexicons. In reality no linguist has yet come to the idea of analyzing and describing a language he does not know at all in such a manner. Such

O que Bordag (2007) argumenta ao fazer essa citação de André Martinet é que uma descrição completa da estrutura da língua implicaria em desconsiderar o significado, ou seja, as informações semânticas. Isso tem repercussões importantes para a forma de se pensar o estudo da língua, uma vez que a semântica é parte integrante da ciência da Linguística como a conhecemos. Porém, é necessário levar em consideração que a semântica está fortemente relacionada à interpretação subjetiva das informações linguísticas: somos nós, falantes da língua, que atribuímos sentido aos enunciados, e é claro que isso está sujeito a variações de interpretação. Nota-se que a semântica é um componente, por assim dizer, *instável* da língua. Os significados das palavras em uma língua mudam ao longo do tempo, e a eles são atribuídos novos sentidos e interpretações, o que é feito pelos sujeitos falantes dessa língua. Como visto na citação acima, a compilação completa da gramática e do léxico (estrutura) da língua careceriam, apenas, do significado *atual* das palavras. Portanto, excluindo-se, temporariamente, essa parte mutável da língua, que é a semântica, teríamos uma espécie de esqueleto da sua estrutura, que seria, hipoteticamente, suficiente para uma descrição completa. É importante ressaltar que não se está desconsiderando a importância da semântica e de sua interpretação subjetiva, mas apenas se separando, temporariamente, a estrutura da língua para que possa ser analisada.

Fica claro que o Estruturalismo é uma das teorias linguísticas que mais influenciam os procedimentos de processamento da língua natural, uma vez que é o conhecimento sobre o funcionamento da estrutura da língua que permitirá a interpretação dos dados linguísticos por computador e sua posterior descrição. No *Curso de Linguística Geral*, Saussure (1999) discorreu sobre vários conceitos que são usados pela LCO e pelo PLN como base para a elaboração dos algoritmos para interpretação de dados linguísticos: a noção da língua como um sistema de signos, a distinção entre sincronia e diacronia, a distinção entre língua e fala, as noções de arbitrariedade e arbitrariedade relativa, que levam a relações sintagmáticas e paradigmáticas, e as noções de significante e significado.

Resumidamente, relações sintagmáticas são relações estabelecidas de forma linear entre unidades linguísticas. Tais relações existem, segundo Saussure, em virtude da impossibilidade de pronunciar-se mais de uma palavra ou unidade linguística ao mesmo tempo. Isso traz a noção de ordem de palavras em um determinado enunciado, uma vez que as palavras devem ser sequenciadas uma após a outra. Já as relações paradigmáticas são não lineares e dizem respeito às possíveis associações entre palavras. Segundo Bordag (2007), ambas as relações são usadas

an undertaking would by all accounts require an expense of time and energy that has deterred even those who consider this approach as the only one theoretically acceptable.

pela LCO e pelo PLN para descrever a estrutura da língua e a forma como cada palavra está relacionada, lançando a suposição de que as relações paradigmáticas são, de alguma forma, baseadas nas relações sintagmáticas.

As premissas advindas da teoria linguística e adotadas pela LCO e pelo PLN podem ser assim resumidas:

Há uma estrutura no signo (em outras palavras, há um sistema de signos) que pode ser examinada. Uma descrição completa dessa estrutura não é uma descrição completa do significado. Saussure [...] introduziu a noção dinâmica de língua que qualquer descrição de língua deve considerar. Por fim, de acordo com Saussure [...], a língua é constituída de vários níveis, e em cada nível operam dois princípios idênticos de relações sintagmáticas composicionais e classes paradigmáticas de abstração (ou equivalência) (Bordag, 2007, p. 22, tradução minha).¹⁹

Isso posto, é necessário considerar que as possibilidades de manuseio da linguagem natural (linguagem humana) estão intrinsecamente relacionadas à capacidade de processamento dos computadores, ou seja, trata-se de uma análise que depende fortemente do avanço tecnológico e do aumento das possibilidades de processamento de dados linguísticos. Isso acontece porque, para se chegar a conclusões gerais e relevantes sobre uma determinada língua, é necessária uma amostra de grande tamanho dessa língua (*corpus*) e que seja representativa do maior número possível de variações.

Para interpretar essa quantidade de dados por computador, uma grande capacidade de processamento é necessária. Evidencia-se, portanto, o caráter pragmático da LCO e do PLN, que baseiam suas análises no desempenho linguístico, ou seja, em uma amostra da língua de tamanho considerável e produzida de forma natural pelos falantes, e não na competência linguística. Essa discussão sobre desempenho e competência é amplamente presente na Linguística, inclusive na LC (Sardinha, 2004), que advoga o foco no desempenho linguístico para a obtenção de conclusões empiricamente comprováveis sobre a língua. Tal abordagem empírica também é adotada pela metodologia da LCO e da PLN:

A construção de algoritmos para extração de conhecimento linguístico pode ser classificada sob a abordagem empírica de análise da língua, e, portanto, a noção de “empírico” (do grego, “a experiência”) deve ser examinada mais de perto. *Grosso modo*, uma abordagem é empírica se envolve a observação de dados reais, ao invés do uso de exemplos artificialmente construídos ou de intuição. O empirismo também é conhecido como um método para

¹⁹ No original: There is structure in the sign (in other words, there is a system of signs) that can be examined. A complete description of this structure is not a complete description of meaning. De Saussure and Peirce introduce the dynamic notion of language which any language description must account for. Finally, according to de Saussure and Hjelmslev, language consists of several levels, and on each level two identical principles of syntagmatic compositional relations and paradigmatic abstraction (or equivalence).

construir ou desmentir hipóteses por meio de observações e experimentos, ou como o raciocínio indutivo (contrário de dedutivo) baseado nessas observações. (Bordag, 2007, p. 14, tradução minha).²⁰

As oposições indução *versus* dedução, desempenho *versus* competência e observação empírica *versus* introspecção intuitiva permeiam um embate teórico existente na Linguística que se originou no contraste entre as ideias trazidas por Saussure e por Noam Chomsky. Como visto, o Estruturalismo de Saussure fornece as premissas básicas para os modelos de processamento de língua natural. Porém, Biemann (2007) mostra que essa disciplina não descarta algumas contribuições pontuais da teoria de Chomsky. Mais especificamente, a LCO e o PLN fazem uso dos níveis de adequação propostos por Chomsky em sua obra *Aspectos da Teoria da Sintaxe* para validar os modelos de processamento de linguagem nos níveis observacional, descritivo e explicativo.

Dessa forma, um sistema de processamento de linguagem natural que dê conta da descrição da língua deve possuir os seguintes níveis: (i) adequação observacional, ou seja, enumerar exaustivamente os dados disponíveis, sendo capaz de determinar, por exemplo, se uma frase pertence à gramática em questão ou não; (ii) adequação descritiva, isto é, explicitar regras formais para todos os possíveis arranjos de dados, expressando regularidades subjacentes da língua; e (iii) adequação explicativa, ou seja, fornecer mecanismos que possibilitem a escolha mais adequada entre descrições concorrentes, com base em princípios independentes de qualquer língua em particular. A adequação explicativa seria o mais alto nível que pode ser alcançado por uma gramática ou teoria da língua, ou, nesse caso, pelo modelo de processamento de língua.

Bordag (2007) explica que, apesar de fazer uso desses três níveis de adequação propostos por Chomsky, ao usar dados provenientes de um determinado *corpus* e analisados por meio de uma abordagem descritiva empírica, a disciplina do processamento de língua natural parte de uma premissa que entra em choque com o pensamento do próprio autor, já que as formalizações de Chomsky “não partem de uma abordagem empírica, mas, sim, da introspecção humana explícita” (Bordag, 2007, p. 18, tradução nossa). Mais especificamente,

De acordo com Chomsky, os níveis de adequação descritiva e explicativa somente podem ser alcançados por teorias linguísticas consoantes com a percepção dele, uma vez que apenas caminhos teóricos encontrados por meio da introspecção baseada na intuição de um falante

²⁰ No original: Building algorithms to extract language knowledge can be more generally subsumed under the empirical approach to language analysis and so the notion of ‘empirical’ (Greek - ‘the experience’) must be examined closer. Simply put, an approach is empirical if it involves observing real-world data, as opposed to using artificially constructed examples or intuition. It is also known as a method to construct hypotheses or disprove them using observations and experiments, or as the inductive (contrary to deductive) reasoning or formulation of hypotheses based on such observations.

nativo podem realizar as abstrações e meta-abstrações necessárias (Biemann, 2007, p. 11, tradução minha).²¹

De acordo com Biemann (2007), Chomsky afirma que a abordagem empírica da LC, da LCO e do PLN não é capaz de dar conta dos níveis mais altos de adequação, que só seriam alcançáveis mediante introspecção e dedução. Aqui, entende-se que a descrição da língua deve partir, exatamente, do ponto de vista oposto, ou seja, a introspecção está fadada a levar a conclusões particulares sobre a língua, uma vez que está ligada às interpretações e intuições subjetivas de um falante ideal, enquanto a observação empírica possibilita a análise de dados palpáveis e concretos sobre a língua de maneira mais ampla.

Isso posto, cabe demonstrar algumas limitações apresentadas pela LCO e pelo PLN. Em seu estado atual, essas disciplinas focam seus esforços na aquisição da linguagem pela máquina, por meio, por exemplo, da formulação de regras de processamento ou do fornecimento de anotações que a máquina deve “aprender” e reproduzir. Evidentemente, a aquisição da língua pelo ser humano ocorre de maneira bastante diferente, que podemos chamar de natural, uma vez que não necessita de supervisão, mas apenas de exposição (Biemann, 2007). Um dos caminhos para superar essa limitação é a elaboração de sistemas que funcionem de forma não supervisionada, ou seja, sem a necessidade de fornecimento prévio de informações.

Vimos que a Linguística Computacional e o Processamento de Linguagem Natural são disciplinas intimamente ligadas à Linguística de *Corpus* e partem de uma abordagem empirista, buscando a descrição da língua por meio de processos indutivos e de dados linguísticos concretos. O contínuo avanço das tecnologias necessárias para a elaboração de modelos de processamento de língua permitirá, cada vez mais, a obtenção de conclusões que ajudem os linguistas a ampliar seu entendimento sobre o funcionamento da língua e sua estrutura.

REFERÊNCIAS

BIEMANN, C. *Unsupervised and knowledge-free natural language processing in the structure discovery paradigm*. 2007. 199f. Tese (Doutorado em Ciência da Computação) - Faculdade de Matemática e Ciência da Computação, Universidade de Leipzig, Leipzig, 2007.

²¹ According to Chomsky, the levels of descriptive and explanatory adequacy can only be reached by linguistic theories in his sense, as only theoretic means found by introspection based on the native speaker's intuition can perform the necessary abstractions and meta-abstractions.

BORDAG, S. *Elements of knowledge-free and unsupervised lexical acquisition*. 2007. 263f. Tese (Doutorado em Ciência da Computação) - Faculdade de Matemática e Ciência da Computação, Universidade de Leipzig, Leipzig, 2007.

CHOMSKY, N. Preliminares Metodológicas. In: _____. *Aspectos da teoria da sintaxe*. 2. ed. Coimbra: Armênio Amado, 1978.

SARDINHA, T. B. *Linguística de corpus*. São Paulo: Manole, 2004.

SAUSSURE, F. de. *Curso de lingüística geral*. Tradução Antônio Chelini, José Paulo Paes, Isidoro Blikstein. 25. ed. São Paulo: Cultrix, 1999.

ORGANIZADORES

Ariel Novodvorski
Gisele Rosa
Lucas Chagas



*Raphael Marco
Oliveira Carneiro*

Mestrando do Programa de
Pós-Graduação em Estudos
Linguísticos da Universidade
Federal de Uberlândia.

ORIENTADOR

Prof. Dr. Guilherme Fromm
E-MAIL
raphael.olic@gmail.com

LINGÜÍSTICA DE *CORPUS* E TEORIAS LINGÜÍSTICAS: PRINCÍPIOS TEÓRICOS DA PESQUISA BASEADA EM *CORPUS*

Raphael Marco Oliveira Carneiro

Este ensaio tem como objetivo delinear o quadro teórico que caracteriza a abordagem da Linguística de *Corpus* (doravante LC). Entendemos, juntamente com Meyer (2004), que a LC não constitui uma área específica dos estudos linguísticos, ou seja, a LC não apresenta um objeto de análise próprio como a Fonologia, a Análise do Discurso, a Semântica, a Lexicologia, entre outros. O uso de *corpora* eletrônicos de línguas pode ser feito mantendo-se a orientação teórica da área à qual determinada pesquisa está filiada. Mesmo assim, o trabalho com *corpus* pressupõe certos princípios teóricos que podem corroborar ou discordar de alguns paradigmas da Linguística, como o Gerativismo e o Funcionalismo. Tendo a discussão dessas divergências e convergências em mente, caracterizaremos a abordagem da LC levando em conta em que medida ela se aproxima e se afasta dos paradigmas supracitados.

As divergências entre gerativistas (ou “linguistas de poltrona”, conforme Fillmore) e linguistas de *corpus* já foi expressa de várias formas. A mais contundente delas veio do próprio Chomsky em uma entrevista, na qual, em resposta à pergunta “Qual é a sua visão da moderna Linguística de *corpus*?”, Chomsky afirma: “Ela não existe”²² (tradução nossa). Assim

²² No original: “*Bas Aarts*: What is your view of modern corpus linguistics? *Noam Chomsky*: It doesn’t exist” (Aarts, 2000 apud Her; Wan, 2007, p. 87).

como Fillmore, Berber Sardinha (2004, p. 35) antagoniza essas duas perspectivas da seguinte forma:

Quando se encontram, os dois linguistas se estranham – o de poltrona indaga “porque eu deveria acreditar que o que você me diz é interessante?”, ao que o de corpus retruca “por que eu deveria acreditar que o que você me diz é verdadeiro?”.

Essa comparação bem-humorada revela divergências básicas entre as duas abordagens. A pergunta feita pelo linguista de *corpus* questiona o fazer do “linguista de poltrona”, cujo trabalho é essencialmente de abstração: “formular hipóteses sobre como deve ser o conhecimento linguístico existente na mente das pessoas” (Kenedy, 2013, p. 16). Dessa forma, não há garantia de que as formulações feitas nessa perspectiva representem como a língua é de fato usada, ou seja, as hipóteses não são validadas com dados, uma vez que o linguista usa a própria intuição enquanto falante de determinada língua. Para o Gerativismo, “Tal como a maior parte dos factos interessantes e importantes, este [conhecimento da língua] não se apresenta à observação directa nem é passível de extracção a partir dos dados através de qualquer tipo conhecido de processos indutivos” (Chomsky, 1978, p. 100).

Desse modo, o que interessa para o gerativista é o conhecimento da língua do falante-ouvinte ideal, e esse conhecimento não pode ser mensurado por meio da observação direta de dados linguísticos. Por isso, o “linguista de poltrona” questiona o de *corpus* a respeito do interesse e da relevância de seus dados para a formulação de uma teoria linguística. Nesse sentido, Meyer (2004) afirma que, o que é mais importante para o linguista de *corpus* é uma descrição precisa da língua, enquanto para o gerativista o que mais importa é uma discussão teórica que amplie o nosso conhecimento sobre a gramática universal (GU).

Assim, fica claro que as abordagens apresentam perspectivas diferentes em relação à análise da língua, tanto no que concerne à metodologia empregada em cada uma, quanto aos objetivos. Em termos metodológicos, gerativistas utilizam informações provenientes da introspecção a fim de investigar a competência gramatical. Os linguistas de *corpus*, por sua vez, utilizam dados provenientes dos chamados *corpora* (coleções de textos criteriosamente compilados e armazenados em arquivos de computador para fins de pesquisa), ou seja, o foco recai no desempenho linguístico dos falantes em situações concretas de uso. Desse modo, enquanto o Gerativismo busca investigar o conhecimento da língua presente na mente das pessoas em termos do que seja teoricamente possível, a LC investiga o que é concretamente provável.

Desse modo, ambas as abordagens concebem a língua de forma diferente. Chomsky concebe a língua em duas instâncias: língua-I e língua-E. A língua-I remete à dimensão subjetiva da língua, ou seja, como ela está internamente configurada na competência linguística do indivíduo. A língua-E, por sua vez, refere-se à dimensão objetiva da língua, ou seja, como a língua encontra-se fora do indivíduo, sendo, portanto, um reflexo parcial da língua-I em conjunto com as restrições do uso. Nesses termos, podemos dizer que o Gerativismo preocupa-se com a língua-I, e a LC, com a língua-E.

A LC prioriza a observação de dados linguísticos, caracterizando-se dentro de uma abordagem empirista e de uma visão da língua como sistema probabilístico (Berber Sardinha, 2004, p. 30). Dizer que a língua é um sistema probabilístico significa que os traços linguísticos não ocorrem com a mesma frequência, isto é, de modo geral, todas as categorias gramaticais, por exemplo, têm a mesma chance de ocorrerem; porém, observa-se que, dependendo do contexto, da situação comunicativa, dentre outros fatores, certo traço linguístico será mais frequente que outro, o que, por sua vez, não é um fenômeno aleatório. Isso nos leva a dizer que a língua é padronizada, ou seja, é possível observar regularidades de determinados usos linguísticos (colocações, por exemplo) que se repetem significativamente em determinado contexto, caracterizando um padrão léxico-gramatical. Em resumo, a LC, baseada em uma visão empirista da pesquisa científica, focaliza o desempenho linguístico²³ por meio da descrição linguística (Sardinha, 2004).

Em *Aspectos da Teoria da Sintaxe*, Chomsky (1978) explica os três níveis de adequação com os quais gramáticas e teorias linguísticas devem ser avaliadas: adequação observacional, descritiva e explicativa. A adequação observacional refere-se a uma descrição linguística capaz de explicitar quais frases de determinada língua são bem formadas ou não. Para atingir a adequação descritiva, é preciso antes ter a adequação observacional, além de explicitar as propriedades gramaticais abstratas que fazem com que uma frase seja bem formada ou não. A adequação explicativa, por sua vez, não só fornece uma descrição adequada, mas também explica tal descrição por meio de princípios abstratos que vão além da língua particular sendo descrita, para se tornar parte da gramática universal. Tal nível de adequação pretende explicitar as estruturas subjacentes ou regularidades profundas capazes de gerar as frases da língua. Logo, esse último nível de adequação é o almejado pela Gramática Gerativa. Nesse aspecto, a LC é criticada por priorizar a adequação descritiva.

²³ Materialidade linguística passível de observação.

Apesar das críticas feitas à LC, Meyer (2004) aponta que há alguns estudos gerativistas baseados em *corpus*, como o de Haegeman (1987). Tal estudo objetivou analisar posições em orações nas quais um elemento (objeto direto) está ausente em receitas culinárias. O que mais diferencia o estudo citado de outros estudos gerativistas é que ele demonstrou que informações sobre a gramática universal podem ser obtidas tanto pela investigação da estrutura de superfície quanto da estrutura profunda (Meyer, 2004, p. 5).

Assim, com poucos estudos gerativistas baseados em *corpus*, Meyer (2004, p. 5) salienta que ele é mais útil para análises funcionais do que gerativas, justificando o seu posicionamento da seguinte forma:

dada a ênfase da gramática gerativa em investigações da estrutura profunda da língua (principalmente nos trabalhos recentes de Chomsky no minimalismo), *corpora* provavelmente nunca terão um papel importante na gramática gerativa. Por essa razão, *corpora* são melhores utilizados para análises funcionais da língua: análises que objetivam não só fornecer uma descrição formal da língua, mas descrever o uso da língua como uma ferramenta de comunicação (tradução nossa).²⁴

A Gramática Funcional difere da Gramática Gerativa principalmente por ser “uma teoria da organização gramatical das línguas naturais que procura integrar-se em uma teoria global da interação social” (Neves, 2004, p. 15). Enquanto o Gerativismo descreve a língua tendo em mente um falante-ouvinte ideal, retirado do contexto comunicativo, o Funcionalismo ancora a sua descrição linguística em situações concretas de comunicação. Assim, a Gramática Funcional entende que a gramática sofre pressões do uso, e, por isso, a língua não é um sistema autônomo como concebida pelo Gerativismo.

Meyer (2004), a fim de marcar a diferença entre a perspectiva gerativista e a perspectiva funcionalista, faz uso da análise de frases na voz ativa e na voz passiva. Para demonstrar a relação entre as frases *I made mistakes* (Eu cometi erros) e *Mistakes were made by me* (Erros foram cometidos por mim), o gerativista estaria interessado em descrever a estrutura formal das frases em relação à ordem das palavras e as generalizações que determinassem o pertencimento desses casos específicos a uma regularidade profunda da língua. O caso acima faz referência ao movimento do sintagma nominal em inglês, representado como SN [sintagma nominal] – movimento. Uma análise funcionalista das mesmas frases, ainda de acordo com Meyer (2004), focaria no potencial comunicativo das vozes ativas e passivas.

²⁴ No original: “Unfortunately, given the emphasis in generative grammar on investigations of the core of a language (especially as reflected in Chomsky’s recent work in minimalism), corpora will probably never have much of a role in generative grammar. For this reason, corpora are much better suited to functional analyses of language: analyses that are focused not simply on providing a formal description of language but on describing the use of language as a communicative tool” (Meyer, 2004, p. 5).

Um político envolvido em um escândalo, por exemplo, diria a frase “Erros foram cometidos” em vez de “Eu cometi erros” ou “Erros foram cometidos por mim”, porque a voz passiva sem o agente permite que o político admita o erro ao mesmo tempo em que fuja da responsabilidade por meio da imprecisão de quem o cometeu (Meyer, 2004, p. 6, tradução nossa).²⁵

Com base nesse simples exemplo, ilustramos a seguinte afirmação de Neves (2004, p. 23): “A gramática funcional [...] não confere uma estrutura sintática inequívoca à sentença, e, com certeza, não lhe confere uma estrutura representável por meio de diagramas de árvores, ou de colchetes ou parênteses rotulados”. Porém, isso não significa que o Funcionalismo desconsidera o aspecto formal da língua na análise linguística. Ainda segundo Neves (2004, p. 23),

Na perspectiva funcionalista [...], não se considera que uma descrição da estrutura da sentença seja suficiente para determinar o som e o significado da expressão linguística, entendendo-se que a descrição completa precisa incluir referência ao falante, ao ouvinte e a seus papéis e seu estatuto dentro da situação de interação determinada socioculturalmente.²⁶

Em virtude do foco funcionalista no contexto comunicativo, os *corpora* configuram-se como recursos valiosos para a análise linguística, uma vez que fornecem contextos reais de usos linguísticos e acrescentam uma dimensão mais pragmática à análise. Nesse sentido, somos da opinião de que,

Apesar de que nem todos os estudos baseados em *corpus* são explicitamente funcionais [...], todas as pesquisas baseadas em *corpus* são funcionais no sentido de que elas estão fundamentadas no pressuposto de que a análise linguística será beneficiada se for feita com base no uso real da língua em contextos reais (Meyer, 2004, p. 11, tradução nossa).

Dessa forma, inúmeras pesquisas têm-se beneficiado do uso de *corpus* nas mais diversas áreas, como Lexicografia, Variação Linguística, Linguística Histórica, Análise Contrastiva e Estudos em Tradução, Processamento de Linguagem Natural, Aquisição de Língua, Ensino de Língua, para mencionar apenas algumas.

²⁵ No original: “A politician embroiled in a scandal, for instance, might choose to utter the agentless passive *Mistakes were made* rather than *I made mistakes* or *Mistakes were made by me* because the agentless passive allows the politician to admit that something went wrong but at the same time to evade responsibility for the wrong-doing by being quite imprecise about exactly who made the mistakes” (Meyer, 2004, p. 6).

²⁶ No original: “Although not all corpus studies are as explicitly functional [...], all corpus-based research is functional in the sense that it is grounded in the belief that linguistic analysis will benefit if it is based on real language used in real contexts” (Meyer, 2004, p. 11).

O presente ensaio teve como objetivo caracterizar a abordagem da LC tendo em vista as suas divergências e convergências com o Gerativismo e o Funcionalismo. Para isso, discutimos alguns aspectos de cada uma das abordagens e traçamos conexões necessárias entre elas. De modo geral, muitos gerativistas negam a LC por verem os *corpora* apenas como uma fonte de dados para o estudo do desempenho linguístico, e não da competência. Os funcionalistas, por sua vez, beneficiam-se do seu uso ao encontrar nos *corpora* uma fonte de contextos autênticos de usos da língua.

REFERÊNCIAS

CHOMSKY, N. Preliminares metodológicas. In: _____. *Aspectos da teoria da sintaxe*. 2. ed. Coimbra: Armênio Amado, 1978, p. 83-146.

FILLMORE, C. J. "Corpus linguistics" or "computer-aided armchair linguistics". In: SVARTVIK, J. (Ed.). *Directions in corpus linguistics: proceedings of nobel symposium 82*, Stockholm, 4-8, August 1991. Berlin: Mouton de Gruyter, 1992. p. 35-60.

HAEGEMAN, L. Register variation in english: some theoretical observations. *Journal of english linguistics*, Bellingham, Wash, v. 20, n. 2, p. 230-48, 1987.

HER, S. O.; WAN, I. P. Corpus and the nature of grammar revisited. *Concentrics: studies in linguistics*, Taiwan, v. 33, n. 1, p. 67-111, jan. 2007.

KENEDY, Eduardo. *Curso básico de linguística gerativa*. São Paulo: Contexto, 2013.

MEYER, C. F. *English corpus linguistics: an introduction*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

NEVES, M. H. M. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SARDINHA, T. B. *Linguística de corpus*. São Paulo: Manole, 2004.

ORGANIZADORES

Ariel Novodvorski
Gisele Rosa
Lucas Chagas

*Larissa Campoi
Peluco*

Mestranda do Programa de
Pós-Graduação em Estudos
Linguísticos da Universidade
Federal de Uberlândia.

ORIENTADORA

Profa. Dra. Maura Alves de
Freitas Rocha

E-MAIL

larissapeluco@hotmail.com

A PESQUISA FORMAL E FUNCIONAL

Larissa Campoi Peluco

Quando se considera a existência do modelo funcionalista da linguagem, faz-se uma contraposição com a visão formalista, que concebe a língua como “um conjunto de orações, cujo correlato psicológico é a competência, isto é, a capacidade de produzir, interpretar e julgar a gramaticalidade das orações” (Dik, 1978 apud Neves, 2004, p. 171). A primeira vê a língua como “um instrumento de interação social, cujo correlato psicológico é a competência comunicativa, isto é, a capacidade de manter a interação por meio da linguagem”. Em vista disso, fazer pesquisa torna-se diferente aos olhos dos dois modelos. É o que se pretende com este ensaio: mostrar a diferença entre a pesquisa funcional e a formal.

Formalismo *versus* Funcionalismo

Em termos gerais, o Formalismo é caracterizado por considerar a língua como um objeto autônomo, cuja estrutura não depende de seu uso em situações comunicativas reais. O Funcionalismo vê a língua como um instrumento de comunicação dependente da situação comunicativa, que determina a estrutura gramatical.

O Funcionalismo, segundo Neves (2004), apresenta como papel predominante a função das formas linguísticas. Já o Formalismo prioriza a análise da forma linguística, e as funções desempenhadas por ela são

secundárias. Ainda de acordo com Neves (2004), as gramáticas de ambas as linhas exemplificam as diferenças.

De acordo com Castilho (2012, p. 20), “o Formalismo contextualiza a língua nela mesma, isto é, nas suas propriedades internas, selecionando a Gramática como seu componente principal”. Como exemplo, pode-se citar o Estruturalismo e o Gerativismo. Ainda segundo Castilho, “o funcionalismo contextualiza a língua na situação social em que se dá a interação verbal, cujas representações estruturais são então estudadas”. O linguista ainda afirma que, enquanto a gramática é o componente central do Formalismo, o Funcionalismo ora escolhe o discurso, ora a semântica como componentes centrais da língua. Como metodologia, o Funcionalismo adota a Teoria da Variação.

A língua, segundo a visão funcionalista, está submetida ao uso. Não há sentido em analisá-la descartando-se fatores como contexto, informações pragmáticas e desvios da norma culta, que normalmente ocorrem na interação entre os falantes. Tal visão revigora a ideia de que não pode haver separação entre o sistema da língua e seu uso pelos falantes, opondo-se, dessa forma, ao Formalismo.

Os formalistas veem a língua como um objeto abstrato, um conjunto de orações. Por outro lado, a função da língua para o Funcionalismo é justamente a comunicação entre os usuários, e não uma mera expressão de pensamentos, mas, sim, a interação entre eles, supondo os desvios da gramática normativa e o uso real da língua.

Enquanto uma gramática formal aborda a estrutura sistemática das formas de uma língua, a Gramática Funcional analisa a relação sistemática entre as formas e funções de uma língua. Dillinger (1991) afirma que os formalistas se preocupam com as características internas da língua e suas relações com os constituintes, mas não com a relação entre constituintes e significados, ou da língua com seu meio. Concebem a língua como conjunto de frases, sistema de sons e sistema de signos. O autor postula que, ao contrário, os funcionalistas analisam as funções entre a língua e as modalidades de interação social, assumindo a importância do contexto.

Halliday (1985 apud Neves, 2004, p. 111) também diferencia as gramáticas formais das funcionais. Para ele, a formal é sintagmática, estuda a língua como um conjunto de estruturas e tem a sintaxe como base. A funcional é paradigmática, vê a língua como uma rede de relações e tem por base a semântica.

Alguns autores apontam que não há uma perspectiva, seja formal ou funcional, melhor que a outra. Compará-las não tem sentido, segundo Nascimento (1990), pois Formalismo e

Funcionalismo possuem diferentes objetos de estudo, por isso apresentam diferentes objetivos e metodologias. Dillinger (1991) discorda de Nascimento (1990) ao postular que o Formalismo e o Funcionalismo não podem ser vistos como alternativos por estudarem fenômenos diferentes de um mesmo objeto, podendo, no entanto, ser complementares.

A pesquisa das duas correntes linguísticas

Castilho (2012) define a pesquisa funcionalista como a que se concentra em esclarecer as relações entre forma e função, especificando as funções que influenciam na estrutura gramatical.

Como exemplo de pesquisa formalista, pode-se citar Chomsky, que definiu um programa de investigação de análise linguística e dedicou-se inicialmente às propriedades estruturais, em que regras foram postuladas sem a preocupação de explicá-las, mas evidenciá-las quanto a sua ocorrência. Cabe lembrar que Chomsky reconhece a importância da relação entre o significado e o contexto, mas, de acordo com Dillinger (1991), Chomsky diz “que é melhor estudá-los posteriormente ao estudo da estrutura da língua”.

No Brasil existem vários grupos de pesquisa que trabalham na linha funcionalista, porém, como afirma Neves (2004), a visão funcionalista da linguagem caracteriza-se pela multiplicidade de orientações, ou seja, os interesses dos pesquisadores são múltiplos. Como exemplo de um grupo, a linguista cita o PEUL (Programa de Estudos sobre o Uso da Língua), em que a orientação variacionista domina.

De acordo com Neves (2004), alguns pesquisadores definem-se como sociofuncionalistas. Como exemplo, pode-se citar Macedo (1996), que estudou a negação da língua falada. Braga (1992), que tinha de início uma preocupação com o uso e a variação, escolheu o Funcionalismo como quadro teórico. Paiva (1991) estudou a articulação de orações e as relações causais em português sob a orientação do Funcionalismo de Thompson. Paredes (1988), em sua tese de doutorado, observou a expressão variável do sujeito num *corpus* de cartas pessoais cariocas, utilizando princípios e métodos da Sociolinguística associados a interpretações funcionalistas dos resultados quantitativos. Ainda de acordo com Neves (1999), no Rio de Janeiro há o grupo de pesquisa Discurso e Gramática, que concluiu um trabalho sobre “gramaticalização e complementação verbal, em que analisam os processos semântico-sintáticos de integração dos objetos diretos” (Neves, 1999, p. 77).

A linha funcional investiga também o ensino de gramática, e Neves (1990, 1993) vem fazendo propostas nesse sentido. Discute-se o ensino de gramática e a natureza das gramáticas ensinadas na escola observando-se sempre o funcionamento das classes de palavras no discurso.

Em *A Gramática Funcional*, Neves (1997) apresenta uma gramática que busca verificar como acontece a comunicação em determinada língua, por isso não descreve a língua como objeto autônomo, mas vê que estrutura e função estão relacionadas e são instáveis, assim como a linguagem.

A pesquisa formalista, resumindo, faz um recorte nos estudos privilegiando a forma, que consiste em analisar a língua em si mesma, ou seja, a estrutura e os elementos que constituem a oração. É na análise sintática que se analisa a língua sob o escopo mental, com base no conceito de inatismo.

Considerações finais

A gramática tradicional impõe regras a serem seguidas, mas uma nova forma de ver a linguagem surgiu. A língua deve ser pensada como algo maleável, que utiliza forma e função de acordo com seus propósitos de fala.

O Funcionalismo mostra que a língua pode ser vista como objeto de reflexão, mudando a perspectiva de pesquisa que se tinha até então, e possibilita um trabalho mais prático com a língua, sem prender-se às regras e normas tidas como corretas. Além de considerar a língua isolada, essa linha de pesquisa passa a estudar a língua e sua relação com o evento de fala, seus participantes e o contexto discursivo. Forma e função trabalham juntas para entender a competência do falante em seu contexto e uso social.

REFERÊNCIAS

CASTILHO, A. T. de. Funcionalismo e gramáticas do português brasileiro. In: SOUZA, E. R. et al. *Funcionalismo linguístico: novas tendências teóricas*. São Paulo: Contexto, 2012.

DILLINGER, M. Forma e função na lingüística. *Delta*, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 395-407. 1991.

MACEDO, A. T.; RONCARATI, C.; MOLLICA, M. C. (Org.). *Variação e discurso*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. Resenha de: BERLINCK, R. A. *Delta: documentação de estudos em lingüística teórica e aplicada*. São Paulo, v. 13, n. 2, p. 351-360, 1996.

NASCIMENTO, M. Teoria gramatical e mecanismos funcionais do uso da língua. *Delta*, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 83-98, 1990.

NEVES, M. H. de M. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

NEVES, M. H. de M. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

ORGANIZADORES

Ariel Novodvorski
Gisele Rosa
Lucas Chagas

ENSAIOS
EM TEORIAS LINGÜÍSTICAS

Olden Hugo Farias

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Uberlândia.

ORIENTADORA

Profa. Dra. Elisete Maria C. de Mesquita

E-MAIL

olden.hugo@gmail.com

A CIÊNCIA DA GRAMÁTICA TRADICIONAL

Olden Hugo Farias

O debate – nunca encerrado – acerca do ensino de língua portuguesa sobre suas metodologias, o que (não) se deve ensinar e sobre a conduta do professor diante de uma diversidade de estudos linguísticos por vezes tem como inevitável tópico de discussão o papel da gramática tradicional (GT) na educação linguística. Isso ainda se dá porque, embora haja considerável avanço na ciência linguística, grande parte dos educadores em língua materna baseia o ensino nos parâmetros tradicionais, enfrentando, sem sucesso, todos os problemas decorrentes desse posicionamento, como a metalinguagem por si mesma ou o baixo investimento na busca pela proficiência na competência textual e comunicativa. Deve-se considerar que a educação linguística está em processo de transição e que os estudos tendem a deixar de se basear em um receituário, passando gradativamente a trabalhar não em função de expedientes prescritivos (estéreis, algumas vezes), mas, sim, como construtores das habilidades linguísticas ao alcance de muitos outros aspectos da língua além da norma padrão.

Não se pode, no entanto, em razão de modismos, relegar a GT ao lugar de conhecimento inútil (com o argumento comum de que não se trata de uma ciência), visto que sua importância para a instituição da ciência linguística é inquestionável e pode ser verificada no rol de termos técnicos da Linguística moderna inspirados na GT e nas deliberações entre linguistas

ou áreas da Linguística que buscam na GT princípios teóricos, refutando-os ou mesmo favorecendo-os. Essa certeza confirma-se em John Lyons:

Muitos trabalhos recentes, descrevendo os grandes avanços na investigação científica da linguagem feitos nos últimos cem anos, mais ou menos, deixaram de enfatizar a continuidade da teoria linguística ocidental desde seus primórdios até os dias de hoje. Muitas vezes foram também anacrônicos, por não tratar a gramática tradicional em termos dos objetivos que ela estabeleceu para si mesma. Não se deve esquecer que os termos “ciência” e “científico” (ou seus precursores) foram concebidos de forma diferente em diferentes épocas (Lyons, 1987, p. 47).

Lyons assegura que os propósitos iniciais da GT eram científicos, o que leva à já trivial conclusão de que o caráter prescritivo foi ulterior. Deve ser bem destacada a ideia de que a concepção de ciência é instável durante a história da humanidade, e essa instabilidade quanto ao lugar do cientista (emerso ou imerso no objeto, como observador isento ou participante contributivo) e quanto à visão de racionalidade faz com que a negação do caráter científico da GT seja ao menos questionável.

Os estudos dos gregos antigos tinham extremo interesse pela linguagem e buscavam compreender seu funcionamento, conforme provam os estudos de Platão e Aristóteles sobre as categorias gramaticais. Após esse momento, o aspecto das hierarquias sociais passou, de fato, a influenciar fortemente os estudos de língua, definindo mesmo o *status* de língua certa (alta sociedade) e língua errada, vulgar (baixa sociedade). O que houve antes disso foi uma rica produção de conhecimentos sobre a relação entre homem e linguagem, como nos atesta Lyons:

O raciocínio analógico foi largamente utilizado por Platão e Aristóteles e por seus seguidores, não apenas em matemática, mas também no desenvolvimento de outros ramos da ciência e da filosofia, incluindo a gramática. Sem levar isto em conta, é impossível compreender um dos princípios básicos da gramática tradicional: o de paradigma. [...] É isto, então, o que significa “analogia” na gramática tradicional, e mais particularmente na controvérsia entre analogistas e anomalistas, surgida no segundo século antes de Cristo e que durou, de uma forma ou de outra, até a atualidade, e exerceu uma influência profunda no desenvolvimento da teoria linguística. [...] Não precisamos entrar nos detalhes dessa controvérsia confusa e perturbadora. No entanto, é importante ter em mente que tudo isso faz parte das bases sobre as quais os neogramáticos estabeleceram a sua própria noção de analogia e o papel desta no desenvolvimento das línguas (Lyons, 1987, p. 189-190).

O que se verifica dos estudos linguísticos antes de Cristo é, como diz Lyons (1987), que exerceram influência profunda na ciência Linguística e que não se pode tirar o crédito da tradição gramatical a despeito de seus tão conhecidos equívocos, sendo o principal a instauração de um pensamento elitista de língua privilegiada. Perini (1989, p. 5) admite com segurança que

“a gramática tradicional é uma preciosa fonte de perguntas a respeito da língua”. Antes de fazer essa afirmação, Perini comenta rapidamente algumas impropriedades da GT, mas acrescenta que “Muitas das questões levantadas [pela GT] são altamente pertinentes, e os linguistas perdem por não as considerarem devidamente” (Perini, 1989, p. 5). Na visão desse linguista, é possível promover uma descrição “que se poderia conceber como a tradicional, expurgada de suas inconsistências internas e de suas falhas de observação” (Perini, 1989, p. 19).

Não se justifica, como já dito, a indiferença aos estudos tradicionais percebida de forma intensa na academia, justamente no reduto de promoção da ciência. Essa indiferença é motivada, em diversos casos, por equívocos de leitura da localização da GT no vasto quadro de descrição das línguas: para descrever uma língua hoje, novos métodos e teorias devem surgir conforme a necessidade, mas os métodos e teorias antigos não devem desaparecer sem a gratidão das contribuições que prestaram aos avanços. Os estudos tradicionais representam, sem dúvida, séculos de estudos linguísticos e, numa afirmação assumidamente temerária, podem se considerar parte da Linguística, pois, conforme Lyons (1987, p. 101), a abordagem tradicional pode ser tão satisfatória para determinados propósitos quanto outras teorias:

Ao contrário do que está em muitos livros de linguística, é a “flexão” e não a “morfologia” que se opõe à “sintaxe” na gramática tradicional. O termo “morfologia” não só é relativamente recente, mas quando contrasta com “sintaxe” – especialmente se definido em termos do ainda mais recente “morfema” – seu uso implica uma visão muito pouco tradicional da estrutura gramatical das línguas. Apesar de suas inegáveis falhas, a gramática tradicional não estava necessariamente errada quanto a este particular. Se bem explicada e precisamente formulada, a abordagem tradicional é pelo menos tão boa quanto qualquer outra alternativa que tenha sido até agora apresentada.

A importância de se ponderar, como fez Lyons, acerca do *status* da GT consiste aqui, como referido anteriormente, em pensar a orientação que se deu por muito tempo, e ainda se dá, ao ensino de língua portuguesa baseado na GT e suas contribuições para a ciência. O argumento incontestável de que a proficiência linguística forma-se pelo contato com textos de gêneros textuais diversos parece adquirir, em muitos contextos, o caráter de anulação dos aspectos formais. No entanto, o fato é que o trabalho com textos subsume esses aspectos gramaticais que, portanto, não são anulados.

Por outro lado, a GT dispõe de discussões suficientes quanto a diversos fatos de língua, que devem ser levados aos estudos linguísticos como estratégia de conhecimento de, por exemplo, recursos da língua, o que representa um sensível legado à Linguística hoje:

Também deveria ser salientado que o que geralmente se conhece por “gramática tradicional” – ou seja, a teoria linguística ocidental voltando pela Renascença e pela Idade Média até a erudição romana e, antes dela, a grega – é muito mais rica e variada do que normalmente se supõe. Além do mais, inúmeras vezes o que se ensinou foi uma versão equívoca e distorcida da gramática tradicional para muitas gerações de alunos relutantes e desinteressados (Lyons, 1987, p. 47).

Nessa visão de Lyons (1987), percebe-se uma congruência com a visão de Perini (1989), citada aqui anteriormente, acerca do valor da GT com aplicação equívoca, motivada por um pensamento que se entranhou na GT e definiu seus rumos ao longo da história, aquilo que Lyons denominou o “erro clássico”. Se tal erro, relacionado a fatores de organização social, não existisse, teria a GT muito facilmente alcançado o *status* de ciência por seus tantos empreendimentos linguísticos bem-sucedidos, que não a firmaram como disciplina científica, mas alimentaram a Linguística em suas investigações.

Silva (1996, p. 17) indica o exato momento histórico do surgimento do “erro” quando aponta que os “Continuadores históricos dos estoícos são os filólogos de Alexandria que fixaram na tradição gramatical o ‘erro clássico’, como batizou John Lyons o privilegiar a língua escrita dos grandes escritores em detrimento dos outros usos, negativamente avaliados”.

Esse é o problema mais grave da GT, e não o único. É o mais grave por envolver relações sociais de estigmatização, hierarquização e nazismo linguístico em busca da língua pura, mas não o único por insistir em diversas inconsistências conceituais:

É bastante fácil apontar falhas nas definições tradicionais: “Substantivo é o que se usa para dar nomes a pessoas, lugares e coisas”, “Verbo é o que denota ação”, “Adjetivo é o que modifica o substantivo”, “O pronome é o que faz papel de substantivo”, etc. Ainda assim, a maioria dos linguistas ainda opera em termos de “substantivos”, “verbos”, “adjetivos”, etc., e os interpreta, implícita ou explicitamente, de forma bastante tradicional. E todos têm razão (Lyons, 1987, p. 110).

Lyons afirma que muitos linguistas citam os termos tradicionais e ainda trabalham, de alguma forma, até mesmo com conceitos da GT, embora sejam estes insatisfatórios na intenção de fazê-los avançar. Um conciso exemplo dessa conceituação tangencial é constatado no “adjetivo”, que, Cunha e Cintra (2001, p. 259), deste modo se define “O ADJETIVO é essencialmente um modificador do substantivo”.

Essa definição é mais ou menos consensual entre representantes da GT e encontra-se de maneira muito semelhante em Campedelli e Souza (1999, p. 104) e em Pasquale Cipro Neto e Ulisses Infante (1998, p. 245), para citar poucos exemplos de livros bem divulgados na educação básica. Conforme se atesta na última citação de Lyons, a tendência é associar os “adjetivos” aos

“substantivos”, como o fazem as gramáticas aqui citadas. O mais recorrente é que os adjetivos refiram-se a substantivos: menino risonho, céu azul, mulher bonita, livro interessante. No entanto, há casos em que isso não ocorre: “Ela é simpática”. Nessa sequência, o adjetivo “simpática” modifica “Ela”, que não é um substantivo, mas um pronome. Cegalla (2007, p. 159) conceitua adjetivos de forma um pouco diferente dos manuais citados. Para ele, os adjetivos “são palavras que expressam as qualidades ou características dos seres”.

Essa definição representa um certo avanço, pois descreve melhor o emprego dos adjetivos tanto em “menino risonho” quanto em “Ela é simpática”, visto que nesses casos o modificador refere-se a seres, representados não só por substantivo, mas também por pronome.

No entanto, a conceituação se fragiliza e se fratura quando se analisam sentenças como “A história é comovedora”, em que o substantivo “história” não designa um ser, mas uma abstração. Ainda mais grave, nenhuma das definições citadas descreveria com sucesso o empenho do adjetivo em “Fumar é prejudicial à saúde”, porque “prejudicial” não modifica substantivo nem se refere a um ser. Tais gramáticas deveriam, portanto, ter seus conceitos reformulados, ou chegar ao absurdo de afirmar que nesta última sentença não há adjetivo, pelo fato de o emprego ser incoerente com a definição dada por elas. Ernani Terra traz uma definição que funcionaria muito bem em todos os exemplos em que as outras gramáticas falharam. Segundo ele, “adjetivo é a palavra variável em gênero, número e grau que caracteriza o substantivo ou qualquer palavra com valor de substantivo, indicando-lhe atributo, estado, modo de ser ou aspecto” (Terra, 2002, p. 106).

Essa definição, embora bem lacônica para as propriedades do adjetivo, não falha como as outras, porque, quando associada aos exemplos aqui dados, comprova que o adjetivo se refere a outra palavra de caráter nominal, um substantivo, mas também a um pronome ou a um verbo na forma nominal de infinitivo.

Lyons comenta ainda outras incongruências da GT relacionadas às categorias gramaticais ou classes de palavras:

Um dos problemas da teoria tradicional sobre as partes do discurso é que (...) ela se viu obrigada a reconhecer que determinadas palavras (há aqui um equívoco proposital com “palavra”) pertenciam simultaneamente a duas partes do discurso. Este é conhecidamente o caso dos participípios (cujo rótulo tradicional reflete seu *status* duplo) (Lyons, 1987, p. 110).

Acerca desse problema, discute-se a desorientação gerada pela GT quando afirma que os verbos no participípio podem funcionar como adjetivos, mas, páginas à frente, analisa o suposto adjetivo como uma oração subordinada (adverbial ou adjetiva) reduzida de participípio, sendo que

o *status* de oração na teoria tradicional só se realiza em verbos, e nunca em adjetivos. O exemplo “Esta é a notícia *divulgada pela imprensa.*” (Cegalla, 2007, p. 413, grifo do autor), em que o trecho em destaque é classificado como oração subordinada adjetiva reduzida de particípio, permite questionarmos se se trata, de fato, de oração ou de adjetivo, já que “divulgada” se refere ao nome “notícia”.

Como se notou, há ainda o problema das conceituações impróprias quanto às categorias gramaticais, além de incoerências internas da teoria como um todo:

O que tradicionalmente, e de forma bem enganadora, é denominado de partes do discurso – substantivos, verbos, adjetivos, preposições, etc. – desempenha um papel crucial na formulação das regras gramaticais da língua. É importante observar, entretanto, que a tradicional lista de dez partes do discurso, mais ou menos, é muito heterogênea em sua composição, refletindo, em muitos detalhes das definições que as acompanham, traços específicos da estrutura gramatical grega ou latina que estão longe de ser universais. Além do mais, as próprias definições são muitas vezes logicamente deficientes (Lyons, 1987, p. 109).

A essas definições logicamente deficientes, nas palavras de Lyons, e incoerentes, podemos associar o conceito de “verbos” muito comum na forma de “palavra que exprime ação, estado, fato ou fenômeno” (Cegalla, 2007, p. 194). Tal conceituação frustra-se, porque nem toda palavra que expresse ação, estado, fato ou fenômeno será um verbo, visto que substantivos abstratos podem indicar ação, estado, fato ou fenômeno, adjetivos podem indicar estado, e substantivos concretos podem indicar fenômenos naturais como o vento ou a chuva.

Tantas outras incoerências poderiam ser citadas, como a visão tradicional de que o “**Morfema** é a menor unidade portadora de sentido de uma palavra” e de que um dos tipos de morfema é o tema, que “É o radical somado à vogal temática” (Cereja; Magalhães, 2009, p. 97). Se o morfema é apresentado como a menor unidade, indivisível, portanto, como o tema, dividido em radical + vogal temática, poderá ser morfema? A tradição afirma, ainda, que a análise linguística com que opera é sincrônica e que “O estudo das raízes foge à finalidade da gramática normativa, só interessa à gramática histórica ou, mais precisamente, à etimologia” (Cegalla, 2007, p. 91). Contudo, os estudos da GT sempre trazem listas exaustivas de prefixos, sufixos e radicais gregos e latinos, e o espaço que essas listas tomam nos manuais de gramática parece ser índice do tamanho da importância que a GT dá ao assunto. Além disso, quando se explica que o verbo “pôr” pertence à segunda conjugação (grupo de verbos que apresenta a vogal “e” no

infinitivo), há aí uma justificativa (parcamente exposta²⁷) etimológica (Cegalla, 2007, p. 238); eis outra postura contraditória.

Mas ainda que haja tais equívocos na GT, como afirma Lyons, o legado aos linguistas ainda é significativo:

Por que o linguista tem tanta facilidade de criar novos termos? Por que não se contenta de falar em sons, palavras e partes da fala, ao invés de inventar termos técnicos novos como ‘fonema’, ‘morfema’ e ‘classe formal’? A resposta é que a maior parte dos termos corriqueiros que se usam com referência à língua – muitos dos quais, aliás, surgiram como termos técnicos da gramática tradicional – é imprecisa ou ambígua. O que não quer dizer que o linguista, como todos os especialistas, não possa ser acusado, por vezes, de um pedantismo terminológico im procedente. Em princípio, entretanto, o vocabulário linguístico especializado, se controlado e adequadamente empregado, serve mais para esclarecer do que para mistificar (Lyons, 1987, p. 53).

Algo a se destacar inicialmente nessa citação de Lyons é que realmente se torna questionável que muitos termos da Linguística sejam diversos para designar fenômenos muitas vezes equivalentes, no dito “pedantismo terminológico”. Com os termos *actante*, *ergativo* e *sujeito*, muitas vezes não há a coincidência de se fazer referência ao mesmo fato linguístico? Em que resulta essa diversidade, algumas vezes inócua, de termos técnicos? Talvez, por medo de se cometer uma heresia contra determinada área (e só por isso), haja a preferência por um termo e não por outro. Em vários casos, por isso, evita-se o uso de termos tradicionais. Mas a contribuição da GT para o avanço constante da Linguística, como se afirmou no início deste texto, pode-se verificar, quando menos, pela herança de termos técnicos, conforme Lyons na última citação. Mas, mais que isso, tais estudos, em acordo com Silva (1996), devem ser conclusivamente considerados como estudos linguísticos, a despeito das reverberações muito perniciosas do “erro clássico”:

Independente da origem elitista dessa tradição de pensamento sobre a linguagem humana que veio a favorecer com este instrumento, entre outros, um segmento social em detrimento da maioria, o processo cumulativo que se desenvolveu durante vinte e três séculos e que perpetua até nossos dias é do maior interesse para a história cultural do homem e para a percepção de como se foi construindo um campo do saber, o da reflexão sobre a linguagem humana, o da Linguística, portanto. O embate político-ideológico que se inicia na Grécia Clássica abriu, sem dúvida, um espaço para o início da criação de um discurso científico não só sobre a linguagem, mas também sobre o homem e o mundo (Silva, 1996, p. 14).

²⁷ Não é a melhor explicação dizer que “pôr” está no grupo verbal da segunda conjugação porque vem da raiz “poer” (Cegalla, 2007, p. 238), visto que isso, embora explique que, em *pusemos*, o “e” é vogal temática, não explica a presença do “n” em *pondes* e *ponho*, do “m” em *pomos* ou ainda da nasalização em *põe*, fatos que são explicados pela verdadeira raiz *ponére*, em vez de *poer* (Coutinho, 2005, p. 320).

Silva (1996) argumenta aqui que o elitismo nos estudos linguísticos tradicionais é um fato que não representa dúvida a nenhum cientista da língua, assim como não se questiona que se deve exterminar esse elitismo para o alcance do emprego democrático da linguagem. Reconhecido o problema maior da GT, nota-se que os estudos linguísticos da tradição gramatical representam, para ecoar as palavras de Silva (1996, p. 14), “um espaço para o início da criação de um discurso científico não só sobre a linguagem, mas também sobre o homem e o mundo”.

Isso reafirma o caráter da herança e influência da GT sobre a Linguística, mas podemos ainda acrescentar fatos específicos para comprovar isso: “É em Prisciano [século V d.C.] que se encontra a primeira sintaxe da língua latina. [...] Nele também já se estabelece a noção de *palavra regente* e *palavra regida*, conceitos que até hoje vigoram nas terminologias da gramática tanto tradicional, como em outras” (Silva, 1969, p. 20). Esse fato é observado, por exemplo, na *Gramática do Português Brasileiro*, de Ataliba Teixeira de Castilho, uma gramática considerada funcionalista e de abordagem extremamente científica dos fatos linguísticos. Nela, Castilho emprega diversas vezes o termo “regência” em alusão explícita à GT (Castilho, 2010, p. 261) ou em citação direta de linguistas como Mário Perini (Castilho, 2010, p. 289).

A importância da GT como parte integrante dos estudos linguísticos ao longo da história da humanidade é incontestada: serve a Linguística de vários termos técnicos e vários raciocínios fundadores e é fonte de diversas questões para problematização, como afirmou Perini (1989, p. 5). Em reafirmação das contribuições da GT para a Linguística, Lyons diz que

A gramática tradicional apresentou um tratamento apenas parcial e altamente impreciso da gramaticalidade. Conseguiu estabelecer muitos dos princípios mais específicos com que os linguistas ainda operam e, no caso de determinadas línguas bem estudadas, pode codificar um grande número de construções gramaticais diversas, notando um número ainda maior de fatos marginais que, embora sancionados pelo uso e assim chegando de certa forma a uma determinada gramaticalidade, ficaram fora do escopo das regras do sistema linguístico como tal (Lyons, 1987, p. 107).

Se ainda se discute que a GT é anacrônica e não científica, considere-se que seus propósitos variaram durante a história dos estudos linguísticos, além de terem variado as concepções de ciência, como afirmou Lyons (1987, p. 47); tenha-se também em mente que, se seus estudos não satisfazem muitas descrições de fatos da língua, representaram indubitavelmente um passo para a Linguística avançar.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação e Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa*. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Fundamental, 1997.
- CAMPEDELLI, S. Y.; SOUZA, J. B. *Gramática do texto, texto da gramática*. São Paulo: Saraiva, 1999.
- CASTILHO, A. T. de. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.
- CEGALLA, D. P. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. 46. ed. São Paulo: Nacional, 2007.
- CEREJA, W. R.; MAGALHÃES, T. C. *Português: linguagens, 6º ano: língua portuguesa*. São Paulo: Atual, 2009.
- CIPRO NETO, P.; INFANTE, U. *Gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Scipione, 1998.
- COUTINHO, I. de L. *Gramática histórica*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2005.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- LYONS, J. *Linguagem e linguística: uma introdução*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1987.
- PERINI, M. A. *Sintaxe portuguesa: metodologia e funções*. São Paulo: Ática, 1989.
- SILVA, R. V. M. e. *Tradição gramatical e gramática tradicional*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1996.
- TERRA, E. *Curso prático de gramática*. São Paulo: Scipione, 2002.

ORGANIZADORES

Ariel Novodvorski
Gisele Rosa
Lucas Chagas

ENSAIOS
EM TEORIAS LINGÜÍSTICAS



*Maria Virgínia Dias
de Ávila*

Doutoranda do Programa de
Pós-Graduação em Estudos
Linguísticos da Universidade
Federal de Uberlândia.

ORIENTADORA

Profa. Dra. Dilma Maria de
Mello

E-MAIL

mariavirginiadiasavila@gmail.com

FUNCIONALISMO E GRAMÁTICA FUNCIONAL: UM BREVE APONTAMENTO

Maria Virgínia Dias de Ávila

O presente texto tem por objetivo traçar um breve panorama sobre o Funcionalismo, sobre a Gramática Funcional e sobre a Gramática Descritivo-funcional. No primeiro momento, será apresentada uma proposta de descrição do Funcionalismo e a visão de alguns autores sobre o tema. Em seguida, serão apresentados também breves apontamentos sobre a Gramática Funcional e sua forma de abordar os estudos da língua, para, então, finalizar com um breve comentário sobre a Gramática Descritivo-funcional. Não temos a pretensão de esgotar o assunto neste texto, mas somente apresentar alguns apontamentos de ordem geral sobre os temas aqui propostos.

O termo Funcionalismo, para Castilho (2012), envolve três conceitos: “i) o uso das línguas para um determinado propósito, ii) as relações estruturais entre signos, e iii) os papéis assumidos pelos constituintes numa sentença”. Assim, é relevante destacar que a linguagem desempenha uma função importante, uma vez que o falante e o ouvinte utilizam-na a fim de organizar e exteriorizar as experiências do mundo real e os fenômenos do mundo interno, como as impressões, as percepções e as diversas reações.

Nesse sentido, a perspectiva funcionalista apregoa que a língua é o principal instrumento de interação social, e, sendo assim, estudos sobre a língua justificam-se somente se vinculados aos fenômenos sociais.

Ratificando, Dik (1997 apud Stassi Sé, 2012) afirma que a linguagem não funciona isoladamente: “ela é uma parte integrada de uma realidade humana psicológica e social. Isso implica que o falante natural de uma língua é um ser humano que executa, no uso comunicativo da linguagem, muitas outras funções além da mera função linguística”.

O falante está imerso em diversas situações e, nos diversos contextos, também desempenha outras funções além da linguística. Sendo assim, analisar um fenômeno linguístico sob a perspectiva do Funcionalismo é considerar também o falante e o ouvinte, o que significa não limitar o fenômeno linguístico estudado apenas aos parâmetros da expressão verbal; todavia, deve-se considerar todos os episódios das necessidades comunicativas que o fenômeno exige (Stassi Sé, 2012).

Para a abordagem funcionalista, “a língua é um instrumento de interação social, cujo correlato psicológico é a competência comunicativa, isto é, a capacidade de manter a interação por meio da linguagem” (Castilho, 2012, p. 19). Destaca-se novamente que a língua é o instrumento por meio do qual os indivíduos se comunicam e interagem; contudo, não se pode considerar a língua por si só como instrumento de comunicação e interação, pois há de se levar em consideração outros eventos extrínsecos a ela.

Para Butler e Hengeveld (2009 apud Stassi Sé, 2012), o ponto central das teorias funcionalistas está no fato de que as propriedades do sistema linguístico e suas partes constitutivas estão também intimamente “ligadas a fatores cognitivos, socioculturais e históricos e à rica variedade de significados comunicados”, e de que não se pode considerar as propriedades sem se referir a esses fatores.

Ao se falar em Funcionalismo, há que se destacar as principais teorias funcionalistas, e, dentre elas, destacam-se dois grupos diferenciados: o Funcionalismo europeu e o Funcionalismo americano. As vertentes europeias são representadas pela Escola de Praga (Luelsdorff, 1994 e Ermák, 1995), pela Gramática Funcional (Dik, 1997), Gramática da Palavra (Hudson, 2007), Gramática Discursivo-funcional (Hengeveld e Mackenzie, 2008) e pelo Modelo de Construção Lexical (Ibánex e Usón, 2008). As vertentes americanas são representadas pelo Trabalho da Escola Colúmbia (Contini-Morava e Goldberg, 1995) e pela Gramática de Papel e Referência (Vanvalin, 2005). Essas teorias formam um conjunto de teorias da linguagem baseadas no uso (Stassi Sé, 2012).

Várias são as tentativas de se definir e delimitar o lugar teórico do Funcionalismo. Nesse sentido, Neves (2004, p. 10) aponta as fragilidades dessa tarefa ao afirmar que

Caracterizar o Funcionalismo é uma tarefa difícil, já que os rótulos que se conferem aos estudos ditos funcionalistas mais representativos geralmente se ligam diretamente aos nomes dos estudiosos que os desenvolveram, não a características definidoras da corrente teórica em que eles se colocam.

Prideaux (1994) afirma que provavelmente existem tantas versões do funcionalismo quantos linguistas que se chamam funcionalistas, denominação que abrange desde os que simplesmente rejeitaram o formalismo até os que criam uma teoria. A verdade é que, dentro do que vem sendo denominado – ou autodenominado – “funcionalismo”, existem modelos muito diferentes.

Por essa razão, o título de Funcionalismo abarca muitas versões de trabalho sem, efetivamente, justificar tal título. Há também linguistas que, por se oporem ao Formalismo, nomeiam-se funcionalistas. Com base nisso, Bates (apud Newmeyer, 2000) propõe uma síntese para o Funcionalismo: “é como o Protestantismo: um grupo de seitas antagônicas que concordam somente na rejeição à autoridade do Papa”.

Contudo, não se pode partir do pressuposto de Bates e afirmar que não há um princípio teórico que norteie a teoria funcionalista. Como mencionado, as teorias funcionalistas fundamentam-se na concepção de que a língua é instrumento de interação social, e, na mesma linha, compete ao linguista a tarefa de averiguar a maneira como os falantes utilizam a língua para se comunicarem.

Para Martinet (1994 apud Neves, 2004, p. 14), é a competência comunicativa que deve ser o elemento norteador das pesquisas em Linguística, uma vez que “toda língua se impõe, tanto em seu funcionamento como em sua evolução, como um instrumento de comunicação de experiência”. Por experiência pode-se entender “tudo o que o homem sente, o que ele percebe, o que ele compreende em todos os momentos de sua vida”.

Por esse viés, as pesquisas funcionalistas devem basear-se no fato de que a estrutura linguística não pode ser analisada de forma satisfatória sem levar em conta o evento comunicativo. Ao se considerar o evento comunicativo, remete-se também à necessidade de se estudar a língua na interação social, o que contraria a autonomia da língua em face ao discurso (Souza, 2008).

Como consequência desse pensamento sobre a língua, “a teoria funcionalista considera que a gramática das línguas naturais é um conjunto de escolhas formuladas pelo falante. Essa gramática não é estática” (Castilho, 2012, p. 22). Se a língua é dinâmica e deve ser estudada em contextos de interação considerando seu funcionamento, ou seja, “como se obtém a comunicação com essa língua, isto é, a verificação do modo como os usuários da língua se comunicam eficientemente” (Neves, 1997), surge, então, a Gramática Funcional, que é entendida como “uma

teoria da organização gramatical das línguas naturais que procura integrar-se em uma teoria global da inserção social” (Neves, 2004). Com base nisso, a Gramática Funcional ocupa-se tanto da estrutura interna da língua, como também considera a situação comunicativa.

A função da Gramática Funcional é estabelecer relações entre forma e significado em um contexto específico. A Escola Linguística de Praga é considerada a maior representante da teoria funcionalista, cujos trabalhos datam de anos anteriores a 1930. Os estudiosos de Praga rejeitavam a dicotomia chomskiana entre competência e desempenho, a exemplo dos modelos propostos por Halliday e Dik.

Para Dik (1997 apud Stassi Sé, 2012, p. 32), a Gramática Funcional deve basear-se em três princípios de adequação para descrever e explicar as línguas naturais:

(i) *adequação pragmática*, que permite conhecer as propriedades das expressões linguísticas em relação à descrição das regras que governam a interação verbal; (ii) *adequação psicológica*, relativa ao nível de compatibilidade entre a descrição gramatical e o que é conhecido sobre os processos mentais envolvidos na interpretação e na produção das expressões linguísticas; e (iii) *adequação tipológica*, que requer que a teoria seja capaz de explicar similaridades e diferenças entre os sistemas linguísticos das línguas do mundo.

Ainda para Dik, dentro do sistema linguístico as relações funcionais são distribuídas em três níveis, que abarcam as funções sintáticas, semânticas e pragmáticas. As funções sintáticas definem os constituintes como “sujeito” e como “objeto” nas expressões linguísticas de acordo com o estado de coisas; as funções semânticas dizem respeito aos papéis exercidos pelos referentes dentro do estado de coisas designado pela predicação em que ocorrem, dentre eles “agente”, “meta” e “recipiente”; já as funções pragmáticas explicitam o estatuto de informações dos constituintes do contexto comunicativo, como as funções de “tema”, “rema”, “tópico” ou “foco” (Stassi Sé, 2012).

A Gramática Funcional analisa as expressões linguísticas com base nas informações contextuais informacionais que podem ser consideradas em seu contexto de uso. Haveria fragilidade nesse processo caso se limitasse a uma análise no nível da oração, já que outros fenômenos linguísticos podem ser denominados extra e intraoracionais que não são, a contento, explicados numa análise fragmentada do contexto de interação, porque as relações estabelecidas entre duas ou mais orações não são levadas em consideração.

Considerando o fato de que o fenômeno linguístico é relevante, um modelo teórico tem que ser capaz de descrever a língua e o fenômeno analisados. Em razão disso, muitos estudos, que surgiram posteriormente à Gramática Funcional, passaram a se preocupar também com a

necessidade de se expandir os estudos até o nível do discurso (Souza, 2008), o que nos remete à Gramática Discursivo-funcional.

A Gramática Discursivo-funcional é a teoria sucessora da Gramática Funcional. Para Hengeveld e Mackenzie (2005 apud Souza, 2008, p. 13), a Gramática Discursivo-funcional pode ser caracterizada pelos seguintes aspectos:

1) a GDF busca modelar a competência gramatical de usuários das línguas; 2) a GDF assume o ato discursivo, não a oração, como unidade básica de análise; 3) a GDF interage sistematicamente com os componentes conceitual, contextual e de expressão, não contemplados na GF; 4) a organização hierárquica da GDF é descendente, enquanto a da GF é ascendente. São as intenções do falante que motivam a produção linguística; 5) a GDF inclui as representações morfossintáticas e fonológicas como parte de sua estrutura subjacente.

A diferença entre a GF e a GDF é que a segunda abarca uma unidade maior de análise, considerando o discurso como uma unidade maior do que a oração, o que dá maior suporte às expressões linguísticas de níveis mais baixos. Nesse caso, o discurso é revestido de outros sentidos, diferentes dos utilizados em Análise do Discurso. É importante essa distinção pelo fato de a GDF não ser uma gramática do discurso. Para Lara (2012, p. 21), “é um modelo de gramática funcionalista que não pretende limitar-se aos confins da oração, pretendendo explicitar qual é o papel que o discurso exerce sobre a morfossintaxe da língua”.

Nesse sentido, a GDF apresenta-se como um modelo que busca analisar a relação discurso/gramática, o que implica analisar a língua na perspectiva de que o discurso é um promotor de configurações morfossintáticas. Para ratificar, Souza (2008, apud Lara 2012) afirma que

Nesse sentido, a GDF preocupa-se apenas com as informações de ordem discursiva que “literalmente” são codificadas na gramática de uma língua e que, por sua vez, são relevantes em termos de estrutura morfossintática. Olhando por esse prisma, observa-se, portanto, que a GDF caminha em sentido diferente ao dos modelos de Análise do Discurso (linha francesa), que tendem a priorizar as formações discursivas, o caráter ideológico e a historicidade da língua.

Com base no exposto, é possível inferir que os estudos linguísticos diversificam e avançam em nível de teorias e abordagens a fim de dar conta das necessidades oriundas das reflexões, por parte dos estudiosos, sobre os fenômenos linguísticos e as teorias já postas por outros linguistas. Dessa forma, desde os estudos de Saussure, novas visões e, portanto, novas teorias vão se cristalizando. Nesse contexto, o Funcionalismo surge, em princípio, para contrapor ao Formalismo, ainda que sem um pressuposto definido. Contudo, o Funcionalismo ganha corpo

e objeto teórico, desenvolve-se, passa pela noção da Gramática Funcional e avança um pouco à Gramática Discursivo-funcional.

Nosso texto não teve a pretensão de esgotar todos os pressupostos, tampouco apresentar todos os pensamentos e todas as abordagens sobre Funcionalismo, Gramática Funcional e Gramática Descritivo-funcional. Teve, sim, a pretensão de fazer um breve apanhado sobre o tema proposto e deixar a questão em aberto para que o estudo possa ser aprofundado em outros momentos.

REFERÊNCIAS

CASTILHO, A. T. Funcionalismo e gramáticas do português brasileiro. In: SOUZA, E. R. (Org.). *Funcionalismo linguístico: novas tendências teóricas*. São Paulo: Contexto, 2012.

LARA, L. Z. *Um estudo acerca da representação semântico-lexical no modelo da gramática Discursivo-Funcional*. 2012. 209 f. Tese (Doutorado em Teoria e Análise Linguística) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/49685/000829366.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 18 set. 2014.

NEVES, M. H. M. Uma visão geral da gramática funcional. *Alfa*, São Paulo, v. 38, p. 109-127, 1994. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/view/3959/3634>>. Acesso em: 19 jun. 2014.

NEWMYER, F. J. *Language form and language function*. London: MIT Press, 2000.

SOUZA, E. R. F. Gramática funcional: da oração rumo ao Discurso. *Domínios de lingu@gem*, Uberlândia, v. 2, n. 1, 2008.

STASSI SÉ, J. C. *Subordinação discursiva no português à luz da Gramática Discursivo-funcional*. 2012. 194 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) - Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2012.

ORGANIZADORES

Ariel Novodvorski
Gisele Rosa
Lucas Chagas

ENSAIOS
EM TEORIAS LINGÜÍSTICAS



*Vitor Bernardes
Rufino Sousa*

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Uberlândia.

ORIENTADORA

Profa. Dra. Eliana Dias

E-MAIL

vitor.bernardes.rs@gmail.com

LEXICOGRAFIA E FUNCIONALISMO

Vitor Bernardes Rufino Sousa

O presente ensaio busca estabelecer uma relação entre as bases teóricas que sustentam os estudos lexicográficos, com menção específica à lexicografia pedagógica, e o Funcionalismo linguístico. A princípio, a ideia surgiu de uma noção mais ou menos intuitiva de que os princípios e as abordagens propostas pela perspectiva funcionalista poderiam contribuir significativamente com o trabalho realizado no âmbito das discussões sobre o léxico quanto à constituição dos dicionários (lexicografia prática) e, até mesmo, sobre a metalexigrafia (lexicografia teórica, sendo o estudo das questões ligadas aos dicionários, como história, problemas de elaboração, análise e uso).

Ao aprofundarmo-nos em nosso levantamento lexicográfico, tornou-se perceptível, tanto na busca por textos acadêmicos quanto na conversa com especialistas, que não há vastas discussões sobre a inter-relação que pretendemos estabelecer, o que torna, até o momento, nossa proposta desafiadora e, de certa forma, inovadora. Vamos, então, mais diretamente a nossa tentativa de problematização teórica.

Proposta de discussão

Pretendemos elaborar um ensaio que promova um diálogo entre a lexicografia, em especial a lexicografia pedagógica, e o Funcionalismo. De modo amplo, segundo Dubois et al. (2006), lexicografia, pelo viés da

Linguística, “é a técnica de confecção de dicionários e a análise linguística desta técnica”. Como uma área de especialidade dessa técnica, a lexicografia pedagógica trabalha com a confecção de dicionários com fins de uso em contexto escolar, ou seja, como afirma Hartmann e James (1998 apud Welker, 2008, p. 12), os dicionários produzidos pela lexicografia pedagógica são elaborados especialmente para as necessidades didáticas práticas de professores e alunos de determinada língua.

Diante disso, acreditamos que a perspectiva de seleção de itens lexicais e acepções da lexicografia pedagógica poderá nos trazer proposições produtivas se associadas à visão funcionalista. Esta privilegia as constantes transformações das formas de linguagem da sociedade, preocupando-se com a função comunicativa dos conjuntos lexicais. Tal vertente parte do pressuposto de que as línguas são instrumentos de comunicação e têm característica maleável para adequarem-se à situação comunicativa, fato que se associa, por exemplo, às várias acepções de um mesmo item lexical.

Funcionalismo, língua e léxico

O ponto de vista funcionalista sobre os estudos linguísticos interpõe alguns questionamentos e novas proposições quanto ao Formalismo – Estruturalismo e Gerativismo –, porém não desconsidera as contribuições importantes da corrente anterior e passa a apontar outro olhar para o objeto de estudo. Como afirmado por Castilho (2012, p. 19-20), com base nas assertivas de Dik (1978, 1989), “o formalismo e o funcionalismo se distinguem na estratégia de abordagem do fenômeno linguístico e no papel conferido à Gramática, à Semântica e ao discurso, entendidos tacitamente como módulos da linguagem”. Desse modo, o Funcionalismo caracteriza a língua como um instrumento de interação social entre as pessoas, sendo que este apresenta como primeira função a comunicação, ou seja, a língua tem como principal objetivo estabelecer relações comunicativas entre os usuários (Neves, 1997, p. 19).

Sendo assim, enquanto no Funcionalismo a função das formas ocupa o lugar principal nos estudos da língua, e a análise da forma linguística torna-se secundária, no Formalismo a análise da forma linguística mostra-se como primordial. Assim, o trabalho desenvolvido pelos estudos funcionalistas busca elucidar as relações entre forma e função, de modo a explicitar como as funções influenciam a estrutura gramatical (Castilho, 2012, p. 21).

Com isso, conforme afirmado por Neves (1997, p. 21),

a interação verbal – que é a interação social estabelecida por meio da linguagem – constitui uma forma de atividade cooperativa estruturada: “estruturada”, porque é governada por regras, normas e convenções, e “cooperativa”, porque necessita de, pelo menos, dois participantes para atingir seus objetivos.

Do ponto de vista do Funcionalismo, não basta apresentar a língua pela descrição da estruturação linguística para compreender amplamente a significação e a codificação/decodificação de uma expressão da língua; é necessário que tenham significativa relevância o falante, o ouvinte, seus papéis e seu estatuto dentro da situação de interação estabelecida conforme características contextuais constituídas histórica, social e culturalmente. Percebemos, assim, que o Funcionalismo bebe na fonte do Formalismo e trabalha, inclusive, com a noção de língua como sistema, mas a contextualiza na situação social em que ocorre a interação verbal.

Diante disso, “a teoria funcionalista considera que a gramática das línguas naturais é um conjunto de escolhas formuladas pelo falante” (Castilho, 2012, p. 22). Esse fato conduz-nos à noção de competência comunicativa, a qual deve ser entendida, segundo Neves (1997, p. 15), como “a capacidade que os indivíduos têm não apenas de codificar e decodificar expressões, mas também de usar e interpretar essas expressões de maneira intencionalmente satisfatória”. Isto é, a competência compreende a aptidão que o indivíduo desenvolve de fazer escolhas, de modo que as alternativas de uso da língua sejam utilizadas adequadamente conforme o que é possibilitado pela situação de uso.

Assim sendo, mediante a noção de língua apresentada pelo Funcionalismo e o olhar dado aos estudos linguísticos,

por gramática funcional entende-se, em geral, uma teoria da organização gramatical das línguas naturais que procura integrar-se em uma teoria global da interação social. Trata-se de uma teoria que assenta que as relações entre as unidades e as funções das unidades têm prioridade sobre seus limites e sua posição, e que entende a gramática como acessível às pressões de uso (Neves, 1997, p. 15).

Em suma, conforme a visão funcionalista, podemos apreender que a língua é um produto social sistematizado e que possui um potencial de significados compartilhados entre as pessoas, ou seja, a língua é um (dentre outros possíveis) sistema semiótico capaz de codificar o mundo e promover a veiculação de significados conforme o estabelecido pela cultura e pela situação de uso. Assim, a estruturação de enunciados estabelece-se de acordo com as funções desempenhadas pela linguagem, sendo a primeira e mais evidente a comunicação, ou seja, estabelecer relações comunicativas entre as pessoas.

Além disso, conforme as proposições funcionalistas de Givón (1995 apud Lima-Hernandes, 2009, p. 97) sobre a linguagem, são disposições imprescindíveis do ponto de vista funcionalista:

linguagem é atividade sociocultural; estruturas estão a serviço de funções cognitivas e comunicativas; mudança e variação estão sempre presentes; o sentido é contextualmente dependente e não-atômico; as categorias não são discretas; a estrutura é maleável e não-rígida; as gramáticas são continuamente emergentes.

Desse modo, poderíamos conceber que os estudos do léxico podem ocupar um lugar de grande relevância na abordagem funcionalista, haja vista sua centralidade e importância fundamental na composição de uma língua. Os itens lexicais, assim como a própria língua, são produtos socioculturais arbitrários e convencionados, que codificam o mundo e promovem a veiculação de potenciais significados, conforme a situação de uso e as pressões histórico-ideológicas, de modo a cumprir funções próprias da linguagem.

Léxico, lexicologia e lexicografia

Como a linguagem é a articulação humana em sistemas arbitrários de representação e de significados construídos e compartilhados coletivamente e variáveis de acordo com o contexto sócio-histórico e ideológico, é ela que transmite significado, dando sentido ao mundo. Nessa transmissão, o léxico desempenha papel essencial, como afirma Zavaglia e Welker (2008):

o léxico é entendido como o conjunto de todas as palavras de uma língua, também chamadas de lexias. As lexias são unidades de características complexas cuja organização enunciativa é interdependente, ou seja, a sua textualização no tempo e no espaço obedece a certas combinações. Embora possa parecer um conjunto finito, o léxico de cada uma das línguas é tão rico e dinâmico que mesmo o melhor dos linguistas não seria capaz de enumerá-lo. Isto ocorre porque dele faz parte a totalidade das palavras, desde as preposições, conjunções ou interjeições, até os neologismos, regionalismos ou terminologias, passando pelas gírias, expressões idiomáticas, provérbios ou palavrões.

Compreender o léxico de uma língua está a cargo dos estudos linguísticos próprios da Lexicologia, a qual, ainda segundo Zavaglia e Welker (2008), “é a ciência que estuda o léxico e a sua organização de pontos de vista diversos”. As palavras, tratadas individualmente e em fraseologismos, são marcadas pelo momento e pelo ambiente sócio, histórico e cultural em que são utilizadas, pela localização, pelas características fonéticas, pela composição morfológica e pelo uso político e institucional. Por isso, “cabe à Lexicologia dizer cientificamente em seus

variados níveis o que diz o léxico, ou seja, a sua significação”, e ao lexicólogo cabe “levar a termo essa tarefa tão complexa sobre uma ou mais línguas”.

Conceituar palavra e significado, termos essenciais nos estudos do léxico como já apresentado por diversos autores, é tarefa complexa, e não é nosso objetivo abordar com profundidade tal discussão neste ensaio. No entanto, é importante constar que, pelo viés da ciência, é papel próprio da Semântica descrever o “significado” de palavras, sentenças e textos, mas não há conformidade entre os estudiosos e pesquisadores dessa área quanto à forma de se entender o termo “significado”. Pensar no significado de alguns itens lexicais é refletir também sobre o que seria “significar”.

Conforme já esclarecido pela Linguística, partiremos do pressuposto de que o significado é uma unidade própria de uma cultura, sendo assim cunhado social e culturalmente e adquirido por meio das relações sociais. Segundo Saussure (2012), significado é o conceito associado a um signo, é uma unidade cultural composta por um conjunto de características que dá a significação básica dos signos, os quais, no caso deste artigo, referem-se aos itens lexicais. Desse modo, podemos conceber a palavra como signo linguístico.

É necessário também compreender o que é sentido e diferenciá-lo de significado. Assim, entendemos que o sentido, conforme afirma Travaglia (2013), “é a significação que o signo apresenta ao ser usado em um texto e varia com o cotexto e com o contexto de situação, a situação em que é usado”. O significado, então, é uma explicação básica da qual partirão os sentidos de um signo. Podemos exemplificar essa proposição pelo significado e pelos sentidos da palavra *ponte*, apresentados por Travaglia (2013):

se tomamos a palavra *ponte* podemos ter:

1) Significado: estrutura construída em materiais diversos (madeira, metal, concreto, etc.) sobre um vão, ou depressão do terreno (geralmente sobre um rio, lago, braço de mar ou sobre um abismo, vale ou despenhadeiro, etc.) e que permite a passagem sobre este vão, ligando um ponto a outro nas bordas do mesmo.

2) Sentido: vai depender do cotexto e da situação de uso.

a) A ponte Rio Niterói facilitou muito a vida dos moradores destas duas cidades. (Construção de determinado material, ligando dois pontos na borda de um vão, permitindo a passagem de um ponto a outro).

b) O dentista me cobrou muito caro para fazer esta ponte móvel para mim. (Aparelho dentário com próteses para preencher falhas de dentes na arcada dentária. As próteses são geralmente unidas por um arco que faz a ligação entre os pontos de falha de dentes).

c) Essa atitude do governo criou uma ponte com os trabalhadores, que permitiu o diálogo. (Possibilidade de encontro, de ligação entre dois grupos sociais, facilitando o entendimento entre mesmos).

Observe que em todas as ocorrências e nos diversos sentidos há sempre alguma coisa do significado básico, potencial: em todos esses sentidos aparece a ideia de ligação entre dois pontos (espaciais, temporais ou em outra noção, como os sentimentos ou formações sociais), separados por alguma razão. Isso caracteriza o fato que chamamos de polissemia.

Diante dessas postulações, recaímos sobre outra área que toma a palavra como objeto: a Lexicografia. Segundo Barbosa (2007), trata-se da tecnologia de tratamento do léxico, compilação, classificação, análise e processamento, de modo a produzir, dentre outros, dicionários, vocabulários técnico-científicos, glossários e congêneres. Assim sendo, os estudos lexicográficos precisam dominar, pelo menos potencialmente, todos os sentidos possíveis de cada palavra, o que nos remete tecnicamente às acepções expostas em um verbete. Esse fato pode associar-se aos estudos funcionalistas, pois é preciso veicular a significação própria da língua em uso, ou então a obra lexicográfica não será objetivamente interessante para aqueles que a utilizam.

Esse discurso é reforçado por instituições e documentos relativos à elaboração de obras lexicográficas, como exposto na obra *Com direito à palavra: dicionários em sala de aula*, publicação disponibilizada pelo Ministério da Educação (MEC) em 2012, com o objetivo de apresentar tópicos relevantes sobre os dicionários, de modo geral, e, particularmente, quanto às características dos dicionários pedagógicos disponibilizados pelo órgão:

um dicionário prestará serviços tão mais adequados quanto mais ajustados ao público a que se dirige forem o seu zelo descritivo e a representatividade de sua cobertura. Por isso mesmo, todo e qualquer dicionário segue um plano próprio, orientado para uma situação de uso e um público determinados. O arranjo particular de métodos e técnicas obedecido pelo dicionário é a sua proposta lexicográfica (BRASIL, 2012, p. 17).

Portanto, constata-se que um dicionário deve ter sua produção focada nos usuários e nas situações de uso próprias da realidade deles. Podemos dizer que a primeira necessidade do usuário de um dicionário é a informação, pois

nenhuma pessoa consulta o dicionário para obter informações conhecidas, pauta seu uso uma necessidade de informação. Além disso, quando a consulta é bem sucedida o que se produz, como resultado da ação, é um novo conhecimento, logo, todos os tipos de dicionários contribuem para o aperfeiçoamento das habilidades linguísticas do consulente. Se um dicionário deve ser elaborado conforme as necessidades do público-alvo, todos eles visam contribuir para a aprendizagem, sendo por isso, em certo sentido, pedagógicos (Seide, 2011).

Especialmente, os dicionários pedagógicos servem, ainda citando BRASIL (2012, p. 16), para “prestar muitos e variados serviços, cada um deles associado a um determinado aspecto da

descrição lexicográfica, ou seja, do conjunto de explicações que ele fornece sobre cada uma das palavras registradas”.

Nesse sentido, ampliando para além das obras lexicográficas pedagógicas, os dicionários de modo geral podem ser utilizados para consultar sobre a ortografia de uma palavra, esclarecer os significados de termos, auxiliar na produção textual, ser fonte de descrição histórico-cultural etc. Por isso, segundo Zavaglia e Welker (2008), “os dicionários podem variar muito, tanto em relação ao número de entradas quanto em relação à temática ou à maneira de descrever o léxico”. Como diferentes exemplos, podemos citar os dicionários onomasiológicos, semasiológicos, pedagógicos, dicionários de uso e os dicionários enciclopédicos e ilustrados.

A proposta de ensino de vocabulário com vista ao desenvolvimento da competência lexical do aluno passa por um trabalho que possui como um de seus pilares o uso do dicionário, o qual, tendo como objeto a palavra, tem a dupla aposta no poder desta e no seu estreito compromisso com o léxico, que pretende inventariar e descrever. Segundo a publicação *Com direito à palavra: dicionários em sala de aula*,

por sua proposta lexicográfica, um dicionário pode ser um instrumento bastante valioso para a aquisição de vocabulário e para o ensino e a aprendizagem da leitura e da escrita [...]. Além disso, para o caso particular de Língua Portuguesa, um dicionário poderá dar subsídios importantes também para o estudo do léxico, em seus diferentes aspectos. [...] E o conhecimento sistematizado sobre o léxico que o dicionário proporciona tem um papel relevante a desempenhar na (re)construção escolar do conhecimento sobre a língua e a linguagem.

Esse é o motivo pelo qual o dicionário, que é, afinal, um gênero de vocação didática, pode ser particularmente útil e mesmo imprescindível ao cotidiano da escola. Mas na medida em que professores e alunos, em consequência das atividades que desenvolvem, criam demandas de ensino e aprendizagem que não se confundem com as de outros públicos, os dicionários mais indicados para o uso escolar serão aqueles cuja proposta lexicográfica não só se mostra compatível com essas atividades como é pensada para propiciar o seu desenvolvimento; e, entre eles, são ainda mais adequados os que foram concebidos e elaborados para atender a essas demandas específicas. Como uma dessas demandas é exatamente a da adaptação do que se quer ensinar/aprender ao nível de ensino e aprendizagem visado, podemos acreditar que os dicionários orientados para faixas específicas serão mais eficazes em seus propósitos pedagógicos (BRASIL, 2012, p. 17).

Esses apontamentos nos remetem à lexicografia pedagógica, assim definida por Cunha (2011, p. 1322-1331):

A lexicografia pedagógica (doravante LP) é um ramo ou uma subárea da lexicografia cujo objetivo central é desenvolver obras lexicográficas destinadas aos aprendizes de língua materna e/ou estrangeiras.

O objetivo da LP, enquanto prática, é desenvolver dicionários que serão utilizados no ensino de línguas (materna e estrangeira), e enquanto saber teórico desenvolver estudos para

potencializar o uso das obras lexicográficas como material pedagógico/didático a ser utilizado em sala de aula.

Complementarmente, Seide (2011) expõe que,

concebendo-se, pois, a Lexicografia Pedagógica de modo amplo, seus objetos de estudos abrangem análise crítica dos dicionários com ênfase às suas potencialidades pedagógicas; elaboração dos chamados dicionários pedagógicos; investigação do uso de obras lexicográficas pelos consulentes, por alunos e por professores, em situações formais e informais de ensino e pesquisas sobre quais são as necessidades dos consulentes. Com relação às tarefas, missões e desafios, elas são colocadas em função daquilo que é necessário para que as obras lexicográficas sejam vistas e utilizadas pela população como uma ferramenta com a qual é possível chegar-se a um domínio cada vez mais amplo do léxico seja no próprio idioma, seja no (s) idioma(s) estrangeiro (s) cujo aprendizado é necessário.

Portanto, parece-nos evidente que, diante dos estudos próprios da lexicografia, considerações do ponto de vista funcionalista da língua serão de grande contribuição para a formulação de acepções dos itens lexicais, assim como a seleção de palavras e sentidos mais apropriados para cada grupo social e situações de uso. Essa associação contribuirá diretamente com o ensino de língua quando nos referimos à lexicografia pedagógica e, conseqüentemente, aos dicionários pedagógicos, que devem ser produzidos de modo apropriado para os alunos que os utilizarão.

Considerações finais

A discussão apresentada neste ensaio com certeza ainda precisa ser amadurecida, e aprofundamentos e especificações nas discussões precisam ser feitos, mas acreditamos pelo menos ter provocado a problematização de uma discussão do fazer lexicográfico por uma abordagem funcionalista. Afinal, a visão funcionalista privilegia as constantes transformações das formas de linguagem da sociedade, de modo a preocupar-se com a função comunicativa dos conjuntos lexicais, e parte do pressuposto de que as línguas são instrumentos de comunicação com característica maleável, adequando-se à situação comunicativa. Tal abordagem refere-se diretamente ao que a lexicografia e os dicionários pretendem dar conta: todas as palavras da língua e todas as significações próprias do uso, para, assim, dentre outros objetivos, trazer contribuições para o ensino de língua.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, M. A. Estudos em etno-terminologia: as unidades lexicais na literatura de cordel. *Revista brasileira de linguística*, São Paulo, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Com direito à palavra: dicionários em sala de aula*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2012.

CASTILHO, A. T. de. Funcionalismo e gramáticas do português brasileiro. In: SOUZA, E. R. de. (Org.). *Funcionalismo linguístico: novas tendências teóricas*. São Paulo: Contexto, 2012. p. 17-42.

CUNHA, A. L. da. A lexicografia pedagógica e o léxico especial. In: XV CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA, 5. *Anais...* Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2011 p. 1322-1331.

DUBOIS, J. et al. *Dicionário de linguística*. São Paulo: Cultrix, 2006.

LIMA-HERNANDES, M. C. Análise do léxico na perspectiva funcionalista. In: ALVES, I. M. (Org.). *Os estudos lexicais em diferentes perspectivas*. São Paulo: FFLCH/USP, 2009.

NEVES, M. H. de M. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SAUSSURE, F. de. *Curso de linguística geral*. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1969.

SEIDE, M. S. *Lexicografia pedagógica no Brasil: avanços e desafios*. Disponível em: <http://150.164.100.248/gtlex/viiiengtlex/pdf/resumos_expandidos/Marcia%20Sipavicius%20Seide.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2014.

_____. Metáforas pedagógicas e metáforas éticas em textos de divulgação científica. *Linguística*, [s. l.], n. 26, p. 112-138, dez. 2011.

TRAVAGLIA, L. C. *Ensino de vocabulário*. Disponível em: <<http://www.moodle.ufu.br/course/view.php?id=994>>. Acesso em: 17 ago. 2013.

WELKER, H. A. Lexicografia pedagógica: definições, história, peculiaridades. In: XATARA, C. (Org.). *Lexicografia pedagógica: pesquisas e perspectivas*. Florianópolis: UFSC/NUT, 2008. Disponível em: <<http://www.cilp.ufsc.br/LEXICOPEd.pdf>> Acesso em: 15 ago 2013.

ZAVAGLIA, A.; WELKER, H. A. *Lexicografia*. 2008. Disponível em: <<http://www.letras.ufmg.br/gtlexNovo/>>. Acesso em: 1 abr. 2015.

ZAVAGLIA, A.; WELKER, H. A. *Lexicologia*. 2008. Disponível em: <<http://www.letras.ufmg.br/gtlexNovo/>> Acesso em: 29 jun. 2014.

ORGANIZADORES

Ariel Novodvorski
Gisele Rosa
Lucas Chagas

ENSAIOS
EM TEORIAS LINGÜÍSTICAS



**Mariana da Silva
Marinho**

Mestranda do Programa de
Pós-Graduação em Estudos
Linguísticos da Universidade
Federal de Uberlândia.

ORIENTADORA

Profa. Dra. Cármen L. H.
Agustini
E-MAIL
mariana_smarinho@hotmail.com

SAUSSURE E BENVENISTE: UM OLHAR SOBRE O DUPLO FUNCIONAMENTO DA LINGUAGEM

Mariana da Silva Marinho

Este ensaio será dividido em dois momentos teóricos distintos. Primeiro, buscaremos traçar um panorama geral dos estudos saussurianos com base em leituras propostas/realizadas durante a disciplina de Teorias Linguísticas e outras que contribuirão para fazermos uma reflexão teórica do que Ferdinand de Saussure representa para o estabelecimento e o desenvolvimento da Linguística moderna enquanto ciência autônoma, cujo objeto de análise é a língua enquanto sistema de signos linguísticos. Em um segundo momento, partindo de uma conferência realizada por Benveniste (2005), cuja transcrição foi publicada no primeiro tomo do *Problemas de Linguística Geral* (PLG) sob o nome *Saussure após meio século*, continuaremos a reflexão sobre a importância do mestre genebrino para a Linguística, mas usando como base os apontamentos feitos por Benveniste no texto citado.

Buscaremos focar na dualidade opositiva constitutiva da linguagem apontada por Saussure, demonstrando como Benveniste mobiliza essa dualidade em sua busca pela proposição de uma *teoria do funcionamento da linguagem*,²⁸ que, sob nosso ponto de vista, pode ser articulada e

²⁸ Em vez de uma teoria da enunciação, Benveniste teria proposto o que foi denominado de *teoria do funcionamento da linguagem* pela professora Cármen L. H. Agustini, durante o minicurso “Émile Benveniste. A linguagem e a experiência humana”, em novembro de 2013.

aproximada teoricamente com a busca saussuriana pela proposição dos fundamentos do que hoje conhecemos como Linguística moderna.

A Linguística moderna e Ferdinand de Saussure, o homem dos fundamentos

Enquanto estudiosos da linguagem, por mais que cada um trilhe um caminho teórico distinto de seus pares, e suas escolhas teóricas sejam singulares no vasto campo que representam hoje os estudos linguísticos, Saussure permanece como clássico por sua obra permitir que pensemos a Linguística e o nosso objeto de estudo segundo pontos de vista distintos.

Fiorin, Flores e Barbisan (2013), ao falar sobre o *Curso de Linguística Geral*, de Saussure, definem-no como um clássico e citam Calvino para definir o que seria um clássico: “os clássicos são livros que exercem uma influência particular quando se impõem e também quando se ocultam nas dobras da memória, mimetizando-se como inconsciente coletivo e individual” (Calvino, 1998 apud Fiorin; Flores; Barbisan, 2013, p. 7). Ainda citando Calvino, os autores lembram que a importância de Saussure na atualidade reside no fato de que “um clássico é um livro que nunca terminou de dizer aquilo que tinha para dizer” (Calvino, 1998 apud Fiorin; Flores; Barbisan, 2013, p. 7).

Altman (2013, p. 21), ao falar sobre o mestre genebrino e revisitar e discorrer brevemente sobre o que sua teorização representa para a Linguística, afirma-nos que se renderá mais uma vez ao mito saussuriano, um século após sua morte. A autora afirma que

Saussure continua reverenciado pela comunidade acadêmica a Leste e a Oeste (cf. Koerner, 1992-1993) como grande filólogo comparatista do século XIX, o que efetivamente foi no que escreveu e publicou, e como grande teórico da Linguística geral e da Semiologia do século XX, embora neste caso, como se sabe, não tenha sido o autor efetivo do que foi publicado postumamente em seu nome.

Neste ensaio, o foco não é discutir a autoria do *Curso*, mas, sim, considerá-lo como importante obra da Linguística moderna, que abriu a possibilidade de a área ser considerada uma ciência, e não mais uma ramificação da Psicologia e da Antropologia, por exemplo, o que acontecia antes do esforço saussuriano em delimitar seu objeto, a língua.

Fiorin, Flores e Barbisan (2013) nos lembram que, para a Linguística, o *Curso de Linguística Geral* é um discurso fundador e, por isso, opõe-se a outros discursos que o antecederam. Saussure, no capítulo I da introdução do *Curso*, intitulado *Visão geral da história linguística*, faz um retrospecto da ciência linguística em três fases distintas, por ele intituladas de

a) a fase da Gramática, b) a fase da Filologia e c) a fase da Gramática Comparada, ou Filologia Comparada, às quais ele vai se opor. Nesse quesito é válido destacarmos que Saussure não se opõe simplesmente a esses momentos, pois sua oposição é antes fruto de reflexões sobre esses modelos teóricos e a discrepância destes com as observações que ele, enquanto linguista, fazia.

Saussure (1969, p. 11) atribui o nascimento do que ele chama de “Linguística propriamente dita” à corrente linguística que deu à comparação o seu devido lugar e que muito contribuiu para “aproximar a linguística de seu verdadeiro objeto”. Essa corrente nasceu do estudo das línguas românicas e germânicas e recebeu muitas contribuições do norte-americano Whitney e da escola dos neogramáticos. Entretanto, ele não para sua reflexão aí e destaca que, por mais que estes tenham contribuído para que se dissipasse a visão da língua enquanto organismo vivo independente, ainda havia muito o que se fazer para solucionar os problemas com que a Linguística geral tinha que se haver.

Sobre a face dupla da linguagem, Costa (2012, p. 116) cita Saussure para afirmar que “a linguagem deve ser tomada como um objeto duplo”. Ao falar sobre o caráter duplo da linguagem, o *Curso* esclarece que “o fenômeno linguístico apresenta perpetuamente duas faces que se correspondem e das quais uma não vale senão pela outra” (Saussure, 1969, p. 15). Na sequência, são apresentados vários exemplos dessa dupla face do objeto linguístico, como a face social e a face individual da linguagem, ao que Saussure conclui que “qualquer que seja o lado por que se aborda a questão, em nenhuma parte se nos oferece integral o objeto da Linguística” (Saussure, 1969, p. 16).

Saussure, então, apresenta como solução a essa dificuldade de abarcar a totalidade da linguagem, tomarmos como objeto a língua, que seria a privilegiada nos estudos linguísticos:

é necessário colocar-se primeiramente no terreno da língua e tomá-la como norma de todas as outras manifestações da linguagem. De fato, entre tantas dualidades, somente a língua parece suscetível duma definição autônoma e fornece um ponto de apoio satisfatório para o espírito (Saussure, 1969, p. 16-17, grifo do autor).

Quanto à linguagem, Saussure afirma que,

Tomada em seu todo, a linguagem é multiforme e heteróclita; a cavaleiro de diferentes domínios, ao mesmo tempo física, fisiológica e psíquica, ela pertence além disso ao domínio individual e ao domínio social; não se deixa classificar em nenhuma categoria de fatos humanos, pois não se sabe como inferir sua unidade (Saussure, 1969, p. 17).

Dada a natureza multiforme e heteróclita da linguagem, Saussure então privilegia a língua como objeto da Linguística, porque esta, por sua vez, “é um todo por si e um princípio de classificação” (Saussure, 1969, p. 17), e preconiza que o que é natural ao homem não é a linguagem, mas, sim, a “faculdade de constituir uma língua [...]: um sistema de signos distintos correspondente a idéias distintas” (Saussure, 1969, p. 18).

Benveniste: um olhar sobre o mito saussuriano meio século depois

O texto *Saussure após meio século* (Benveniste, 2005), conforme nota inserida no tomo I do PLG, é a reprodução do essencial de uma conferência realizada por Benveniste em Genebra, na ocasião de comemoração do cinquentenário da morte de Saussure. Segundo o autor,

Vemos hoje Ferdinand de Saussure de maneira totalmente diferente da dos seus contemporâneos. Toda uma parte dele mesmo, sem dúvida a mais importante, não foi conhecida senão após a sua morte. A ciência da linguagem foi pouco a pouco transformada por sua causa. O que foi que Saussure trouxe a linguística do seu tempo, e em que agiu sobre a nossa? (Benveniste, 2005, p. 34).

Com base nessa afirmação, podemos entrever que caminho Benveniste escolhe trilhar nessa conferência e como ele articula as contribuições saussurianas com a Linguística praticada e conhecida por ele já na década de 1960; contudo, muitas das questões trazidas por ele ainda são, em pleno século XXI, investigadas, mostrando a atualidade e o arrojo do pensamento desse linguista.

Benveniste define Saussure como o “homem dos fundamentos” (Benveniste, 2005, p. 35), o que de fato ele é. Saussure buscou fundamentar a Linguística enquanto uma ciência autônoma, não dependente de outras ciências, mesmo mantendo com estas relações estreitas, dada a natureza heteróclita e multiforme da linguagem: “a cavaleiro de diferentes domínios, ao mesmo tempo física, fisiológica e psíquica, ela [a linguagem] pertence além disso ao domínio individual e ao domínio social” (Saussure, 1969, p. 17).

Saussure parte da impossibilidade de alcançarmos a linguagem em sua totalidade, o que faz com que ele escolha um ponto de vista para criar o objeto da Linguística enquanto ciência semiológica. Benveniste (2005, p. 43, grifos do autor) nos alerta quanto ao incômodo de Saussure com a Linguística e com o método de sua época, em que a língua era tomada como um organismo vivo de desenvolvimento independente, como outros organismos vivos, e questiona-se:

Que é, então, esse objeto, que Saussure erige sobre uma tábua rasa de todas as noções recebidas? Tocamos aqui no que há de primordial na doutrina saussuriana, num princípio que presume uma intuição total da linguagem, total ao mesmo tempo porque contém o conjunto da sua teoria, e porque abarca a totalidade de seu objeto. Esse princípio é que a *linguagem*, como quer que se estude, *é sempre um objeto duplo* formado de duas partes cada uma das quais não terá um valor a não ser pela outra.

[...] Realmente, tudo na linguagem tem de ser definido em termos duplos, tudo traz a marca e o selo da dualidade opositiva [...].

E, mais uma vez, nenhum dos termos assim opostos tem valor por si mesmo ou remete a uma realidade substancial; cada um deles adquire o seu valor pelo fato de que se opõe ao outro [...].

Benveniste (2005) nos lembra o principal par opositivo estabelecido por Saussure: língua/fala. Ambos integram a linguagem, mas, dada a necessidade de se estabelecer um método e a precisão de se eleger um objeto passível de ser estudado pela ciência linguística, o linguista opta por privilegiar a língua como ponto de vista para olhar para a linguagem.

Benveniste (2005, p. 45, grifo do autor) destaca que

Certos lingüistas censuram a Saussure o comprazer-se em sublinhar paradoxos no funcionamento da linguagem. A linguagem, porém, é realmente o que há de mais paradoxal no mundo, e infelizes daqueles que não o vêem. Quanto mais nos adiantarmos, mais sentiremos esse contraste entre a unicidade como categoria de nossa percepção dos objetos e a dualidade cujo modelo a linguagem impõe a nossa reflexão. Quanto mais penetrarmos o mecanismo da significação, melhor veremos que as coisas não significam em razão do seu *serem-isso* substancial, mas em virtude de traços formais que as distinguem das outras coisas da mesma classe e que nos cumpre destacar.

Aceitar o paradoxo da dupla face da linguagem é essencial, mesmo para as correntes linguísticas que se afastam do pensamento saussuriano. É encarar a linguagem em sua complexidade e optar por um modo de estudá-la, encará-la e concebê-la em nossas pesquisas, privilegiando aquilo que nos for mais caro.

Benveniste (2005), ao voltar sua atenção para a parte da Linguística relativa à língua como sistema de signos e para a análise do signo em significante e significado, destaca o princípio da unidade de face dupla, que torna a língua um sistema semiótico. Essa constatação leva Benveniste a destacar que “vemos agora propagar-se esse princípio para fora das disciplinas linguísticas e penetrar nas ciências do homem, que tomam consciência da sua própria semiótica” (Benveniste, 2005, p. 47). O autor aponta sua luneta teórica para a cultura enquanto um sistema semiótico similar ao sistema da língua preconizado por Saussure, em que o objeto de face dupla também será fundamental:

No dia em que uma ciência da cultura tomar forma, fundar-se-á provavelmente sobre esse caráter primordial e elaborará as suas dualidades próprias a partir do modelo que Saussure deu para a língua, sem se submeter necessariamente a ele. Nenhuma ciência do homem escapará a essa reflexão sobre o seu objeto e sobre o seu lugar no seio de uma ciência geral da cultura, pois o homem não nasce dentro da natureza mas dentro da cultura (Benveniste, 2005, p. 48-49).

Benveniste utiliza a dualidade fundadora em Saussure para dar seguimento às suas reflexões sobre uma teoria da linguagem, que preconiza, por exemplo, que a língua serve para o homem viver, uma vez que é nela e por ela que o homem se torna humano. Nessa teoria, a cultura funciona como mediadora entre língua e homem.

Saussure já nos assinalava a possibilidade dessa aproximação, ao afirmar que a língua é uma instituição social, mas, ainda que diferente das demais instituições sociais, o homem opta por ela no conjunto dos sistemas semióticos em algum momento, e ela é um tesouro, nas palavras de Saussure, transmitido de falante para falante por meio do convívio social e que reflete nada mais do que a cultura de um determinado grupo.

Benveniste (2005) termina seu texto assinalando que todas as correntes que atravessam a Linguística, tal qual concebida em 1963 e – por que não? – como ela é concebida na atualidade, atribuem a Saussure o papel de precursor da Linguística. Altman (2013) destaca o caráter mítico de Saussure, o qual podemos contrapor (ou aproximar) ao caráter atormentado que Benveniste lhe assinala, ao destacar a incompreensão da qual o mestre genebrino foi vítima em sua época, em sua busca pelos fundamentos da Linguística.

Terminamos nossa reflexão com as palavras poéticas de Benveniste sobre a importância de Saussure para a Linguística à época de seu cinquentenário, mas podem ser retomadas aqui dada a sua atualidade e acuidade ao se referirem ao mestre genebrino:

Dizemos aqui que Saussure pertence para sempre à história do pensamento europeu. Precursor das doutrinas que de cinquenta anos para cá transformaram a teoria da linguagem, lançou idéias inesquecíveis sobre a faculdade mais alta e mais misteriosa do homem e, ao mesmo tempo, propondo no horizonte da ciência e da filosofia a noção de “signo” como unidade bilateral, contribuiu para o advento do pensamento formal nas ciências da sociedade e da cultura, e para a constituição de uma semiologia geral.

Abarcando com o olhar esse meio século decorrido, podemos dizer que Saussure cumpriu bem o seu destino. Além da sua vida terrena, as suas idéias brilham mais longe do que ele teria podido imaginar, e esse destino póstumo se tornou como uma segunda vida, que se confunde para sempre com a nossa (Benveniste, 2005, p. 49).

REFERÊNCIAS

ALTMAN, C. Sobre mitos e história: a visão retrospectiva de Saussure nos três cursos de linguística geral. In: FIORIN, J. L.; FLORES, V. do N.; BARBISAN, L. B. (Org.). *Saussure: a invenção da linguística*. São Paulo: Contexto, 2013.

BENVENISTE, E. Saussure meio século depois. In: _____. *Problemas de linguística geral I*. Tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. 5. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2005. p. 34-49.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Com direito à palavra: dicionários em sala de aula*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2012.

COSTA, M. A. Estruturalismo. In: MARTELOTTA, M. E. (Org.). *Manual de linguística gerativa*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

FIORIN, J. L.; FLORES, V. do N.; BARBISAN, L. B. Por que ainda ler Saussure? In: _____. (Org.). *Saussure: a invenção da linguística*. São Paulo: Contexto, 2013.

SAUSSURE, F. de. *Curso de linguística geral*. Tradução de Antônio Chelini; José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1969.

WELKER, H. A. *Dicionários: uma pequena introdução à lexicografia*. 2. ed. Brasília: Thesaurus, 2004.

_____. Lexicografia pedagógica: definições, história, peculiaridades. In: BEVILACQUA, C. R.; HUMBLÉ, P.; XATARA, C. M. (Org.). *Lexicografia pedagógica: pesquisas e perspectivas*. Florianópolis: UFSC/NUT, 2008, p. 9-45.

ORGANIZADORES

Ariel Novodvorski
Gisele Rosa
Lucas Chagas

ENSAIOS
EM TEORIAS LINGÜÍSTICAS



Márcio Issamu
Yamamoto

Mestrando do Programa de
Pós-Graduação em Estudos
Linguísticos da Universidade
Federal de Uberlândia.

ORIENTADOR

Prof. Dr. Guilherme Fromm

E-MAIL

marcioiy@ufg.br

FILOLOGIA E LINGÜÍSTICA HISTÓRICA: JONES, DARWIN, ANALOGIA E ANOMALIA

Márcio Issamu Yamamoto

Os objetivos deste ensaio são discorrer sobre o trabalho de William Jones, a influência de Darwin na Filologia e o estudo das línguas, e definir analogia e anomalia no contexto dos estudos da linguagem.

William Jones (1746-1794) foi um orientalista inglês que publicou trabalhos sobre o sânscrito, idioma literário da Índia, e seu parentesco com as línguas indo-europeias. O trabalho comparativo de Jones influenciou Friedrich Schlegel, que publicou a obra *Ueber die Sprache und Weisheit de Inder* em 1808, na qual salienta a afirmação de Jones de que o sânscrito estaria aparentado com o latim, o grego, o germânico e o persa. De acordo com esses autores, há uma semelhança nas raízes, na estrutura e na gramática dessas línguas. Essa semelhança existe em sua essência, o que leva a uma origem comum. Franz Bopp, em 1816, prova que a flexão verbal dessas línguas pressupõe uma língua primitiva comum a todas, o que foi publicado em sua obra *Ueber das Conjugationssystem der Sanskritsprache*. Posteriormente, com a obra *Vergleichende Grammatik des Sanskrit, Send, Griechischen, Lateinischen, Litauischen, Altslavischen, Gothischen und Deutschen* (1856), Bopp lança a pedra angular da linguística indo-europeia, e nela se encontra o aspecto genético e a investigação sobre o parentesco existente entre essas línguas.

No início de seu trabalho, Jones trabalha com a ideia de uma língua hipotética que teria precedido o sânscrito, o grego e o latim. Lançam-se, então, as bases da Linguística comparativa, na qual as estruturas semelhantes das línguas são consideradas (principalmente morfologia e léxico), e as bases dos paradigmas da Linguística Histórica são lançadas. Alguns linguistas tentam refutá-lo e afirmam que as marcas morfológicas podem ser marcas de empréstimo, apesar de não ter como excluir o léxico dessa possibilidade, por ser mais suscetível a ele. A exploração sistemática das implicações de hipóteses de uma língua ancestral em comum, a qual talvez não exista mais, é o que diferencia a pesquisa linguística do séc. XIX das pesquisas amadoras do século anterior.

A influência de Darwin na Linguística se deu pelo fato de que o cientista, representante das Ciências Naturais, concebe a língua como um organismo vivo, que nasce, cresce e morre segundo leis físicas. Darwin foi inspirado pelos trabalhos sobre a história da linguagem da gramática grega clássica. Em contrapartida, ele inspirou os linguistas para que vissem a língua como um organismo vivo, assim como os animais e plantas. Essa perspectiva ficou clara em Schleicher, Bopp e Pott, e a tendência à inserção da teoria linguística no interior da teoria evolucionista dos seres vivos contaminou as abordagens sobre a língua, reivindicando para ela o mesmo estatuto evolucionista determinado às espécies vivas.

Schleicher (apud Weedwood, 2002, p. 94) escreveu o panfleto *O darwinismo testado pela ciência da linguagem*, no qual tratava da relação do darwinismo e o estudo das línguas,

O que Darwin agora defende acerca da variação das espécies no curso do tempo [...] tem sido há muito tempo e em geral reconhecido em sua aplicação aos organismos da fala [...]. Traçar o desenvolvimento de novas formas com base em formas anteriores é muito mais fácil, e pode ser realizado em escala bem maior no campo da língua do que nos organismos de plantas e animais [...]. O parentesco das diferentes línguas pode servir, por conseguinte, [...] como uma ilustração paradigmática da origem das espécies, para os campos de investigação que carecem, ao menos até o momento, de oportunidades semelhantes de observação.

Essa influência se deu na fonética e na morfologia, submetidas a normas rigorosas e objetivas que permitiram a cientifização da Linguística. Na segunda metade do século XIX, um grupo de universitários germânicos – os neogramáticos –, ainda sob influência do darwinismo (*Junggrammatiker*), reconhece o caráter histórico dos estudos linguísticos. Sua contribuição foi o princípio da regularidade nas mudanças fonológicas. Segundo os neogramáticos, as tendências gerais de mudança fonética, mecânica e fisiologicamente motivada que as línguas indo-europeias evidenciavam em alguns contextos eram leis linguísticas de natureza absoluta, que ditavam a

regularidade dessa mudança. Contrária à essa perspectiva, havia a materialista, que concebia a língua como um organismo sobre base material, em oposição àqueles que defendiam que a língua era um organismo sobre base espiritual.

Ao lado dessas leis, que postulavam a essência mecânica de toda a mudança linguística, os neogramáticos reservaram um espaço para a atuação da analogia, que Coutinho (1976, p. 150) definiu como o “princípio pelo qual a linguagem tende a uniformizar-se, reduzindo as formas irregulares e menos frequentes a outras regulares e frequentes”. Segundo Dubois et al. (2006, p. 52), a analogia

designou, entre os gramáticos gregos, o caráter de regularidade atribuído à língua. Nessa perspectiva destacou-se, por exemplo, um certo número de modelos de declinação, tendo sido também classificadas as palavras segundo estivessem ou não conforme um desses modelos. A analogia fundou assim a regularidade da língua. Serviu, por conseguinte, para a explicação da mutação genética, sendo, por tal fato, oposta à norma... a analogia desempenha, portanto, um papel importante na evolução das línguas, e os neogramáticos a utilizaram para relacionar exceções às suas leis fonéticas.

Esse fenômeno linguístico funcionava como um mecanismo de fuga ao princípio da regularidade, uma vez que as várias formas de um paradigma tendiam a agir analogicamente umas sobre as outras, permitindo justificar a disposição excepcional de certos padrões flexionais. No contexto intelectual e cultural vigente, os neogramáticos procuraram aplicar métodos científicos de análise à mudança linguística e conseguiram demonstrar que só a linguística Histórica poderia ser verdadeiramente científica. Essa convicção constitui o maior tributo da teoria neogramática para a descrição da evolução dos princípios orientadores da Linguística Histórica. *Stricto sensu*, a hipótese da regularidade defendida por essa escola de pensamento é ainda hoje sustentável, apesar de seus princípios de mudanças fonológicas terem sido reformulados ou complementados pelas teorias linguísticas subsequentes. A tese lançada pelos neogramáticos de que as leis fonéticas eram absolutamente regulares, apesar de controversa, já era bastante aceita no século XIX e tornou-se o fundamento do método comparativo. O método comparativo ocupava-se da reconstrução de uma língua ou de seus estágios mais antigos por meio da comparação de palavras e expressões aparentadas em diversas línguas ou dialetos derivados delas.

Ainda segundo Dubois et al (2006, p. 54), anomalia,

Para os gramáticos do séc II a.C., designava o caráter da irregularidade da língua, e, por extensão, qualquer emprego que não podia se explicar fazendo intervir uma regularidade de

um certo tipo. Fundamentava-se na anomalia na tese dos anomalistas, segundo a qual, numa língua, as exceções eram mais importantes do que as regularidades.

Os filólogos predecessores de Saussure, usando o método histórico-comparativo, buscavam entender o parentesco entre as línguas, e a analogia permitia explicar as semelhanças e correspondências. Ao surgirem as diferenças – as características que fugiam ao padrão da analogia –, eles a justificavam pelo princípio da anomalia, existente nos estudos da linguagem desde os gregos. Contudo, a justificativa da anomalia não esclarecia as quantidades inquietantes de irregularidades, considerando-se que, para os neogramáticos, as regras não eram concebidas com muitas exceções.

Mais tarde, com os estudos fonético-fonológicos do século XX, muitas dessas anomalias foram justificadas e explicadas. Contudo, o método histórico-comparativo contribuiu para seu estabelecimento, ao se confirmar sua validade com os estudos da filologia românica. Esse ramo da Filologia conseguiu resgatar a origem das línguas românicas, remontando-as ao latim, em virtude da grande quantidade de *corpora* em língua latina que sobrevivera até então.

Considerarei esses temas relevantes dentro da área da Linguística pois fazem parte da história dessa ciência e também de sua epistemologia como disciplina. A influência de Darwin para a ciência é algo que não se pode ignorar, pois foi tão grande e revolucionária que até as ciências da linguagem puderam se beneficiar de seu trabalho e de seu espírito inquieto e em constantes buscas de respostas para seus questionamentos.

Darwin contribuiu para o conhecimento científico do século XIX, e sua noção de que os seres e plantas têm início, meio e fim na natureza influenciou a Filologia. Apoiado em seu método de análise do ontem, hoje e possível amanhã, esse cientista influenciou e instiga o surgimento da Linguística Histórica. A concepção de que as línguas tiveram um ontem, têm um hoje e terão um amanhã permitiu o estabelecimento da Filologia Comparativa e o surgimento da Linguística como disciplina. Saussure, aluno de filologia românica e clássica, parte dos pressupostos da Filologia e postula os primórdios da Linguística Sincrônica, focando na língua como um sistema.

Como não é possível construir o hoje sem o ontem, a influência dos gregos quanto aos princípios de analogia e anomalia nos estudos das línguas contribuiu para o estabelecimento das regras linguísticas, como as de Grimm. Entendida a analogia, os filólogos fundadores da disciplina estabelecem as regras que contribuem para o conhecimento mais profundo das mudanças fonético-fonológicas, sintáticas, lexicais e semânticas das línguas. A anomalia, apesar

de não ser legitimada a princípio, passa a ser explicada futuramente com os avanços da escola estruturalista, principalmente com a influência do Círculo de Viena.

Hoje, a Etimologia, a Filologia Clássica e Românica e as Linguísticas Histórica e Diacrônica têm um vigor teórico-metodológico com cientificidade reconhecida graças aos méritos dos filólogos e linguistas que nos precederam. Com o advento da Linguística de *Corpus*, maior robustez tem sido acrescida a essas ciências. Isso se deve ao fato de que o computador propicia uma análise mais rigorosa dos dados e potencializa a quantidade de informação que pode ser processada, em relação ao que conseguíamos pela leitura e análise humana dos *corpora*. Finalmente, posso ver que os rumos da Linguística Histórica e de todas as ciências da linguagem têm sido retraçados, e estamos vivenciando um novo momento de evolução rumo a um novo perfil e a uma nova metodologia que serão garantidos às Ciências Humanas.

REFERÊNCIAS

COUTINHO, I. de L. *Pontos de gramática histórica*. 7. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1976.

DUBOIS, J. et al. *Dicionário de linguística*. São Paulo: Cultrix, 2006.

FARACO, C. *Linguística histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas*. São Paulo: Ática, 1991.

VIDOS, B. E. *Manual de linguística românica*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1996.

WEEDWOOD, B. *História concisa da linguística*. São Paulo: Parábola, 2002.

ORGANIZADORES

Ariel Novodvorski
Gisele Rosa
Lucas Chagas

ENSAIOS
EM TEORIAS LINGÜÍSTICAS



*Daniela Faria
Grama*

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Uberlândia.

ORIENTADOR

Prof. Dr. Guilherme Fromm

E-MAIL

daniela_grama@hotmail.com

A LEXICOGRAFIA E A ABORDAGEM ESTRUTURALISTA DE SAUSSURE

Daniela Faria Grama

Este ensaio tem por objetivo perceber o modo como a Lexicografia – entendida como a prática de produzir dicionários – pode ser vista sob uma abordagem estruturalista. Para isso, optou-se pelos subsídios teóricos de Barbosa (1990), Welker (2004, 2008), Nunes (2010), PNLD (2012), Saussure (2012) e Fiorin, Flores e Barbisan (2013). Inicialmente, há uma breve apresentação sobre o genebrino Saussure e a importância de sua teorização a respeito da língua. Além disso, abrange-se também o tema da Lexicografia, a fim de que se possa entender do que se trata, e verifica-se como a elaboração de um dicionário, por vezes, transparece ideologias de base saussuriana.

Sob tal prisma, são evidenciados os aspectos da dimensão social da língua, e, por isso, a impossibilidade de compilar-se todas as palavras de um sistema linguístico, a teoria do valor dos signos aliada à questão da definição dos verbetes nos dicionários e a importância das relações associativas entre as palavras para que o dicionário seja uma obra profícua. A metodologia resume-se numa análise teórica de trechos, pertencentes ao ideário estruturalista de Saussure, comparados com o fazer lexicográfico explicado por Welker (2004).

Quem foi Saussure?

Ferdinand de Saussure é o principal precursor da Linguística moderna. Para entender o motivo de tal menção, é necessário lembrar que, no início do século XX, o estudioso foi convidado para ministrar um curso de Linguística em Genebra. Seus alunos, com base nas anotações das aulas dele, contribuíram para a publicação de uma obra póstuma de Saussure, a qual revolucionaria os estudos da língua: *Curso de Linguística Geral*.

A obra, publicada pela primeira vez em 1916, apresenta teorias que representaram um marco fundamental na Linguística. Esta passou a ser vista como uma ciência social, já que a língua, segundo Saussure (2012), é uma convenção proveniente dos seres humanos. Além disso, em sua concepção, a língua é considerada uma ciência autônoma. Portanto, a língua no século XX deixou de ser estudada apenas com fins comparativos, filológicos e normativos e foi reconhecida como um sistema independente de signos, cujo valor era definido pela oposição que estabeleciam e, por isso, formavam uma rede solidária.

A Lexicografia

A lexicografia, embora seja uma prática que tem origens muito antigas – iniciada com o surgimento de listas de palavras – tem se aperfeiçoado cada vez mais. Um fato que comprova isso é o advento da Lexicografia Pedagógica. Barbosa (1990), numa comparação com a Lexicologia, caracteriza a Lexicografia:

A palavra também é objeto de exame da Lexicografia, que a toma, no entanto, de outro ângulo, de vez que se define como uma tecnologia de tratamento daquela, de compilação, classificação, análise e processamento, de que resulta, por exemplo, a produção de dicionários, vocabulários técnico-científicos, vocabulários especializados e congêneres. Segundo Genouvier, Lexicologia e Lexicografia designam duas atitudes e dois métodos em face do léxico: Lexicografia é a técnica dos dicionários, Lexicologia, o estudo científico do léxico. A complexa questão relativa à delimitação dessas disciplinas se estende à própria multissignificação, já apontada de cada uma delas. Os discursos lexicográficos são simultaneamente registros de palavras e objeto de estudo da Lexicografia, enquanto investigação fundamental; esta, a seu turno, é objeto da Metalexicografia, que se define, por sua vez, como epistemologia da ciência lexicográfica. (Barbosa, 1990, p. 3)

Como se pode notar, a Lexicografia refere-se tanto à elaboração de dicionários quanto ao estudo crítico e analítico das técnicas de produção deles. Um aspecto interessante é que as listas de palavras, conforme Nunes (2010), não podem ser entendidas como dicionários: “A lista

de palavras se torna um dicionário quando ela apresenta alguma função específica” (Nunes, 2010, p. 3).

Isso ocorre, de acordo com o autor, quando há anotações sobre a língua nessas listas, ou seja, não basta haver as palavras, é preciso existir observações sobre elas. É dessa forma que, frequentemente, define-se um dicionário como uma obra cultural que carrega, sobretudo, definições de grande parte das unidades lexicais – palavras – que representam o léxico de uma língua.

Diante disso, observa-se que a preocupação em fazer uma obra de consulta que tenha uma função específica, isto é, que atenda às necessidades de seus usuários, é constante. A ciência do léxico, a fim de evidenciar a importância disso, tomou como fundamental o surgimento da Lexicografia Pedagógica, que, segundo Welker (2008), dedica-se à elaboração e à reflexão teórica de dicionários que auxiliem na aprendizagem da língua materna ou de uma língua estrangeira, ou seja, de dicionários que não funcionam apenas como repositórios de palavras.

A lexicografia e a abordagem estruturalista de Saussure

Conforme Fiorin, Flores e Barbisan (2013) mencionam, Saussure tornou-se um clássico, ou seja, uma obra cuja leitura é imprescindível e sempre atual. De acordo com os autores, que inclusive retomam as palavras de Calvino, o estudo sobre o fundador da Linguística moderna e sobre a sua obra póstuma permite entender de onde surgiram algumas das teorias e posições ideológicas difundidas a respeito da língua.

Pensando nisso é que houve o interesse em relacionar a prática de fazer dicionários com a teoria de Saussure, presente no *Curso de Linguística Geral*. Dessa forma, a partir de agora, serão apontados alguns trechos dessa obra que estão intimamente ligados com a ciência do léxico denominada Lexicografia. Em específico, três aspectos serão visados: a questão de a língua ser um produto social – e, por isso, existir a impossibilidade de compilá-la em sua totalidade –, a noção de valor linguístico e a definição do verbete e, por último, a importância das relações associativas entre as unidades lexicais para a lexicografia.

A língua como produto social: a impossibilidade de compilação total

Dentre as diversas características atribuídas à língua por Saussure, chama a atenção esta:

Mas o que é a língua? Para nós, ela não se confunde com a linguagem; é somente uma parte determinada, essencial dela, indubitavelmente. É, ao mesmo tempo, um produto social da

faculdade de linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos (Saussure, p. 41, 2012).

Isso significa que uma palavra não se torna parte de uma língua (e tampouco é dicionarizada) porque apenas um falante a usa, mas, sim, porque um conjunto de pessoas a adotou. De forma aliada a esse ponto de vista, é interessante enfatizar que, no processo de fazer um dicionário, o critério de frequência de uso da palavra é, na grande maioria dos casos, levado em consideração.

Béjoint se pergunta se as palavras mais frequentes realmente devem constar no dicionário, tendo em vista que elas são raramente consultadas (casa). A essa indagação pode-se responder o seguinte: primeiro, os lexemas mais frequentes são os mais polissêmicos, e não se pode deixar de apresentar os diversos significados; segundo, é indispensável, na maioria das vezes, arrolar sintagmas formados com o lexema. Por exemplo, mesmo que dificilmente alguém vá consultar a palavra casa, no sentido de "construção destinada a ser habitada", não se pode omitir os outros significados, pois são menos evidentes, nem construções como de casa, em casa ou para casa. De qualquer modo, uma das grandes dificuldades dos lexicógrafos é a escolha dos lexemas a serem lematizados. Nos dicionários não especializados, o critério principal deve ser a frequência²⁹. (Welker, 2004, p. 86-87.)

A tendência em usar a Linguística de *Corpus* como metodologia para compilação do acervo lexical de uma sociedade comprova o quanto é importante que o lexicógrafo reúna uma quantidade representativa da língua utilizada em seu seio social. Nesse diapasão, fica claro o quanto a perspectiva de Saussure (2012, p. 45) em relação ao fato de a língua ser uma instituição social é uma asserção indispensável, inclusive primordial para se construir um dicionário.

Se pudessemos abarcar a totalidade das imagens verbais armazenadas em todos os indivíduos, atingiríamos o liame social que constitui a língua. Trata-se de um tesouro depositado pela prática da fala por todos os indivíduos pertencentes à mesma comunidade, um sistema gramatical que existe virtualmente em cada cérebro ou, mais exatamente, nos cérebros dum conjunto de indivíduos, pois a língua não está completa em nenhum, e só na massa ela existe de modo completo.

Em relação ao excerto acima, é fundamental observar que, para Saussure, a língua existe em sua totalidade apenas quando se considera o sistema gramatical que existe na mente de todos os indivíduos.

Nesse sentido, é oportuno destacar o caráter volúvel da língua. É impossível reunir essas gramáticas que existem em cada ser. Da mesma forma, também não ocorre a compilação completa de todas as palavras que circulam numa esfera social. O lexicógrafo nunca terá como

²⁹ cf. Haensch, 1982, p. 401.

meta dicionarizar todas as palavras de uma língua, porque, como ela está em constante movimento – o que implica o surgimento de algumas e o desuso de outras –, tal objetivo não seria alcançado.

Em suma, considerar o coletivo, o corpo social, é um fundamento inquestionável quando se fala de língua, enquanto sistema para Saussure, e quando se fala do trabalho de elaborar um dicionário. Desse modo, é certa a impossibilidade de se conhecer tudo sobre uma língua.

O valor linguístico e a definição do verbete

O capítulo *O valor linguístico* do *Curso de Linguística Geral*, de Ferdinand de Saussure, explora como o sistema da língua funciona. Com a leitura dessa parte, foi possível estabelecer uma relação interessante entre a teoria do genebrino e o modo como se define uma palavra no dicionário.

De acordo com Saussure (2012), o signo – compreendido como a união arbitrária de um significante com um significado (som ou imagem acústica + conceito, respectivamente) – forma-se por meio de uma relação existente na língua: a de oposição. Uma palavra só adquire valor, conceitual ou material, quando é colocada em oposição à outra.

Segundo Saussure (2012), é necessário observar as diferenças entre as palavras para identificar o valor delas. O estudioso dá o seguinte exemplo no que se refere ao aspecto conceitual: as palavras “reçar”, “temer” e “ter medo” só possuem valor próprio pela oposição que há entre elas. Nesse caso, se “reçar” não existisse, todo o seu conteúdo semântico recairia nas outras duas palavras.

Acredita-se que, de fato, para saber o sentido de uma palavra, muitas vezes é necessário compreender as demais unidades lexicais que se relacionam com ela. Ao se observar brevemente como o adjetivo “feio”, por exemplo, é definido em alguns dicionários populares da língua portuguesa, pode-se notar essa relação. Veja:

QUADRO 1 - Definição de "feio"

Palavra-entrada	Definição	Fonte
Feio	1. desprovido de beleza, de aparência desagradável	Dicionário Eletrônico Houaiss
	Adj. (<i>lat foedu</i>) 1. De aspecto desagradável. 2. Desproporcionado, disforme. 3. Indecoroso, torpe. 4. Oposto à beleza moral.	Dicionário Michaelis Online
	1. De aparência desagradável, desprovido de beleza [Antôn.: belo, bonito.]	Dicionário Aulete Digital

Fonte: Adaptado de Houaiss (2009) e Michaelis (2009).

Constata-se primeiramente que, para entender o conceito de “feio”, é preciso ter conhecimento sobre o que significam as outras palavras que constituem a definição do verbete, tal como “desagradável”, que se opõe a algo “agradável” e é repetida em todas as definições dos dicionários exemplificados. Ademais, é possível perceber que “feio” está, principalmente, em oposição à “beleza”, ou seja, o conceito de “feio” existe porque há o de “belo”, o de “bonito”, e eles estão em relação um para com o outro.

Vale ressaltar que, embora a definição por meio de palavras antônimas ou sinônimas não seja a melhor, uma vez que elas proporcionam um movimento circular insatisfatório de busca de palavras, conforme aborda Welker (2004), ainda a encontramos em obras de consulta do acervo lexical da língua.

A lexicografia e as relações associativas entre as unidades lexicais

Como foi possível observar na parte anterior deste ensaio, as palavras estão em constante relação. É por esse motivo que não se pode entender o léxico de uma língua como uma simples lista de palavras:

O léxico, mesmo considerado apenas em sua dimensão de “conjunto das palavras disponíveis em uma língua”, é, antes de mais nada, uma rede de funções e de relações de forma e de sentido entre vocábulos, e não uma simples lista de itens. Isso porque no domínio do léxico nenhuma unidade está isolada das demais. Pelo contrário: cada vocábulo se define por uma

série de relações com os demais. E essas relações podem ser: de sentido – como as que se estabelecem entre palavras que pertencem a um mesmo campo temático (pão, leite, manteiga, café, biscoito...), que são sinônimas ou antônimas entre si; de forma – como acontece com vocábulos que são homônimos ou parônimos um do outro, ou que apresentam as mesmas sílabas ou os mesmos fonemas, mas dispostos em ordens diferentes, um constituindo um anagrama do outro, como América e Iracema; de forma e de sentido – como acontece com as séries de palavras que têm um mesmo radical (famílias de palavras) (BRASIL, 2012, p. 11).

Sob esse prisma, Saussure fala sobre o fato de a língua ser uma rede solidária, ou seja, da dependência existente entre as unidades linguísticas; o autor teoriza a existência de relações sintagmáticas e associativas presentes num sistema linguístico. Diante disso, é pertinente enfatizar as relações associativas, pois elas são geradas com base no conhecimento existente no cérebro do usuário da língua e estão presentes, portanto, na elaboração do acervo lexical de uma língua.

Os grupos formados por associação mental não se limitam a aproximar os termos que apresentem algo em comum; o espírito capta também a natureza das relações que unem em cada caso e cria com isso – tantas séries associativas quantas relações diversas existam. Assim, em *enseignement, enseigner, enseignons* etc. (ensino, ensinar, ensinemos), há um elemento comum a todos os termos, o radical; todavia, a palavra *enseignement* (ou ensino) se pode achar implicada a uma série baseada em outro elemento comum, o sufixo (cf. *enseignement, armement, changement* etc.; ensinamento, armamento, desfiguramento etc.); a associação pode se fundar também apenas na analogia dos significados (ensino, instrução, aprendizagem, educação etc.) ou, pelo contrário, na simples comunidade das imagens acústicas (por exemplo, *enseignement* e *justement*, ou ensinamento e lento). Uma palavra pode evocar tudo quanto seja suscetível de ser-lhe associado de uma maneira ou de outra (Saussure, 2012, p. 174-175).

No que alude a essa forma de organizar, associar ou esquematizar as palavras na mente, a fim de facilitar a compreensão da relação que existe entre elas, é válido ressaltar que isso também faz parte da organização dos dicionários. No processo de elaboração das palavras-entradas ou lemas, pode-se optar, por exemplo, pela organização alfabética. Além disso, também se pode lembrar da inserção dos sublemas ou dos fraseologismos que se associam a determinado lema.

Esse arranjo alfabético, segundo Welker (2004), pode ocorrer de diferentes modos. O primeiro é por ordem alfabética linear, o segundo refere-se à ordem alfabética acompanhada de agrupamentos e o terceiro, à ordenação não estritamente alfabética com agrupamentos:

Por exemplo, num dicionário português-alemão (da editora Langenscheidt) encontram-se, no mesmo bloco, *centesimal, centésimo, centígrado, centígrama, centímetro*; via de regra, somente o primeiro lema é escrito por inteiro, ao passo que, nos lemas seguintes, a parte que é comum a todos (no caso do exemplo, é *cent*) é substituída por um til: *cent|esimal ... ~ésimo*

... *~ígrado* ... etc. Embora Carvalho (ibid.) tenha evitado de traduzir literalmente os termos alemães introduzidos por Wiegand, acredito que podemos empregar, como em inglês e francês, os equivalentes *nicho* e *ninho*, e falar, portanto, de ordem/ordenação alfabética com *nichos* e de ordem/ordenação alfabética com *ninhos*. Os lemas que aparecem nesses blocos são chamados de lemas de *nichos* e lemas de *ninhos*, respectivamente; alguns autores usam o termo *sublemas*, mas este é, em geral, reservado a *lexemas* compostos ou *fraseologismos* que ocorrem em um mesmo *verbe*. Os *nichos* e *ninhos*, ao contrário, não são *verbetes*; são apenas blocos de texto nos quais vários lemas com suas respectivas *microestruturas* estão reunidos (Welker, 2004, p. 82-83).

Fica evidente, então, como o sistema da língua e o cérebro humano podem funcionar por meio de agrupamentos de unidades linguísticas. Uma unidade lexical não está isolada em um sistema. Por isso, é interessante perceber que a escolha do lexicógrafo ao elaborar um dicionário poderá facilitar ou não ao consulente ativar a sua gramática cerebral com o intuito de perceber, com clareza, as associações existentes entre as palavras.

A determinação de como será a macroestrutura e a microestrutura da obra influenciam nesse processo de recuperar a relação entre palavras e, hipoteticamente, pode contribuir sobremaneira para o enriquecimento vocabular e, sobretudo, para a produção de sentido do falante.

Considerações finais

Este ensaio abordou, de maneira breve, alguns aspectos elementares da teoria estruturalista de Saussure, a fim de estabelecer relações com a prática lexicográfica, que busca se adequar cada vez mais às necessidades dos usuários de uma língua.

Com base nas relações estabelecidas entre a teoria saussuriana e a lexicografia, considera-se, assim como Fiorin, Flores e Barbisan (2013), que Saussure representa um clássico para a literatura da Linguística, e, portanto, sua obra é obrigatória para qualquer pesquisador ou docente. Provavelmente, a cada releitura que se fizer do *genebrino*, novas percepções a respeito da língua serão cogitadas ou descobertas.

Enfim, espera-se que o campo da lexicografia possa se desenvolver cada vez mais, inclusive com o aproveitamento das contribuições que a era tecnológica pode oferecer à técnica e à prática de elaboração de dicionários, com o intuito de auxiliar os consulentes a adquirirem conhecimento vocabular de maneira mais produtiva e de fazê-los notar que uma obra de consulta não é um mero repositório de unidades lexicais isoladas.

REFERÊNCIAS

CALDAS AULETE, F. J. de. *Dicionário aulete digital*. Rio de Janeiro: Lexikon, 2007.

BARBOSA, M. A. Lexicologia, lexicografia, terminologia, terminografia, identidade científica, objeto, métodos, campos de atuação. In: SIMPÓSIO LATINO-AMERICAO DE TERMINOLOGIA. I ENCONTRO BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA TÉCNICO-CIENTÍFICA, 2., 1990. *Anais...* Brasília, DF, IBICT, 1990. p. 152-158.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Com direito à palavra: dicionários em sala de aula*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2012.

FIORIN, J. L.; FLORES, V. do N.; BARBISAN, L. B. (Org.). Por que ainda ler Saussure? In: _____. *Saussure: a invenção da linguística*. São Paulo: Contexto, 2013.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa 3.0*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

MICHAELIS: moderno dicionário da língua portuguesa. São Paulo: Melhoramentos. 2009. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/>>. Acesso em: 24 abr. 2014.

NUNES, J. H. *Dicionários: história, leitura e produção*. Revista de Letras, v. 3, n. 1/2, dez. 2010. Disponível em: <http://portalrevistas.ucb.br/index.php/RL/article/viewFile/1981/1305>. Acesso em: 25 jun. 2014.

SAUSSURE, F. de S. *Curso de linguística geral*. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 34. ed. São Paulo: Cultrix, 2012.

WELKER, H. A. *Dicionários: uma pequena introdução à lexicografia*. 2. ed. Brasília: Thesaurus, 2004.

WHITNEY, W. D. *The life and growth of language: an outline of linguistic science*. New York: Dover Publications, 1979.

CHOMSKY, N. *Syntactic structures*. The Hague: Mouton, 1957.

_____. Lexicografia pedagógica: definições, história, peculiaridades. In: BEVILACQUA, C. R.; HUMBLÉ, Ph.; XATARA, C. M. (Org.). *Lexicografia pedagógica: pesquisas e perspectivas*. Florianópolis: UFSC/NUT, 2008, p. 9-45.

ORGANIZADORES

Ariel Novodvorski
Gisele Rosa
Lucas Chagas

ENSAIOS EM TEORIAS LINGUÍSTICAS

*Giselly de Oliveira
Lima & Guilherme
Antônio Silva*

Doutoranda e Mestrando do
Programa de Pós-Graduação
em Estudos Linguísticos da
Universidade Federal de
Uberlândia.

ORIENTADOR

Prof. Dr. José S. Magalhães

E-MAILS

gisellyrv@gmail.com

gasguiantony@gmail.com

O GERATIVISMO E O ESTRUTURALISMO NOS ESTUDOS LINGUÍSTICOS: TEORIA E OBJETOS DE ESTUDO

Giselly de Oliveira Lima

Guilherme Antônio Silva

A cientificidade nos estudos linguísticos é marcada por Saussure. O Estruturalismo linguístico influenciou, de algum modo, as correntes teóricas que o sucederam. Após o corte fundamental realizado por Ferdinand de Saussure, a Linguística passou a ter seu espaço como ciência autônoma, cujo objeto de estudo é a língua. Por meio do *Cours de Linguistique Generale*, os estudos no âmbito da linguagem tiveram maior repercussão e discussão, seja para dialogar com o estudioso ou para negar suas afirmações.

Como o próprio Saussure evidenciou, o ponto de vista faz o objeto. Com isso, diferentes propostas teóricas olharam e ainda olham para a língua(gem), enquanto objeto de estudo, por uma abordagem diferente, configurando, assim, diversas correntes teóricas em vigor atualmente. Dentro dessa perspectiva, duas correntes opõem-se, a saber, o Gerativismo e o Estruturalismo. Existe um longo percurso que liga a corrente gerativa à tradição racionalista e o Estruturalismo aos estudos diacrônicos e sincrônicos.

Diante do exposto, nossa proposta neste ensaio é apresentar a teoria de duas grandes correntes: Estruturalismo e Gerativismo; na sequência, trataremos do objeto de estudo de cada uma. Cabe salientar que as duas

correntes apresentam características dicotômicas ao lidar com o objeto de estudo, que é a língua(gem).

PROPOSTAS TEÓRICAS

Estruturalismo

Nos estudos linguísticos, é praticamente impossível tratar de língua sem se fazer referência ao Estruturalismo, escola cujo início confunde-se com o próprio surgimento da Linguística moderna. Neste texto, pretende-se abordar as características mais pertinentes ao Estruturalismo, bem como a ruptura que foi instaurada por essa corrente.

O surgimento do Estruturalismo no Brasil se deu durante os anos 1960, época em que a Linguística se firmava enquanto disciplina autônoma, e a figura do linguista ganhava espaço ao lado do gramático e do filólogo. Como toda nova tendência teórica, esse movimento se firmava, principalmente, em oposição aos estudos anteriores – de cunho historicista.

De fato, nos estudos pré-saussurianos, houve uma preocupação com a linguagem, sendo a ênfase dada à mudança histórica. Tal fato limitou a Linguística dessa época a uma análise exaustiva e descritiva dos processos de mudança da língua, e não da língua enquanto sistema.

Com o *Cours de Linguistique Generale*, obra editada postumamente por alunos do linguista suíço Ferdinand de Saussure e que se propunha a explicar as ideias desse estudioso, abre-se o caminho para uma Linguística cujo objeto de estudo é a língua como sistema autônomo. É nesse ponto que está a grande contribuição do Estruturalismo para a Linguística. A análise sincrônica proposta por Saussure e a visão da língua como sistema têm várias consequências linguísticas, como a noção de valor – ideia central para compreensão do fenômeno linguístico e que permeia as teses saussurianas de distinção entre língua e fala, forma e substância, significado e significante – e a noção de pertinência.

Com a distinção entre língua e fala, há a delimitação do objeto de estudo, do que realmente interessa ao linguista. Enquanto a fala é vista como uma realização individual da linguagem, a língua é vista como um sistema, que comporta todas as possibilidades de uso. Portanto, no sistema estão as “regras do jogo”, aquilo que deve ser relevante em detrimento das realizações linguísticas permitidas por essas regras. Percebe-se, nesse ponto, a noção de valor, uma vez que está em primeiro plano a relação das unidades do sistema entre si, e não as manifestações concretas desse sistema.

A noção de valor fica mais clara ainda no que se refere à valorização da forma em detrimento da substância. Comparando o ato de comunicação a um jogo de xadrez, Saussure afirma que, nesse jogo, pode-se substituir uma peça – com aspectos físicos típicos – por um objeto qualquer, desde que se atribua a esse objeto a função exercida pela peça anterior, pois o que importa não é o aspecto físico, mas as possibilidades de jogada que cada unidade do jogo possui.

Sendo assim, se para Saussure a língua é uma forma e não uma substância, é porque interessa ao linguista a função que cada unidade do sistema (mais uma vez as regras do jogo) possui em relação às outras unidades, não cabendo aos estudos as realizações concretas dessas unidades.

Aparece, nesse ponto, a noção de pertinência, pois, já que são o sistema e suas regras que interessam, as diferenças físicas só serão pertinentes quando provocarem alteração nesse sistema e, conseqüentemente, na relação entre as unidades. Por exemplo, na Fonologia, verifica-se que uma diferença sonora (aspecto físico) só será significativa se alterar todo o sistema de fonemas.

Resta ainda explicar a noção de valor no que se refere ao signo linguístico e a sua dupla face (significante e significado). Nesse sentido, segundo Ilari (2004, p. 63), “o que fundamenta a especificidade de cada signo linguístico não é (como na história de Adão) o fato de que ele se aplica a certos objetos do mundo, e não a outros; é a maneira como a língua coloca esse signo em contraste com todos os demais”.

O valor do signo proposto por Saussure fica mais evidente quando se analisam línguas diferentes, pois nesse caso é mais fácil perceber como a carga significativa de cada signo (todas as nuances semânticas que ele possui) é mais importante que o objeto empírico que ele designa. Desse modo, o verdadeiro valor encontra-se na relação de um signo com os outros do sistema, ou seja, nas características que cada signo possui em contraste com os demais.

Ao valorizar a relação entre as unidades do sistema, Saussure propõe uma Linguística imanentista, ou seja, deve-se considerar o sistema linguístico em si, descartando-se qualquer realização prática desse sistema e todas as possíveis interferências extralinguísticas. É sob essa ótica que deve ser analisada a relação entre significado e significante, bem como as demais teses saussurianas.

Muitas dessas ideias de Saussure não nasceram com ele, pois, já no século XIX, pode-se perceber o início da construção de uma Linguística mais imanentista, na medida em que houve a percepção do fato de que a língua muda em virtude de fatores linguísticos, e não extralinguísticos. Whitney, por exemplo, já propunha uma ciência autônoma cujo objeto de

estudo fosse a linguagem enquanto conjunto de signos arbitrários. Todavia, a explicação histórica dos fatos linguísticos ainda estava em primeiro plano.

Se é possível, então, encontrar no século XIX a “base” das teses saussurianas, o que realmente muda no século XX – e o que é a verdadeira contribuição do *Cours* para a Linguística – é a distinção entre sincronia e diacronia e, conseqüentemente, a valorização da primeira em detrimento da segunda. De fato, é do corte sincrônico, abstraído de uma linha cronológica, que nasce o Estruturalismo, uma vez que a construção da Linguística como ciência autônoma e a visão da língua como um sistema de signos arbitrários – bem como a noção de valor e todas as suas conseqüências explanadas acima – só foram possíveis após a proposição da visão sincrônica pelo linguista suíço. Assim, uma vez que se deixa de lado o cunho historicista na análise linguística, abre-se espaço para que os elementos da língua sejam vistos pela relação que possuem entre si, e não pela sua trajetória histórica.

Especificamente no Brasil, o Estruturalismo deixou rastros que contribuíram para uma visão mais positiva e científica da linguagem, embora sejam reconhecidas muitas “falhas” nessa escola, como seu caráter anti-humanista (por priorizar o sistema em relação ao homem), anti-idealista (por sua intensa objetividade) e anti-historicista (por valorizar a sincronia em detrimento da diacronia). Entretanto, apesar de os estudos saussurianos negarem as condições extralinguísticas de funcionamento da língua, não há dúvidas dos méritos e contribuições imensuráveis que o Estruturalismo trouxe à Linguística moderna, uma vez que as teorias mais recentes, embora refutem as anteriores, precisam destas para se firmarem e terem autonomia, já que, geralmente, toda descoberta pauta-se na negação ou na releitura da anterior. Além disso, para os propósitos da época, o Estruturalismo bastou-se, pois conseguiu propor uma nova visão sobre a língua, diferente da visão historicista, fazendo surgir a Linguística enquanto teoria científica autônoma – fato do qual desfrutamos até hoje.

Em suma, o Estruturalismo firmou-se sobre as ideias de Saussure, consolidando uma visão que se opunha à Linguística Histórica, na medida em que propunha um estudo imanentista da linguagem, em que a língua é tomada como objeto de estudo científico, deixando em segundo plano os estudos histórico-descritivos que fazem parte da vasta literatura do século XIX.

Gerativismo

Saussure teve um papel fundamental nos estudos linguísticos com o corte na linha do tempo, criando a sincronia. Do mesmo modo, no modelo gerativo, Noam Chomsky teve sua

importância, pois trouxe para os estudos da linguagem um objeto de estudo psicológico/mental. A Linguística gerativa surgiu nos Estados Unidos, na década de 1950, mais especificamente em 1957, com a publicação da primeira obra de Chomsky, intitulada *Estruturas sintáticas*.

Inicialmente, o Gerativismo era entendido como uma forma de resposta ao modelo behaviorista. Neste modelo, a linguagem humana era entendida como uma forma de condicionamento social, ou seja, uma resposta produzida pelo organismo humano aos estímulos recebidos pela interação social. Chomsky criticou essa visão comportamentalista da linguagem. Para ele, o ser humano é criativo no uso da linguagem, produzindo, a cada momento, frases novas e inéditas.

O objetivo da corrente gerativista é propor um modelo teórico que descreva e explique o papel da faculdade da linguagem, isto é, da característica mental que separa os seres humanos dos demais animais. Chomsky (1980, p. 9) assevera que

Uma das razões para estudar a linguagem (exatamente a razão gerativista) – e para mim, pessoalmente, a mais premente delas – é a possibilidade instigante de ver a linguagem como um “espelho do espírito”, como diz a expressão tradicional.

Com isto não quero apenas dizer que os conceitos expressados e as distinções desenvolvidas no uso normal da linguagem nos revelam os modelos do pensamento e o universo do “senso comum” construídos pela mente humana. Mais instigante ainda, pelo menos para mim, é a possibilidade de descobrir, através do estudo da linguagem, princípios abstratos que governam sua estrutura e uso, princípios que são universais por necessidade biológica e não por simples acidente histórico, e que decorrem de características mentais da espécie humana.

Na Linguística gerativa, o conceito de língua é amplo e apresenta, de acordo com Kennedy (2013, p. 29-34), os seguintes significados: a língua-E “é um fenômeno sociocultural porque é compartilhada pelos indivíduos que integram uma mesma sociedade, com suas diversas nuances, e, dessa forma, compartilham uma cultura”; a língua-I é um “conjunto de capacidades e habilidades mentais que fazem com que um indivíduo particular seja capaz de produzir e compreender um número potencialmente infinito de expressões linguísticas na língua de seu ambiente”.

O autor supracitado apresenta, ainda, a hipótese da mente uniforme, que consiste numa capacidade única e genérica que utilizamos para todas as formas de comportamento humano. Para negar essa hipótese, Kennedy (2013) cita a teoria da modularidade da mente, a qual daria suporte para a teoria inata da linguagem. Assim, a mente humana seria composta de módulos – não fixos e interativos –, e um desses módulos seria a linguagem. Não obstante, esse módulo – que se encontra na mente humana – é composto por submódulos ou micromódulos: fonológico, morfológico, sintático e pragmático. Enfim, há uma interação dinâmica entre esses submódulos,

e é exatamente nesse momento que a mente funciona na prática, na sua fisiologia. Essa fisiologia cognitiva é chamada de *processamento mental*.

Além do conceito de língua, também são abordados pelo Gerativismo os conceitos de capacidade linguística, competência linguística e desempenho. A capacidade linguística está diretamente ligada ao inatismo. A teoria defende que nos diferenciamos dos demais animais por nossa capacidade linguística, que faz parte do genoma humano. Essa capacidade, exposta a um ambiente X, daria contexto para a formação da competência, que é a capacidade de conhecer, por meio de regras finitas, uma infinidade potencial da língua-E.

A competência linguística é modular, diferente da *performance*, que não é modular. Kennedy (2013, p. 58) argumenta que “é a integração entre a nossa língua-I e essa enorme quantidade de habilidades não linguísticas que denominamos desempenho linguístico”. A *performance* ou o desempenho configura, portanto, a infinitude de possibilidades que a língua-I pode gerar. Disso, obtemos a máxima do Gerativismo: um conjunto finito de regras *gera* um número infinito de possibilidades.

Cabe destacar, ainda, a pobreza de estímulos. Trata-se de um argumento para defender que a linguagem é algo inato ao ser humano. Observa-se que as crianças aprendem a língua-E mesmo com pouco estímulo. Portanto, por meio da capacidade da linguagem, a criança aprende a língua-E por estímulos finitos e desenvolve a competência linguística. Nessa perspectiva, Chomsky pontua que o *output* é potencialmente infinito, já o *input* é considerado, pelo autor, como finito.

Nos estudos gerativistas clássicos, o falante nativo de determinada língua é considerado um “falante ideal”. Esse conceito é importante para descrever como as pesquisas se realizam, porque um falante ideal não precisa buscar por dados que estão contidos nele mesmo. Na pesquisa gerativa, aos moldes do que propôs Chomsky, o próprio falante e as deduções que este faz sobre a língua são levados em consideração e compõem o *corpus* de pesquisa.

Em suma, na observação das línguas naturais, nota-se que há elementos presentes em todas as línguas, isto é, os universais linguísticos (Gramática Universal – GU) – como aspectos fonológicos, sintáticos, semânticos, entre outros –, os quais deram base teórica à GU. A teoria gerativa defende que todo ser humano nasce pré-programado para falar, e essa pré-programação é a capacidade linguística. Além disso, existem os parâmetros, que, diferentemente dos princípios, consistem em algo particular a certa língua natural.

Objetos de estudo

Com o *Cours de Linguistique Generale*, obra editada postumamente por alunos do linguista suíço Ferdinand de Saussure e que propunha explicar ideias desse estudioso, abre-se caminho para uma Linguística cujo objeto de estudo é a língua como um sistema autônomo; há, nesse ponto, a grande contribuição do Estruturalismo para a Linguística. A análise sincrônica proposta por Saussure e a visão da língua como sistema têm várias consequências linguísticas, como a noção de valor – ideia central para compreensão do fenômeno linguístico e que permeia teses saussurianas de distinção entre língua e fala, forma e substância, significado e significante – e a noção de pertinência.

Com a distinção entre língua e fala, há a delimitação do objeto de estudo, do que realmente interessa ao linguista: enquanto a fala é vista como uma realização individual da linguagem, a língua é vista como um sistema. Portanto, é no sistema que estão as “regras do jogo”, isto é, aquilo que deve ser relevante, em detrimento das realizações linguísticas permitidas por essas regras.

Borges Neto (2004) pondera que o Gerativismo constitui um empreendimento liderado por Noam Chomsky e que a Gramática Gerativa é um programa de investigação científica, e não uma teoria linguística. Nesse sentido, o Gerativismo pode ser definido considerando-se a natureza biológica da linguagem, sendo o biológico pensado em uma concepção universal.

O Gerativismo define seu objeto de estudo como um objeto psicológico/mental. A língua configura, portanto, um sistema biológico. Desse modo, a faculdade da linguagem pode ser considerada um órgão, isto é, a linguagem é equiparada por Chomsky a um dos sistemas biológicos constituintes do corpo humano. Para ele, as pessoas falam porque tem um órgão específico da linguagem (estados da mente/cérebro). Com base nesse conceito, Chomsky postula sua teoria: o que importa não é a língua em si; a análise não mais se inicia de maneira indutiva, com base em uma série de dados coletados, como se fazia no Estruturalismo americano, e, sim, trabalha-se de maneira dedutiva. O interesse volta-se para o que pode ser encontrado “por trás da língua”, ou seja, naquilo que confere ao homem a capacidade de adquirir e aprender sua língua materna, bem como uma língua estrangeira. Percebe-se assim que o enfoque dado não é mais social, mas biológico e cognitivo.

Assim, para o modelo gerativo, a língua concretiza-se como um fenômeno mental, sendo o comportamento linguístico dos indivíduos resultado de uma capacidade genética, inata. A capacidade inata é interna ao organismo, estabelecida na mente/no cérebro do indivíduo, e

constitui a competência linguística. Por outro lado, na perspectiva estruturalista, a linguagem configura um objeto duplo, apresentando, então, um lado social, a saber, a língua, e outro individual, a fala, não podendo, pois, ser concebido um objeto sem considerar o outro.

Em suma, os conceitos de língua e fala (*langue* e *parole*), propostos por Saussure (1970), e competência e desempenho, por Chomsky, apresentam distinções fundamentais. Para Saussure, a linguagem é entendida como fruto de um meio coletivo. Contrariando essa noção, Chomsky, com base na análise da criatividade, observa a capacidade do indivíduo de produzir frases em sua língua. Desse modo, o conceito de língua para Saussure difere do conceito de competência, porque esta, assim como a língua, configura um sistema interiorizado, mas preocupa-se com as regras utilizadas pelo indivíduo para gerar enunciados da língua. Não há, então, uma preocupação com os signos internalizados. Com relação aos conceitos de fala e desempenho, para Saussure, a fala é entendida como um ato individual, sujeito à influência de fatores externos, inclusive a fatores não linguísticos. Já o desempenho (*performance*) consiste no uso do conhecimento que o indivíduo possui da gramática de sua língua.

Considerações finais

Um estudo comparativo acerca dos objetos de estudo do Estruturalismo, com raiz europeia, e do Gerativismo, com raiz americana, remete-nos a um objeto de estudo marcado por enfoques diferentes. Assim, o Estruturalismo tem como objeto de estudo a língua, entendida como uma totalidade organizada, e, no Gerativismo, o objeto caracteriza-se por não ser uma realidade linguística; trata-se de um objeto mental. Portanto, nos estudos linguísticos do século XX, é possível identificar perspectivas diferentes para estudar a linguagem, as quais diferem, entre outros aspectos, no modo de ver a língua(gem).

REFERÊNCIAS

- BORGES NETO, J. O Empreendimento gerativo. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Org.). *Introdução à lingüística*. São Paulo: Cortez, 2004. p. 93-129.
- ILARI, R. O estruturalismo lingüístico: alguns caminhos In: MUSSALIM, F. BENTES, A. C. (Org.). *Introdução à lingüística*. São Paulo: Cortez, 2004. p. 53-92.
- CHOMSKY, N. *Estruturas sintáticas*. São Paulo: Vozes, 2015.
- CHOMSKY, N. *Reflexões sobre a linguagem*. São Paulo: Cultrix, 1980.
- KENNEDY, E. *Curso básico de linguística gerativa*. São Paulo: Contexto, 2013.

ORGANIZADORES

Ariel Novodvorski
Gisele Rosa
Lucas Chagas

ENSAIOS
EM TEORIAS LINGÜÍSTICAS

*Flávia Santos da
Silva*

Mestranda do Programa de
Pós-Graduação em Estudos
Linguísticos da Universidade
Federal de Uberlândia.

ORIENTADORA

Profa. Dra. Cármen Lúcia
Hernandes Agustini

E-MAIL

flviasantosbr@hotmail.com

DA RELAÇÃO E DO ATOMISMO NO ESTRUTURALISMO

Flávia Santos da Silva

O aumento de estudos linguísticos e de sua diversidade leva a discussões de ordem metódica, que podem ser consideradas como um “prelúdio de uma visão que englobaria finalmente todas as ciências do homem”³⁰, porque a Linguística, tendo como objeto de estudo a língua, estaria no centro de todas as ciências do homem.

Esta revisão toca, pois, o foro íntimo da Linguística: seu estatuto de ciência, relacionado com a sua formalização, que está por considerar a língua em si mesma e por si mesma. Correntes teóricas completamente divergentes convergiam nesse ponto, encontrando-se, portanto, em três questões fundamentais: (i) qual o objeto da Linguística; (ii) como descrever esse objeto; e (iii) qual a relação da forma com o sentido. A primeira está para a definição da ciência linguística, a segunda, para a técnica linguística e a terceira, para o problema da significação.

Sendo o Estruturalismo uma das correntes teóricas vigentes no século XX, percebemos que essa escola estava longe de ser homogênea. Aquilo que postulavam Saussure e Benveniste era em muitos pontos discordante das ideias de Bloomfield e Hjelmslev, ainda que os quatro tivessem por intuito estudar a língua por si mesma. Um dos pontos

³⁰ Benveniste, 1966, p. 5. Tradução nossa: “prélude d’une révision qui engloberait finalement toutes les sciences de l’homme”.

discordantes era a noção de estrutura: os dois primeiros seguiram os passos dados por Meillet, pensando essa noção com base no conceito de relação; nos dois últimos, porém, ainda havia um ranço da Linguística Histórica do século XIX, o que fazia com que essa noção fosse pensada com base no atomismo linguístico.

A esse respeito, Benveniste (2002, p. 9) afirma que “a expressão linguística estrutural recebe interpretações diferentes, diferentes o suficiente para que as operações que decorrem delas não tenham o mesmo sentido”³¹. Por conseguinte, temos a hipótese de que ao Estruturalismo não se deva atribuir, automaticamente, o atomismo e suas consequências, uma vez que na mesma escola havia linguistas caminhando por veredas completamente à contramão dele.

Como muitos aspectos poderiam ser analisados nessa temática, temos o objetivo principal de pensar a divergência partindo da convergência, ou melhor, faremos uma análise de apenas um ponto em que as duas correntes divergem, a noção de estrutura, partindo do ponto em que convergem, o analisar a língua por si mesma. Consequentemente, temos o objetivo específico de analisar quais seriam as consequências teóricas e práticas de se pensar a estrutura por meio da relação e do atomismo.

Do atomismo

Segundo Benveniste (1969, p. 19), na sua primeira fase a Linguística era a Filosofia da Linguagem; na segunda fase, a Linguística resumia-se à Linguística Histórica, que estudava a evolução das línguas; e, na terceira fase, com Saussure, tem-se, o que, na época de Benveniste, década de 1960, podia-se chamar de “Linguística de hoje”.³²

Na Antiguidade, com o diálogo *Crátilo*, de Platão, no século IV a.C., começou a discussão milenar sobre se a língua é forma ou substância. Houve, então, o estabelecimento importante de duas correntes teóricas contrárias: a dos analogistas, pregando que a língua é natural, e que, portanto, a relação entre língua e mundo é lógica e regular, e a dos anomalistas, asseverando que a língua é uma convenção, portanto possui irregularidades.³³

No século XIX, a Linguística Histórica consistia em colocar a história como princípio necessário e a sucessividade como causa dessa história. Com isso, isolavam-se os elementos de uma língua para se encontrar as leis que revelassem sua evolução. Consequentemente, a

³¹ Tradução nossa: “l’expression de linguistique structurale en reçoit des interprétations différentes, assez différentes en tout cas pour que les opérations qui en découlent n’aient pas le même sens”.

³² Cf. Benveniste, 1964, p. 20.

³³ Cf. Bloomfield, 1979, p. 4.

gramática de uma língua era apenas um quadro da origem de cada um dos seus elementos. A esse respeito, Bloomfield (1979, p. 15) afirma que:

Em 1833, Bopp começou a publicação de um tratado exaustivo, uma gramática comparativa de línguas indo-europeias. De 1833 a 1836, apareceu a primeira edição de *Etymological Investigations* de August Friedrich Pott (1802-1887). O termo *etimologia*, aqui e em todas as discussões modernas, tomou um sentido preciso: a etimologia de uma forma linguística é simplesmente sua história e é obtida por encontrar-se as formas mais antigas na mesma língua e as formas em línguas relacionadas que sejam variantes divergentes da mesma forma aparentada.³⁴

Aqui vemos que se partia de uma forma linguística para que dela se encontrassem suas formas mais antigas, as quais levassem a descobrir com que línguas era aparentada, até se chegar a uma língua comum entre elas. Nisso trabalha a teoria evolucionista, que via no tempo um fator de evolução que atomizava a língua e mecanizava a história.

O atomismo tem, pois, na Linguística, quatro características principais:³⁵ (i) a história é necessária; (ii) a sucessão de fatos linguísticos explica essa história; (iii) estudam-se as *disiecta membra* da língua, ou seja, analisa-se a forma isoladamente; (iv) cada uma dessas *disiecta membra* tem suas leis evolutivas próprias.

Assim, a teoria evolucionista inspirou os seguidores de Bloomfield, que descreviam o agenciamento dos fatos linguísticos de maneira a verificar as variações e as substituições possíveis de cada um de seus elementos.³⁶ Por exemplo, em *Language*, Bloomfield define forma complexa como a forma linguística que possui semelhança fonético-semântica parcial com outra forma linguística, sendo que a parte comum entre as duas seria um constituinte ou componente:

O constituinte é dito estar *contido na* (ou *incluído em* ou *que entra em*) forma complexa. Se uma forma complexa, além da base comum, contiver um remanescente, tal como *cran-* em *cranberry*, que não ocorre em nenhuma outra forma complexa, esse remanescente também é uma forma linguística. As formas constituintes em nossos exemplos acima são: *John, ran, Bill, fell, play, dance, black, berry, straw, flower, cran-* (constituinte excepcional de *cranberry*), *-y* (forma presa em *Johnny, Billy*), *-ing* (forma presa em *playing, dancing*). Em qualquer forma complexa, diz-se que cada constituinte acompanha outros constituintes (Bloomfield, 1979, p. 161).³⁷

³⁴ Tradução nossa: “In 1833, Bopp began the publication of a comprehensive treatise, a comparative grammar of the Indo-European languages. In the years 1833 to 1836 there appeared the first edition of the *Etymological Investigations* of August Friedrich Pott (1802-1887). The term *etymology*, here as in all modern discussions, has taken on a precise meaning: the etymology of a speech-form is simply its history, and is obtained by finding the older forms in the same language and the forms in related languages which are divergent variants of the same parent form”.

³⁵ Cf. Benveniste, 1966, p. 4.

³⁶ Cf. *Ibid.*, p. 9.

³⁷ Tradução nossa: “The constituent is said to be *contained in* (or to be *included in* or to *enter into*) the complex form. If a complex form, beside the common part, contains a remainder, such as the *cran-* in *cranberry*, which does not occur in any other complex form, this remainder also is a linguistic form. The constituent forms in our examples above are: *John, ran, Bill, fell, play, dance, black, berry, straw, flower, cran-* (unique constituent in *cranberry*), *-y* (bound-form constituent in *Johnny, Billy*), *-*

Nesse excerto, vemos que, estando o constituinte sempre acompanhado de outros constituintes em uma forma complexa, é possível fazer uma distribuição para saber quais são os constituintes comuns entre formas complexas. Assim sendo, em *John ran* e *Bill ran*, o constituinte comum é *ran*; em *Jonny* e *Billy*, o constituinte comum é *-y*; em *playing* e *dancing*, o constituinte comum é *-ing*. Agora, em *cranberry*, *cran-* é um constituinte único, já que ele não aparece em nenhuma outra forma complexa. Dessa maneira, analisam-se as relações entre as formas linguísticas por se distribuir suas variações e substituições possíveis. Outra possibilidade seria distribuir as formas para compreender seu desenvolvimento semântico:

Em latim, a palavra *fallit* significa “ele, ela engana”. Passando a significar “it fails”, essa expressão começou a ter, no francês medieval, o sentido de “está faltando”, e disso, desenvolveu-se em francês o uso de *il faut*, “é necessário”. É pouco provável que esse desenvolvimento altamente especializado do sentido tenha ocorrido de forma independente em mais de um lugar; a prevalência da locução moderna na maior parte da área francesa deve-se, provavelmente, à propagação a partir de um centro, possivelmente Paris. (Bloomfield, 1979, p. 335).³⁸

Aí vemos a noção de que, partindo de uma língua mais antiga, um sentido pode se desenvolver em uma língua derivada dela. Haveria, pois, uma sucessão em uma forma isolada que ajudaria a compreender o desenvolvimento do sentido, o que a história ajudaria a compreender.

Implicando o atomismo a análise das *disiecta membra* e sua sucessão evolutiva ao longo da história, no século XX o fator analógico acabou por revelar que essa sucessividade pode ter sua regularidade turvada. E isso tudo já estava na obra de Meillet no final do século XIX:

Reconhecemos princípios de outra natureza, como o fator analógico, que pode perturbar a regularidade da evolução. Mas, na prática, a gramática de uma língua consistia em uma tabela da origem de cada som e de cada forma. Isso foi consequência ao mesmo tempo da inspiração evolucionista, que influenciou todas as disciplinas, e das condições em que a Linguística nasceu. (Benveniste, 2002, p. 5).³⁹

ing (bound-form constituent in *playing*, *dancing*). In any complex form, each constituent is said to accompany the other constituents”.

³⁸ Tradução nossa: “In Latin, the word *fallit* meant ‘he, she, it deceive’. By way of a meaning ‘it fails’, this word came to mean, in medieval French, ‘it is lacking’, and from this there has developed the modern French use of *il faut* [ifo] ‘it is necessary; one must’. This highly specialized development of meaning can hardly have occurred independently in more than one place; the prevalence of the modern locution in the greater part of the French area must be due to spread from a center, presumably Paris”.

³⁹ Tradução nossa: “On reconnaissait bien des principes de tout autre nature, comme le facteur analogique, qui peut troubler la régularité de l’évolution. Mais, dans la pratique, la grammaire d’une langue consistait en un tableau de l’origine de chaque son et de chaque forme. C’était la conséquence à la fois de l’inspiration évolutionniste qui pénétrait alors toutes les disciplines et des conditions où la linguistique était née”.

Assim sendo, após Meillet, alguns linguistas pararam com a busca da origem absoluta das línguas, de dar às propriedades de uma língua particular um caráter universal, portanto, de buscar incessantemente uma regularidade na sucessão das formas linguísticas. Isso pode ser notado no fato de o indo-europeu ter deixado de ser a “norma”, no sentido de não mais se cair na tentação de se tirar propriedades universais das particularidades de uma língua mais antiga.

Além do mais, as línguas ágrafas deixaram de ser consideradas inferiores com relação às línguas escritas e passaram a receber a mesma atenção nas análises linguísticas. Deixou-se de acreditar que a “evolução” das línguas depende de níveis de cultura, ou seja, que considerar uma língua mais evoluída que outra implica, necessariamente, em considerar uma cultura mais evoluída que outra. Como isso não existe, todas as línguas, inclusive as ágrafas, passaram a receber a atenção dos linguistas.

Da relação

Tendo as línguas ameríndias recebido seu espaço na Linguística, elas passaram a ser desafio para a análise linguística tradicional. Com isso, os procedimentos de descrição tiveram que ser renovados; as categorias morfológicas a que se tinha acesso até então mostraram-se limitadas, e as categorias mentais mostraram-se estreitamente relacionadas com as categorias linguísticas – “nous pensons un univers que notre langue a d’abord modelé”⁴⁰ –, ou seja, o pensamento é moldado pela língua, no sentido de que ele só simboliza o que existe no mundo por meio da língua.

Com isso, vemos que antes mesmo de Saussure a Linguística havia feito um avanço muito grande no sentido de abandonar as noções de origem e de universalidade de propriedades particulares. Depois de Saussure, pôde-se deixar a noção de atomização de lado para trabalhar com outros conceitos:

A novidade do ponto de vista saussuriano, um dos que atuaram mais profundamente, foi tomar consciência de que a linguagem em si mesma não comporta nenhuma dimensão histórica, que ela é sincronia e estrutura e que funciona apenas em virtude de sua natureza simbólica. (Benveniste, 2002, p. 4).⁴¹

⁴⁰ Benveniste, 1966, p. 6. Tradução nossa: “pensamos um universo que nossa língua modelou primeiramente”.

⁴¹ (12) Tradução nossa: “La nouveauté du point de vue saussurien, un de ceux qui ont le plus profondément agi, a été de prendre conscience que le langage en lui-même ne comporte aucune dimension historique, qu’il est synchronie et structure, et qu’il ne fonctionne qu’en vertu de sa nature symbolique”.

Com Saussure, o fato de a língua deixar de ser vista com uma dimensão histórica tem conseqüências importantes. Em primeiro lugar, o tempo não é mais visto como fator para as mudanças linguísticas (ele é apenas seu entorno); ao contrário, considera-se a analogia como fator das mudanças linguísticas. Em segundo lugar, não se pode mais falar em evolução de estados progressivos, ou seja, que se parte de um estado e evolui-se para um melhor; fala-se de diacronia, de estados sucessivos, de sucessão de sincronias, ou seja, uma sincronia sucede outra, engendrando agenciamentos diferentes, o que não significa que sejam melhores. Consequentemente, não se fala mais em desenvolvimento ou evolução, mas em mudança linguística. Dessa forma,

Nada entra na língua sem ter sido testado na fala, e todos os fenômenos evolutivos têm sua raiz na esfera do indivíduo. Esse princípio [...] aplica-se particularmente às inovações analógicas. Antes de *honor* tornar-se uma concorrente suscetível de substituir *honos*, foi necessário que um primeiro sujeito o improvisasse, que outros o imitassem repetindo-o, até que ele fosse imposto ao uso. (Saussure, 1964, p. 231).⁴²

Sendo a analogia um modelo de imitação regular,⁴³ um locutor, tendo feito (inconscientemente) uma comparação com um paradigma gramatical, apropria-se deste e aplica-o a uma forma que não pertence a ele, criando uma nova forma. Os locutores que o cercam, se começarem a usar essa nova forma, farão com que ela prevaleça com relação à antiga. Consequentemente, a língua não muda por ser um organismo vivo que tem a possibilidade de se desenvolver independentemente de seus locutores e de maneira regular e constante, mas porque um locutor aplica um paradigma gramatical já existente a uma forma que não pertencia a esse paradigma, de modo que o tempo não faz com que as formas da língua se sucedam umas às outras regularmente. A analogia está na fala, ou seja, no subjetivo – que é irregular e inconstante – e só entra na língua – social e regular – se outros locutores se apropriarem dela.

Aqui há, pois, duas concepções-chave: a de sistema, conjunto (não dado de antemão) dos elementos-base de uma língua, e a de estrutura, relações possíveis desses elementos em um nível específico. Consequentemente, esses elementos são entidades relativas e opositivas, porque só se constituem na e pela relação que engendram dentro de uma estrutura: “elaboramos assim uma teoria da língua como sistema de signos e como agenciamento de unidades hierarquizadas”.⁴⁴

⁴² (13) Tradução nossa: “Rien n’entre dans la langue sans avoir été essayé dans la parole, et tous les phénomènes évolutifs ont leur racine dans la sphère de l’individu. Ce principe, [...] s’applique tout particulièrement aux innovations analogiques. Avant que *honor* devienne un concurrent susceptible de remplacer *honos*, il a fallu qu’un premier sujet l’improvise, que d’autres l’imitent et le répètent, jusqu’à ce qu’il s’impose à l’usage”.

⁴³ (14) Cf. Saussure, 1964, p. 220.

⁴⁴ Benveniste, 1966, p. 21. Tradução nossa: “on élabore ainsi une théorie de la langue comme système de signes et comme agencement d’unités hiérarchisées”. Ibid., p. 22.

Isso, entretanto, não significa tratar de questões que se afastam da realidade: essas questões são as mais concretas possíveis.

Por esse motivo, percebe-se que a noção de Estruturalismo contrapõe-se à de atomismo, que considera “cada elemento em si e procura a causa disso em um estado mais antigo”,⁴⁵ sendo que uma noção não implica a outra. O Estruturalismo implica, necessariamente, relações. A estrutura formal da língua, ou seja, sua forma, possui dois planos: o sintagmático, a relação de sucessão dos elementos na cadeia falada, e o paradigmático, a relação de substituição desses elementos em níveis formais.

A noção de estrutura implica, segundo Benveniste (2002, p. 23), as noções de: (i) unidade de globalidade das partes, ou seja, tudo significa em função do todo; (ii) arranjo formal; (iii) função de suas partes constituintes; e (iv) nível linguístico, cujas unidades discretas são lexemas, que designam noções, morfemas, que designam classes, fonemas, que designam distinções não significantes, e merismas, que designam traços dos fonemas.

Com isso, a língua possui um caráter descontínuo, uma vez que ela se caracteriza mais pela distinção de seus níveis (forma) que pela expressão (sentido). O fato de as partes significarem em função do todo implica as noções de dependência e solidariedade, o que permite a comunicação:

Estando a língua organizada sistematicamente e funcionando segundo as regras de um código, aquele que fala pode, com um número muito pequeno de elementos de base, constituir signos, depois grupos de signos e, finalmente, uma variedade indefinida de enunciados, todos identificáveis por aqueles que os percebem, já que o sistema mesmo está depositado nele. (Benveniste, 2002, p. 23).⁴⁶
Considerações finais

Ao contrário do que Benveniste (2002, p. 4) afirmou, teorias independentes e contemporâneas podem ter divergências. Não seguindo a história da ciência uma linha de pensamento linear e homogênea, vemos que, depois de Meillet, não se abandonou completamente a noção de atomismo.

No Estruturalismo europeu, Saussure forneceu as bases para se pensar a noção de estrutura partindo da relação; no Estruturalismo americano, Bloomfield pensava essa noção partindo do atomismo. Consequentemente, aquilo que Benveniste chamou de “linguística de hoje”, que seria o Estruturalismo daquela época, não foi homogêneo, e ainda não o é até hoje. O

⁴⁵ Tradução nossa: “de considérer chaque élément en soi et d’en chercher la ‘cause’ dans un état plus ancien”.

⁴⁶ (17) Tradução nossa: “La langue étant organisée systématiquement et fonctionnant selon les règles d’un code, celui qui parle peut, à partir d’un très petit nombre d’éléments de base, constituer des signes, puis des groupes de signes et finalement une variété indéfinie d’énoncés, tous identifiables pour celui qui les perçoit puisque le même système est déposé en lui”.

Estruturalismo continua vigente, entretanto, hoje conseguimos ver, mais claramente, que estrutura implica relação.

REFERÊNCIAS

BENVENISTE, E. *Problèmes de linguistique générale*. Saint-Amand: Éditions Gallimard, 2002, v. 1.

BLOOMFIELD, L. *Language*. London: George Allen & Unwin, 1979.

SAUSSURE, F. *Cours de linguistique générale*. Paris, Payot: 1964.

ORGANIZADORES

Ariel Novodvorski
Gisele Rosa
Lucas Chagas

ENSAIOS
EM TEORIAS LINGÜÍSTICAS



*Neubiana Silva
Veloso Beike*

Mestranda do Programa de
Pós-Graduação em Estudos
Linguísticos da Universidade
Federal de Uberlândia.

ORIENTADOR

Prof. Dr. Guilherme Fromm
E-MAIL
neubeilke@hotmail.com

CIÊNCIA DA FALA E ARBITRARIEDADE PERCEPTIVA DOS SONS

Neubiana Silva Veloso Beilke

Ao leitor, enfim, deixamos o convite para que, inspirado em Saussure, não deixe de criar pontos de vista sobre a língua (Fiorin et al., 2013, p. 19).

A epígrafe acima é nosso ponto de partida, visto que um ensaio constitui um espaço de liberdade para expor ideias, reflexões e pontos de vista. O texto que se desenvolverá nas páginas seguintes trata justamente das percepções e impressões que surgem na cabeça de uma estudante de Linguística no decorrer das diversas leituras teóricas propostas em sala de aula. Todas as leituras que realizamos foram inspiradoras e compostas de elementos proveitosos para nossa formação, não só a acadêmica, mas intelectual, pois assim formulamos nossas próprias concepções e posicionamentos, sempre os relacionando com os fatos linguísticos com que temos contato em nosso cotidiano e com a pesquisa que estamos desenvolvendo.

Saussure (1969) nos relatou a necessidade de desenvolvimento do estudo da língua como ciência e diferenciou língua e fala, destacando que uma ciência da fala também deveria se desenvolver. A ciência da língua desenvolveu-se – ele mesmo sintetizou a vindoura ciência linguística –, mas, para Labov (2008), a ciência da fala não se teria desenvolvido. Porém, hoje os estudos linguísticos e dialetológicos muito se debruçam em análises da língua falada, ao coletarem e estudarem atos concretos da fala. No

entanto, devemos observar que, em alguns momentos, Saussure se refere à fala em sua obra tratando do aspecto individual da língua, com a qual ele opta por trabalhar enquanto um sistema de aspecto social; já a fala é abordada como realização do código linguístico.

Nosso interesse reside na fala de Saussure sobre a arbitrariedade do signo e da relação pensamento-som. Dentro disso, gostaríamos de discorrer acerca do que chamamos, por ora, de arbitrariedade do som, dos fonemas que se ligam às palavras, mas que são interpretados de diferentes maneiras pelas diferentes línguas e formas escritas. Acaso residiria aí também um tipo de arbitrariedade?

Então, propomo-nos a refletir um pouco sobre esse ponto, mas sem grandes pretensões, somente apontando questões que a disciplina de Teorias Linguísticas inspirou-nos a pensar e que perpassam nossa mente no momento.

A ciência da fala, apontada por Saussure, realmente nunca teria se desenvolvido? Quais caminhos o estudo da fala tem tomado hoje? Quais análises são possíveis por meio do trabalho com a língua falada e quais desafios apresentam? Desenvolverei essas questões com base em Ferdinand de Saussure, no diálogo com William Labov, entre outros autores.

Quanto à arbitrariedade do signo, Saussure, em seu *Curso de Linguística Geral* (1969), expõe que a escolha de se adotar uma porção acústica para uma ideia é totalmente arbitrária, pois, do contrário, o valor teria algo imposto de fora; como o signo é relativo, o vínculo entre a ideia e o som é radicalmente arbitrário. A arbitrariedade do signo refere-se ao caráter imotivado do som, com o qual não tem “nenhum laço natural na realidade” (Saussure, 1969, p. 83).

Na definição que Saussure apresenta para arbitrariedade do signo, não existe nenhuma relação lógica que explique ou motive de fato a ligação entre determinado significante e um significado específico. O valor muda conforme o restante da oração, ou seja, os elementos aos quais o signo associa-se influem no valor que ele tem dentro da oração e da situação comunicativa.

As leituras e pesquisas com as quais nos envolvemos ligam-se intimamente às reflexões que fazemos. Ao pressupor-se a percepção de questões que se referem a uma variedade de fala de origem germânica – que atualmente sobrevive no Brasil e vem se transformando em contato com o português e se distanciando de seu local de origem –, somos influenciados a pensar em questões teóricas e metodológicas a respeito do estudo linguístico de tais variedades.

Quando as variedades linguísticas são ágrafas ou semiágrafas e só podem ser estudadas tendo como fonte a oralidade, como é o caso do pomerano no Brasil, que ainda não possui

padrão oficial de escrita, os atos concretos de fala nem por isso deixam de fornecer riquíssimo material para pesquisas e análises da mudança, da variação, dos deslocamentos e contatos linguísticos.

Ao pesquisar e transcrever vídeos de áudio e coletar fontes já transcritas e/ou transliteradas do pomerano no Brasil, deparamo-nos com uma considerável variedade de formas para o léxico em questão. Esse fato levou-nos a pensar o quanto a língua(gem) traduz uma forma de ver o mundo, pois as pessoas percebem os sons da língua e os representam de acordo com o conhecimento e o entendimento que têm de sua cultura e das culturas que as influenciam.

As diversas variações das representações dos sons – como, por exemplo, do que decidimos chamar de *Brasilianische-Pommersch*, ou a variedade brasileira do pomerano – não impedem que a comunicação se realize de forma produtiva entre os membros das comunidades pomeranas; a sua fala é ativa e sua comunicação eficiente.

Essa materialidade linguística instiga-nos a pensar se tantos estudos similares que vêm sendo realizados no Brasil e no mundo não seriam testemunho de que a ciência da fala estaria sendo realizada, da qual Saussure falou e sugeriu precisar ser desenvolvida um dia:

A atividade de quem fala deve ser estudada num conjunto de disciplinas que somente por sua relação com a língua têm lugar na Linguística. [...] Pode-se falar numa Linguística da fala, mas sem confundi-la com a Linguística propriamente dita, cujo único objeto é a língua (Saussure, 1969, p. 27-28).

Hoje, existem muitos estudos dialetológicos com gravações de atos reais e concretos de fala, e as entrevistas com sujeitos de diversas etnias, em suas “formas de eventos de fala” (Labov, 2008, p. 216), levam-nos a questionar se esses estudos, que, aliás, realizam um trabalho descritivo, e não prescritivo, não permitiriam, assim, que desenvolvêssemos no âmbito acadêmico o estudo científico dos falares? Poderíamos citar, por exemplo, a publicação da gramática do português falado do Brasil.

É claro que há muito ainda que se refletir e teorizar sobre o assunto e muitos meios para se descobrir e ampliar nesse tipo de estudo para desenvolver metodologias. Mas esse não é justamente o processo de construção de uma ciência? Essas definições não se realizariam em seu caminho de elaboração? Não estaríamos esboçando um saber científico sobre a fala nessa trajetória de produção de conhecimento por meio das pesquisas com os diversos falares?

Quanto ao problema das diferenças fônicas com que lidamos no trabalho com a língua concreta, com a fala em sua realização e com a necessidade de distinguir esses sons, lembramos o que Saussure afirma sobre isso ao colocar que o significante linguístico “não é em sua essência

fônico, mas incorpóreo, constituído unicamente pelas diferenças que separam sua imagem acústica de todas as outras. O que se aplica também aos fonemas, que são entidades opositivas, relativas e negativas” (Saussure, 1969, p. 138).

Para chegar ao ponto almejado, decidimos primeiro exemplificar. Vejamos um exemplo:

O verbete *Hâgel*, do *Pommersch* (Pomerano – às vezes considerado também como o *Plattdüütsch*, o baixo-alemão), conforme proposta de escrita de Tressmann (2006) e transcrição fonética: *Hâgel* [hɔːxəl] (IPA apud Tressmann, 2006, p. VI-VII).

Esse verbete poderia ser escrito na língua tanto como *Hâgel* como *hóhal* (Silva, 2012), *Hóóchell*, *Hochel*, *Hórrel*, *Rórrel*, visto que o *H* (“agá”) aspirado e os sons guturais que existem no alemão não existem no português. Mas essa variedade é falada aqui no Brasil, e seus sons tendem a ser interpretados de forma diferente por um falante de pomerano que não foi alfabetizado na escrita do *düütsch* e somente conhece a escrita da língua portuguesa. Então, esse falante-ouvinte interpretará o verbete de uma determinada forma, por exemplo, com som de *H* mudo. Esse sujeito poderia também tender a representá-lo com *r*, a menos que saiba do “vínculo” convencionalizado entre o *H* e o som que ele desempenha nas línguas germânicas, como é o caso do pomerano, mas nem sempre possuem esse conhecimento.

Na mesma lexia, podemos notar que o *g*, que em alemão padrão soa como o nosso *g* de gato, por vezes quase um *k*, no pomerano já desempenha um som de *ch* gutural, cujo som exato não existe no português; o som mais próximo seria o dos dois *rr* de carroça. O som do *g* como gutural só acontece no pomerano se precedido de *a-ablaut*: *â*, como é o caso de *Hâgel*, *Nâgel*, *Vâgel*, *Waidâg* etc.

No pomerano existem ainda casos em que o *g* no início de frases, como em *Geld*, desempenha o som do *j* em alemão, que é o som do *y* em inglês e o som do *i* em português. Além disso, no verbete *Hâgel* acima mencionado, como na maioria dos itens lexicais do pomerano, o *L* é forte e sobe o céu da boca, diferentemente do português, que o pronuncia com o som da vogal *u*.

Desse modo, tentamos exemplificar o quanto as formas de representação dos sons por escrito são arbitrárias. Inúmeros exemplos e tentativas de análises poderiam ser aqui conjecturadas sobre essas questões da relação som e forma escrita e a fragilidade da ligação entre eles, mas não vamos nos deter em mais exemplos.

Essas reflexões sobre quantas letras poder-se-iam atribuir a determinados sons, de quantas maneiras diferentes o pomerano e qualquer outra língua ou dialeto poderiam ser escritos e interpretados fazem-nos pensar o quanto também é controversa, frágil e complexa a relação

que as diversas línguas estabelecem entre o som falado e a representação escrita que convencionam para determinados sons. Por isso, talvez não sejam só as relações significante/significado, conceito/imagem acústica e pensamento/som que sejam arbitrárias, mas também o vínculo que relaciona som/escrita parece não ter motivação intrínseca, e sim convenção dos suportes mecânicos que damos para a nossa memória ao registrar e documentar na escrita tais formas sonoras. O próprio Saussure fala em “princípio de hábito coletivo e/ou convenção” (Saussure, 1969, p. 82).

Ele afirma também que “muitas vezes é a regra que obriga a empregar um signo e não seu valor intrínseco”⁴⁷. Não seria exatamente isso que ocorre a nível fonético-fonológico? O que nos obriga a utilizar uma forma escrita para determinado som não seria uma regra exterior, e não o som em si? Como representá-lo adequadamente? De quantas formas diferentes as diversas línguas representam por escrito os mesmos sons que nossos ouvidos percebem?

Sabemos que existe o alfabeto fonético internacional, IPA – *International Phonetic Alphabet*, mas este também não deixa de ser uma convenção e só faz sentido para aqueles que dominam seu código, que sabem utilizá-lo e interpretá-lo corretamente.

A própria escrita é outro sistema de signos. Em algumas línguas, se comparada com a língua falada, a forma escrita pode parecer tão distante que para nós poderia constituir uma outra língua. Saussure (1969, p. 138-139) diz que os signos da escrita são arbitrários e exemplifica que nenhuma relação existe entre a letra t e o som que ela designa. Ele fala também que o valor das letras é puramente negativo e diferencial e que uma mesma pessoa pode escrever o t de variadas formas sem alterar seu som original. O autor também fala que os valores da escrita só funcionam pela oposição recíproca dentro de um sistema definido. Então, ele afirma aquilo que concluímos: o signo gráfico é arbitrário, mas a forma da escrita não altera sua significação.

Nesse sentido, Saussure (1969, p. 131) questiona se “os sons por si só ofereceriam entidades circunscritas de antemão” e responde que “a substância fônica não é um molde a cujas formas o pensamento deve acomodar-se, mas uma matéria plástica que se divide em partes distintas, para fornecer os significantes dos quais o pensamento tem necessidade. [...] Não há nem materialização do pensamento e nem espiritualização dos sons”⁴⁸, mas “pensamento-som”, não sendo possível isolar um do outro.

Seguindo essa linha de raciocínio, essa questão fica ainda mais clara quando voltamos ao que Saussure havia dito anteriormente: à “separação da fonação e da língua se opõem as transformações fonéticas, as alterações de sons que se produzem na fala e que exercem

⁴⁷ Id., 1969, p. 82.

⁴⁸ Id., p. 131.

influência tão profunda nos destinos da própria língua” (Saussure, 1969, p. 26). Tendo isso em vista, poderíamos afirmar que língua e fala não só estão interligadas, mas modificam-se mutuamente no processo de transformação pelo qual passam ao longo do tempo-espaço, inclusive no nível fonético.

Por ora, deixemos essa reflexão no ar para tratar de noções básicas antes de irmos adiante, pois esse ambiente mental, linguístico e contextual de pensar língua e fala, com base em experiências com a fala em sua realização, leva-nos a retomar noções básicas e fundamentais. Então, propomos um breve retorno aos conceitos de língua e fala de Ferdinand de Saussure presentes no *Curso de Linguística Geral*.

Ao tratar das relações – aspectos, proximidades e distanciamentos – entre língua e fala, Saussure (1969, p. 26) afirma que a língua é distinta da fala; é um sistema de signos homogêneo em que só é essencial a união do sentido e da imagem acústica, ambas partes psíquicas. Para ele a língua é um objeto de natureza concreta, um conjunto de signos associados e confirmados pelo consentimento coletivo.

Nesse sentido, os signos da língua são tangíveis, porque ela pode ser representada e fixada em imagens convencionais, mas não se pode dizer o mesmo dos atos da fala. Assim, surge a questão: como poderíamos associar uma ideia a uma imagem verbal sem um ato de fala? É então que Saussure afirma haver uma interdependência entre língua e fala: “a língua é instrumento e produto da fala ao mesmo tempo”⁴⁹.

No ano de 384 a.C., Aristóteles teria argumentado que “os signos escritos representam os signos falados” (Weedwood, 2012). Mas, até que ponto os signos escritos realmente representam os signos falados? Eles, de fato, convencionam uma determinada representação que construímos, mas os signos escritos não são os signos falados, não são sua fiel representação.

Barbara Weedwood nos informa que “o etimologista deve levar em consideração a identidade do significado, a forma gráfica (*figure*) – que pode ser um auxiliar valioso quando a pronúncia sofre mudança rápida – e o som” (Weedwood, 2012). Porém, a forma gráfica auxiliaria apenas na medida em que conseguisse representar o som e, ainda assim, dependeria da interpretação dada pela comunidade linguística que a lê e pronuncia. Portanto, essa *figure* depende muito da forma como é representada e identificada e por quem isso é feito. A identidade estaria nessa relação, entre forma gráfica e som? Ou na convenção que se faz dela de coletividade para coletividade? A relação entre forma gráfica e som é arbitrária? Ou, ao

⁴⁹ Id., 1969, p. 27

contrário, é extremamente convencionada pelos grupos linguísticos que atribuem determinada forma gráfica para um som específico que desejem representar na forma escrita?

Silveira (2013), ao tratar da fala, diz que seu estudo também teria sido um centro de preocupação de Saussure, relacionado tanto à língua quanto a outros conceitos. Aqui, estaria Silveira dizendo que as interpretações teóricas de Saussure sobre a língua também se aplicariam à fala? É nesse ponto que pretendemos chegar; na possibilidade de afirmar que a arbitrariedade não seria só do signo linguístico, mas que algum tipo de arbitrariedade residiria entre a fala e os signos linguísticos grafados pelas formas escritas.

Quanto à utilização dos processos de fala e sua relação com a escrita, cabe considerar a abordagem e as reflexões de Willian Labov. Ele fez uma opção por trabalhar com a língua em uso. Labov (2008) avalia os aspectos da língua em atos concretos de fala na realização da interlocução humana.

Saussure apresenta a língua como um fato social, que é compartilhado por todos os membros de uma comunidade linguística. Embora Labov também considere o aspecto social, ele pensa a língua conforme seu funcionamento em situações de uso reais, e não na sua abstração.

Em *Padrões sociolinguísticos*, há uma percepção de que o conhecimento na Linguística tem que ser encontrado na fala, considerada como “a língua tal como usada na vida diária pelos membros da ordem social, veículo de comunicação entre pessoas comuns cotidianamente” (Labov, 2008, p. 13).

Ao elaborar a chamada Teoria da Variação Linguística, Labov critica os argumentos de que a mudança sonora não poderia ser observada diretamente e de que ela seria muito lenta em comparação com a mudança estrutural, que seria muito rápida. Mas o autor aponta que esse é um objeto de estudo a ser enfrentado, para não se impedir o estudo empírico da mudança linguística, como para ele teria ocorrido nos séculos anteriores.

Labov traça um estudo da língua em seu contexto social e faz um levantamento geral dos problemas, perspectivas e possíveis resultados de uma linguística socialmente realista. Assim, a Sociolinguística Variacionista, ou Teoria da Variação e Mudança, propõe descrever a variação e a mudança linguística levando em conta o contexto social de produção, observando o uso da língua dentro da comunidade de fala e de uma cultura específica e utilizando um modo de análise quantitativa de dados obtidos com base na fala espontânea dos indivíduos. Ora, se propõe produzirmos conhecimento científico sobre a fala, não poderiam estar aqui os germes de uma ciência da fala? Afinal, Labov objetiva construir uma teoria linguística adequada para dar conta desses dados.

O trabalho baseado na fala espontânea permitiria analisar e descrever o uso de variáveis linguísticas pelos indivíduos em uma determinada comunidade de fala. Labov também aponta que a “presença da heterogeneidade governada por regras variáveis é o que permitiria ao sistema linguístico se manter em funcionamento mesmo nos períodos de mudança linguística” (Wiedemer, 2009, p. 130).

Labov reconhece que existem dificuldades no trato com a fala e lista algumas delas: a agramaticalidade da fala, as dificuldades de desempenho na manifestação da competência do falante, a própria variação da fala em uma comunidade, a localização dessa variação na estrutura linguística etc. Há também as dificuldades de se trabalhar a língua no contexto natural da fala, como a raridade das formas sintáticas que se esteja pesquisando e até mesmo os problemas em ouvir e gravar a fala.

Porém, Labov decide enfrentar tais questões, mostrando que o problema da variação na verdade pode ser pensado como estilístico, como as modificações que os falantes fazem para adaptarem sua linguagem ao contexto imediato do seu ato de fala. Nesse sentido, a heterogeneidade, por exemplo, não seria apenas comum, mas o resultado natural de fatores linguísticos fundamentais. Ele sugere também que enfrentemos problemas técnicos, como a dificuldade de audição e gravação, que vem sendo superada pelo avanço tecnológico de gravadores e aparelhagens de áudio.

Assim, pensando na questão do estabelecimento de metodologias para uma possível ciência da fala, retomamos Labov, pois este considera que para lidar com a língua é preciso “olhar para os dados da fala cotidiana o mais perto e diretamente possível e caracterizar seu relacionamento com as teorias gramaticais do modo mais acurado que pudermos, corrigindo e adequando a teoria para que ela se ajuste ao objeto visado” (Labov, 2008, p. 235-236). O autor esclarece também que esse estudo direto da língua em seu contexto social permitiria uma expansão do montante de dados disponíveis e nos ofereceria formas e meios de estudo.

Então, a Sociolinguística laboviana considera a influência do aspecto social na língua(gem) e as transformações desta, com foco no uso efetivo dos sujeitos falantes. Nessa corrente, o objeto da Linguística tem que ser o instrumento de comunicação efetivamente usado pelas comunidades de fala.

Na perspectiva de Labov, parece natural que os dados básicos da Linguística sejam a língua tal como usada por falantes nativos comunicando-se uns com os outros na vida diária, mas aponta que isso não tem sido feito. Essa necessidade já havia sido apontada anteriormente por

Saussure, que deixou a sugestão aberta no que tange às questões da fala. Assim, faz-se necessário enfrentar tais demandas para o desenvolvimento de uma possível ciência da fala.

Para Labov, os dados sobre fala só podem ser obtidos pelo exame do comportamento de indivíduos que estão usando a língua. Nesse sentido, ele expõe o que chama de paradoxo saussuriano:

O aspecto social da língua é estudado pela observação de qualquer indivíduo, mas o aspecto individual somente pela observação da língua em seu contexto social. A ciência da fala nunca se desenvolveu, mas a abordagem da ciência da língua teve sucesso desde a metade do século XX (Labov, 2008, p. 218).

Portanto, nessa perspectiva, a Linguística teria supostamente excluído o estudo da fala, ponto referido por Saussure em 1969 e retomado atualmente pela Sociolinguística. A proposta de Labov parece ter enfrentado esse tema, pois reconheceu as dificuldades existentes em se trabalhar com a fala, como, por exemplo, a própria questão da transcrição dos sons falados, que apontamos no início dessa discussão: “a transcrição fonética de uma língua desconhecida está bem além de nossa capacidade, pois o ouvido é pobre para julgar os sons isolados”⁵⁰.

É exatamente aí que reside o ponto central das ideias que expomos e argumentamos. Concluímos que o arbitrário não está nos sons em si, mas na nossa escolha em representá-los de uma forma ou de outra; na verdade, não é o som que é arbitrário, mas nossa percepção registrada, a forma como registramos na escrita o que nosso ouvido é capaz de perceber.

Como menciona Saussure, “a língua não comporta sons preexistentes ao sistema linguístico” (Saussure, 1969, p. 139). Sendo assim, acreditamos que, depois da convenção estabelecida, ela é necessária, mas não por ser motivada, e sim convencionalizada. Então, a única motivação é a própria convenção; o vínculo continua sendo arbitrário, pois a escrita não é a reprodução exata do som em si, mas a figuração que fazemos do som. Por isso Saussure preferiu falar em imagem acústica e não em som, porque é a noção que temos daquele som, a imagem que fazemos dele.

Com tudo isso, percebemos que arbitrário não é o som tal qual ressoa, tal qual um ouvido acurado ou uma aparelhagem de gravação pode captar, mas a nossa percepção, ou a percepção-representação que fazemos deles, pois um mesmo som pode ser representado de diversas maneiras. Os sons podem ser escritos, identificados e referidos, porém a essência sonora real não é em si alterada. Nesse sentido, há um distanciamento inevitável na passagem da percepção para a escrita, quando, partindo do som, criamos uma forma e dela fazemos uma convenção.

⁵⁰ Id., 2008, p. 236.

Quando há uma pequena variação da pronúncia, a comunicação ainda pode ser bem-sucedida, mas quando se precisa definir uma forma de representar determinado som e suas variações, a fim de possibilitar o registro de línguas ágrafas ativas na oralidade, diversas formas podem surgir, dependendo, além da percepção subjetiva de quem realizará o registro, também de fatores como nível de instrução, alfabetização, letramento e saúde auditiva. Essa representação também é influenciada pela forma escrita que o “registrante” conhece – se é da mesma origem que a variedade que ele almeja registrar, pois isso poderá criar um distanciamento ainda maior –, pela identificação dos outros membros falantes da mesma comunidade com aquela forma e pela possibilidade de reconhecimento social e de comunicação escrita por meio da forma escrita.

Poderíamos ainda citar muitos outros fatores, como microvariações e microrregionalismos, em que a mesma variedade pode apresentar um nível menor de variação, além dos contatos com outras manifestações linguísticas, que frequentemente acontecem, e das variáveis de gênero, faixa etária, geográficas e ambientais, políticas, econômicas, sociais, culturais, históricas, contextuais etc. Enfim, poderíamos pensar em todo um conjunto de condições específicas que influenciam as formas sonoras e escritas que encontramos ao lidar com o estudo da oralidade.

Com base em todas essas argumentações aqui conjecturadas, poderíamos afirmar que, na atualidade, estamos desenvolvendo uma ciência da fala quando, por exemplo, elaboramos gramáticas descritivas, registrando com metodologia científica a língua “do jeito que ela é” ou da forma mais próxima possível. Afinal, a fala é a parte concreta da língua, essa emissão de ondas sonoras que tentamos capturar por nossas arbitrarias formas escritas com base no que pode ser registrado no cotidiano das pessoas, no seu vocabulário ativo e efetivamente utilizado, na língua operacionalizada por meio dos falantes nas situações reais de uso.

A fala é concreta, é o nível mais específico dentro de uma norma, dentro de um sistema. Ela possui uma liberdade de configuração e reconfiguração nas situações comunicativas, embora a língua oral não se oponha à língua escrita em nossa perspectiva. Mas, quando pensamos na oralidade, podemos considerar que ela apresenta maior flexibilidade, pois nem sempre que falamos utilizamos a mesma norma, mas “manipulamos” nossa fala de acordo com as funções comunicativas que queremos exercer, de acordo com os ambientes em que nos encontramos e o modo como reagimos a eles.

REFERÊNCIAS

FIORIN, J. L.; FLORES, V. do N.; BARBISAN, L. B. (Org.). *Saussure: a invenção da Linguística*. São Paulo: Contexto, 2013.

LABOV, W. *Padrões sociolinguísticos*. Tradução de Marcos Bagno, Maria Marta Pereira e Scherre e Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008.

SAUSSURE, F. de. *Curso de lingüística geral*. Tradução de Antônio Chelini, Losé Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1969.

SILVA, D. K. da. *Projeto Pomerando: língua pomerana na Escola Germano Hübner*. São Lourenço do Sul, RS: Danilo Kuhn da Silva, 2012.

SILVEIRA, E. O lugar do conceito de fala na produção de Saussure. In: FIORIN, J. L.; FLORES, V. D.; BARBISAN, L. C. (Org.). *Saussure: a invenção da linguística*. São Paulo: Contexto, 2013. p. 45-57.

TRESSMANN, I. *Dicionário enciclopédico pomerano-português*. Santa Maria de Jetibá, ES: Farese, 2006.

WEEDWOOD, B. *História concisa da linguística*. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2012.

WIEDEMER, M. L. Introdução aos conceitos básicos da sociolinguística. *Cadernos do CNLF*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, 2009, p. 129-140.

ORGANIZADORES

Ariel Novodvorski
Gisele Rosa
Lucas Chagas

ENSAIOS
EM TEORIAS LINGÜÍSTICAS

*Amanda Modolão
Nobrega & Camila
Belmonte Martinelli
Gomes*

Mestrandas do Programa de
Pós-Graduação em Estudos
Linguísticos da Universidade
Federal de Uberlândia.

E-MAIL

amandamnobrega@yahoo.com.br
camilabmgomes@hotmail.com

A VISÃO DE LÍNGUA SOB A ÓTICA DA SOCIOLINGÜÍSTICA: UM CONTRAPONTO COM AS TEORIAS FORMALISTAS

Amanda Modolão Nobrega

Camila Belmonte Martinelli Gomes

Atualmente, despontam no contexto acadêmico pesquisas provenientes de diversas vertentes ligadas à grande área denominada Linguística, considerada a ciência dos estudos da língua/linguagem. A Linguística moderna é resultado de contribuições infindáveis de distintos pesquisadores dos mais diferentes lugares, épocas e abordagens. Para Weedwood (2012), a Linguística abarca diversos modos de análise dos fenômenos da linguagem, inclusive os estudos gramaticais tradicionais e a filologia, visto que a Linguística não constitui uma disciplina nova.

Dessa forma, alguns aspectos da história da Linguística devem ser levados em consideração para que entendamos os caminhos teóricos percorridos até a contemporaneidade. A primeira fase dos estudos linguísticos seria a que se dedicou aos estudos gramaticais, baseados na lógica e com o objetivo de rotular e criar regras. Posteriormente, estudos baseados na Filologia começaram a surgir, considerando, para suas análises, a história e os costumes culturais.

O estágio seguinte pertenceu ao desenvolvimento de trabalhos relacionados à denominada Filologia Comparativa, ou Gramática Comparada, que consistia em buscar relações entre línguas europeias e o sânscrito. É importante destacar que, segundo Faraco (2011), é a

Linguística comparativa e histórica que começa, de fato, a manipular dados linguísticos como dados linguísticos, isto é, trata da linguagem em si mesma e por si mesma, diferentemente da tradição anterior, que relacionava a Linguística à lógica, à poética e à retórica.

A partir de 1870, surgem indagações sobre as condições de vida das línguas, o que faz da comparação um método essencial para a tentativa de reconstrução da fala. No entanto, os neogramáticos, grupo formado por uma nova geração de linguistas relacionados com a Universidade de Leipzig, vinculada a Saussure, passam a questionar os pressupostos tradicionais da prática descritivista e estabelecem uma nova orientação metodológica, com base na qual a língua deixa de ser assumida como organismo que se desenvolve por si só e passa a ser concebida como produto do espírito coletivo dos grupos linguísticos. Cabe, então, a Ferdinand de Saussure (1857-1913), designar a língua como o real objeto de estudos da Linguística.

Neste ensaio, portanto, pretendemos analisar a noção de língua partindo, primeira e principalmente, da abordagem sociolinguística laboviana e, posteriormente, destacando alguns aspectos das teorias estruturalista e gerativista, buscando pontos de convergência e divergência entre as três abordagens.

A Sociolinguística Variacionista

O termo Sociolinguística surgiu em 1964, em um congresso organizado por William Bright na Universidade da Califórnia, em Los Angeles (UCLA). Dois anos depois, Bright escreve um texto introdutório para a obra que reunia todos os trabalhos apresentados no congresso, sob o título *Sociolinguistics*. Em 1963, Labov publicou um trabalho no qual mostrava suas descobertas por meio de pesquisas feitas na ilha de Martha's Vineyard, no litoral de Massachusetts. Para justificar a variação linguística observada, Labov relaciona fatores sociais decisivos, quais sejam idade, gênero, ocupação, origem étnica e atitude. Depois, em 1964, Labov finaliza sua pesquisa sobre a estratificação do inglês em Nova York e inicia o que denominamos Sociolinguística Variacionista, ou Teoria da Variação. Para muitos dos estudiosos da época, a distinta realidade linguística e cultural dos Estados Unidos tornou-se tema essencial de estudos.

Sendo assim, a Sociolinguística nasce num ambiente interdisciplinar, e seu estabelecimento, em 1964, desloca o enfoque clássico sobre o código linguístico e procura definir as funções da linguagem por meio da observação da fala e das regras sociais próprias de cada comunidade.

O objeto da Sociolinguística é o estudo da língua observada, descrita e analisada em seu contexto social, isto é, em situações reais de uso. É a própria comunidade linguística que serve como ponto de partida, pois ela é um conjunto de pessoas que interagem verbalmente e que compartilham determinadas normas a respeito dos usos linguísticos.

Neste ensaio, partimos de uma perspectiva sociolinguística variacionista⁵¹, pois acreditamos que a história da humanidade acontece, dentre outras coisas, pela vivência em sociedade. Essa vivência se dá principalmente por um sistema de comunicação oral – a língua –, o que não é posto em dúvida por ninguém em sua relação com a sociedade.

Com base nesse princípio, estudiosos iniciam seus trabalhos analisando e estudando os fenômenos linguísticos que ocorrem através dos tempos justamente por essa dicotomia língua/sociedade:

A sociolinguística é uma das subáreas da Linguística, uma ciência que se faz presente num espaço interdisciplinar, na fronteira língua e sociedade, e focaliza principalmente os empregos linguísticos concretos, estudando a língua em uso nas comunidades de fala (Mollica; Braga, 2003, p. 9).

É essencial destacar que um fenômeno linguístico interessa à Sociolinguística a partir do momento em que é constatada a variação, que não necessariamente dará origem a um processo de mudança. Assim, podemos afirmar que nem toda variação implica em mudança, ou seja, duas ou mais variantes podem conviver em um dado período histórico, em um processo de variação estável, sem que isso culmine em uma mudança linguística, de acordo com Tarallo (1997).

No Brasil, a consolidação dos estudos linguísticos é resultado do trabalho de pesquisadores das mais diferentes correntes teóricas, que contribuem de forma significativa para o conhecimento da nossa realidade linguística, pois a Sociolinguística, desde os anos 1960, despontou, no contexto dos estudos linguísticos brasileiros, como uma área fértil e desafiadora, dada a necessidade de compreender a realidade linguística de um país em que diferentes dimensões sociais se conjugam para a configuração de um quadro sociolinguístico complexo.

No curto espaço de tempo em que a Linguística se desenvolveu no Brasil, destacam-se questões ligadas aos estereótipos homogeneizantes nacionais, às especificidades do português brasileiro em relação ao idioma europeu, à diversidade e ao contato entre línguas no espaço geográfico brasileiro, à contribuição dos elementos indígenas e africanos na configuração da nossa variabilidade e aos reflexos de uma marcada estratificação social na heterogeneidade dialetal. Os primeiros trabalhos, como os de Amadeu Amaral (1920), Clóvis Monteiro (1933),

⁵¹ cf. Weinreich, Labov, Herzog, 1968; Labov, 1972, 1994.

Mário Marroquim (1945), Antenor Nascentes (1953), entre diversos outros, mostram a realidade linguística brasileira e indicam o esforço continuado de muitos pesquisadores e diversos grupos de pesquisa localizados nas mais diferentes regiões deste país.

Como podemos observar, os resultados dessas pesquisas – e de muitas outras – permitiram (e permitem) depreender de análises empíricas – ou seja, de análises de comunidades linguísticas específicas – a regularidade de alguns princípios sobre a variação e a mudança linguísticas e desvendar alguns aspectos da interface língua/sociedade.

Estruturalismo

Tendo como principal nome o linguista Ferdinand de Saussure, o Estruturalismo é uma abordagem teórica que vem auxiliar na configuração da linguística como ciência autônoma dedicada aos estudos da linguagem. Ao assumir a ideia de língua como sistema, Saussure postula que a matéria da Linguística seria formada por todas as manifestações da linguagem humana, sendo sua tarefa descrever as línguas historicamente, traçar as linhas gerais que as constituem e “delimitar-se e definir-se a si própria”. (Saussure, 1969, p. 13)

É relevante destacar a concepção de que a língua deveria ser estudada por si e em si mesma, constituindo o estudo imanente da língua, pois – em linhas gerais – a abordagem estruturalista concebe a língua como sistema articulado, constituído por elementos distintos que se relacionam e são controlados por regras de funcionamento, configurando, dessa forma, uma estrutura que obedece às leis designadas internamente pelo sistema em si.

Para Saussure, ainda, “o fenômeno linguístico apresenta perpetuamente duas faces que se correspondem e das quais uma não vale senão pela outra” (Saussure, 1969, p. 15). Essa dicotomia saussuriana destaca a relação estabelecida entre língua (*langue*) e fala (*parole*), segundo a qual a *langue* refere-se ao sistema utilizado pelos membros de uma comunidade para se comunicarem, configurando-se parte essencial da linguagem, e a *parole* relaciona-se ao uso pessoal que cada indivíduo, pertencente a uma comunidade linguística, faz, ou seja, diz respeito às escolhas individuais que se materializam no uso da língua.

Gerativismo

A corrente gerativista instituída por Chomsky (1997) surge em decorrência da oposição ao Estruturalismo e ao behaviorismo. Tal corrente, voltada para a razão, o raciocínio e o cérebro,

postula a ideia de linguagem como um conhecimento tácito, implícito, inconsciente no conjunto da cognição humana. No que se refere ao juízo de linguagem, Chomsky realiza uma divisão análoga à que Saussure já havia realizado, na qual a linguagem apresenta-se separada em competência e desempenho. Segundo Weedwood (2012), a competência consiste no conhecimento que uma pessoa tem de uma língua, e o desempenho é o uso efetivo dessa língua em situações reais. Chomsky, assim como Ferdinand de Saussure, preocupou-se apenas com o estudo da competência e não se ateve à análise do desempenho.

Dentro da teoria gerativista, o conceito de língua pode adquirir duas definições, isto é, um conhecimento linguístico sobre uma língua e um arcabouço lexical de uma determinada comunidade, que, respectivamente, representam as denominadas língua-I e língua-E.

a competência linguística humana é a nossa língua-I, ou seja, é a nossa capacidade de produzir e compreender expressões linguísticas compostas pelos códigos da língua-E de nosso ambiente. Essa capacidade é usada todas as vezes que falamos, ouvimos, escrevemos ou lemos textos, mas também está armazenada em nossa mente quando estamos em silêncio, sem usar a linguagem de nenhuma maneira (Kenedy, 2013, p. 55).

A integração entre as línguas I e E resulta na *performance*, ou desempenho linguístico, que, como já dito, ocupa uma posição secundária dentro da corrente gerativista. Contudo, faz-se necessário pontuar que nem sempre essa comunicação entre competência e desempenho apresenta-se simétrica, posto que, com base nas próprias experiências como indivíduos, faz-se a verificação de modificações em relação ao padrão linguístico. Chomsky define essas assimetrias como deslizos de linguagem, que consistiria em um erro de processamento:

Usamos o termo deslize porque se trata de fenômenos que acontecem esporadicamente durante o desempenho linguístico de uma pessoa. No caso, a representação linguística pretendida pela pessoa era uma, mas, no momento de sua realização concreta, ocorreu um problema de acesso a tal representação e, conseqüentemente, a forma final produzida não correspondia à forma inicial pretendida. O fato é que deslizos são um equívoco no desempenho linguístico e não um problema na competência dos falantes; torna-se claro quando as próprias pessoas que cometem os deslizos reconhecem a assimetria entre representações e acesso e imediatamente se corrigem (Kenedy, 2013, p. 59).

Os estudos gerativistas demonstram, dessa forma, que a competência é muito maior em termos de grandeza e não se reduz ao desempenho. Portanto, ao invés de uma Linguística voltada para fora do indivíduo, tem-se, por meio da teoria gerativista, uma Linguística interna, isto é, uma Linguística dentro da mente do indivíduo, em sua estrutura profunda.

Contraste entre as correntes estruturalista, gerativista e sociolinguística

A língua é concebida, segundo Labov (1972), como um fenômeno cultural, histórico e social que varia ao longo do tempo, pois se constrói diariamente por meio da interação social propiciada pelos falantes. Sendo assim, como já mencionado, é possível afirmar que a língua possui um caráter intrinsecamente heterogêneo. As línguas evoluem com o tempo, transformam-se e adquirem peculiaridades próprias em função do seu uso por comunidades específicas:

as línguas, quando se transformam com o passar do tempo, não se degeneram, não se tornam imperfeitas, estragadas, mas adquirem novos valores sociolinguísticos, ligados às novas perspectivas da sociedade, que também muda (Cagliari, 2000, p. 81).

A língua, sob esse ponto de vista, é um fato social, como afirmou Meillet (apud Calvet, 2004). Por outro lado, outras correntes linguísticas, como já citamos nas seções anteriores, como o Estruturalismo e o Gerativismo, apontam concepções diferentes do que seja a língua. Para Saussure, a língua é uma estrutura formada por elementos coesos que se apresentam inter-relacionados e submetidos a um conjunto de regras; ela deve ser usada como meio de comunicação entre indivíduos de uma comunidade, mas não é passível de alterações por meio de seus integrantes. Seu lado social se dá, unicamente, na forma como adquirimos o conhecimento linguístico.

Na teoria chomskiana, a língua é vista como faculdade cognitiva, um módulo mental, um domínio cognitivo específico. A teoria passa, dessa forma, a buscar explicações sobre como a mente humana adquire e processa as estruturas linguísticas.

Logicamente, Meillet (apud Calvet, 2004) e Labov (1972) eram contrários às posturas saussuriana e gerativista, que compreendem a língua de um ponto de vista estrutural e cognitivo, respectivamente. Para eles, a estrutura da língua e a história da língua devem ser analisadas juntas, ou seja, levando em consideração os fatores internos e externos a ela, o que não era considerado pelos autores formalistas, pois dispensavam os fatores externos.

Considerações finais

Portanto, a abordagem sociolinguística difere das abordagens formalistas por assumir que todas as línguas naturais apresentam um dinamismo inerente, o que significa dizer que elas são heterogêneas, variam e passam por mudanças ao longo do tempo e, conseqüentemente, não podem ser vistas de forma isolada. Essas possíveis alterações ocorrem, principalmente, em virtude das necessidades/dos usos dos falantes.

Finalmente, faz-se essencial destacar que, apesar de as abordagens citadas apresentarem pontos de divergência, todas as teorias apresentam papel fundamental para a consolidação do que hoje consideramos Linguística, posto que a fragmentação da teoria linguística em abordagens diversas associa-se a questões de perspectivas e de intuítos diversos no estudo da linguagem.

REFERÊNCIAS

CAGLIARI, L. C. *Análise fonológica*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1997.

_____. *Alfabetização e linguística*. 10. ed. São Paulo: Scipione, 2000.

CALVET, L. J. S. *Sociolinguística: uma introdução crítica*. 4. ed. São Paulo: Parábola, 2004.

CHOMSKY, N. Novos horizontes no estudo da linguagem. *Delta: documentação de estudos em linguística teórica e aplicada*, São Paulo, v. 13, 1997. Número especial. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-44501997000300002&script=sci_arttext#titulo>. Acesso em: 19 jun. 2014.

FARACO, C. A. Estudos pré-saussurianos. In: MUSSALIM, F; BENTES, A. C. *Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos*. São Paulo: Cortez, 2011. p. 27-51.

FIORIN, J. L.; FLORES, V. N.; BARBISAN, L. B. Por que ainda ler Saussure? In: _____. (Org.). *Saussure: a invenção da linguística*. São Paulo: Contexto, 2013.

FIORIN, J. L.; FLORES, V. do N.; BARBISAN, L. B. (Org.). *Saussure: a invenção da linguística*. São Paulo: Contexto, 2013.

KENEDY, E. *Curso básico de linguística gerativa*. São Paulo: Contexto, 2013.

LABOV, W. *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

LABOV, W. *Principles of linguistic change: internal factors*. Massachusetts: Blackwell, 1994.

MOLLICA, M. C.; BRAGA M. L. *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2003.

SAUSSURE, F. *Curso de linguística geral*. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1969.

TARALLO, F. *A pesquisa sociolinguística*. São Paulo: Ática, 1997.

WEEDWOOD, Barbara. *História concisa da linguística*. São Paulo: Parábola, 2012

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. I. Empirical foundations for a theory of language change. In: LEHMANN, W. P.; MALKIEL, Y. (Ed.). *Directions for historical linguistics: a symposium*. Austin: University of Texas Press, 1968. p. 95-199.

ORGANIZADORES

Ariel Novodvorski
Gisele Rosa
Lucas Chagas

ENSAIOS
EM TEORIAS LINGUÍSTICAS



*Debliane Pavini de
Melo Colmanetti*

Mestranda do Programa de
Pós-Graduação em Estudos
Linguísticos da Universidade
Federal de Uberlândia.

ORIENTADOR

Profa. Dra. Dilma Maria de
Mello

E-MAIL

debliane@bol.com.br

UM BREVE PANORAMA SOCIOLINGUÍSTICO DAS VARIANTES DA LÍNGUA FALADA NO BRASIL E A QUESTÃO DO PRECONCEITO LINGUÍSTICO

Debliane Pavini de Melo Colmanetti

O ensaio que será apresentado é parte de uma experiência vivida durante cinco anos no estado da Bahia e dos estudos realizados no campo da Linguística Aplicada, mais especificamente em relação à Sociolinguística Variacionista. Durante esse período, o convívio com uma variante diferente daquela com que eu estava acostumada fez com que aspectos estudados durante o curso de Letras e as teorias expostas no mestrado fizessem ainda mais sentido; a questão de teoria e prática, embora estejam entrelaçadas, somente ficou clara para mim depois de algum tempo. Contudo, o ensaio que será construído não trata da questão teoria-prática, mas, sim, da relação fala-variantes e do preconceito linguístico. Os aspectos da linguagem que mais chamavam a atenção ao conviver naquele ambiente linguístico eram as variações lexicais, sintáticas, fonéticas (dialeto) e de contexto.

Partindo desse ponto, será traçado o percurso da Sociolinguística, seu histórico, seu objeto de estudo, os tipos de variação linguística, a questão do preconceito linguístico e a variante padrão na sala de aula. Portanto, o estudo que será abordado neste ensaio pretende mostrar a língua em sua situação de uso real, dentro de uma cultura, dentro da história de uma região específica – a região nordeste –, não como um todo, mas

considerando uma pequena parte, que tive a oportunidade de conviver. É importante dizer que as considerações sobre essa situação real de uso da língua serão tratadas do ponto de vista de que há diferentes situações de variação linguística. Cabe ressaltar que o trabalho desenvolvido é um ensaio, portanto não dará conta dos vários aspectos que envolvem a Sociolinguística em se tratando da língua em uso; no entanto, tentará abordar as variações linguísticas decorrentes do uso da língua de forma ampla, podendo nortear futuros estudos acerca do assunto.

A história da Sociolinguística: entendendo um pouco desse percurso

A Sociolinguística teve sua base firmada com o linguista Willian Labov. No entanto, é preciso ressaltar que o pensamento desenvolvido por esse teórico a respeito da Sociolinguística teve seus precedentes em outros linguistas. O francês Millet (1866-1936) e mais dois linguistas russos, Marr (1865-1934) e Bakhtin (1885-1975), postulavam uma visão social da língua, um posicionamento diferente de Saussure. Antonie Millet apontava em seus estudos o caráter social e evolutivo da língua. Segundo ele, “Por ser a língua um fato social, resulta que a linguística é uma ciência social, e o único elemento variável ao qual se pode recorrer para dar conta da variação linguística é a mudança social” (Meillet, 1921 apud Calvet, 2002, p. 16).

Essa maneira diferenciada de estudar a língua surgiu em virtude de os estudos da época sobre a linguagem, baseados no Estruturalismo de Saussure e no Gerativismo de Chomsky, não levarem em consideração os aspectos relacionados à fala, isto é, à variação. Poder-se-ia dizer que um dos fatores determinantes para o surgimento da Sociolinguística foi uma insatisfação por parte de linguistas que acreditavam que os fatos da língua ligados à fala, considerados caóticos, seriam de grande relevância para os estudos linguísticos.

Mas foi depois de meio século, na década de 1960, com o sociolinguista Willian Labov, que as sementes plantadas pelos linguistas acima mencionados deram frutos, e surgiu a Sociolinguística. A Sociolinguística firmou-se nos Estados Unidos na década de 1960, com o linguista Labov, e ficou conhecida como Sociolinguística Variacionista ou Teoria da Variação. Labov (2008) demonstra por meio de estudos que é impossível estudar a língua fora da sua realização social, das manifestações e pressões que esta sofre constantemente.

Na contemporaneidade, as bases teórico-metodológicas têm estudado a língua tendo como pressuposto a pesquisa realizada em situação real de uso. No livro *Padrões Sociolinguísticos*, de Labov, o linguista propõe uma nova maneira de observar os fenômenos relacionados à variação e às mudanças linguísticas. Para ele, não existe uma comunidade de fala

homogênea, nem o falante ideal; o que existe são variações próprias de uma comunidade de fala.⁵² Nesse sentido, o ponto principal apontado por Labov reside no fato de ele considerar o componente social na análise linguística.

Na década de 1980, Labov apresenta que o aspecto linguístico deveria ser privilegiado sobre o social; dessa forma, a variação é entendida como sendo algo existente dentro de um sistema linguístico. Isso ocorreu porque nas décadas anteriores deu-se ênfase aos fatores extralinguísticos.

Bases do estudo sociolinguístico

Os estudos sociolinguísticos ocupam-se de questões relacionadas à variação e à mudança linguística, ao bilinguismo, às línguas minoritárias, ao planejamento linguístico etc. Este ensaio tratará em especial da Teoria da Variação e das mudanças linguísticas, a fim de mostrar o preconceito linguístico. A Sociolinguística estuda a relação entre língua e sociedade e aborda como as comunidades de fala comportam-se dentro de um contexto social. Ao contrário de Saussure, Labov aproxima a dicotomia sincronia e diacronia ao determinar, como objeto de estudo, a estrutura e a evolução linguística.

Dentro dessa perspectiva da Sociolinguística, é importante destacar as questões relacionadas à variação e como ela se processa no contexto de uso. Para isso, vale apontar que a abordagem da língua pode se dar em duas dimensões: uma interna e outra externa. Embora este ensaio apresente uma distinção entre as duas, isso não significa que elas não se entrelacem ou não possuam relações que se apresentam durante a utilização da linguagem. Segundo Camacho (2001, p. 50),

Como a linguagem é, em última análise, um fenômeno social, fica claro, para um sociolinguista, que é necessário recorrer às variações derivadas do contexto social para encontrar respostas para os problemas que emergem da variação inerente ao sistema linguístico.

A fala de Camacho deixa claro que, para um estudioso da linguagem que tenha como base teórica a Sociolinguística, o primeiro passo é considerar a língua dentro de um contexto social, observando as variações que permeiam o uso da língua pelos seus falantes.

⁵² A comunidade de fala, segundo Labov (2008, p. 188), “não pode ser concebida como um grupo de falantes que usam todos a mesma forma: ela é mais bem definida como um grupo que compartilha as mesmas normas a respeito da língua”.

Variação linguística: exemplos e casos de variação – estudo da experiência

Variação linguística: dimensão externa

De acordo com Cesário e Votre (2012, p. 144-145), há três tipos de variação:

1) variação regional: diz respeito a variações entre estados, regiões ou países diferentes. Poderia citar, por exemplo, a variação entre os países Brasil e Angola, ou, ainda, dentro do Brasil, entre as regiões sudeste e nordeste (caso dos exemplos apresentados neste ensaio);

2) variação social: apresenta-se em diferentes grupos socioeconômicos e pode ocorrer em virtude de idade, condições sociais, escolaridade etc.;

3) variação de registro: aparece de acordo com a situação de uso (*e-mails*, cartas, palestras, jornal etc.).

As variações citadas acima dizem respeito à dimensão externa da língua, conhecidas também como diatópica, diastrática e diafásica. Essas variações extralinguísticas são importantes para o estudo com base na Sociolinguística:

- Categoria diatópica: refere-se à variação *regional* ou, ainda, *geográfica*. Esse tipo de variação permite que identifiquemos, muitas vezes, de onde uma pessoa é quando ela fala (região ou estado), por meio do sotaque, do dialeto, do léxico.

- Categoria diastrática: é conhecida como variação social. Assim como a fala dos indivíduos carrega as características da região da qual eles se originam, ela pode apresentar e refletir as características sociais do falante. Exemplos:

1. *Nós fomos.*

2. *A gente fomos.*

3. *A gente vai.*

4. *Nóis vai.*

- Categoria diafásica: um mesmo falante pode usar diferentes formas linguísticas, dependendo da situação em que se encontra. Se estivermos, por exemplo, em casa com a família, a forma usada para a comunicação será mais informal, descontraída, sem preocupação com a gramática normativa. Mas, ao contrário, se estivermos em uma reunião com o chefe ou em um congresso, certamente teremos outra postura em relação ao uso da língua e priorizaremos a linguagem formal.

Percebe-se que há uma relação diferenciada dependendo do papel social que queremos desempenhar perante a sociedade, e esse papel altera-se em conformidade com as situações comunicativas (entre professor e aluno, patrão e empregado, pais e filhos, irmãos etc.). Segundo

Bortoni-Ricardo (2004, p. 23), papéis sociais são “um conjunto de obrigações e de direitos definidos por normas socioculturais [...] e são construídos no próprio processo da interação humana”.

Variação linguística: dimensão interna da língua

As variações linguísticas, tendo como pressuposto a dimensão interna, apresentam-se em vários níveis da língua, por exemplo, nos âmbitos lexical, gramatical, fonético, morfológico, da variação e do discurso. Nesta parte do ensaio, serão apresentados alguns casos dessas variações que tive a oportunidade de vivenciar. O quadro abaixo mostra um paralelo de variações tendo como base as regiões sudeste e nordeste.

QUADRO 1: Paralelo de variações linguísticas

Variação	Sudeste (Minas Gerais)	Nordeste (Bahia – interior)
Lexical (está muito relacionada à variação regional ou diatópica)	mandioca; van; perua; pesca (ato de pescar um peixe); abóbora; canjica; pão; mãe; pai; mingau de milho; conversa/fofoca; marmitta/marmitex	macaxeira; topic; pesca (colar na prova, trapacear); jerimum; mungunzá; bengala; mainha; painho; canjica; resenha; quentinha
Sintático-gramatical	Pedi para o Gustavo sair; Vamos embora!; Vem aqui, menino (formação do imperativo com o indicativo)	Pedi para Gustavo sair. (omissão do artigo o); Bora lá!; Venha aqui, menino (formação do imperativo com o subjuntivo)
Fonética	tia (t: /tz/ – o som da letra t é palatoalveolar); dia (d: /dz/ – o som do d é palatoalveolar); morena (vogal o fechada)	tia (t: /t/ – o som do t é alveolar); dia (d: /d/ – o som do d é alveolar); morena (vogal o aberta)
Contextual	A palavra mulher nesta região não é usada no sentido de vocativo. Teríamos outros usos da palavra mulher, mas não no contexto da frase Ex ¹ . Ex: As mulheres são maioria. Na região de Minas Gerais, é comum usar essas generalizações também. Ex: <i>Sá</i> , você viu aquele menino? (O termo <i>sá</i> substitui um nome.)	Usa-se mulher para dirigir-se à própria pessoa, como se fosse um nome próprio, sem mencionar o nome dela. Substituiu-se o nome por um termo que generaliza todas as mulheres. Ex ¹ : <i>Mulher</i> , nem te conto o que aconteceu ontem!
Gírias	danado, custoso filho da mãe	cabra da peste filho de uma rapariga

Fonte: A autora

Partindo da teoria sociolinguística, analisar essas variações da língua no Brasil pressupõe assumir que a riqueza cultural do país se deve em grande parte às condições de língua enquanto organismo social e linguístico. A identidade de cada estado está em grande parte assegurada pelo caráter linguístico que sua comunidade assume. Tentar apagar, uniformizar e unificar para que todos falem uma língua “formal culta”, privilegiada, é negar parte dos aspectos que nos tornam uma nação multicultural e pluridialetoal.

O preconceito linguístico

É possível perceber na nossa sociedade alguns estereótipos linguísticos. Há algumas variantes e formas linguísticas que são menos privilegiadas e, por várias vezes, são estigmatizadas socialmente. Esse posicionamento preconceituoso pode afetar as relações de comunicação e, conseqüentemente, os falantes. É comum algumas variantes serem vistas e tratadas de maneira preconceituosa, o que constitui o chamado preconceito linguístico. Nas escolas, isso se torna mais evidente, pois não são raras as situações em que alunos recém-chegados de outro estado sofrem algum tipo de piadinha ou brincadeira por parte dos colegas em sala de aula. Quando isso ocorre, surge uma oportunidade de conversar um pouco mais sobre a noção de língua com os alunos, de falar das diferentes variantes linguísticas que compõem a língua portuguesa e como essas diferenças propiciam experiências ricas de uso da língua.

A ocorrência de situações como a descrita acima ressalta a importância de alertar sobre a existência de um padrão linguístico dominante e que, por vezes, quer fazer-se estabelecer sobre as variantes não padrão. A escola, nesse aspecto, tem muitas vezes ressaltado esse padrão por intermédio das práticas pedagógicas. Como Bagno (2004) afirma em seu livro, temos a ordem canônica ainda presente nas escolas e imposta pelo modelo dominante de linguagem que determina o aprendizado do português de Portugal, e não do português brasileiro.

Todavia, é necessário estar atento às diferenças e aos contextos de produção de fala e escrita. Os alunos trazem consigo uma identidade linguística intermediada por aspectos culturais, sociais e políticos, então cabe aos professores ficarem atentos, para não fazerem de suas práticas momentos excludentes, que impeçam o aluno de ter acesso à formação adequada. Nesse sentido, a Sociolinguística seria um meio para mostrar que há a possibilidade de adotar-se um ensino focado na variedade linguística, para favorecer o entendimento de situações que podem ocorrer no dia a dia do ambiente educacional. Bortoni-Ricardo (2004, p. 38) relata que:

Uma pedagogia que é culturalmente sensível aos saberes dos educandos está atenta às diferenças entre a cultura que eles representam e a da escola, e mostra ao professor como encontrar formas efetivas de conscientizar os educandos sobre essas diferenças. Na prática, contudo, esse comportamento é ainda problemático para os professores, que ficam inseguros, sem saber se devem corrigir ou não, que erros devem corrigir ou até mesmo se podem falar em erros.

Podemos fazer uma subdivisão da língua escrita em duas formas: língua formal culta (obedece aos preceitos da gramática normativa) e língua informal (aproxima a escrita da fala coloquial). Ignorar essa divisão é ressaltar ainda mais o preconceito, pois é dizer que temos uma única forma de língua, que é privilegiada por contemplar as normas e regras da gramática normativa. Quando o educador tem consciência da validade e da importância de considerar essas duas formas durante o ensino de língua portuguesa, muitos problemas podem ser solucionados e entendidos.

O ensaio elaborado não teve a pretensão de abordar nem responder as várias questões relacionadas à Sociolinguística, mas objetivou traçar um panorama da Sociolinguística e das questões relacionadas às variações, que por vezes levam a um preconceito linguístico, principalmente dentro de sala de aula. Destarte, o trabalho teve o seu objetivo em parte alcançando, mas com ressalvas, visto que há muito a ser tratado em relação às temáticas abordadas. O que fica claro é que o Brasil possui um rico acervo linguístico com riquezas culturais e multidialetais de valor incalculável, e cabe aos estudiosos da linguagem explorar cada vez mais esse universo. Outro ponto a ser lembrado é a responsabilidade que os educadores têm que ter em relação a essa realidade linguística do país; é preciso sensibilidade para perceber, respeitar e entender o universo cultural no qual a língua está inserida e compreender que ela faz parte da construção da nossa identidade.

REFERÊNCIAS

- BAGNO, M. *Português ou brasileiro?»: um convite à pesquisa*. 4. ed. São Paulo, Parábola, 2004.
- BORTONI-RICARDO, S. M. *Educação em língua materna: a sociolinguística em sala de aula*. 3. ed. São Paulo: Parábola, 2004.
- CALVET, L. J. Comportamentos e atitudes. In: _____. *Sociolingüística: uma introdução crítica*. São Paulo: Parábola, 2002.
- CAMACHO, R. Sociolingüística: parte II. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Org.). *Introdução à lingüística: domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2001. v.1.

CEZÁRIO, M. M.; VOTRE, S. Sociolinguística. In: MARTELOTTA, M. E. (Org.). *Manual de linguística*. São Paulo: Contexto, 2012.

CHOMSKY, N. Aspectos da teoria da sintaxe. 2. ed. Coimbra: Armênio Amado, 1978.

LABOV, W. *Padrões sociolinguísticos*. São Paulo. Parábola, 2008.

MARTELOTTA, M. E. (Org.). *Manual de linguística*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Org.). *Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos*. 5. ed. São Paulo. Cortez, 2011. v. 3.

ORGANIZADORES

Ariel Novodvorski
Gisele Rosa
Lucas Chagas

ENSAIOS
EM TEORIAS LINGÜÍSTICAS

*Ericka Fernanda
Caixeta Moreira*

Mestranda do Programa de
Pós-Graduação em Estudos
Linguísticos da Universidade
Federal de Uberlândia.

ORIENTADORA

Profa. Dra. Maura Alves de
Freitas Rocha

E-MAIL

ericka_moreira@hotmail.com

SAUSSURE *VERSUS* LABOV: A ABORDAGEM DO SOCIAL

Ericka Fernanda Caixeta Moreira

Este ensaio tem como proposta fazer uma abordagem sobre os principais conceitos estruturalistas apresentados por Saussure em seu *Curso de Linguística Geral* e fazer uma comparação de como o linguista traz o conceito do social com relação ao que está Labov (2008) descobre as variações por meio de gravações da fala a Sociolinguística laboviana.

Podemos dizer, já de antemão, que os dois linguistas trabalham com o social, mas cada um sob uma perspectiva diferente. Para Labov (2008), deve-se trabalhar com a Linguística sempre considerando os aspectos linguísticos e extralinguísticos; portanto, para a perspectiva laboviana, é necessário que observemos sempre o contexto em que o indivíduo está inserido, pois a língua é considerada um fato social. Esse tema é “profundamente antissaussuriano” (Calvet, 2002, p. 17), pois, segundo o mesmo autor, “para Saussure, a língua é elaborada pela comunidade, é somente nela que é social”⁵³. Saussure considera a língua em si e por si mesma e não observa o extralinguístico, ou seja, recusa-se a considerar o que está fora da língua, mas, para ele, a língua é social por ocorrer pelos atos de fala.

Observamos, então, que, para esses dois linguistas, a língua existe a partir do momento em que também existem as pessoas que a falam. O que

⁵³ Ibid., p. 16.

acontece é que as perspectivas são diferentes com relação à análise que se faz da língua. Portanto, para que façamos uma análise dessas duas perspectivas linguísticas, neste ensaio discutiremos como é a proposta do Estruturalismo de Saussure e, em seguida, faremos um breve levantamento das características da Sociolinguística proposta por Labov. Dedicaremos uma parte para analisar a diferença de abordagem da questão social em cada teoria e, por último, traremos as considerações finais do nosso trabalho.

O Estruturalismo de Saussure

Saussure é considerado o pai da Linguística e define como objeto de estudo da Linguística a língua. Sua principal obra é o *Curso de Linguística Geral*, que foi organizada por Bally e Sechehaye com base nas anotações dos alunos de Saussure que frequentaram seus cursos entre 1907 e 1911. Dentre as principais dicotomias estudadas em sua obra, estão as seguintes: língua (*langue*) x fala (*parole*), significante x significado, arbitrariedade x linearidade, sincronia x diacronia e sintagma x paradigma.

Esse linguista é considerado o precursor do Estruturalismo e enfatiza que “a língua é um sistema, ou seja, um conjunto de unidades que obedecem a certos princípios de funcionamento, constituindo um todo coerente” (Martelotta, 2012, p. 114). Primeiramente, Saussure faz a declaração de que a língua é uma convenção social. Vejamos:

Para nós, ela [a língua] não se confunde com linguagem; é somente uma parte determinada, essencial dela, indubitavelmente. É, ao mesmo tempo, produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções necessárias adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos (Saussure, 1973, p. 17).

A língua é formada independentemente dos indivíduos e manifesta-se pelos atos de fala: “como é preciso haver fala para que a língua se estabeleça, é necessário que esta seja utilizada por indivíduos para que realmente se forme e se desenvolva” (Marques, s.d., p. 2). O que está interno em cada indivíduo são as regras da língua, que são colocadas em funcionamento durante a comunicação. Nesse sentido, o Estruturalismo apresenta a linguagem como um sistema articulado e compreende que a língua possui um conjunto de regras que são postas em prática quando se estabelece a comunicação.

Portanto, Saussure considera a língua como social por circular entre os indivíduos: “a língua deve ser estudada em si mesma e por si mesma [...] toda preocupação extralinguística

precisa ser abandonada, uma vez que a estrutura da língua deve ser descrita apenas a partir de suas relações internas” (Martelotta, 2012, p. 115).

A Sociolinguística laboviana

Os sociolinguistas criticam muito a abordagem do social que é feita por Saussure e seus seguidores. Para eles, tudo o que se relaciona à Linguística não pode estar dissociado de tudo o que envolve a sociedade dos falantes da língua. Então, o social deve ser o objeto de estudo. Diferentemente do Estruturalismo, a Sociolinguística aborda não só o que está interno na língua, mas tudo o que é extralinguístico. Segundo Calvet (2002, p. 12), “Será preciso na prática esperar por William Labov para encontrar a afirmação de que, se a língua é um fato social, a lingüística então só pode ser uma ciência social, isto significa dizer que a sociolingüística é a lingüística”.

Por vários anos, os estudos foram evoluindo, e pudemos perceber o quanto a língua varia ao longo do tempo. A língua tem, sim, sua estrutura, mas, no dia a dia, com a comunicação, podemos perceber diferentes dialetos e os vários fatores extralinguísticos que influenciam essas variações. Então, é com essa necessidade de estudar como as pessoas usam a língua no cotidiano que surge a Sociolinguística, e o mais famoso de seus estudiosos é William Labov, que considera como objeto de estudo a língua:

Na sociolingüística conforme Labov (1972, 1994, 2001), contexto social é anterior à fala, aos enunciados; é global e duradouro e, como conjunto de condições sociais e históricas, funciona como sistema de referência explicativo dos usos individuais da linguagem. Assim sendo, coletividades como classes sociais, comunidades, redes sociais, bem como características coletivas dos agentes (sexo, idade, profissão, escolaridade) são unidades de análise relevantes (Battisti, 2008, p. 2).

No mundo existem várias línguas e elas variam ao longo do tempo e são influenciadas pelos fatores extralinguísticos: “As atitudes que as pessoas têm, consciente ou inconscientemente, em relação à língua, é que determinam muitos dos fatos sociolingüísticos” (McCleary, 2007, p. 53), e, muitas vezes, as variações da língua são vistas com preconceito por parte da própria sociedade:

Pessoas que falam com sotaques da variedade considerada “padrão”, típica dos centros urbanos, são consideradas mais competentes, autoconfiantes, bem informadas, inteligentes, lógicas, justas, felizes, aplicadas, ambiciosas e até *mais bonitas* do que as pessoas que falam com sotaques regionais. E não é porque elas expressam idéias melhores; é só porque elas têm um certo sotaque (McCleary, 2007, p. 54).

Observemos que a Sociolinguística laboviana preocupa-se com tudo o que circunda a língua, desde a sua estrutura até o que influencia nas suas variedades e, conseqüentemente, nas mudanças.

A questão do social

Saussure afirma que a língua é social, mas independente do indivíduo, ou seja, independência, em sua concepção, refere-se ao fato de que um indivíduo isoladamente não pode alterá-la ou modificá-la, mesmo porque ela é psíquica (Marques, s.d., p. 3). Para o linguista, a língua evolui na coletividade, ou seja, a língua está na comunidade, é instituída por grupos de falantes, desenvolve-se no coletivo e só sofre alguma mudança se houver uma convenção, ou seja, um acordo entre os falantes e seu consentimento. Podemos partir daí para falar do social para Saussure, que considera a língua como resultado de um contrato social, “como um acordo subentendido, implícito entre os muitos indivíduos de dada região” (Marques, 2012, p. 2-3).

Segundo Marques (2012, p. 13), para Saussure, a língua tem um caráter homogêneo, e isso é criticado por alguns linguistas, em especial por William Labov, que vê a língua com uma abordagem mais social. Para esse linguista, o objeto da Linguística deve ser “o instrumento de comunicação usado pela comunidade de fala”.

Labov descobre as variações por meio de gravações da fala de pessoas de diferentes classes sociais em situações de interação distintas e, depois, transcreve essas gravações para observar seus detalhes. É com base nas estatísticas que ele mostra as variações da língua. O linguista leva seus estudos sobre a língua diretamente para a sociedade, portanto, para ele, o social tem um significado ao “pé da letra”; a língua faz parte de toda a comunidade que a fala e, como consequência, é heterogênea, pois sofre variações dentro da sociedade e ao longo do tempo. Labov faz um estudo empírico das comunidades de fala:

A Sociolinguística que Labov propõe é aquela com o propósito de estudar a estrutura e evolução da língua no contexto social da comunidade [...] A Sociolinguística laboviana não é uma teoria da fala, nem o estudo do uso da língua com o propósito exclusivo de descrevê-la, mas o estudo do uso da língua no sentido de verificar o que ela revela sobre a estrutura linguística (*langue*) (Coan; Freitag, 2010, p. 4).

Portanto, Saussure considera a língua como social por ser posta na sociedade e, pelos atos de fala, envolver o contrato social entre os falantes. Labov considera a língua como social por

abarcam tudo o que é extralinguístico e por estudar como os falantes usam a língua no seu cotidiano.

Considerações finais

Neste ensaio, buscamos mostrar um pouco sobre como os linguistas Saussure e Labov abordam a língua com relação ao social. Pudemos perceber que língua e fala estão sempre ligadas. Para que exista a fala, é necessária a existência de uma língua; porém, a fala torna-se fundamental para que a língua se estabeleça.

Para Saussure, o que evolui é a fala, pois a língua possui a sua estrutura e esta não se modifica. Portanto, a língua é social, independente do indivíduo e seu desenvolvimento ocorre na coletividade, por isso Saussure afirma que a língua é produto de um contrato social. Não se critica a noção de estrutura da língua posta por Saussure; o que se critica é a questão de, no Estruturalismo, não se observar o que está fora, ou em outro nível, da estrutura da língua.

Muitos linguistas partem da ideia saussuriana no que diz respeito ao contrato social, mas não consideram o que é extralinguístico, ou seja, o que pode influenciar na língua e que está fora dela. Para Labov (2008), a língua deve ser estudada como é usada pelos falantes no cotidiano, ou seja, sendo heterogênea, sofrendo variações ao longo do tempo. A Sociolinguística Variacionista permite que entendamos as diferenças da língua e o porquê delas, ou seja, como elas são condicionadas de acordo com a localidade, as classes sociais, faixas etárias, nível de formalidade, entre outros.

Depois da nossa discussão, terminamos com o seguinte questionamento: a língua pode ser estudada sem considerarmos o social?

REFERÊNCIAS

BATTISTI, E. O estudo sociolinguístico da variação. In: ENCONTRO DO CELSUL, 8., 2008, Porto Alegre, RS. *Anais...* Porto Alegre, RS, Departamento de Letras, 2008. Disponível em: <http://celsul.org.br/Encontros/08/elisa_battisti.pdf>. Acesso em: 6 jun. 2016.

CALVET, L. J. *Sociolinguística: uma introdução crítica*. São Paulo: Parábola, 2002.

COAN, M; FREITAG, R. M. K. Sociolinguística variacionista: pressupostos teórico-metodológicos e propostas de ensino. *Domínios de linguagem*, Uberlândia, v. 4, n. 2, p. 173-194, 2010.

LABOV, W. *Padrões sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola, 2008.

MARQUES, W. Dez características da langue saussuriana. *Linguasagem*, São Paulo, v. 18, p. 1-14, 2012.

MARTELOTTA, M. E. et al. *Manual de lingüística*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

MCCLEARY, L. *Sociolinguística*. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2009, 59 p. Apostila.

SAUSSURE, F. *Curso de linguística geral*. 5. ed. São Paulo: Cultrix, 1973.

ORGANIZADORES

Ariel Novodvorski
Gisele Rosa
Lucas Chagas

ENSAIOS
EM TEORIAS LINGÜÍSTICAS

*Luísa Inocência
Borges Proença*

Mestranda do Programa de
Pós-Graduação em Estudos
Linguísticos da Universidade
Federal de Uberlândia.

ORIENTADOR

Prof. Dr. João Bosco Cabral
dos Santos

E-MAIL

isainocencio@gmail.com

SAUSSURE E SEUS CONCEITOS: UM INCENTIVO AOS ESTUDOS DE PÊCHEUX

Luísa Inocência Borges Proença

O presente ensaio mostrará questões relativas à língua trabalhadas por Ferdinand de Saussure no *Curso de Linguística Geral*, bem como mostrará o quanto essas questões foram de suma importância para que Michel Pêcheux expandisse e discutisse os conceitos postulados por Saussure, considerando também discurso e sentido.

Ademais, o ensaio é avaliado como importante não só por mostrar o quanto a Linguística e os conceitos elaborados por Saussure foram relevantes para a Análise do Discurso francesa, doravante AD, mas também por elucidar de modo detalhado os pontos em que a teoria da AD distancia-se da teoria defendida por Saussure, ao mesmo tempo em que possuem pontos comuns.

Saussure é considerado o pai da Linguística por muitos, já Pêcheux é considerado como o iniciador da Análise do Discurso francesa no século passado. Não podemos generalizar, pois há quem não concorde com tais afirmações, porém não podemos deixar de mencionar que ambos foram e são muito importantes para os estudos da língua em geral, cada um à sua maneira e com as próprias percepções.

Dessa forma, o intuito deste ensaio é mostrar como Pêcheux, com base no que postulou Saussure sobre a língua enquanto sistema, propôs questões de discurso e sentido, bem como considerou o sujeito, sua história e ideologia, e não só a língua sozinha, funcionando sem esses elementos

supracitados. Logo, de acordo com o conceito de língua elaborado por Saussure, Pêcheux pôde expandir seus conceitos em AD, sendo, então, a Linguística saussuriana relevante para os estudos pecheutianos.

É importante mencionarmos que o ensaio será dividido nos seguintes tópicos: introdução, Saussure: o conceito de língua e a teoria do valor, a importância da Linguística para os estudos desenvolvidos por Pêcheux e considerações finais.

No primeiro tópico, faremos um panorama geral sobre como Saussure entendeu a língua e o que foi a teoria do valor postulada por ele; no segundo tópico, pretendemos mostrar o quanto a Linguística foi importante para Pêcheux e o que foi discutido e acrescentado às teorias da AD francesa pelo estudioso com base nos princípios saussurianos, ou seja, falaremos sobre questões consideradas por Pêcheux. Nas considerações finais, faremos um resumo do que foi tratado ao longo do ensaio, mostrando nosso posicionamento acerca de ambas as teorias.

Saussure: o conceito de língua e a teoria do valor

Antes de iniciarmos esta seção, vale falarmos quem foi Ferdinand de Saussure e o que ele representou e representa para a Linguística. Ele foi linguista e filósofo, nasceu em Genebra em 26 de novembro de 1857 e faleceu em 22 de fevereiro 1913, em Morges. Suas contribuições para os estudos da língua estão reunidas no *Curso de Linguística Geral*, elaborado por seus alunos após seu falecimento.

Como bem anuncia o título, nesta seção pretendemos abordar como Saussure entendia o conceito de língua e tudo o que a envolvia. Logo, também faremos algumas considerações sobre como o linguista e filósofo suíço entendia o funcionamento da língua, além de tecermos algumas linhas sobre a teoria do valor pensada por ele.

Podemos começar dizendo que Saussure foi o precursor do Estruturalismo e entendia a língua como um sistema composto por unidades, cuja estrutura segue regras para formar um todo que faça sentido. É um sistema de signos autônomo, separado da fala. Podemos afirmar sobre o signo o seguinte:

o signo é, portanto, a unidade constituinte do sistema linguístico. Ele é formado, por sua vez, de duas partes absolutamente inseparáveis, sendo impossível conceber uma sem a outra, como acontece com as duas faces de uma folha de papel: um *significante* e um *significado* (Costa, 2012, p. 119).

É importante dizer, ainda sobre o signo linguístico, que este não faz relação entre um objeto e a palavra. Já o conceito, que é o significado, está ligado ao significante, que é a imagem acústica. Logo, o signo, segundo Teixeira (2005), não tem a característica de representar o mundo, pois é arbitrário e, por isso, não estabelece vínculo entre significado (conceito) e significante (imagem acústica). Os termos conceito e imagem acústica, que são componentes do signo linguístico, estão concentrados dentro do cérebro, sendo ligados entre si.

Martelotta (2012) afirma que, para Saussure, a arbitrariedade do signo é limitada por associações e motivações que variam. Portanto, a palavra vinte é imotivada, mas dezenove não é considerado imotivado do mesmo modo, já que esta última evoca os termos dez e nove, o que não ocorre com vinte.

Ademais, para Saussure (2006), a língua está situada dentro da mente de cada falante, como fruto da sociedade. Isso quer dizer que é o indivíduo que começará a realizar as mudanças da língua por meio da fala, já que é pela fala que a língua evolui. Logo, percebemos que Saussure considerou a língua como homogênea quando afirmou que esta está contida no cérebro de cada um de modo idêntico e que constitui a condição para que o indivíduo fale, pois a língua contém as regras necessárias para que se produzam os dizeres.

Falando agora sobre a teoria do valor, esta é um dos pontos máximos das teorias formuladas por Saussure, pois estabelece que um signo linguístico apenas tem valor quando não é um outro signo, ou seja, um signo é o que os outros não são, sendo atribuído a ele determinado valor que os demais signos não possuem. Há, portanto, o que Saussure definiu como relação negativa entre os signos, que pode ser entendida da seguinte forma:

O valor linguístico resulta de dois tipos de relações: relação do significado com o significante e relação do signo com os outros signos do sistema. Um termo, fixado no léxico, só adquire valor linguístico quando for tomado no conjunto do sistema (Teixeira, 2005, p. 122).

É importante afirmarmos ainda que só se pode obter o valor linguístico do ponto de vista da sociedade e que um indivíduo sozinho não consegue atribuir esse valor e fazer com que ele seja fixado. Quanto à questão material do signo, Saussure (2006) afirma que o importante é o som da palavra, pois é ele que vai direcionar para a significação. Feito este panorama bem geral de como Saussure enxergou a língua e a fala e optou por focar seus estudos considerando a língua e o valor linguístico, partiremos para o outro tópico do trabalho.

A importância da Linguística para os estudos desenvolvidos por Pêcheux

Começamos esta seção dizendo quem foi Michel Pêcheux e quais suas contribuições para a AD francesa. Ele foi filósofo, nasceu na França em 1938, faleceu em 1983 e postulou como a linguagem está materializada na ideologia e como esta é manifestada na linguagem. Também teorizou sobre o discurso, como sendo efeito de sentidos.

Com base nas teorias de Saussure, Pêcheux (2008) conseguiu ampliar e discutir algumas questões com relação à língua – lembrando que a língua em AD é conceituada como opaca, passível de falhas e heterogênea –, acrescentando, ao que o linguista suíço postulou sobre o discurso e os efeitos de sentido, o sujeito, sua história, sua ideologia, a heterogeneidade e as condições de produção – importantes na segunda fase de Pêcheux – do dizer do sujeito. Portanto, percebemos a significativa importância da Linguística para os estudos do analista do discurso e as contribuições feitas por ele para a AD francesa, pois Pêcheux enxerga a Linguística saussuriana como a possibilidade de a língua ser a materialização primordial da linguagem.

Em virtude da relevância da Linguística para a AD de base francesa e do que Saussure produziu, o analista do discurso francês Pêcheux conseguiu pensar em algumas questões que o filósofo suíço não levou em consideração, como exemplo, o sujeito, pois, como já dissemos no início do trabalho, Saussure entendia a língua como algo social, como um sistema situado dentro da mente de cada indivíduo de modo homogêneo, portanto separado da fala, que, por sua vez, está relacionada ao individual.

Esse aspecto fica evidente na explicação da teoria do valor por meio da metáfora do jogo de xadrez – que trata do valor das peças do jogo –, em que Saussure limitou-se à questão do valor somente; ele pensou nas peças do jogo, em seu funcionamento, mas não pensou em quem joga, ou seja, no sujeito.

Dessa forma, o sujeito, sua ideologia, sua história e sua subjetividade não foram levados em consideração, os quais, para Pêcheux e para a AD, são conceitos importantíssimos para entender o funcionamento da língua. Logo, para Pêcheux, a língua não é algo homogêneo; pelo contrário, é heterogêneo. Nesse sentido, podemos afirmar que Pêcheux se ancora na teoria do valor por avaliar ser indispensável a história ao analisar um enunciado. Já para Saussure, a linguagem é heterogênea, e a língua, homogênea. Então, o conceito de sujeito, especificamente, não é senhor do que enuncia, nem controlador do que diz; ele é heterogêneo, pois pode se inscrever em várias formações discursivas (FD) ao mesmo tempo, sendo interpelado em sujeito pela ideologia. Nesse sentido, pensamos ser interessante falar, neste momento, sobre o discurso,

que possibilita ao sujeito dizer algo e não se restringe necessariamente ao que é dito. Temos como conceito:

O discurso, tomado como objeto da Análise do Discurso, não é a língua, nem o texto, nem a fala, mas necessita de elementos linguísticos para ter uma existência material. Com isso, dizemos que o discurso implica uma exterioridade à língua, encontra-se no social e envolve questões de natureza não estritamente linguística. Referimo-nos a aspectos sociais e ideológicos impregnados nas palavras quando elas são pronunciadas. (Fernandes, 2008, p. 13)

O discurso, para Pêcheux (2009), está ligado à estrutura, aos efeitos de sentidos, à possibilidade de esse discurso repetir-se inúmeras vezes e produzir sentidos outros, pois, seja o discurso o mesmo, ele nunca produzirá os mesmos efeitos de sentido, justamente por causa das condições de produção, da ideologia de quem está enunciando, do momento que enuncia etc. Além do mais, Pêcheux afirma que só conseguimos perceber a produção de sentidos por haver sujeitos, interlocutores enunciando. Logo, sobre o conceito de enunciado, temos:

Todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro [...] Todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar a interpretação. É nesse espaço que pretende trabalhar a análise de discurso (Pêcheux, 2008, p. 53).

Continuando essa reflexão, podemos dizer que existem sentidos anteriores ao enunciado, os quais são determinados pela posição que as palavras ocupam e levam em consideração quem as disse, sua ideologia e a formação discursiva na qual o sujeito se inscreve. Isto é, para conseguirmos interpretar um enunciado, precisamos levar em consideração todas essas questões, e não somente olhar para o enunciado sem considerar a exterioridade, pois sempre precisamos observar o que ocorreu para originar o discurso, ou seja, as condições de produção. As condições de produção, segundo Fernandes (2008), relacionam-se aos aspectos sociais, culturais, históricos e ideológicos, envolvendo o discurso e possibilitando sua produção.

Até aqui expusemos sobre conceitos da AD, como sujeito, discurso e efeito de sentidos, falamos sobre o enunciado, citamos ideologia e história, enfim, fizemos o que foi proposto; portanto, passemos para as considerações finais deste ensaio.

Considerações finais

Pensando nas questões sobre as quais refletimos ao longo deste ensaio, vale ressaltar, pois, que, assim como Pêcheux, consideramos os estudos de Saussure de suma importância para a Linguística. Porém, não podemos deixar de afirmar que as percepções de Pêcheux e discussões acerca do sujeito, do discurso e dos efeitos de sentido são extremamente pertinentes para o estudo da língua e da linguagem, pois, quando um sujeito enuncia, deixa transparecer suas ideologias e opiniões. Portanto, sua subjetividade precisa ser levada em consideração para interpretar o que foi dito e entender os efeitos de sentido.

A perspectiva de língua à luz da AD francesa é a que nos diz respeito, já que pensamos ser de suma importância considerar o sujeito, sua bagagem histórica e suas crenças e ideologias, as quais o direcionam para que possa se posicionar e enunciar. Logo, para nós, não há como pensar na língua como sendo homogênea, mas, sim, como opaca, heterogênea e com falhas, já que o sujeito é heterogêneo, ou seja, constituído por diversas formações discursivas, podendo se posicionar em vários lugares sociais ao mesmo tempo.

Não obstante, como já dissemos durante a exposição do conteúdo, ambos os estudiosos teorizaram questões relevantes para os estudos em torno da língua e da linguagem. Por isso, até os dias de hoje esses teóricos de renome são retomados sempre que questões acerca da Linguística ou sobre a AD precisam ser discutidas.

Portanto, mesmo que de maneira bem ampla, pensamos ter conseguido atingir o objetivo do trabalho, que era mostrar as contribuições de Saussure em relação à língua, o que Pêcheux acrescentou à AD com base nas teorias de Saussure e, ao mesmo tempo, as diferenças e semelhanças entre as teorias, as quais são importantíssimas para a Linguística.

REFERÊNCIAS

COSTA, M. A. Estruturalismo. In: MARTELOTTA, M. E. (Org.). *Manual de linguística*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012. p. 113-126.

FERNANDES, C. A. *Análise do discurso: reflexões introdutórias*. 2. ed. São Carlos, SP: Claraluz, 2008.

MARTELOTTA, M. E. (Org.). *Manual de linguística*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

ORLANDI, E. P. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. 7. ed. Campinas, SP: Pontes, 2007.

PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. 5. ed. Campinas, SP. Pontes, 2008.

_____. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi et al. 4 ed. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 2009.

TEIXEIRA, M. *Análise de discurso e psicanálise: elementos para uma abordagem do sentido no discurso*. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

SAUSSURE, F. de. *Curso de linguística geral*. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

ORGANIZADORES

Ariel Novodvorski
Gisele Rosa
Lucas Chagas

ENSAIOS
EM TEORIAS LINGUÍSTICAS



Danúbia Fábria de Souza

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Uberlândia.

ORIENTADOR

Profa. Dra. Maria de Fátima F. Guilherme

E-MAIL

danubiafabia@hotmail.com

DISCURSIVISANDO SOBRE A ANÁLISE DO DISCURSO FRANCESA

Danúbia Fábria de Souza

O campo de estudos da Análise do Discurso vem crescendo cada vez mais, e, a nosso ver, vários pesquisadores manifestam interesse por essa área por ela abarcar um grande espaço transdisciplinar, oferecendo abordagens teóricas e métodos para a análise dos sentidos sociais que circulam em ambientes variados. Por esse motivo, propomos, para esta produção de texto ensaístico, trabalhar algumas das principais noções das abordagens discursivas da Análise do Discurso de linha francesa (ADF), explicitando, assim, alguns conceitos trazidos no texto *Teoria do discurso: um caso de múltiplas rupturas*, de Sírio Possenti, publicado em 2011 no livro intitulado *Introdução à Linguística: fundamentos epistemológicos*, com organização de Fernanda Mussalim e Anna Christina Bentes. Chamaremos também para a discussão outros teóricos que trabalham com a ADF e, quando necessário, demonstraremos as visões de cada um sobre as concepções teóricas.

Este ensaio possibilita-nos observar o quanto é importante entendermos um pouco mais das noções discursivas da ADF, pois explicam e embasam muitos estudos, como as noções de sentido, memória discursiva, formações discursivas, sujeito, língua, interdiscurso, texto e enunciação, dentre outras. Essas noções são extremamente importantes para o processo de integração das teorias e possibilitam-nos observar as formas de significação, interpretação e construção de enunciados e seus possíveis efeitos para as formações discursivas. É conveniente que façamos um

apanhado geral dessas noções, contextualizando-as com a proposta de trabalho que trouxemos, mesmo sabendo que todas elas são indissociáveis.

Tendo em vista que trabalharemos com a ADF, faremos uma breve explicitação do termo que define o objeto de estudo da área: o discurso. Sua preocupação é pautada na constituição dos discursos, porque eles não são fixos, movem-se constantemente, experimentam mudanças e transformações sociais, políticas e ideológicas que fazem parte da vida humana e, conseqüentemente, constituem a linguagem (Fernandes, 2008). Os discursos têm como base o aspecto material da linguagem, que é a língua; desse modo, é por meio das abordagens discursivas que buscaremos esclarecer os conceitos acerca das noções da ADF.

A Análise do Discurso descrita por Orlandi (2000, p. 15) busca trabalhar com o discurso etimologicamente, ou seja, tem em si o projeto de movimento percorrido pelo sujeito. O discurso é a prática da linguagem, a palavra em movimento, que verifica a fala do homem para compreender o sentido de seu discurso. Segundo Orlandi (2000, p. 15):

A Análise do Discurso concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social. Essa mediação, que é o discurso, torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que ele vive. O trabalho simbólico do discurso está na base da produção da existência humana.

Noção de sentido

A noção de sentido é entendida como efeitos de sentido, que diferencia ou não um enunciado de outro pelo uso dos sentidos que as palavras podem ter num enunciado qualquer, conforme afirma Fernandes (2008, p. 14-15) a seguir:

Integrante da noção de discurso, encontra-se a noção de sentido compreendida como um efeito de sentidos entre sujeitos em interlocução (sujeitos se manifestando por meio da linguagem) [...] Os sentidos são produzidos face aos lugares ocupados pelos sujeitos em interlocução.

Em seu discurso, o sujeito enunciator usa palavras que trazem um efeito de sentido. Isso se deve principalmente à sua tomada de posição por meio do enunciado, seja social, político ou ideológico, de acordo com o lugar em que ele mesmo se insere.

Noção de memória discursiva

Para falarmos de memórias discursivas, tomaremos emprestados conceitos de alguns autores. Mutti (2007, p. 265) diz que “só conseguimos entender um acontecimento quando possuímos memórias discursivas sobre o mesmo”. Já Brandão (2002, p. 76) afirma que “É na memória discursiva que torna possível a toda formação discursiva fazer circular formulações anteriores, já enunciadas”. Por fim, lembrando Cleudemar Fernandes (2008, p. 49), a memória discursiva:

constitui um corpo-sócio-histórico-cultural. Os discursos exprimem uma memória coletiva na qual os sujeitos estão inscritos. Trata-se de acontecimentos exteriores e anteriores ao texto, e de uma interdiscursividade, refletindo materialidades que intervêm na sua construção.

Para nós, é imprescindível destacar a memória discursiva do sujeito enunciator, pois, por meio de seu discurso, sobressairá uma memória social e coletiva referente às suas experiências.

Noção de formações discursivas

A noção de formações discursivas ocorre pelo entrelaçamento de vários discursos e formações ideológicas, nas palavras de Fernandes (2008, p. 49), “como um dizer tem espaço em um lugar e em uma época específica”. Por exemplo, podemos citar o lugar ocupado pelo sujeito professor em sala de aula quando se posiciona sobre um determinado assunto; o aluno muitas vezes considera aquele posicionamento como verdade e, entre outros aspectos, inclui-o em seu contexto social e em sua posição ideológica, formando vários discursos a respeito da opinião que não partiu dele. Ele pode ter achado a opinião fundamental para sua formação acadêmica, profissional e pessoal, enquanto outros podem não ter achado o mesmo. São esses diferentes discursos que constituem uma formação discursiva.

Noção de sujeito

Para falarmos da noção do sujeito na ADF, é necessário não levarmos em consideração a visão de que o sujeito é o falante, o locutor ou o emissor, nem, tampouco, considerarmos o sujeito uno, consciente, como acontece na concepção da pragmática. O sujeito da ADF é inconsciente, ele é o enunciator, ou seja, o sujeito é clivado, não uno.

Podemos até acrescentar que esse sujeito é perpassado por várias vozes, como conceituado por Bakhtin (1981), em sua obra *Problemas da poética de Dostoiévski*. O autor diz que todo sujeito discursivo é perpassado por vários e diferentes discursos e, tendo ele um lugar no espaço social e ideológico, mostra sua voz, que conseqüentemente é constituída por outras vozes de dada época histórica e também de um dado movimento social e ideológico. Para nós, essas várias vozes são denominadas polifonia, um termo cunhado por Bakhtin para interpretar um objeto complexo e literário, que foi a poética de Dostoiévski.

Possenti (2011, p. 386), ao discorrer sobre a ADF em seu texto, emprega os conceitos de Althusser para definir sujeito: “o sujeito é clivado, ou seja, não é uno, o sujeito é assujeitado, isto é, não é livre e não está na origem do discurso”. Nesse sentido, a ADF “rompe com a concepção de sujeito uno, livre, caracterizado pela consciência e tomado como origem”.

Noção de língua

A concepção de língua para a ADF é descrita como “fala da língua somente na medida em que as concepções da linguística afetam o campo do sentido, na medida em que a linguística propõe teorias semânticas que são da mesma natureza que a teoria gramatical” (Possenti, 2011, p. 361). A noção de língua compõe a condição de ser possível um discurso. A língua, assim, tem a função de pressupor a análise da materialidade do discurso. Tal distinção coloca a ADF longe de uma concepção de linguagem bem definida, porque, na concepção de discursividade, reconhece-se a materialidade da língua e da história. Nesse sentido, não interessa a organização da língua, tal como na Linguística, pressuposta em normas, mas, sim, a ordem do discurso.

Noção de interdiscurso

Ao iniciarmos este subtítulo, trazemos à discussão o trabalho de Brandão (2002), publicado no livro *Introdução à Análise do Discurso*, por ser bem semelhante às referências feitas por Possenti em sua obra aqui estudada. Na noção de interdiscurso, entendemos que é estritamente necessário analisar um discurso com discursos outros, evidenciando-os de forma concomitante e analisando o espaço de troca que existe entre eles. Um discurso, ao ser construído, conseqüentemente foi reconstruído várias vezes por meio de outros discursos. Brandão (2002, p. 72) interpreta em sua obra que o interdiscurso:

passa a ser o espaço de regularidade pertinente, do qual os diversos discursos não seriam senão componentes. Esses discursos teriam a sua identidade estruturada a partir da relação interdiscursiva e não independentemente uns dos outros para depois serem colocados em relação.

Por esse motivo, entendemos a ADF como uma junção de paradigmas que não se dissociam de outras teorias, mas, ao mesmo tempo, afastam-se de várias perspectivas anteriores, que eram fechadas em si mesmas e não abriam espaço para outras áreas disciplinares, como a história, a psicologia e a psicanálise. Estas eram tratadas separadamente, o que descentralizava o cultural, o ideológico ou o psicológico, apesar de serem indissociáveis.

Noção de texto

É importante sabermos que na ADF o texto não é um componente para análise, como nós conhecemos anteriormente com a Linguística textual. Para Possenti (2011, p. 364), “o texto como objeto linguístico é recusado por razões muito semelhantes às invocadas para rejeitar a língua como instrumento ou meio” e, com a mesma veemência, o autor não agrega o texto ao contexto e muito menos agrega os enunciados ao contexto:

Para a AD um texto faz sentido não por sua relação com um contexto, ou em decorrência de conhecimentos que o leitor tenha estocado ou que rememora e coloca em funcionamento ao ler/ouvir, mas por sua inserção em uma formação discursiva, em função de uma memória discursiva, do interdiscurso, que o texto retoma e do qual é parte (Possenti, 2011, p. 365).

Noção de enunciação

A última noção tratada aqui neste trabalho ensaístico pode ser comparada ou confundida com outras noções de enunciação muito frequentemente utilizadas na pragmática, na argumentação e até mesmo no discurso. O que nos possibilita essa afirmação são os pontos em comum que essas áreas trazem a respeito da linguagem, ou seja, para elas, a linguagem é vista como referente ao seu exterior. O caminho mais eficaz para não nos confundirmos é atentando-nos para a noção da qual esses campos de conhecimento distanciam-se; isso ocorre na medida em que o sujeito é concebido por cada uma dessas áreas, aí temos a principal distinção.

Orlandi (2000, p. 91), em sua obra já citada anteriormente, afirma que é justamente nessa visão que essas concepções se afastam:

A maneira como concebem o sujeito (na enunciação, o sujeito é um sujeito origem em si; na argumentação, o sujeito é o sujeito psicossocial; na análise do discurso, o sujeito é linguístico-histórico, constituído pelo esquecimento e pela ideologia) e o modo como definem o exterior (na pragmática, o exterior é o fora, e não o interdiscurso) marcam as diferenças teóricas.

Considerações finais

Em suma, pensamos que todas essas noções tratadas neste ensaio já foram explicadas e exemplificadas por vários estudiosos da AD, e, além delas, existem outras que aqui não foram contempladas, por se tratar de um ensaio; porém, ficam as possibilidades de aprofundamento dessas e de outras concepções fundamentais para se entender e se fazer a análise do discurso. Dessa forma, finalizamos as discussões teóricas deste trabalho considerando que acreditamos serem necessários o desenvolvimento e o conhecimento dessas concepções discursivas, tendo em vista a possibilidade de entrar em contato e aprofundar mais nos diversos discursos que circulam na sociedade e que nem sempre temos a oportunidade de analisar mais profundamente.

A ADF tem o papel de fornecer orientações teóricas eficientes para analisarmos todo tipo de discurso e também nos permitir transpor a linha superficial de uma primeira leitura, tornando-nos, assim, mais críticos e capazes de fazer inferências sobre uma dada enunciação. A ADF também tem se revelado como um instrumento que renova as análises de textos, ao passo que, como uma disciplina da Linguística, pleiteia ser um diferencial para a compreensão de muitos fenômenos da língua.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, H. H. M. *Introdução à análise do discurso*. 8. ed. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 2002.

BAKHTIN, M. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Tradução de Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1981.

FERNANDES, C. A. *Análise do discurso: reflexão introdutória*. São Carlos, SP: Clara Luz, 2008.

MUTTI, R. M. V. Memória no discurso pedagógico. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. L. (Org.). *Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites*. São Carlos, SP: Claraluz, 2007. p. 265-276.

ORLANDI, E. P. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 2000.

PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução de Eni P. Orlandi. 5. ed. Campinas, SP. Pontes, 2008.

POSSENTI, S. Teoria do discurso: um caso de múltiplas rupturas. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Org.). *Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011, p. 353-390.

ORGANIZADORES

Ariel Novodvorski
Gisele Rosa
Lucas Chagas

ENSAIOS
EM TEORIAS LINGÜÍSTICAS



Quênia Côrtes dos Santos Sales

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Uberlândia.

ORIENTADOR

Prof. Dr. Ernesto S. Bertoldo

E-MAIL

queniasales@bol.com.br

ANÁLISE DO DISCURSO E ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO: UM OLHAR PARA A NOÇÃO DE DISCURSO DE PÊCHEUX E FAIRCLOUGH

Quênia Côrtes dos Santos Sales

Neste ensaio, buscamos discutir, brevemente, a noção de discurso na perspectiva da Análise do Discurso (doravante AD) de linha francesa e da Análise Crítica do Discurso (doravante ACD), linha desenvolvida na Grã-Bretanha. Para tal, recorreremos aos trabalhos de Pêcheux e Fairclough, teóricos importantes nessas vertentes. Nesta discussão, expomos, inicialmente, um breve histórico da AD e da ACD; em seguida, discorreremos sobre a noção de discurso e apresentamos algumas considerações finais.

AD: breve histórico

Na história da AD, podemos destacar três trabalhos importantes: a publicação, em 1950, de *Discourse Analysis*, de Harris, a Teoria da Comunicação, de Roman Jakobson, e a Teoria da Enunciação, de Émile Benveniste. Esses trabalhos assinalam um novo modo de analisar a língua.

Posteriormente, em 1969, tem-se a publicação da *Análise Automática do Discurso*, de Michel Pêcheux. Nesse contexto, a AD constitui-se por meio de três campos do conhecimento: a Linguística, o Marxismo e a Psicanálise. A esse respeito, Orlandi (2002, p. 20) afirma:

Desse modo, se a Análise do Discurso é herdeira das três regiões de conhecimento – Psicanálise, Linguística, Marxismo – não o é de modo servil e trabalha com uma noção – a de discurso – que não se reduz ao objeto da Linguística, nem se deixa absorver pela Teoria Marxista e tampouco corresponde ao que teoriza a Psicanálise. Interroga a Linguística pela historicidade que ela deixa de lado, questiona o Materialismo perguntando pelo simbólico e se demarca da Psicanálise pelo modo como, considerando a historicidade, trabalha a ideologia como materialmente relacionada ao inconsciente sem ser absorvida por ele. [...] A análise de discurso, trabalhando na confluência desses campos de conhecimento, irrompe em suas fronteiras e produz um novo recorte de disciplinas, constituindo um novo objeto que vai afetar essa forma de conhecimento em seu conjunto: este novo objeto é o discurso.

O discurso na AD é um objeto de estudo que se constitui por meio do diálogo com três áreas de conhecimento, o que traz implicações para o modo de análise desse objeto.

ACD: breve histórico

A década de 1970 marca o desenvolvimento de uma forma de análise do discurso e do texto em que o papel da linguagem na estruturação das relações de poder na sociedade é reconhecido. Nessa década, as obras *Language and control* (Fowler et al., 1979) e *Language as ideology* (Kress Hodge, 1979; Hodge; Kress, 1993) são importantes na criação da Linguística crítica, que, posteriormente, constitui a ACD.

De acordo com Wodak (2004), o início da ACD é marcado pela publicação de alguns trabalhos, como o livro *Prejudice in discourse*, de Teun Van Dijk, lançado em 1984; *Language and power*, de Norman Fairclough; e *Language, power and ideology*, de Ruth Wodak, publicadas em 1989. Em 1990, tem-se o lançamento da revista *Discourse and society*, editada por Van Dijk.

Outro evento importante para o desenvolvimento da ACD foi a realização de um simpósio em Amsterdã, em 1991, que reuniu pesquisadores com diferentes abordagens, como Teun van Dijk, Norman Fairclough, Gunter Kress, Theo van Leeuwen e Ruth Wodak. Dentre esses estudiosos, cabe destacar a ACD proposta pelo inglês Norman Fairclough, que se embasa na Linguística Sistêmico-funcional (LSF). Segundo Wodak (2004, p. 232), há em quase todos os estudos de orientação crítica “referências à gramática sistêmica funcional de Halliday”.

A noção de discurso na AD

Para tratar da noção de discurso na teoria pecheutiana, é preciso considerar que ela é marcada por um movimento de reelaboração. Assim, a AD pode ser dividida em três fases: a elaboração de 1969, a de 1975 e a de 1983.

Na primeira fase, a obra *Análise Automática do Discurso* assinala uma concepção de discurso como efeito de sentido entre interlocutores. Na segunda fase, 1975, tem-se como referência a obra *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*, em que a noção de discurso resulta de uma prática que se constitui por meio de uma forma-sujeito. Na terceira fase, 1983, o trabalho de Pêcheux, *Discurso: estrutura ou acontecimento*, remete-nos a uma concepção de discurso como acontecimento.

Teixeira (2005, p. 311) apresenta uma síntese da teoria do discurso de Pêcheux:

A teoria do discurso de M. Pêcheux dedica-se a pensar os efeitos de sentido no discurso. Sua preocupação nunca foi a questão “O que isso significa?”, mas como se instituem efeitos de sentido no discurso, no encontro entre a língua, o efeito-sujeito e a história. Sua obra é por ele mesmo dividida em três épocas (1983a), a primeira centrada na exploração metodológica da noção de maquinaria discursivo-estrutural; a segunda, voltada para o estudo do entrelaçamento desigual dos processos discursivos⁵⁴ e a terceira, interessada em fazer emergir novos procedimentos de análise a partir da consideração da heterogeneidade/equivocidade do sujeito e do sentido (Teixeira, 2005, p. 16).

Vale ressaltar que o trabalho de Pêcheux nas três fases da AD sugere uma postura crítica do autor em relação ao seu pensamento.

A noção de discurso na ACD

Para a ACD, o discurso constitui e é constituído por práticas sociais. No prefácio da obra de Fairclough (2001, p. 90), consta que “A teoria de Fairclough é inovadora quando propõe examinar em profundidade não apenas o papel da linguagem na reprodução das práticas sociais e das ideologias, mas também seu papel fundamental na transformação social”.

Em relação à noção de discurso, Fairclough (2001, p. 90) afirma: “Ao usar o termo ‘discurso’, proponho considerar o uso de linguagem como forma de prática social e não como atividade puramente individual ou reflexo de variáveis situacionais”. Para Fairclough (2001, p. 91),

⁵⁴ Ibid., p. 313.

O discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem: suas próprias normas e convenções, como também relações, identidades e instituições que lhe são subjacentes. O discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado.

Assim, o autor citado assume, em uma perspectiva dialética, que o discurso não apenas constitui a realidade, mas também é constituído por ela. Fairclough (2001, p. 94) se volta para o discurso como prática política e ideológica:

O discurso como prática política estabelece, mantém e transforma as relações de poder e as entidades coletivas (classes, blocos, comunidades, grupos) entre as quais existem relações de poder. O discurso como prática ideológica constitui, naturaliza, mantém e transforma os significados do mundo de posições diversas nas relações de poder.

Ainda, encontramos em Fairclough (2001, p. 100) uma concepção tridimensional do discurso: como texto, como prática discursiva e como prática social. Essa concepção assinala para a necessidade de um método de análise tridimensional:

Primeiro, seria necessário um método para análise multidimensional. Minha abordagem tridimensional permite avaliar as relações entre mudança discursiva e social e relacionar sistematicamente propriedades detalhadas de textos às propriedades sociais de eventos discursivos como instâncias de prática social. Segundo, seria necessário um método de análise multifuncional. As práticas discursivas em mudança contribuem para modificar o conhecimento (até mesmo as crenças e o senso comum), as relações sociais e as identidades sociais; e necessitamos de uma concepção de discurso e de um método de análise que contemplem a relação entre essas três áreas. Um bom ponto de partida é uma teoria sistêmica da linguagem (Halliday, 1978) que considera a linguagem como multifuncional e considera que os textos simultaneamente representam a realidade, ordenam as relações sociais e estabelecem identidades.

Essa teoria de linguagem pode ter aplicações úteis quando combinada à ênfase nas propriedades socialmente construtivas do discurso nas abordagens socioteóricas do discurso, como a de Foucault. Terceiro, seria necessário um método de análise histórica. A análise de discurso deveria focalizar a estruturação ou os processos “articulatórios” na construção de textos, e na constituição a longo prazo de “ordens de discurso” (isto é, configurações totais de práticas discursivas em instituições particulares, ou mesmo em toda uma sociedade) (Fairclough, 2001, p. 27).

É possível observar que Fairclough concebe a noção de discurso com uma orientação social e linguística. Como mencionado, trata-se de uma concepção em que o uso da linguagem vincula-se a uma prática social.

Algumas considerações finais

A discussão apresentada neste ensaio de modo sumário sobre a noção de discurso nos empreendimentos de Pêcheux e Fairclough possibilita-nos considerar que a AD e a ACD tomam o discurso como objeto de análise; porém, o modo de olhar para esse objeto não é o mesmo. Considerar as bases sobre as quais Pêcheux e Fairclough, teóricos das perspectivas em questão, fundamentam-se possibilita compreender que esses autores tratam o discurso com finalidades distintas.

Por um lado, como mencionado anteriormente, tem-se o projeto de Pêcheux construído na articulação de três campos de conhecimento: a Linguística, o Marxismo e a Psicanálise. Por outro lado, tem-se o trabalho de Fairclough, que busca reunir a teoria linguística, a macrosociologia e a microsociologia.

Como podemos observar, o fundamento epistemológico da AD difere do fundamento epistemológico da ACD. No entanto, embora Pêcheux e Fairclough tenham trilhado caminhos distintos ao abordar o discurso, esses autores compartilham “a dimensão crítica do olhar sobre a linguagem como prática social” (Fairclough, 2001, p. 11). Logo, em pesquisas que tomam o discurso como objeto de estudo, a opção pela AD ou pela ACD como fundamentação teórica pode ser feita em função do projeto de investigação do pesquisador e de sua identificação com uma ou outra perspectiva.

REFERÊNCIAS

- BENVENISTE, É. Problemas de lingüística geral I. Campinas, SP: Pontes, 1988.
- BENVENISTE, É. Problemas de lingüística geral II. Campinas, SP: Pontes, 1989.
- FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.
- FOWLER, R. et al. (Org.). *Language and control*. London: Routledge & Kegan Paul, 1979.
- HARRIS, Z. S. Discourse analysis, *Language*, Paris, v. 28, p. 1-30, 1969.
- HODGE, R.; KRESS, G. *Language as ideology*. London: Routledge, 1979.
- HODGE, R.; KRESS, G. *Social semiotics*. London: Polity Press, 1988.
- JAKOBSON, R. *Lingüística e comunicação*. São Paulo: Cultrix, 1969.

ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 2002.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso. In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). *Por uma análise automática do discurso: introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas, SP: Unicamp, 1990. p. 61-161.

_____. *Semântica e discurso: uma crítica a afirmação do óbvio*. 4. ed. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 2009.

PÊCHEUX, M. *Discurso: estrutura ou acontecimento*. 5. ed. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 2008.

TEIXEIRA, M. *Análise de discurso e psicanálise: elementos para uma abordagem do sentido no discurso*. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

WODAK, R. Do que trata a ACD: um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. In: *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, SC, v. 4, p. 223-243, 2004. Número especial.

ORGANIZADORES

Ariel Novodvorski
Gisele Rosa
Lucas Chagas

ENSAIOS
EM TEORIAS LINGÜÍSTICAS

Adriano Henriques

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Uberlândia.

ORIENTADORA

Profa. Dra. Carla Nunes Vieira Tavares

E-MAIL

henriquess@gmail.com

ANÁLISE DO DISCURSO: POR UMA CONCEITUAÇÃO DO SUJEITO DISCURSIVO

Adriano Henriques

O presente trabalho propõe conceituar o sujeito na perspectiva discursiva da linha francesa. O intuito é, com base nos estudos de Pêcheux, problematizar o sujeito do discurso mobilizando os conceitos da AD (Análise de Discurso) nas diferentes fases do autor. Dessa forma, será importante circunstanciar a relação que se estabelece entre linguagem e discurso, a qual possibilita a emersão do sujeito da linguagem na perspectiva teórica supracitada. Além disso, levaremos em consideração os conceitos mais importantes para AD, propostos por Pechêux e trabalhados por diferentes autores que interpretaram e escreveram sobre a Análise de Discurso pecheutiana.

Diante disso, pensemos: onde reside a importância de entendermos o sujeito nos estudos discursivos para as pesquisas linguísticas? Acreditamos que é importante estudarmos tais princípios porque eles se diferem entre as correntes teóricas da Linguística. A partir do momento em que cada pesquisador se circunscreve em uma perspectiva específica, muda-se a forma com que o sujeito é visto.

Nas várias teorias linguísticas (Estruturalismo, Gerativismo, Funcionalismo, cognitivismo etc.), o conceito de sujeito é o que posiciona e indica o papel linguístico, social, psíquico, cultural e histórico do próprio sujeito. Ressaltamos que, em uma frente linguística ou em outra, a visão que se tem do sujeito é fruto da concepção de língua(gem) que os teóricos

adotam para seus estudos, por isso a relevância de estudarmos o sujeito discursivo com base no entendimento de linguagem que tal teoria postula. Vejamos, então, numa citação da linguista Orlandi (2010, p.15), reconhecida por suas leituras em Pêcheux, por qual ótica é vista a língua nos estudos discursivos. Segundo a autora,

A Análise de Discurso não trabalha com a língua enquanto um sistema abstrato, mas com a língua no mundo, com maneiras de significar, com homens falando, considerando a produção de sentidos enquanto parte de suas vidas, seja enquanto sujeitos, seja enquanto membros de uma determinada forma de sociedade.

Nessa citação da autora, situamos que a AD não trabalha com dicotomias como as vistas em outras correntes teóricas; não há separação entre língua e fala, por exemplo. A língua é parte do corpo social que a produz, e seus sentidos são construídos no mundo, perpassados por fatores históricos, sociais e ideológicos. Nesse sentido, podemos pensar que o sujeito da AD é aquele submetido às regras de um sistema abstrato de comunicação e que não é fonte de seu dizer. Logo adiante, explicaremos porque esse sujeito não pode ser considerado como produtor de seus dizeres.

Entretanto, se circunscrevermo-nos em outra corrente teórica como o Estruturalismo, cujo grande representante foi Ferdinand de Saussure, teremos uma outra visão do que é a língua e do seu papel social, já que o sujeito nessa perspectiva é visto como submetido às regras da língua, porém consciente de seu dizer. Para Saussure (1969, p. 17),

[a língua] não se confunde com a linguagem, é somente uma parte determinada, essencial dela, indubitavelmente. É, ao mesmo tempo, um produto social da faculdade de linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos. Tomada em seu todo, a linguagem é multiforme e heteróclita; o cavaleiro de diferentes domínios, ao mesmo tempo física, fisiológica e psíquica, ela pertence além disso ao domínio individual e ao domínio social, não se deixa classificar em nenhuma categoria de fatos humanos, pois não se sabe como interferir sua unidade.

Saussure, nesse trecho, fala da língua na sua diferença em relação à linguagem. Segundo ele, língua e linguagem encontram-se em instâncias diferentes. Entendemos que Saussure, nesse aspecto, vê a linguagem como a faculdade que possibilita o uso e a articulação do sistema linguístico inerente às línguas.

Dessa maneira, vemos que o interesse de Saussure era a língua; a partir do momento em que ele levasse em consideração os fatores de linguagem, teria também que considerar o falante. Na verdade, não é que Saussure excluísse os falantes, mas ele delimita seu objeto, restringe-o ao sistema linguístico. Para o autor,

A fala é [...] um ato individual da vontade e inteligência, no qual convém distinguir: 1º, as combinações pelas quais o falante realiza o código da língua no propósito de exprimir seu pensamento pessoal; 2º, o mecanismo psico-físico que lhe permite exteriorizar essas combinações (Saussure, 2001, p. 22).

Nesse trecho do *Curso de Linguística Geral* (CLG), Saussure aponta que o falante, por meio das combinações feitas entre os elementos linguísticos, conseguiria tornar seu pensamento em uma produção languageira. Portanto, é nesse ponto que nos remetemos ao sujeito da AD. Ele não expressa seu pensamento ao fazer uso da linguagem; ele é (re)produtor de discursos outros que o interpelam. Nesse sentido, o sujeito está mais para uma manifestação discursiva do que um indivíduo no sentido de ser humano singular.

Com isso, pautamo-nos no que Pêcheux (1988, p. 141) entende como sujeito para alinharmos este trabalho com as bases teóricas da AD, pois, para tal corrente, um indivíduo só advém como sujeito a partir do momento em que se inscreve na linguagem. Dessa forma, segundo Pêcheux, o sujeito é “um indivíduo interpelado em sujeito”, ou seja, inscrever-se na linguagem é, ao mesmo tempo, fazer parte de uma conjuntura sócio-histórico-ideológica específica, a qual repercute no uso que o sujeito fará da linguagem.

Pêcheux (1988) aponta dois conceitos sobre o objeto: um seria a forma-sujeito, que é o sujeito interpelado perpassado pela ideologia e pelo inconsciente, e o outro, o efeito-sujeito, no qual teria o sujeito ilusoriamente se apropriado da linguagem para se fazer entender, esquecendo que ele não é fonte dos enunciados e que estes não são transparentes e com sentidos fechados. A partir do momento em que os sentidos dos enunciados não são únicos, emerge uma brecha para que a AD atue, levando em consideração fatores extra e intralinguísticos para fundamentar suas análises.

Portanto, o sujeito da AD afasta-se do sujeito cartesiano, centrado, dono de seu dizer. Pêcheux acredita que o sujeito é cindido, havendo brechas para atuação do inconsciente e das ideologias. Ou seja, a análise de discurso muda completamente a visão da produção de enunciados, pois tudo o que é dito por um locutor sofre a interferência de uma formação discursiva (FD), de um já dito que atua no momento enunciativo. Porém, o próprio Pêcheux (1975, p. 150) ressalta o fato de o sujeito não ser consciente do que é dito por ele, de já ter sido discursivizado por diferentes fontes em outros momentos e lugares: “Já observamos que o sujeito se constitui pelo ‘esquecimento’ daquilo que o determina”. Pêcheux (1975, p. 162-164) fala de duas formas de esquecimento (I e II):

o *esquecimento* nº 1 [...] dá conta do fato de que o sujeito-falante não pode, por definição, se encontrar no exterior da formação discursiva que o domina. Nesse sentido, o *esquecimento* nº 1 remeteria, por uma analogia com o recalque inconsciente, a esse exterior, na medida em que – como vimos – esse exterior determina a formação discursiva em questão [...] o *esquecimento* nº 2 cobre exatamente o funcionamento do sujeito do discurso na formação discursiva que o domina, e que é aí, precisamente, que se apoia sua “liberdade” de sujeito-falante.

Portanto, o sujeito “seleciona”, dentro de uma formação discursiva, qual enunciado (re)produzir (*esquecimento* 2). Para Pechêux (1975, p. 147), a FD é:

aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.).

Na AD, durante a análise dos dizeres dos sujeitos, é importante considerarmos o conceito de interdiscurso, que atua como um pré-construído, visto que a intradiscursividade presente nos dizeres dos sujeitos é a possibilidade de elencarmos possíveis (contra) pontos com um discurso. Ressaltamos que o sujeito não é a origem de seu dizer justamente por sua fala estar perpassada pelo interdiscurso, sendo este derivado de formações discursivas específicas. Para Gregolin (2007, p. 159):

o interdiscurso é o lugar em que se constituem, para um sujeito que produz uma seqüência discursiva dominada por uma FD determinada, os objetos de que esse enunciatador se apropria para fazer deles objetos de seu discurso, assim como as articulações entre esses objetos, por meio das quais o sujeito enunciatador dará coerência a seu propósito no interior do *intra-discurso*, da seqüência discursiva que ele enuncia.

Não obstante, o papel da memória é algo que deve ser levado em consideração quando lidamos com a perspectiva teórica abordada. Ao entendermos que a produção de um enunciado carece de um já dito, é importante pontuarmos que a memória é a grande possibilitadora da (re)produção desse já dito. Enquanto a memória é a construção imaginária do sujeito sobre um objeto, seu dizer é a possibilidade de manifestar os discursos que atuam na memória, porém, nenhum dizer é igual ao outro. Dessa maneira, uma produção linguageira é parafraseada, ressignificada no ato enunciativo de um sujeito. Portanto, é na materialidade das produções linguageiras que os analistas do discurso buscarão possíveis discursos que constituam a memória e que atuem no dizer do sujeito, fixando sentidos ou desestabilizando-os. Segundo Pêcheux (1999, p. 56), a memória é “necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de

deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos”.

Deixamos claro que neste trabalho levantamos alguns dos pontos que a Análise do Discurso suscita para conceituar e entender o funcionamento da linguagem para o sujeito. Obviamente, existem várias outras considerações que consolidam os conceitos pensados por Pechêux, mas que, às vezes, entre outros teóricos e objetos de estudo, podem assumir diferentes nomenclaturas. Entretanto, não podemos deixar de citar nomes como Foucault, grande colaborador para o campo discursivo, e Lacan, que, por meio da psicanálise freudiana e de seus estudos, possibilitou alguns esclarecimentos em relação à atuação do inconsciente no sujeito.

Dessa forma, entendemos o surgimento do sujeito discursivo não como algo espontâneo, mas, sim, como uma atribuição de sentido dada a um indivíduo via linguagem; o sujeito é um efeito ideológico para a AD. Resumindo, o sujeito é aquele que é dito pela linguagem, por vezes assujeitado, vinculado a formações discursivas e carregado, em seus enunciados, de traços do interdiscurso e da memória que o constitui. Portanto, ao falarmos do Estruturalismo no início do trabalho, pudemos mostrar o distanciamento dos campos da AD e de Saussure no que concerne ao tratamento dado ao sujeito e à sua relação com a linguagem. Elucidações de pontos de vista como esses configuram-se como a possibilidade de entendermos, no âmbito da Linguística, ações de muitos docentes e pesquisadores.

REFERÊNCIAS

GREGOLIM, M. R. F. V. Formação discursiva, redes de memória e trajetos sociais de sentido: mídia e produção de identidades. In: BARONAS, R. L. (Org.). *Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva*. São Carlos, SP: Pedro & João, 2007. p. 155-168.

ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: algumas observações*. São Paulo: Delta, 1986.

_____. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 9. ed. São Paulo: Pontes, 2010.

PÊCHEUX, M. Papel da memória. In: ACHARD, P. et al. *Papel da memória*. Tradução José H. Nunes. Campinas, SP: Pontes, 1999. p. 49-57.

_____. *Semântica e discurso: uma crítica a afirmação do óbvio*. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. 4. ed. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 2009.

SAUSSURE, F. *Curso de linguística geral*. 7. ed. São Paulo: Cultrix, 2001.

ORGANIZADORES

Ariel Novodvorski
Gisele Rosa
Lucas Chagas

ENSAIOS
EM TEORIAS LINGÜÍSTICAS



Júlia Pereira Batista

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Uberlândia.

ORIENTADORA

Profa. Dra. Maria de Fátima F. Guilherme

E-MAIL

juliapereirabatista1@gmail.com

OS ATRAVESSAMENTOS TEÓRICOS CONSTITUTIVOS DA ANÁLISE DO DISCURSO PELO VIÉS DE MICHEL PÊCHEUX

Júlia Pereira Batista

A Análise do Discurso Francesa (ADF) surgiu na França, no fim da década de 1970, propondo um campo de estudos novo em reação a duas correntes linguísticas vigentes naquela época: o Estruturalismo e a Gramática Gerativa. Sendo assim, essa perspectiva teórica ocupa-se do estudo dos discursos que circulam pela sociedade, com foco nos sujeitos que os proferem e constituem-se por meio deles e nos sentidos produzidos por essa multiplicidade de discursos.

Diferentemente da proposta da ADF, o Estruturalismo, com base nos estudos saussurianos, concebia a linguagem considerando seu aspecto linguístico e propunha uma dicotomia em seu interior. Acreditava-se que a linguagem possuía duas faces, a língua e a fala, e que não era possível conceber uma sem a outra. Nos estudos saussurianos, a língua foi o objeto de estudo, pois a fala representava somente “um ato individual de vontade e inteligência” (Saussure, 1969, p. 22).

A visão de língua na corrente estruturalista é voltada apenas para os aspectos linguísticos concernentes a ela. Saussure (1969) define língua como sendo de natureza homogênea, eliminando todos os conflitos e tensões que dela emergem e afirmando que é essencial compreender a união do signo à imagem acústica. Dessa forma, para o teórico, o aspecto social da língua

é exterior ao indivíduo, que, por si só, não pode nem criá-la nem modificá-la. Não existe senão em virtude de uma espécie de contrato estabelecido entre os membros da comunidade (Saussure, 1969, p. 22).

Também no Gerativismo, nos estudos de Chomsky, no final da década de 1950, a linguagem foi estudada apenas por meio de aspectos linguísticos específicos, não levando em conta os sentidos produzidos pela língua e as implicações sociais de seu uso. Chomsky e os gerativistas dão aos estudos da linguagem um caráter racionalista, buscando um modelo teórico formal inspirado na matemática, capaz de descrever e explicar o que é e como funciona a linguagem humana.

Se antes a língua era considerada apenas um mecanismo de comunicação, após a consolidação da ADF, a língua passou a ser estudada levando em conta seus aspectos históricos, sociais e o sujeito-enunciador de discursos socialmente fundamentados. Dessa maneira, a linguagem passa a ser entendida como um campo de embates ideológicos e “mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social” (Orlandi, 2009, p. 15). Assim, a ADF não trabalha a língua como sistema abstrato, mas, sim, considerando suas significações sociais. Além disso, o discurso não é concebido como língua, texto ou fala, mas como uma arena linguística em que se pode observar a relação entre língua e ideologia, possibilitando a compreensão de como a língua produz sentidos.

Foi na articulação dos estudos de Jean Dubois e Michel Pêcheux que a Análise do Discurso de linha francesa teve sua origem. De acordo com Malidier (1994), Dubois e Pêcheux eram ligados ao Marxismo e apresentavam posturas semelhantes em relação às lutas de classe. Entretanto, os dois estudiosos possuíam também ideias dissonantes fundamentais para os rumos que a Análise do Discurso tomou. Dubois debruçava-se sobre os estudos linguísticos, já que atuava como linguista, e Pêcheux era um filósofo que se preocupava em discutir pontos centrais das ciências humanas, relacionando-os à perspectiva marxista vigente na época. Sendo assim, é importante destacar que a análise do discurso pecheutiana é constituída por atravessamentos teóricos constitutivos representados por estudiosos como Althusser, Foucault, Lacan e Bakhtin, que serão apresentados a seguir.

Língua e ideologia: conceitos althusserianos

Pêcheux apresenta uma releitura da obra de Althusser, datada de 1970, *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*, e utiliza a concepção de ideologia do autor, pois a via como a

forma com que os homens vivem as relações com suas condições materiais de existência. Em Pêcheux (2009), de acordo com Gregolin (2006), a ideologia deixa de ser entendida como um bloco homogêneo e passa a ser vista como não idêntica a si mesma.

Foi com base na ideia althusseriana que relacionava língua a ideologia que, em sua releitura, Pêcheux elaborou o conceito de condições de produção do discurso. Essa elaboração trouxe para a Análise do Discurso a noção de que o sujeito fala de um lugar socialmente marcado e ideológico, sendo assim, as condições de produção do discurso dizem respeito, em sentido amplo, aos aspectos históricos, sociais e ideológicos que envolvem o discurso, possibilitando e determinando a produção discursiva. Isso significa que o sujeito não é concebido como um ser individual, que produz seus discursos livremente, mas é um sujeito interpelado pelas ideologias que circulam em seu próprio discurso e em discursos outros.

Althusser (1973, p. 65) afirma que “a ideologia não existe senão por e para os sujeitos”, dizendo ainda que “não existe prática sob uma ideologia”. Isso significa que “todo sujeito humano, isto é, social, só pode ser agente de uma prática social enquanto sujeito” (Henry, 1990, p. 31). O discurso concebido como materialidade específica da ideologia determina o que deve ou não deve ser dito do lugar discursivo em que o sujeito se insere, com base nas formações discursivas das quais faz parte.

Foucault e Pêcheux: formações discursivas

O termo formação discursiva foi primeiramente proposto por Foucault (2005), e Pêcheux (2009) utilizou-o para a constituição da sua teoria do discurso. Sendo assim, há uma consonância de conceitos e teorias entre os dois autores, já que, segundo Henry (1990, p. 29), “Pêcheux compartilhava com Foucault um interesse comum pela história das ciências e das ideias, porque ambos, mais do que qualquer autor, focalizaram o discurso”. Pêcheux (1997, p. 147) concebe a formação discursiva como

aquilo que numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito. [...] as palavras, expressões, proposições etc., recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas.

É por meio da investigação das formações discursivas vigentes que se pode chegar ao sentido das palavras, já que a ADF considera que a linguagem não é transparente. Para Pêcheux (1997, p. 146), o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição etc. não existe

em si mesmo, sendo determinado “pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico em que são (re)produzidas”. Dessa maneira, ao passar de uma formação discursiva para outra, as palavras mudam de sentido e podem ser compreendidas somente por meio de suas condições de produção.

Dentro do estudo das formações discursivas, Pêcheux (2009, p. 43) introduz ainda a noção de interdiscurso para, segundo o autor, “designar o exterior específico de uma FD”, já que as formações discursivas não são um espaço estrutural fechado, por serem constituídas por elementos que vêm de outro lugar, e de outras formações discursivas.

Lacan e Pêcheux: A noção de sujeito

A noção de sujeito que constitui a Análise do Discurso desenvolvida por Michel Pêcheux está baseada na teoria psicanalítica e na releitura que Lacan faz dos estudos sobre o inconsciente proposto por Freud. Lacan deixa de lado o sujeito estruturalista, visto como uma entidade homogênea, centrado, dono de si e de seus discursos, para propor um sujeito dividido, clivado, cindido, subjetivo, em que inconsciente e ideologia se articulam na constituição de uma entidade heterogênea.

Ao tratar do inconsciente, Pêcheux (2009) afirma que no nível inconsciente e ideológico o sujeito ‘esquece’, que o sentido é formado em um processo exterior a ele. O autor deixa claro que o termo “esquecimento” não designa a perda de memória do sujeito, mas sim o acobertamento da causa do sujeito no interior de seu efeito.

Na teoria pecheutiana o sujeito é afetado por dois tipos de esquecimento criando, dessa forma, uma realidade discursiva ilusória. Sendo assim, afetado pelo primeiro esquecimento, Brandão (2004, p. 82) afirma que o sujeito

se coloca como a origem do que diz, a fonte exclusiva do sentido do seu discurso. De natureza inconsciente e ideológica – [...] – é uma zona inacessível ao sujeito, aparecendo precisamente, por essa razão, como o lugar constitutivo da subjetividade. Por esse esquecimento o sujeito rejeita, apaga, inconscientemente, qualquer elemento que remeta ao exterior da sua formação discursiva.

Pêcheux também trabalha a noção de “ilusão subjetiva”, para afirmar que o sujeito se constitui de vários papéis de acordo com as posições que ocupa dentro de uma formação discursiva, vivendo a ilusão de unidade e de origem de seu discurso, fundamental para a constituição de sua identidade.

Voltando a Althusser (1973, p. 67), que define a expressão “forma-sujeito” como “a forma de existência histórica de qualquer indivíduo, agente de práticas sociais”, Pêcheux 1997, p. 150) afirma que a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso “se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito)”. O sujeito é interpelado pela ideologia sem que se dê conta dessa interpelação, constituindo-se em sujeito histórico.

Sendo assim, o sujeito da Teoria do Discurso proposta por Pêcheux é social, histórico, ideológico, afetado pelo inconsciente e seu funcionamento social (ideologia).

Bakhtin e Pêcheux: Pontos de convergência

A releitura que Pêcheux faz dos trabalhos de Bakhtin representa um importante elemento constitutivo da Análise do Discurso de linha francesa proposta pelo primeiro autor. Gregolin (2006, p. 35) afirma que é preciso considerar que Bakhtin produziu a sua obra teórica em tempo diferente de Pêcheux, apontando como uma nova leitura e interpretação para a ADF. Por meio dos trabalhos da linguista Jaqueline Authier-Revuz, a Análise do Discurso adota o conceito de “heterogeneidade discursiva”, mostrada no discurso por meio dos estudos dialógicos propostos pelo círculo de Bakhtin.

É importante destacar a observação de Gregolin (2006, p. 40) que aponta que tanto Pêcheux quanto Bakhtin retornam a Saussure para reverem o objeto da Linguística estrutural e propor um novo objeto de estudo. Segundo a autora

tanto para Pêcheux quanto para Bakhtin, duas ideias assentam seus projetos de análise do discurso: a) a língua é um sistema e, portanto, tem uma organização que já prevê a possibilidade dos deslizamentos; b) a língua é uma instituição social.

Na teoria de Pêcheux, o discurso só pode ser compreendido dentro de seu contexto histórico, dentro das relações interdiscursivas e na relação que estabelece com os sentidos. Dessa maneira, a ADF vê a língua enquanto materialidade discursiva e apoia-se nas formulações bakhtinianas para explicar a questão do “real da língua”.

Outro atravessamento teórico relevante entre as teorias de Pêcheux e Bakhtin é o conceito de signo ideológico da teoria bakhtiniana que se relaciona à noção de sentido da Análise do Discurso Francesa. Nessa corrente teórica o sentido é tomado como unidade mínima de significação, na união do significado linguístico e social que se unem para usos específicos. Em Bakhtin, a materialidade linguística também é constituída pela união de um significante e o seu

significado social, dentro do auditório social em que é materializado. Por entender que o sentido é vinculado às condições de produção do discurso a ADF relaciona-se ao conceito de signo ideológico proposto por Bakhtin, no sentido em que a proposta bakhtiniana contribui para a compreensão da heterogeneidade dos sentidos.

Outro aspecto de consonância entre as duas teorias está na construção pecheutiana do conceito de formação discursiva, na medida em que Bakhtin afirma que a língua não existe por si mesma, e é determinada pelas condições econômicas e sociais da época. Dessa maneira, a afirmação da não existência da língua em si mesma de Bakhtin (2009) corresponde à noção de formação discursiva enquanto matriz do sentido, proposta por Pêcheux (2009), que também leva em conta as condições de produção do discurso e a formação ideológica a que este se filia.

Por fim, é importante destacar as relações entre os conceitos de História e historicidade presentes na teoria dialógica proposta por Bakhtin e na teoria discursiva proposta por Pêcheux. Bakhtin entende que o discurso é histórico e que, por meio do dialogismo, é possível interpretar a historicidade desse discurso. Essa visão está de acordo com a proposta pela Análise do Discurso de linha francesa, que compreende a História como produtora de sentidos, definida por sua relação com a linguagem e delineada pelas relações de poder e práticas sociais.

Guilherme (2008, p. 66) afirma que não é possível defender que Pêcheux tenha tomado Bakhtin como referência teórica. Entretanto, segundo a autora, é possível afirmar que Bakhtin

enquanto referencial teórico de uma filosofia da linguagem, pode ser considerado constitutivo do trabalho de Pêcheux enquanto identidade epistemológica, pode ser considerado heterogeneidade constitutiva na teoria elaborada por Pêcheux.

Considerações finais

A Análise do Discurso inicialmente desenvolvida por Michel Pêcheux na França ao final da década de sessenta surgiu da necessidade de superar o quadro teórico que vinha sendo realizado, que não considerava o texto em toda a sua complexidade e os aspectos constitutivos da língua e exteriores a ela. Considerando o discurso como uma materialidade, em que aspectos linguísticos e ideológicos se articulam para criar sentidos, a Análise do Discurso de linha francesa propõe o entendimento do discurso para além de análises puramente linguísticas.

Para alcançar seu objetivo e se estabelecer enquanto área de estudo, foi imprescindível para ADF os atravessamentos teóricos constitutivos de sua própria teoria. Como afirma Brandão (2004) a Análise do Discurso de linha francesa pretendendo ser uma

teoria crítica da língua lutou contra qualquer forma de cristalização do conhecimento. Sendo assim, a ADF possui fronteiras teóricas que se encontram com a História, a Psicanálise, a Sociologia, através dos trabalhos de autores como Althusser, Foucault e Lacan, além da Análise Dialógica do Discurso, termo definido por Beth Brait, que designa os estudos desenvolvidos por estudiosos do Círculo de Bakhtin.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. *Réponse à John Lewis*. Paris: François Maspero, 1973.

BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem*. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem*. 13. ed. São Paulo: Hucitec, 2009.

BRANDÃO, H. H. N. *Introdução à análise do discurso*. 2. ed. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 2004.

CASTRO, M. F. F. G. *Competência oral-enunciativa em língua-estrangeira (inglês)*. 2008. 325 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

CHOMSKY, N. *Aspectos da teoria da sintaxe*. 2. ed. Coimbra: Armênio Amado, 1978.

FERREIRA, M. C. L. Linguagem, ideologia e psicanálise. *Estudos da língua(gem)*. Vitória da Conquista, BA, v. 1. p. 69-76, 2005.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

GREGOLIN, M. R. V. Bakhtin, Foucault e Pêcheux. In: BRAIT, B. (Org.) *Bakhtin: outros conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 33-52.

HENRY, P. Os fundamentos teóricos da “análise automática do discurso” de Michel Pêcheux. In: GADET, F.; HAK, T. (Org.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Tradução de Bethania S. Mariani et al. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1990. p. 13-38.

KENNEDY, E. Curso básico de linguística gerativa. São Paulo: Contexto, 2013.

MACHADO, A. O.; BORGES, G. F. Reflexões sobre a noção de sujeito. *Cadernos discursivos*, Catalão, GO, v.1, n. 1, p. 70-83, ago. /dez. 2013.

MALDIDIER, D. Elementos para uma história da análise do discurso na França. In: ORLANDI, E. P. (Org.). *Gestos de leitura: da história no discurso*. Tradução de Bethânia S. C. Mariani et al. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 1994. p. 5-28.

ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: princípios & procedimentos*. 8. ed. Campinas, SP: Pontes, 2009.

PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução de Eni P. Orlandi. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 2006.

_____. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Tradução Bethania S. Mariani. 4. ed. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 2010.

_____. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. 4. ed. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2009.

SAUSSURE, F. de. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 1969.

ORGANIZADORES

Ariel Novodvorski
Gisele Rosa
Lucas Chagas

ENSAIOS
EM TEORIAS LINGUÍSTICAS

*Thyago Madeira
França*

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Uberlândia.

ORIENTADORA

Profa. Dra. Maria de Fátima F. Guilherme

E-MAIL

thymad@gmail.com

BAKHTIN: O SIGNO IDEOLÓGICO E OS ENFRENTAMENTOS DA FILOSOFIA DIALÓGICO-POLÍTICA

Thyago Madeira França

O ser, refletido no signo, não apenas nele se reflete, mas também se *refrata*. O que é que determina esta refração do ser no signo ideológico? O confronto de interesses sociais nos limites de uma só e mesma comunidade semiótica, ou seja: a *luta de classes* (Bakhtin, 2006, p. 47).

O presente texto busca elucidar alguns elementos relevantes da teoria dialógico-polifônica de Mikhail Bakhtin (1895-1975), descrevendo elementos de sua filosofia marxista da linguagem e evidenciando os processos de interação verbal e o caráter ideológico da constituição dos sentidos. Temos como objetivo, ainda, colocar em diálogo a teoria bakhtiniana e os estudos estruturalistas desenvolvidos por Ferdinand Saussure (1857-1913). Não almejamos a construção de nenhuma visão qualitativa dos pensamentos em questão, mas somente colocar em embate alguns dos princípios dessas teorias, mediante a leitura empreendida de alguns textos de Bakhtin. Além disso, buscaremos, ao final, aproximar os estudos bakhtinianos das pesquisas discursivas da Análise do Discurso de linha pecheutiana.

A epígrafe deste ensaio contribui para a compreensão dos construtos filosóficos que compõem o pensamento bakhtiniano. O locutor (aquele que fala) não só constitui o signo, como também é constituído e refratado por

ele. Isso se dá porque esse signo não é tomado numa instância isolada dos aspectos sociais, culturais, políticos, estéticos e filosóficos; trata-se de um signo ideológico, inerente e determinado pelas transformações e tensões da luta de classes.

Nesse aspecto, as reflexões bakhtinianas têm como ponto central o princípio dialógico da palavra,⁵⁵ tese que influenciou a forma com a qual se desenvolveram os estudos sobre o discurso, tomado em sua constante heterogeneidade. A palavra, para Bakhtin, é lugar de conflitos de dizeres, ambiente onde se trava um diálogo constante entre a palavra do um e do outro. É o espaço da materialização dos embates e dos conflitos ideológicos.

Assim, o princípio do dialogismo deve ser tomado como a constante presença da voz do outro no discurso do locutor, estabelecendo um processo intitulado interação verbal no âmbito das relações sociais. Por conta disso, nenhuma manifestação linguageira pode ser atribuída a um sujeito⁵⁶ isolado, pois toda palavra é um já dito, jamais dito. Todo dizer é constituído por inúmeros outros dizeres; toda manifestação de língua é uma ressignificação de um discurso anteriormente posto.

Nessa esfera, Bakhtin estabelece que o signo só poderá ser considerado no âmbito das relações sociais. Para ele, se subtrairmos as tensões da luta de classes, os signos degenerar-se-ão em meras alegorias, em objetos de estudo para os filólogos, e deixarão de ser um instrumento racional e vivo para a sociedade.

O signo, Saussure e o problema do diálogo

No íterim dos estudos bakhtinianos, toda palavra é dialógica. Entretanto, o conceito de diálogo não deve ser tomado como uma simples conversa face a face. Pensar no princípio dialógico como intrínseco é dizer que toda palavra é internamente/constitutivamente dialógica. Assim, tomada enquanto signo ideológico, é condição de existência da palavra o atravessamento da voz do outro.

Ao postular o texto como objeto de estudo das ciências humanas, em *Estética da criação verbal* (1997) Bakhtin coloca o homem não apenas como produtor de textos, mas como constitutivo deles, ou seja, o locutor se constitui enquanto objeto social por meio dos textos. Logo, um texto não pode ser pensado como um discurso fechado em si mesmo: ao mesmo tempo em que é dialógico (atravessado por discursos outros já ditos), também deve ser concebido como

⁵⁵ Usamos aqui o termo “palavra” por ser essa a nomenclatura adotada por Bakhtin. Entretanto, quando o filósofo russo diz “palavra”, podemos compreender como manifestação de língua ou linguagem. Dessa forma, o termo “palavra” aqui estará em relação sinônima com “discurso”, “dizer” e “texto”.

⁵⁶ Tomamos no presente texto os termos “falante”, “locutor” e “sujeito” como sinônimos.

único e não reiterável (caráter de unicidade), sempre sendo o produto de uma criação social, histórica e ideológica e jamais concebido fora do contexto da sociedade em que é produzido.

Sobre isso, o autor nos diz:

Afinal, são as mesmas condições econômicas que associam um novo elemento da realidade ao horizonte social, que o tornam socialmente pertinente, e são as mesmas forças que criam as formas da comunicação ideológica (cognitiva, artística, religiosa, etc.), as quais determinam, por sua vez, as formas da expressão semiótica (Bakhtin, 2006, p. 47).

A palavra, nesse sentido, deve ser pensada como um sensível indicador de mudanças ideológicas no seio da sociedade, já que é concebida como *fenômeno ideológico por excelência*. Para Bakhtin, essa é a forma mais pura de expressão das relações sociais: “A situação social mais imediata e o meio social mais amplo determinam completamente e, por assim dizer, a partir do seu próprio interior, a estrutura da enunciação” (Bakhtin, 2006, p. 117). Nesse aspecto, qualquer que seja a situação enunciativa considerada, é certo que se trata de uma enunciação social e ideologicamente delimitada. O dizer, além de signo ideológico por natureza, também é um signo neutro, já que pode ser empregado de diferentes formas pelos interlocutores de cada campo ideológico, refletindo e refratando várias realidades sociais.

Nessa perspectiva, os interlocutores de um texto devem ser tomados como sujeitos sociais em constante alteridade, já que o um só pode ser concebido em relação com o outro. A própria existência do sujeito deve ser reconhecida como dialógica por natureza, pois o sentido de um texto só pode ser apreendido na interação⁵⁷ entre os sujeitos que o produzem, já que toda palavra é dirigida a um interlocutor (ainda que se trate de um monólogo).

Algumas vezes a concepção de discurso dialógico leva a crer em sua oposição lógica, ou seja, um discurso monológico. No entanto, para Bakhtin, o discurso tomado como monológico também se trata de uma resposta a algo – o discurso é sempre constituído pelo diálogo com diversos outros discursos –; é um primado da sua concepção de linguagem, e ignorá-lo é ignorar também a relação existente entre a linguagem e a vida social dos sujeitos:

E, no entanto, a enunciação monológica já é uma abstração, embora seja uma abstração de tipo “natural”. Toda enunciação monológica, inclusive uma inscrição num monumento, constitui um elemento inalienável da comunicação verbal. Toda enunciação, mesmo na forma imobilizada da escrita, é uma resposta a alguma coisa e é construída como tal. Não passa de um elo da cadeia dos atos de fala. Toda inscrição prolonga aquelas que as precederam, trava uma polêmica com elas, conta com as reações ativas da compreensão, antecipa-as (Bakhtin, 2006, p. 101).

⁵⁷ Tomamos como interação a própria noção bakhtiniana de interação verbal, como uma relação entre interlocutores em uma dada enunciação.

Bakhtin (2006) desenvolve um embate teórico com a Linguística saussuriana, demonstrando o quanto a ideologia pode determinar a linguagem e a consciência. O autor enfoca a natureza social dos fatos linguísticos, demonstrando que a língua é inseparável do seu conteúdo ideológico ou vivencial. Assim, ela é constituída pelos signos ideológicos em relação com os sujeitos e suas configurações sociais.

No que tange à língua, os estudos bakhtinianos questionam a visão de Saussure, chamada por ele de objetivismo abstrato (4). A língua, para Saussure, é um objeto abstrato ideal, um sistema sincrônico homogêneo cuja existência funda-se em necessidades de comunicação. Já, para Bakhtin (2006), a valorização principal está no funcionamento real da língua, ou seja, na fala, na enunciação, por estarem interligadas às estruturas sociais.

Bakhtin (1981; 2006) ainda reforça que a evolução da língua deve obedecer a uma dinâmica positivamente conotada, uma vez que a variação é inerente a todas as manifestações linguísticas. Além disso, contrariamente à visão saussuriana, o filósofo russo considera as leis externas à língua, ou seja, os aspectos de natureza social, como tão determinantes da língua como as leis internas (linguísticas). Dessa forma, o conteúdo ideológico é essencial na construção da significação da palavra.

Para Bakhtin, o objetivismo abstrato favorece, de forma arbitrária, a unicidade e prende a palavra a um dicionário. Assim, ele propõe uma concepção de signo ideológico, um signo vivo, móvel e dialógico, o qual a classe dominante sempre terá interesse em tornar monovalente: se “a ideologia é um reflexo das estruturas sociais [...] toda manifestação da ideologia encadeia uma modificação na língua”. (Bakhtin, 2006, p. 15). Logo, o Estruturalismo saussuriano propõe “a univocidade da palavra mais do que a polissemia e plurivalências vivas” (Bakhtin, 2006, p. 106).

A teoria bakhtiniana afirma que uma situação de língua, uma situação enunciativa, implicará conflitos e relações de dominação e resistência, uma vez que “a palavra é a arena onde se confrontam os valores sociais contraditórios, os conflitos da língua refletem os conflitos de classe no interior mesmo do sistema” (Bakhtin, 2006, p. 14). Logo, os sentidos depreendidos de uma manifestação discursiva dependerão de fatores como, por exemplo, se os interlocutores fazem ou não parte do mesmo grupo social, ocupam posições inferiores ou superiores na hierarquia social, bem como se estão unidos por laços sociais, como de pai e filho, marido e esposa, patrão e empregado, padre e fiéis, entre outros.

Outro aspecto citado por Bakhtin acerca da Linguística saussuriana é a perpetuação de procedimentos coincidentes com os filológicos. Para ele, o Estruturalismo linguístico reifica o elemento linguístico de forma isolada, como um *corpus* estanque, monológico, fazendo do signo

um sinal objetivo, submetido a uma norma e a regras de caráter prescritivo. Por isso, Bakhtin estabelece a enunciação como o objeto fundamental dos estudos linguísticos, tomada como uma réplica do diálogo social, uma instância linguística que não existe fora de uma verdade histórica, de um contexto social e ideológico.

Sobre a enunciação, o autor diz:

A língua existe não por si mesma, mas somente em conjunção com a estrutura individual de uma enunciação concreta. É apenas através da enunciação que a língua toma contato com a comunicação, imbuí-se do seu poder vital e torna-se uma realidade. As condições da comunicação verbal, suas formas e seus métodos de diferenciação são determinados pelas condições sociais e econômicas da época. As condições mutáveis da comunicação sócio-verbal precisamente são determinantes para as mudanças de forma que observamos no que concerne à transmissão do discurso de outrem (Bakhtin, 2006, p. 160).

Mediante essa argumentação, a enunciação não existe fora de um contexto social, ou seja, “o locutor pensa e se exprime para um auditório social bem-definido” (Bakhtin, 2006, p. 16). Dessa forma, o signo e a situação social não podem ser estudados separadamente, nem o pensamento existe fora da orientação social na qual se encontra inscrito.

Por meio das reflexões que fazemos acerca de Bakhtin, levando em conta a relação que o autor estabelece entre o eu e o outro, a concepção de um caráter heterogêneo, dialógico, e a natureza social de toda enunciação, afirmamos estabelecer terreno propício para estudos sobre o discurso. O fenômeno linguístico é, nessa perspectiva, tomado não enquanto fala individual, mas como um entrelaçamento discursivo, realizado nas interações entre os sujeitos.

Reconhecemos que o princípio dialógico é constitutivo do princípio da heterogeneidade inerente aos estudos da Análise do Discurso. Bakhtin pode, nesse sentido, ser considerado um autor responsável pela maneira de pensar o discurso como um amálgama de manifestações enunciativas, constantemente atravessado por vários outros discursos. Ele entendia que todo discurso é como um sempre já dito em outro momento, mas também como um jamais dito numa situação única. Bakhtin nos fala que

O objeto do discurso de um locutor, seja ele qual for, não é objeto do discurso pela primeira vez neste enunciado, e este locutor não é o primeiro a falar dele. O objeto, por assim dizer, já foi falado, controvertido, esclarecido e julgado de diversas maneiras, é o lugar onde se cruzam, se encontram e se separam diferentes pontos de vista, visões de mundo, tendências. Um locutor não é o Adão bíblico, perante objetos virgens, ainda não designados, os quais é o primeiro a nomear. (Bakhtin, 1997, p. 319)

Só mediante a idealização de um Adão bíblico é que poderíamos pensar em dizeres que não dialogam com outros. Todo dizer, então, será resultado dos atravessamentos sócio-histórico-ideológicos que permeiam e constituem os sujeitos de uma interação verbal. Nesse desiderato, reforçamos a argumentação de que todo dizer é constituído por duas facetas, o um e o outro, o locutor e o ouvinte, e é pela palavra que o eu se define em relação ao outro.

Por meio dessa exposição, afirmamos que a filosofia bakhtiniana é constitutiva da AD por ambas conceberem o objeto linguístico vinculado às instâncias sociais e ideológicas. Para Bakhtin, o signo ideológico tem significação apenas em sua materialização no interior do auditório social. Para a AD, a materialidade linguística também só significa quando vinculada com suas condições de produção.

Castro (2008, p. 60) nos diz, ainda, que a tese de Bakhtin acerca do dialogismo “pode ser percebida como aspecto constitutivo da noção de formação discursiva”. Segundo a autora, podemos perceber isso nas palavras de Bakhtin, quando ele diz ser relevante determinar

o peso específico dos discursos retórico, judicial ou político na consciência lingüística de um dado grupo social na hierarquia social de valores. Quanto mais forte for o sentimento de eminência hierárquica na enunciação de outrem, mais claramente definidas serão as suas fronteiras, e menos acessível será ela à penetração por tendências exteriores de réplica e comentário (Bakhtin, 2006, p. 159).

Logo, cada tipo de discurso, em um dado grupo social, obedece a uma hierarquia ideológica que determina a rigidez das fronteiras desse discurso. Quanto maior o valor hierárquico de uma enunciação para um grupo social, menos atravessamentos esse discurso sofrerá. Dessa forma, as fronteiras de que fala Bakhtin podem ser tomadas como um atravessamento constitutivo da formação discursiva (FD) pecheutiana,

na medida em que funcionam como aspecto fundador para a tese de Pêcheux de que a formação discursiva é a matriz do sentido, ou seja, é o lugar da constituição do sentido, acrescentando, porém, que toda formação discursiva representa, na linguagem, a formação ideológica que lhe é correspondente. (Castro, 2008, p. 60).

Pêcheux (1997) postula a FD como o espaço de constituição dos sentidos que determina a luta de classes de acordo com uma dada formação ideológica e com um dado posicionamento sócio-histórico. Assim, ainda que o espaço da FD não seja, por esse estudo, passível de fronteirização, existe sempre um arquitema que se sobressai no interior de uma FD. No entanto, sabemos que o tema não é reiterável pela discursividade. O que apresentamos é a significação

articulada pelo interdiscurso em um dado processo discursivo de acordo com as tomadas de posição das instâncias-sujeito inseridas nesse processo. Se, para Bakhtin, a instância de significação advém do signo ideológico em dialogismo, em Pêcheux, o sentido instaura-se no interior das formações discursivas. Pensamos que, se o primado bakhtiniano do dialogismo pode ser concebido como constitutivo da noção de formação discursiva, também o consideramos como constitutivo da noção de interdiscurso, uma vez que a FD é dependente (ainda que dissimule) ao todo complexo com dominante, o interdiscurso.

Outro ponto de encontro entre Bakhtin e Pêcheux é a relação construída entre as estruturas sociais e o processo da enunciação. Se nos postulados de Bakhtin o social envolve os indivíduos que exercem funções de sujeitos nas relações dialógicas de uma dada interação verbal, na teoria de Pêcheux, as condições de produção, de ordem sócio-histórico-ideológica, permeiam o processo enunciativo. Ao ocupar um dado lugar social, o sujeito se inscreve – e é inscrito – em formações discursivas.

A concepção do outro bakhtiniano também pode ser considerada como constitutiva da AD pelo pensamento de Pêcheux. O outro de Bakhtin representa a ideia de que a língua é o reflexo das relações sociais dos falantes, e o um só existe em interação com o outro. Todo enunciado é réplica de um outro já dito anteriormente. Dessa forma, o diálogo entre vozes remete ao termo psicanalítico alteridade, emprestado por Pêcheux na AD francesa. No processo dialógico, os indivíduos se interpelam em um processo de devir, daí aludirmos à noção de alteridade.

Para Pêcheux, o inconsciente é um vestígio de linguagem que advém da historicidade interna do sujeito. Assim, ao se manifestar, o inconsciente é interpelado por uma dada ordem sócio-histórico-ideológica que o coloca em alteridade descontínua. Sob a recusa de “qualquer metalíngua universal supostamente inscrita no inatismo do espírito humano, e de toda suposição de um sujeito intencional como origem enunciativa de seu dizer” (Pêcheux, 1997, p. 311), com a noção de alteridade, a AD pecheutiana coloca o sujeito do discurso como um sujeito atravessado pelo inconsciente.

Considerações finais

Muito além dos âmbitos da Linguística, os estudos de Bakhtin transcenderam fronteiras, contribuindo, por exemplo, para a teoria literária (carnavalização, polifonia), para o ensino (gêneros do discurso) e para os estudos discursivos (dialogismo, interação verbal). No âmbito

nuclear de todas essas noções, o signo ideológico é um conceito que gravita como fundante e constitutivo de um pensamento.

O objetivo aqui não foi desconstruir todo o legado riquíssimo e imprescindível da teoria de Saussure aos estudos linguísticos. É apenas apontar, de maneira superficial, pontos de conflito citados por Bakhtin em relação à Linguística estruturalista. Além disso, buscamos conceber um diálogo entre Pêcheux e Bakhtin, sem esquecer de colocar cada um em seu contexto sócio-histórico. Bakhtin desenvolveu sua filosofia no ambiente soviético da década de 1920; Pêcheux concebeu a AD na década de 1960, na França. Entretanto, é notório que a forma de conceber o sujeito em alteridade com o outro, o caráter dialógico de todo discurso e a interpelação dos processos ideológicos são primados teóricos que colocam Bakhtin e Pêcheux em um processo de diálogo teórico, cada qual em seu tempo, cada qual com seus objetos de estudo.

Bakhtin (2006) faz emergir uma possibilidade sociológica de reconhecer a língua como um instrumento de luta, um objeto imaterial de manutenções e transformações sociais. O signo ideológico, a palavra em processo de interação verbal, é o espaço onde se confrontam valores sociais contraditórios; é um conceito que faz emergir a percepção da possibilidade heterogênea dos processos de significação e construção dos sentidos. É a instância linguística em que se desenvolvem os embates da luta de classes.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2006.

BAKHTIN, M. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.

BRAIT, B. Bakhtin e a natureza constitutivamente dialógica da linguagem. In: _____. *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido*. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 1997.

CASTRO, M. F. F. G. de. *Competência oral-enunciativa em língua estrangeira (inglês): fronteiras e limites*. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

FRANÇA, T. M. *Sentidos do signo “dizimo” no jornal “Folha Universal”*. 2009. 127f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Letras e Linguística, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1997.

SAUSSURE, F. de. *Curso de lingüística geral*. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 2006

ORGANIZADORES

Ariel Novodvorski
Gisele Rosa
Lucas Chagas

ENSAIOS
EM TEORIAS LINGÜÍSTICAS



*Evelyn Cristine
Vieira & Nathália
Gontijo da Costa*

Doutoranda e Mestranda do
Programa de Pós-Graduação
em Estudos Linguísticos da
Universidade Federal de
Uberlândia.

ORIENTADORA

Profa. Dra. Maria de Fátima F.
Guilherme

E-MAIL

evelyn_vieira6@hotmail.com
nathaliagdocs@gmail.com

DIALOGISMO E INTERAÇÃO VERBAL NA ARQUITETÔNICA BAKHTINIANA

Evelyn Cristine Vieira

Nathália Gontijo da Costa

Propomos, neste ensaio, discutir como a Análise Dialógica do Discurso pode funcionar como um embasamento teórico para pesquisas sobre o ensino e a aprendizagem de línguas. Para tanto, iniciaremos a discussão pela concepção dialógica da linguagem, segundo o Círculo de Bakhtin.

Sabe-se que, para Bakhtin (2012), a língua tem como propriedade ser dialógica. Por isso, a ideia é discutir, principalmente, o conceito de dialogismo e seu funcionamento na linguagem. Pensamos, ainda, ser possível, neste ensaio, estabelecer uma relação com as pesquisas que tratam de ensino e aprendizagem de línguas.

Primeiramente, entendemos que os estudos feitos pelo Círculo de Bakhtin não propuseram uma teoria do discurso, mas visualizamos que as noções pensadas nas teorizações do grupo muito podem contribuir para pensar o discurso. Isso ocorre por se tratar de uma abordagem que considera que a forma de se usar a linguagem não pode deixar de incluir a questão social e todas as implicações que as situações sociais trazem para o uso das formas da linguagem. Assim, pontua-se a relevância de ter como base a ideia de que a língua é, antes de tudo, social. Dessa forma, podemos pensar também como a interação verbal ocorre por meio das enunciações, que, por sua vez, são de caráter social.

A natureza dialógico-polifônica da linguagem

Bakhtin e Volochinov (2012), em *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, fazem uma crítica mais contundente e direta à Linguística nos moldes estruturais propostos por Saussure em seu *Curso de Linguística Geral*. Na filosofia da linguagem teorizada e proposta pelos estudiosos do Círculo de Bakhtin, a noção de diálogo é central, norteadora. Ao pensar essa centralidade do diálogo, fica perceptível, para os autores, a dificuldade de uma única ciência, a Linguística, dar conta de fenômenos tão complexos, ou seja, os que envolvem o uso da linguagem. Assim, a Linguística proposta por Saussure (2006) com base no Estruturalismo, ao escolher seu objeto de estudo, a língua, impede o acesso a um todo maior, que envolve outros fatores, como os sociais, históricos, políticos e culturais, ou seja, todos os fatores ideológicos.

A proposta de Bakhtin e Volochinov (2012) postula que no âmbito da translinguística seria possível considerar o discurso como objeto de estudo, sem considerar somente a língua. A translinguística seria o que vai além da Linguística, ou seja, a denominação da filosofia da linguagem pensada por Bakhtin junto ao Círculo, cujo objeto não seria mais a língua, enquanto sistema fechado, mas a fala viva e interativa, enquanto enunciação. É com base nessa proposição que o estudo dos enunciados torna-se foco, já que eles tomam valor no processo de comunicação.

Dessa forma, o olhar para tudo aquilo que é exterior à língua torna-se importante, pois também a constitui:

O centro organizador de toda enunciação, de toda expressão, não é o interior, mas exterior: está situado no meio social que envolve o indivíduo. [...] A enunciação enquanto tal é um puro produto da interação social, quer se trate de um ato de fala determinado pela situação imediata ou pelo contexto mais amplo que constitui o conjunto das condições de vida de uma determinada comunidade linguística (Bakhtin; Volochinov, 2012, p. 125-126).

Fiorin (2008, p. 21) afirma que Bakhtin tinha a intenção de “constituir uma ciência que fosse além da linguística, examinando o funcionamento real da linguagem em sua unicidade e não somente como o sistema virtual que permite esse funcionamento”. Ou seja, não se tratava somente do estudo da língua e de seu funcionamento em si.

No que diz respeito ao conceito de língua em Saussure e nos estudos do Círculo de Bakhtin, vale pontuar que, de acordo com o *Curso de Linguística Geral* (2006), a língua, objeto de estudo da Linguística, é entendida como um sistema estável, imutável, de formas linguísticas. Assim, a língua, por ser homogênea, pode ser estudada e analisada. Na distinção entre língua e

fala, Saussure afirma que a fala não pode ser objeto de estudo, já que é a parte individual da linguagem e, por isso, heterogênea.

Ao tratar da língua, o *Curso de Linguística Geral* afirma que ela “é, ao mesmo tempo, um produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos” (Saussure, 2006, p. 17). Nesse sentido, já se delineava no Estruturalismo, a diferença entre língua e linguagem, sendo a linguagem heterogênea e não delimitada, por isso não poderia ser analisada, e a língua, enquanto delimitada e homogênea, oferecia vantagens para o estudo. Assim, a Linguística não teve acesso ao conteúdo total do discurso e a seu valor ideológico, pois o foco era a língua em si e por si mesma.

Entretanto, na proposta de translinguística, o objeto de estudo seria o discurso, os enunciados, tratados, nessa perspectiva, como sinônimos na obra do Círculo de Bakhtin. Bakhtin e Volochinov (2012) afirmam que a língua se relaciona com a interação, sendo uma atividade social vinculada, portanto, com valores ideológicos. Ela é sempre heterogênea, multiforme. Já a língua em Saussure é vista como pronta, imutável, por isso é passível de ser transmitida de geração para geração. Para Bakhtin e Volochinov (2012), uma língua não pode ser transmitida:

Na verdade, a língua não se transmite; ela dura e perdura sob a forma de um processo evolutivo contínuo. Os indivíduos não recebem a língua pronta para ser usada; eles penetram na corrente da comunicação verbal; ou melhor, somente quando mergulham nessa corrente é que sua consciência desperta e começa a operar (Bakhtin; Volochinov, 2012, p. 111).

Entendemos, nesse ponto da discussão, que a questão social aparece em ambos os teóricos, tanto em Saussure (2006), quanto em Bakhtin e Volochinov (2012), bem como a necessidade de comunicação, o que nos permite dizer que existem aproximações. Entretanto, as diferenças são em relação ao conceito de língua e ao papel da linguagem. Vale pontuar que o nome de Saussure e seus estudos estavam presentes nas discussões propostas pelo Círculo de Bakhtin.

No entanto, o *status* da linguagem toma maior proporção, visto que, segundo os estudos do Círculo, a linguagem permeia todas as ciências; por isso, apenas uma ciência não poderia dar conta de sua totalidade, em se tratando de um fenômeno humano. Assim, a proposta era investigar como os enunciados relacionavam-se com a realidade, ou seja, com a vida, estabelecendo vínculos ininterruptos com o passado, com o presente e com o futuro. Com base nessa concepção dialógica da linguagem proposta pelo Círculo, podemos considerar o diálogo como inerente a todo e qualquer discurso.

O próprio discurso só é possível por tratar do social, da interação social entre os sujeitos. Ao considerar a interação como primordial, apresenta-se o diferencial da perspectiva bakhtiniana da linguagem em oposição à Linguística estruturalista formulada com base nos estudos de Saussure. Por isso, concordamos que uma abordagem que considere a forma de se usar a linguagem não pode desconsiderar a questão social e todas as implicações que as situações sociais trazem para esse uso.

Ao tratarem do processo de interação verbal, Bakhtin e Volochinov (2012, p. 115) iniciam a discussão partindo do conceito de expressão. Segundo os autores, trata-se de “tudo aquilo que, tendo se formado e determinado de alguma maneira no psiquismo do indivíduo, exterioriza-se objetivamente para outrem com ajuda de algum código de signos exteriores”. Isso nos permite inferir que a expressão não diz respeito àquilo que é somente interior, ou seja, também considera o que lhe é exterior.

Nesse sentido, a concepção bakhtiniana de palavra é a de uma ponte, uma vez que o enunciado produzido por alguém, inserido em uma situação social, é dirigido a outro alguém com uma intenção. Bakhtin e Volochinov (2012) colocam a palavra como ponte de interação entre locutor e interlocutor. Portanto, o uso da palavra não pode negligenciar sua natureza social.

Retomamos aqui a relevância de um estudo da linguagem que não exclua o sujeito e as questões e relações sociais, uma vez que elas são determinantes sobre o que se diz, onde se diz, quando se diz e como se diz. Uma ciência que prioriza somente a forma, o sistema linguístico, não daria conta de tratar da complexidade dos processos enunciativos. Assim, entendemos que o acesso à realidade é sempre mediado pela linguagem – à qual Bakhtin dá um papel central em sua teoria –, ou seja, é por meio das palavras que o real se apresenta. Além disso, as palavras estão sempre em uma relação de dialogicidade sem fim, o que nos leva a entender que todo discurso é dialógico, pela própria natureza dialógica da palavra. No sentido estrito do termo, o diálogo constitui uma das formas da interação verbal. Portanto, não se trata apenas de uma “comunicação em voz alta, de pessoas colocadas face a face, mas toda comunicação verbal, de qualquer tipo que seja” (Bakhtin; Volochinov, 2012, p. 127).

Para definir dialogismo, concordamos com Fiorin (2008), que parte da premissa da dialogicidade da palavra e traz três conceitos de dialogismo, derivados da obra do Círculo de Bakhtin. O primeiro conceito de dialogismo, segundo o autor, diz respeito “ao modo de funcionamento real da linguagem, é o princípio constitutivo do enunciado. Todo enunciado constitui-se a partir de outro enunciado, é uma réplica a outro enunciado” (Fiorin, 2008, p. 24). Já no segundo conceito de dialogismo, o autor pontua a polifonia, ou seja, “trata-se da

incorporação pelo enunciador da voz ou das vozes de outro(s) no enunciado. Nesse sentido, o dialogismo é uma forma composicional”⁵⁸. O terceiro conceito de dialogismo diz respeito ao modo como o sujeito age. Para Fiorin (2008, p. 55), “o princípio geral do agir é que o sujeito age em relação aos outros; o indivíduo constitui-se em relação ao outro. Isso significa que o dialogismo é o princípio de constituição do indivíduo e o seu princípio de ação”.

Com base no exposto acima, é possível entender que as relações que se estabelecem entre os discursos são inevitáveis e constitutivas desses discursos. Por isso, a orientação dialógica e a importância do discurso do outro devem ser consideradas na análise dos textos, uma vez que a língua não é transparente e acaba por não dar conta de representar o mundo como ele é sem estabelecer relações com vozes outras.

Ainda sobre essa temática, Fiorin (2008, p. 58) esclarece que os enunciados não podem ser considerados individuais, nem provenientes de uma consciência individual sem relação com a realidade social, mas devem ser vistos como formados pela incorporação de outras vozes que circulam socialmente, pois, segundo Bakhtin (2011, p. 297) “cada enunciado é pleno de ecos e ressonâncias de outros enunciados com os quais está ligado pela identidade da esfera de comunicação discursiva”. Nesse sentido, as vozes constitutivas do sujeito possuem um caráter polifônico, pois ecoam de diferentes lugares e de diferentes discursos.

Ao considerarmos a natureza dialógico-polifônica da linguagem, entendemos que ela se fundamenta na interação entre discursos, transpondo os moldes exclusivamente linguísticos. Nesse sentido, essa interação somente ocorre porque, ao se constituir em relação ao outro, o sujeito apreende as vozes sociais constitutivas da realidade heterogênea em que está imerso, apreendendo não somente uma voz, mas várias, que também estão em relações entre si, de acordo com Fiorin (2008).

O conceito de polifonia, portanto, refere-se às várias vozes⁵⁹ que se sobrepõem simultaneamente, pois “indica a presença de novos e múltiplos pontos de vista de vozes autônomas, que não são submetidas a um centro” (Fiorin, 2008, p. 79). Nesse sentido, as vozes devem ser equipolentes, coexistindo e interagindo em posição de igualdade. Nenhuma delas está subordinada a outra, tendo um caráter significante igual.

Nos estudos literários, encontramos, na análise da ficção dostoievskiana por Bakhtin, uma extensão do conceito ao romance, que, ao ser considerado plurilíngue, acolhe “diferentes falas e diferentes linguagens, constrói-se na diversidade de vozes, na diversidade de discursos, na

⁵⁸ Ibid., 2008, p. 32.

⁵⁹ Ou várias melodias. O conceito de polifonia também é utilizado na música, para referir-se a um tipo de composição em que várias melodias sobrepõem-se simultaneamente, em oposição à monodia ou à homofonia, em que uma melodia sobrepõe-se às outras vozes, subordinando-as (Pires; Tamanini-Adames, 2010).

diversidade de maneiras de dizer” (Fiorin, 2008, p. 77). O caráter equipolente da polifonia implica na plurivocidade, ou seja, trata-se de uma multiplicidade de vozes indispensável.

A arquitetura bakhtiniana buscou estudar a linguagem e seu uso em dimensões que não estivessem atreladas somente ao seu aparato técnico. Para conhecermos o fenômeno social da linguagem, precisamos entender a língua, mas somente o estudo desta última é insuficiente para compreendermos a unidade da linguagem. Dessa forma, comungamos com os estudos bakhtinianos ao compreender que a língua é dialógica em seu uso real, não restrita em um diálogo face a face apenas. Ao contrário, partimos do princípio de que

a orientação dialógica é naturalmente um fenômeno próprio a todo discurso. Trata-se da orientação natural de qualquer discurso vivo. Em todos os seus caminhos até o objeto, em todas as direções, o discurso se encontra com o discurso de outrem e não pode deixar de participar, com ele, de uma interação viva e tensa (Bakhtin, 2002, p. 88).

Ao propor o caráter dialógico da linguagem, Bakhtin expõe sua filosofia da linguagem e critica os estudos linguísticos de base estruturalista, que consideram a língua como fato social apenas como um compartilhamento entre os membros de uma comunidade linguística. Diferentemente de Saussure (2006), que considerava a língua como sistema homogêneo e rejeitava a natureza social da fala, Bakhtin (2012) afirma que ela, enquanto enunciação, possui uma natureza social, e não apenas individual. Nesse sentido, a enunciação constitui-se como unidade de base da língua, como discurso interior, de natureza social e ideológica. O enunciado passa, portanto, a ser um objeto de estudo, pois a situação de enunciação recebe “o papel de componente necessário para a compreensão e explicação da estrutura semântica de qualquer ato de comunicação verbal” (Brandão, 2004, p. 8).

Em Bakhtin (2012), saímos da concepção de signo linguístico, enquanto combinação entre significante e significado em um sistema sincrônico abstrato da língua, estável e imutável, para uma compreensão do fenômeno linguístico como signo ideológico, vivo e dialético. Isso significa dizer que o signo é um fator ideológico na sociedade, podendo exercer qualquer função, seja ela estética, científica, moral, política ou religiosa.

Portanto, o signo ideológico é “a arena onde se confrontam valores sociais contraditórios; os conflitos da língua refletem os conflitos de classe no interior mesmo do sistema: comunidade semiótica e classe social não se recobrem” (Bakhtin; Volochinov, 2012, p. 14). Assim sendo, o sujeito, ao fazer uso dos signos durante a enunciação, traz à tona toda a carga socioideológica e dialógica de um determinado momento histórico.

Em sua filosofia marxista da linguagem, Bakhtin coloca a enunciação como realidade da linguagem e como estrutura sócio-ideológica, por entender que o processo da fala é ininterrupto, sem começo e sem fim; é “como uma ilha emergindo de um oceano sem limites” (Bakhtin; Volochinov, 2012, p. 127), tendo suas dimensões e formas determinadas pela situação e por seu auditório. A enunciação enquanto produto da interação verbal tem como referência um horizonte social, ou seja, pressupõe uma orientação ideológica de seu grupo e de seu tempo. Cada sujeito tem seu auditório social estabelecido em seu mundo interior, onde se constroem valores. Ao enunciar, a interação verbal se dará pelo auditório social, ou seja, para quem se fala. Existe, portanto,

uma dialogização interna da palavra, que é perpassada sempre pela palavra do outro, é sempre e inevitavelmente também a palavra do outro. Isso quer dizer que o enunciador, para constituir um discurso, leva em conta o discurso de outrem, que está presente no seu. Por isso, todo discurso é inevitavelmente ocupado, atravessado, pelo discurso alheio. O dialogismo são relações de sentido que se estabelecem entre dois enunciados (Fiorin, 2008, p. 18-19).

Nessa perspectiva, o estudo da língua apenas como condição de sistema, separada da fala, não leva em consideração que ela pode se constituir em atos concretos entre interlocutores. Nesse sentido, damos à língua o lugar de materialização do discurso, pois “sabemos que cada palavra se apresenta como uma arena em miniatura onde se entrecruzam e lutam os valores sociais de orientação contraditória” (Bakhtin, 2012, p. 66).

Ao olhar para o mundo, Bakhtin não deixa de considerar o sujeito, deificado como interlocutor cotidiano; ele é constituído por meio de suas palavras e dos pensamentos instaurados por várias vozes, que ecoam de diversas maneiras ao mesmo tempo. Ele constitui e é constituído pelo caráter dialógico-polifônico da linguagem, pois há um diálogo entre ditos/fala ou escrita/texto, em que um sempre precede o outro. O diálogo é fundamental para a palavra do outro, que consiste em

qualquer palavra de qualquer outra pessoa, dita ou escrita na minha própria língua ou em qualquer outra língua, ou seja, é qualquer outra palavra *não minha*. Nesse sentido, todas as palavras, além das minhas próprias, são palavras do outro. Eu vivo em um mundo de palavras do outro (Bakhtin, 2011, p. 379).

Por isso, o dialogismo é a base de todo e qualquer processo discursivo na perspectiva bakhtiniana.

2. Os estudos bakhtinianos e a Linguística Aplicada

A proposta bakhtiniana de uma concepção de linguagem dialógico-polifônica pode ser visualizada em alguns estudos na área de Linguística Aplicada, ao investigarem o uso situado da linguagem, entendido como acontecimento discursivo. Nesse sentido, convém pontuarmos a relevância dos estudos de Bakhtin nas ciências humanas, pois, além de expor uma abordagem marxista da filosofia da linguagem, Yaguello, em sua introdução de *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (2012, p. 14), afirma que

ele aborda, ao mesmo tempo, praticamente todos os domínios das ciências humanas, por exemplo, a psicologia cognitiva, a etnologia, a pedagogia das línguas, a comunicação, a estilística, a crítica literária, e coloca, de passagem, os fundamentos da semiologia moderna.

Para a autora, Bakhtin teve uma visão unitária e à frente de seu tempo de todos esses domínios. Isso posto, podemos afirmar que a visão bakhtiniana acerca da linguagem tem estabelecido um diálogo com muitos trabalhos na área das ciências humanas e de outras ciências. As relações dialógicas desenvolvidas com outros teóricos, como Saussure, citado neste ensaio, refletem a forma como os estudos bakhtinianos têm sido utilizados na esfera científica.

Neste ensaio, não podemos, visto que expomos a natureza dialógica da linguagem, deixar de pontuar o atravessamento da teoria bakhtiniana com os estudos em Linguística Aplicada (LA), principalmente na área de ensino e aprendizagem de línguas. Mais do que estudar a pedagogia das línguas, os estudos bakhtinianos permitem problematizar questões sobre o ensino e a aprendizagem de línguas e ir além em discussões sobre metodologias, técnicas, materiais etc.

Além disso, a contribuição dos estudos de Bakhtin também está relacionada ao papel que professores-pesquisadores, atuantes no campo acadêmico, possuem ao formar professores de língua, por exemplo. A nosso ver, o professor de língua pode tornar a sua prática um espaço de diálogo que não consista apenas em regras e formas. Pelo contrário, ele é capaz de fazer da sua prática um lugar onde o conteúdo faça sentido aos seus alunos (Morrell, 2004).

É nesse aspecto que alguns estudos em LA focalizam a natureza dialógico-polifônica da linguagem, ou seja, “como produção de sentidos na interação social, portanto, não fixa, mas móvel, não homogênea, mas sempre marcada pela enunciação e, portanto, afetada pelos traços culturais do entorno social em que se realiza” (Bohn, 2005, p. 19). Para isso, os estudos da linguagem em LA comprometem-se social, política e ideologicamente em sua prática científica, “na tentativa de compreender nossos tempos e de abrir espaço para visões alternativas ou para

ouvir outras vozes que possam revigorar nossa vida social ou vê-la compreendida por outras histórias” (Lopes, 2008, p. 23).

Vale pontuar, enfim, que vários estudos têm sido realizados com vistas a estabelecer uma relação de diálogo entre a arquitetura bakhtiniana e os campos de investigação da LA, como, por exemplo, a sala de aula e os processos de ensino e aprendizagem de línguas, uma vez que a LA é uma área que se propõe a problematizar as questões que examina e que deseja, a nosso ver, ser responsiva à vida social.

Considerações finais

Neste ensaio, buscamos discutir a concepção dialógica da linguagem, conforme os pressupostos bakhtinianos. Assim, entendemos que a Análise Dialógica do Discurso tem funcionado como um embasamento teórico para uma concepção de linguagem, e, portanto, de língua, que seja dialógica.

Os conceitos de dialogismo, polifonia e interação verbal foram trabalhados para serem melhor compreendidos em uma esfera acadêmico-científica que tem deixado de lado os processos enunciativos em suas pesquisas, mas também não deixamos de considerar as contribuições dos pressupostos estruturalistas para os estudos da linguagem. Pelo contrário, consideramos que há aproximações possíveis entre ambas as teorias.

Em nossa perspectiva, “não há nenhum objeto que não apareça cercado, envolto, embebido em discursos. Por isso, todo discurso que fale de qualquer objeto não está voltado para a realidade em si, mas para os discursos que a circundam” (Fiorin, 2008, p. 19). Ao propormos que os estudos da linguagem devem ir além do linguístico, do sistema de regras, afirmamos que a língua constitui-se em uma atividade social, vinculada a valores ideológicos.

Em pesquisas sobre o ensino e a aprendizagem de línguas, materna ou estrangeira, os estudos de Bakhtin contribuem para o uso da língua com um efeito de empoderamento sobre o mundo. Em outras palavras, é possível que professores encorajem seus alunos a serem mais participativos nas discussões sobre a sua realidade e a estarem conscientes de suas habilidades, sejam elas escritas e/ou orais. Dessa forma, eles serão capazes de produzirem uma linguagem que atue no mundo social, tratando de questões de suas próprias vidas.

Concluimos este ensaio reiterando que há uma possibilidade outra de tratar a linguagem e seu uso. Essa possibilidade dá-nos a chance de tratar a língua na relação com o outro,

constituindo-se pelas palavras do outro, ao consideramos a natureza dialógico-polifônica da linguagem como inquestionável.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. Tradução de Paulo Bezerra. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

_____. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 13. ed. São Paulo: Hucitec, 2012.

BOHN, H. As exigências da pós-modernidade sobre a pesquisa em linguística aplicada no Brasil. In: MAXIMIRA M. F.; ABRAHÃO, M. H. V.; BARCELOS, A. M. F. (Org.). *Linguística aplicada e contemporaneidade*. Campinas, SP: Pontes, 2005. p. 11-23.

BRANDÃO, H. H. N. *Introdução à análise do discurso*. 2. ed. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2004.

FIORIN, J. L. *Introdução ao pensamento de Bakhtin*. São Paulo: Ática, 2008.

LOPES, L. P. M. Uma lingüística aplicada mestiça e ideológica. In: _____. (Org.). *Por uma lingüística aplicada indisciplinar*. 2. ed. São Paulo: Parábola, 2008, p. 13-44.

MORRELL, E. Bakhtin's dialogic pedagogy: implications for critical pedagogy, literacy education, and teacher research in the United States. *Journal of Russian and east European psychology*, Hudson, NY, v. 42, n. 6, Nov./Dec. 2004, p. 89-94.

PIRES, V. L.; TAMANINI-ADAMES, F. A. Desenvolvimento do conceito bakhtiniano de polifonia. *Estudos semióticos*, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 66-76, 2010.

SAUSSURE, F. *Curso de linguística geral*. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.